

APOSTILA DE ATUALIDADES

SUMÁRIO

CULTURA

A QUESTÃO CULTURAL NO BRASIL
A QUESTÃO CULTURAL NO MUNDO
A CIVILIZAÇÃO DA IMAGEM
A QUESTÃO DO ÍNDIO

POLÍTICA

PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO
A História da ONU
O neoliberalismo
O TERRORISMO

ECONOMIA

GLOBALIZAÇÃO
COMÉRCIO EXTERIOR
DÍVIDA EXTERNA
A INFLAÇÃO
PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL
CRISE ECONÔMICA
CRISE NO ESTADO
CRISE RUSSA
O QUE É ALCA
TIGRES ASIÁTICOS
UNIÃO EUROPÉIA

SOCIAL

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
FAVELAS E URBANIZAÇÃO
DADOS SOBRE A FOME NO BRASIL
DESNUTRIÇÃO
PECUÁRIA NO BRASIL
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

MUNDO

POPULAÇÃO, HABITAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
NOVA ORDEM MUNDIAL
OS PRINCIPAIS FOCOS DE TENSÃO DO MUNDO
PEQUENO HISTÓRICO DA GUERRA DA PALESTINA

EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO NO BRASIL

ENERGIA

ENERGIAS RENOVÁVEIS E NÃO-RENOVÁVEIS
FONTES TRADICIONAIS DE ENERGIA
COMBUSTÍVEIS
ENERGIA ELÉTRICA
ENERGIA NUCLEAR
A CRISE ENERGÉTICA

MEIO AMBIENTE

A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL
A POPULAÇÃO E O ESPAÇO URBANO
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA
AGENDA 21

MEDICINA

PERCEPÇÃO POLÍTICA / CIENTÍFICO PROGRESSISTA
O QUE É O ANTRAX?
AIDS
DENGUE NO BRASIL

CIÊNCIA

A CORRIDA ESPACIAL

EFEITO ESTUFA -----
O QUE É O PROJETO DE GENOMA HUMANO? -----
A IMPORTÂNCIA DOS SATÉLITES ARTIFICIAIS -----

BIBLIOGRAFIA

CULTURA

A QUESTÃO CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, como em praticamente todos os países ocidentais, o uso da tecnologia na vida cotidiana reflete um determinado modo de vida, um ideal de felicidade inspirado na sociedade consumista surgida nos Estados Unidos nos anos 20.

Foi justamente a partir desse modo de vida típico do capitalismo que se desenvolveu a mensagem ideológica ocidental durante a Guerra Fria. O programa mostra de que forma o Brasil se colocava diante da forte influência cultural norte-americana, e como se deflagraram os movimentos artísticos brasileiros no período da Guerra Fria. Depoimentos de Nélson Schapochnik, professor de história da arte, e do cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.

Em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial, era lançado o primeiro liquidificador no Brasil. Mas, um momento! O que um liquidificador tem a ver com o nosso assunto, a Guerra Fria? Tem tudo a ver. Liquidificador, televisão, máquina de lavar, torradeira, aspirador de pó... Enfim, o uso da tecnologia na vida cotidiana refletia, e ainda reflete, um determinado modo de vida, um ideal de felicidade inspirado na sociedade consumista surgida nos Estados Unidos nos anos 20. Foi justamente a partir desse modo de vida típico do capitalismo que se desenvolveu a mensagem ideológica ocidental durante a Guerra Fria. Uma mensagem que se propagou por todo o mundo capitalista.

Ideologia do consumo

Em todo o mundo fora da esfera socialista, comprar eletrodomésticos e automóveis tornou-se parte de um projeto de vida. O Brasil recebeu em cheio o impacto da ideologia consumista e da revolução tecnológica norte-americana. Nossa classe média, principalmente, adotou o sonho do carro na garagem e consumiu em larga escala a fantasia exportada por Hollywood.

Essa realidade teve origem nos primeiros vinte anos do nosso século. Se o Rio de Janeiro era a capital política e administrativa do país, São Paulo foi a metrópole que mais rapidamente sentiu o impacto dos novos tempos. Recebeu a primeira linha de montagem da Ford no país, em 1919. No início dos anos 20, alguns bairros da capital já contavam com um sistema de transporte coletivo.

Na gestão de Washington Luís como presidente do estado de São Paulo começaram a rodar os primeiros carros a gasolina. Os rapazes de famílias ricas passeavam com seus automóveis causando medo e apreensão entre os pedestres. Em 1922 foram instaladas em São Paulo novas linhas postais, telegráficas e telefônicas. Em janeiro de 1924, a cidade viu nascer a Rádio Educadora, criada para dotar o estado de uma emissora com fins culturais. Àquela altura o Brasil já contava com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em abril de 1923. A capital paulista contava, então, com 14 salas de cinema e seis de teatro. Na época, era a segunda cidade mais habitada do Brasil, mas abrigava sozinha um terço da mão-de-obra industrial do País, empregando em suas fábricas cerca de 140 mil operários.

As novas tecnologias e a arte

A chegada das novas tecnologias industriais foi notada também pelos artistas brasileiros. Eles sentiram o início de uma nova era na história da humanidade, cheia de inovações tecnológicas. Ao mesmo tempo, levantaram uma questão central: onde estaria a identidade nacional nesse redemoinho de novas possibilidades, nas mudanças radicais que afetavam o mundo? Essas inquietações estimularam o surgimento da Semana de Arte Moderna de 1922. Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e todos os artistas envolvidos na Semana de 22 tinham, em geral, uma formação intelectual e técnica muito mais européia do que americana. Mas foram obrigados a dialogar com a realidade tecnológica exportada pelos Estados Unidos.

"A afirmação de que a Semana de Arte de 22 foi o evento mais significativo na história cultural brasileira acaba por acobertar alguns outros significados que podem ser associados ao Modernismo. Para além de ser um capítulo na história da nossa literatura, das artes plásticas, da música, o Modernismo foi significativo para a composição, para a fundação de uma nova identidade nacional. Os artistas, os participantes da Semana de 22 procuraram incorporar todos os procedimentos técnicos poéticos das vanguardas européias. Nesse sentido, buscaram atualizar as questões da literatura, da arte, da música e, ao mesmo tempo, resgatar elementos da tradição popular brasileira. Isso deu origem a uma cultura ambígua que expressava cosmopolitismo por um lado, fruto de uma modernização crescente, fruto da industrialização, fruto da presença de imigrantes na sociedade brasileira; por outro lado, expressava também o resgate das tradições populares especialmente das classes que durante muito tempo não figuravam naquilo que se poderia chamar de cultura brasileira. Trata-se então de um país que incorpora a cultura européia mas que tem uma cultura, traços culturais diferentes, variados, múltiplos e que produz algo novo. Talvez a expressão mais bem acabada disso tenha sido a Antropofagia."

Desenvolvimento econômico e produção cultural

Nas décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 40, o país viu crescerem as atividades de pesquisa e a formação de mão-de-obra qualificada nas universidades. Ao mesmo tempo, a classe média brasileira embarcava com tudo na ideologia do consumo. Foi durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, que se firmou no Brasil a convicção de que o progresso dependia do desenvolvimento industrial. O Plano Nacional de Desenvolvimento de Juscelino tinha o slogan "Cinquenta Anos em Cinco", propondo a realização, em cinco anos, de um trabalho de meio século. No governo JK, as indústrias básicas, que produziam alimentos, máquinas e peças, expandiram seus negócios. A produção industrial teve um crescimento de 80 por cento. Para viabilizar a produção de energia, fundamental para o desenvolvimento, foram construídas grandes obras, como as hidrelétricas de Furnas e Três Marias, em Minas Gerais. Além disso, o mercado brasileiro se abriu para as montadoras de automóveis, como a Ford, a General Motors e a Volkswagen.

JK procurava um símbolo para marcar e consolidar a nova fase industrial do Brasil, a obra máxima de seu governo. Começava o projeto da construção de Brasília, inaugurada em abril de 1960. Curiosamente, a idéia da nova capital, uma cidade moderna e planejada em pleno sertão, agradou à esquerda e à direita brasileiras.

João Gilberto, Tom Jobim, Vinícius de Moraes... A Bossa Nova

As mudanças nos grandes centros urbanos tiveram reflexos nas artes, na ciência e na tecnologia. Enfim, na produção cultural do país. O aumento da população economicamente ativa criou condições para o desenvolvimento comercial do teatro, do cinema e da música. Foi assim que, no final dos anos 50, surgiu a bossa nova, com João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, entre outros. Eles beberam na fonte de músicos como Pixinguinha, Noel Rosa, Ari Barroso, Lamartine Babo e Villa-Lobos. Reunidos em sessões musicais na casa da cantora Nara

Leão, no Rio de Janeiro, os criadores da bossa nova identificavam-se com os grandes sambistas cariocas. Ao mesmo tempo, dialogavam com as formas do jazz produzido nas grandes cidades dos Estados Unidos, como Chicago e Nova York.

Teatro e cinema: efervescência

No teatro, Nelson Rodrigues escandalizava ao retratar a hipocrisia e os conflitos da classe média urbana típica, angustiada por problemas materiais e incertezas existenciais. O estilo direto e ferino do dramaturgo chocava-se com os valores tradicionais da sociedade. No cinema, a produtora Atlântida adotou a fórmula da chanchada, inspirada na receita de sucesso de Hollywood. Outra produtora, a Vera Cruz, lançou-se a uma vertente mais séria, produzindo filmes com um conteúdo mais elaborado e dentro dos padrões industriais do cinema americano.

O Cinema Novo retomou em parte a discussão levantada pela Semana de Arte Moderna de 1922. Ele se preocupava com o Brasil, com as origens e com o futuro da cultura e da arte do país, num mundo cada vez mais industrializado e dividido em torno de temas globais, como o capitalismo e o comunismo. "Uma idéia na cabeça, uma câmera na mão": a célebre frase de Gláuber resumia a preocupação estética do Cinema Novo. Ao mesmo tempo em que questionavam esquemas hollywoodianos de superprodução, os cineastas procuravam retratar o Brasil através de uma estética despojada mas com sofisticação de linguagem.

Num mundo em transformação, medo do comunismo

No início dos anos 60, o país estava em processo de transformação, em todos os sentidos. Brasília prometia a modernidade, as grandes cidades estavam mudadas e a arte buscava novos caminhos. No dia-a-dia, a presença cultural norte-americana se multiplicava por todos os lados: na grande indústria, nos arranha-céus, na publicidade, nas roupas, no cinema. Com a grande concentração de operários nas cidades, surgiu o receio de movimentos trabalhistas e sindicais.

A Casa Branca passou a se preocupar com possíveis levantes comunistas na América Latina, a exemplo do que ocorreu em Cuba em 1959. A mesma preocupação da burguesia e da classe média brasileiras. O clima de insegurança no Brasil aumentou com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, em circunstâncias nunca inteiramente esclarecidas. O trabalhista João Goulart, o Jango, vice de Jânio, assumiu a presidência em setembro de 61, em meio a ameaças de golpes e contragolpes de Estado. Os militares não queriam um governo identificado com a estrutura sindical herdada de Getúlio Vargas. Se Jango nada tinha a ver com o comunismo, o receio dos militares era de que o trabalhismo aproveitasse a oportunidade para uma ofensiva. Foi o que aconteceu. As greves se multiplicaram.

Em 62, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação convocaram uma greve geral, reivindicando um ministério progressista e comprometido com os interesses nacionais. A influência das esquerdas sobre o movimento causava ainda mais inquietação nas Forças Armadas. No Rio de Janeiro, grupos de mães, profissionais liberais e oposicionistas em geral do governo organizaram um comício contra as *reformas de base* de Jango. Em São Paulo foi organizado um movimento semelhante, a "Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade". Era o sinal que os militares aguardavam para o golpe de Estado.

Ditadura militar: resistência

A ditadura, instalada a partir do golpe de 31 de março de 1964, suprimiu liberdades básicas. O governo do marechal Castello Branco fechou sindicatos e entidades civis, entre elas a UNE, União Nacional dos Estudantes. Proibiu as greves e cassou mandatos de políticos da oposição. Perseguiu intelectuais e profissionais liberais que se

mostravam contrários ao novo regime.

Os militares criaram o Serviço Nacional de Informações, SNI, uma rede de espionagem política. Seus agentes usavam métodos que incluíam escuta telefônica, violação de correspondência, prisões arbitrárias e a prática de tortura. Em novembro de 1965, Castello Branco instituiu o bipartidarismo. De um lado, a Aliança Renovadora Nacional, Arena, aglutinava os partidários do governo. De outro lado, o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, agrupava a "oposição consentida". Os setores oposicionistas mais ativos intensificaram as atividades clandestinas. Muitos estudantes, intelectuais e trabalhadores urbanos e do campo acabaram presos. Tornaram-se freqüentes os relatos de tortura e de desaparecimento de militantes políticos.

Militares decretam o AI-5

Apesar de todo o clima de terror, o movimento estudantil, articulado com organizações de trabalhadores, conseguiu resistir promovendo passeatas que reuniam milhares de pessoas em São Paulo, no Rio e em outras capitais. A repressão investiu com toda a força sobre o meio estudantil. Em março de 68, o estudante Édson Luís de Lima Souto morreu num conflito com a Polícia Militar no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Em outubro, a ditadura prendeu mais de 1.200 estudantes no trigésimo congresso da UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna, em São Paulo. Logo em seguida, em dezembro de 68, viria o golpe fatal da ditadura: a decretação do AI-5. Assinado em dezembro de 68 pelo presidente da República, gal. Arthur da Costa e Silva, o Ato Institucional nº. 5 vinha consolidar e aprofundar o regime de exceção. O instrumento conferia ao poder executivo a faculdade de cassar mandatos políticos, censurar a imprensa, aposentar compulsoriamente servidores públicos, determinar o fechamento do Congresso, impor estado de sítio e suspender as mínimas garantias individuais, como o direito de ir e vir.

Violência do Estado e abertura política

Em janeiro de 76, a morte do operário Manoel Fiel Filho em circunstâncias semelhantes às de Herzog acelerou o processo de democratização do país. Nos Estados Unidos, a política externa do presidente Jimmy Carter enfatizava os valores da democracia e o respeito aos direitos humanos.

"Recordando a morte do jornalista Wladimir Herzog, eu me menciono sobre três pontos que parecem fundamentais. O primeiro foi a busca. Saber se ele estava preso e, se estava, onde se encontrava. Foram telefonemas a todas as autoridades, desde o governador até o general Golbery (do Couto e Silva, chefe do gabinete civil no governo Geisel) e nada conseguimos fazer. Ele estava morto. O segundo momento foi a preparação para o ato ecumênico. Foi um ato judaico dirigido pelos cristãos, todos unidos para dizer: "a revolução estava matando". Depois chegou o terceiro momento, quando um operário da zona leste de São Paulo foi preso e desapareceu. De repente nos chegou a notícia de que ele havia morrido. Era Manoel Fiel Filho. Ele se tornou o símbolo da resistência operária contra a violência. Em todos os lugares de São Paulo houve manifestações religiosas e manifestações patrióticas. Daí para a frente a Igreja e os operários lutavam por uma só causa, assim como o povo, que começou a lutar pela liberdade do Brasil."

Dentro desse contexto, o governo do general Ernesto Geisel deu início ao que chamava de "abertura lenta, gradual e segura". Em 79, já durante o governo do general João Figueiredo, foi aprovada no Congresso a lei de anistia aos presos políticos e aos exilados, e também aos torturadores do regime militar.

Arte e participação

O período de vigência do AI-5 é sempre lembrado como um tempo sem perspectivas. Mas antes dele, ainda nos primeiros anos após o golpe de 64, a vida cultural era intensa no

Brasil, apesar da censura e da repressão. Os artistas reagiram de formas diferentes ao golpe de 64. Entre os músicos da 'geração Bossa Nova', por exemplo, houve uma divisão. Diversos artistas preferiram não participar diretamente da discussão política. Por outro lado, muitos nomes importantes da música popular, como Nara Leão, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré e Chico Buarque, fizeram oposição explícita ao governo militar. A proposta formal de arte engajada foi adotada pela União Nacional dos Estudantes, que criou os CPCs, Centros Populares de Cultura. O movimento foi além da música e engajou escritores como Ferreira Gullar, dramaturgos como Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, e os realizadores do Cinema Novo. Em 1965 a TV Record passou a transmitir o programa "O Fino da Bossa", sob o comando de Elis Regina e Jair Rodrigues. A emissora aproveitava o nome de um espetáculo de sucesso apresentado no Teatro Paramount por estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. A proposta inicial da emissora, de abrir espaço para a chamada "música brasileira autêntica", foi se modificando sob a influência dos estudantes. As letras das músicas eram cada vez mais contundentes e alusivas ao momento político.

Anos 60: Jovem Guarda, Tropicalismo...

A mesma TV Record criou, para ocupar as tardes de domingo, o programa "Jovem Guarda", com Roberto Carlos, numa linha bem diferente. As gírias, as roupas e os cabelos longos davam o tom do programa. Expressavam uma concepção de vida em que o ideal era ter um carrão vermelho e andar à toda velocidade pelas curvas da estrada de Santos.

No fim dos anos 60 surgiu a Tropicália, uma corrente que refletia bem os conflitos políticos e estéticos da época. Os baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil pretendiam renovar a MPB, para eles estagnada desde João Gilberto. Os tropicalistas procuravam uma estética que lhes parecesse nova na arte. O movimento agrupou artistas como o dramaturgo José Celso Martinez Correa, o maestro Rogério Duprat, o artista plástico Hélio Oiticica e os poetas concretistas Augusto e Haroldo de Campos.

Com a decretação do AI-5, em dezembro de 68, passou a haver um controle mais rígido das atividades culturais. Muitos artistas desagradáveis ao regime acabaram exilados.

A força da televisão

E houve um fator muito importante a exercer influência sobre esse momento cultural: a força da televisão. Nesse período, a pioneira TV Tupi, surgida em 1950, e a Rede Globo, inaugurada em 1965, disputavam a liderança de audiência. A TV brasileira começava a chegar às cidades e vilas mais distantes com boa qualidade de som e imagem, apoiada em um projeto de telecomunicações implementado pelos governos militares.

Um exemplo da força e do controle da televisão sobre o imaginário coletivo foi a cobertura da Copa do Mundo de 1970. Num período de recrudescimento da repressão e da tortura a presos políticos, a TV levava para todo o país e para o exterior a imagem ufanista de uma nação plena de paz e prosperidade.

Ao longo das últimas décadas, a principal emissora do país, a TV Globo, tem mantido sua posição de líder absoluta de audiência em todas as regiões brasileiras. A partir das telenovelas, do jornalismo e de uma grade de programação acompanhada diariamente por milhões de pessoas, a emissora veicula sua própria ótica do Brasil e do mundo. Com a força de comunicação que detém, a TV Globo ocupa um espaço cultural de inegável influência sobre a realidade social, econômica e política do país.

Cultura e conscientização

A produção cultural que se observou a partir dos anos 60, no Brasil e no mundo, mostra que nenhum sistema político possui o monopólio do bem e do mal, como as fórmulas da Guerra Fria tentaram passar ao mundo. Por sua própria natureza, a arte e a cultura estão

sempre buscando formas de denunciar os conceitos maniqueístas criados em nome das ideologias políticas.

Hoje podemos constatar mais claramente que nem o socialismo nem o capitalismo oferecem a chave da felicidade. A partir da queda do Muro de Berlim, o que se tem visto é a livre comunicação entre países que estiveram distantes uns dos outros por mais de 40 anos. Esse intercâmbio de culturas e conhecimento científico, facilitado pelos avanços da tecnologia, pode vir a consolidar, no futuro, um mundo mais democrático em todos os sentidos: no exercício da cidadania, na vida cultural e, sobretudo, no campo das idéias.

Fonte: alo escola, tvcultura

A QUESTÃO CULTURAL NO MUNDO

O programa debate as influências da Guerra Fria sobre a produção cultural em todo o mundo, e a utilização dos valores culturais como instrumento de propaganda ideológica.

O poder da imagem torna-se questão estratégica durante o século XX, com o desenvolvimento de mídias de grande impacto, como a fotografia, o cinema, o rádio e a televisão. Durante a Guerra Fria, comunistas e capitalistas servem-se dos meios de comunicação e de todas as formas de produção cultural para difundir seus ideais de vida em sociedade. Depoimentos do jornalista Arbex Jr., do historiador Nicolau Sevcenko e do escritor e jornalista Antônio Bivar.

Toda sociedade costuma produzir uma imagem ideal a respeito de si mesma. É a partir dessa imagem que ela gosta de se enxergar, e que gostaria de ser lembrada no futuro. Nos grandes centros urbanos, a sociedade procura fazer-se notar através de obras que denotam progresso, riqueza e modernidade.

No decorrer da História, muitos povos passaram à memória da humanidade através de edificações suntuosas, como as pirâmides erguidas por ordem dos faraós do Egito, e os magníficos edifícios e templos do Império Romano e da Grécia Antiga. É claro que a perspectiva grandiosa corresponde sempre ao ponto de vista de quem está no poder. São os poderosos que têm motivações para glorificar sua época. E são eles que possuem os meios para criar monumentos e produzir imagens.

Um escravo do tempo dos faraós, por exemplo, que trabalhou duro na construção de uma tumba, provavelmente não teria um depoimento muito favorável sobre sua própria época. A imagem ideal de uma sociedade realça sempre as suas qualidades e procura esconder ou minimizar os aspectos negativos. Essa tendência fica mais acentuada quando um país está em guerra. Nesse caso, é essencial que se produzam imagens para estreitar a união do povo e estimular o espírito de luta dos soldados e das nações. Nos períodos de guerra, representações visuais e sonoras carregadas de simbolismo, como a bandeira e o hino nacional, são fundamentais para se manter em alta o ânimo de um exército em luta.

O poder da imagem no século XX

O poder da imagem tornou-se questão estratégica durante o século XX, com o desenvolvimento de mídias de grande impacto como a fotografia, o cinema, o rádio e a televisão. Com o avanço da tecnologia, a reprodução e o alcance das comunicações passaram a abranger virtualmente todo o planeta.

Esse apelo à imagem já podia ser notado na Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918. Ele foi fundamental para a criação de um espírito nacionalista nos dois lados em luta. Um recurso muito utilizado na Primeira Guerra foi a reprodução de milhares de cartazes para estimular o alistamento e pedir contribuições em dinheiro e em horas de trabalho pelo chamado "bem da pátria". Não por acaso, a propaganda visual tornou-se uma das partes centrais da monumental máquina de guerra de Adolf Hitler.

O ministro da Propaganda, Josef Goebbels, foi peça-chave do esquema nazista durante a Segunda Guerra, entre 1939 e 1945. Nas mensagens publicitárias e filmes produzidos sob orientação dele, as imagens depreciavam de forma explícita os judeus, os comunistas e outros *inimigos* do nazismo. Na verdade, o auge da utilização bélica da imagem aconteceu durante a Guerra Fria. No lugar dos mísseis, disparavam-se as armas da propaganda. Em vez de ogivas nucleares, detonavam-se mensagens persuasivas elaboradas cuidadosamente. Os objetivos eram ganhar a simpatia da opinião pública e procurar convencer o outro lado de sua superioridade militar.

A propaganda ideológica

Na Guerra Fria, os temas da propaganda ideológica eram complexos porque envolviam ideais distintos de vida, democracia e felicidade. No bloco soviético, por exemplo, esses ideais refletiam o processo político desencadeado com a Revolução de 1917.

A União Soviética surgiu em 1922, dentro dos planos da Revolução Russa liderada por Vladimir Lênin e Leon Trotsky. Os bolcheviques idealizavam uma sociedade igualitária, com direitos e deveres iguais para todos, sem a exploração do homem pelo homem. O Estado passaria a proprietário das terras, da grande indústria e dos bancos. Uma sociedade sem desigualdades e sem classes sociais.

Mas a Rússia de 1917 era um país essencialmente rural. Era necessário realizar um salto tecnológico, como forma de se criar empregos. Segundo Lênin, o sucesso do socialismo dependia do sucesso do programa de industrialização do país. Essa imagem, associando felicidade e produção industrial, perduraria por toda a existência da União Soviética. Nos primeiros anos da revolução, a indústria do cinema soviético já aparecia como um veículo de reforço dos ideais socialistas. Foram produzidos filmes como o clássico "O Encouraçado Potemkin" e "O Fim de São Petersburgo".

O realismo socialista

A partir dos anos 30, a imagem que a União Soviética fazia de si mesma era moldada por uma corrente estética denominada *Realismo Socialista*. Ela surgiu durante um congresso de escritores em 1934, com a participação de Máximo Gorki. A corrente deveria consagrar a arte como canal de expressão dos princípios marxistas. Os artistas passaram a buscar inspiração no folclore nacional e na vida simples do operário e do camponês. Em pouco tempo, no entanto, as diretrizes do congresso tornariam-se instrumento político nas mãos de Josef Stalin.

O Realismo Socialista condenava a arte abstrata, considerada um símbolo da decadência capitalista. Também não aceitava o jazz e outros gêneros musicais que incorporavam a sensualidade. Para os soviéticos, essas manifestações artísticas evidenciavam uma sociedade deteriorada. A rigidez na vida cultural soviética, no entanto, não afetou o exercício de uma das atividades em que os russos sempre alcançaram níveis de excelência: a dança clássica. O Balé Bolshoi, uma das companhias de dança mais tradicionais do mundo, manteve suas produções de obras clássicas do século XIX, e apresentava-se com grande sucesso nos palcos dos países ocidentais.

"O Realismo Socialista tinha, sobretudo, uma função política. A arte realista socialista tinha a função de glorificar o sistema soviético, em particular o seu líder, que até 1953 era Josef Stalin. Inúmeros quadros, filmes e livros dessa época mostram Stalin como um sábio, o Pai dos Povos, um homem justo, acima do bem e do mal. O Realismo Socialista eliminou a separação entre arte, partido e Estado.

Nesse sentido, é muito parecido ao que Hitler fez na Alemanha."

José Arbex Jr.

jornalista

O self-made-man nos Estados Unidos

No lado capitalista, as coisas tomaram um rumo diametralmente oposto. Nos Estados

Unidos, o ideal de felicidade tem sido, há muitos anos, quase sinônimo de riqueza e bem-estar individuais. É o chamado *ideal do self-made-man*. Um dos primeiros símbolos desse ideal foi o automóvel. Para muitos americanos do início do século não havia felicidade sem um carro na garagem. Um homem, em particular, teve grande influência na construção do modo de vida americano: Henry Ford, o criador da linha de produção em série do automóvel.

Na América sempre se valorizou o esforço individual em busca da felicidade, recompensado pelo consumo de bens que podem tornar a vida mais amena e prazerosa. O apego aos bens de consumo foi levado ao extremo com o 'boom' industrial logo após a Primeira Guerra Mundial. Os Estados Unidos saíram-se vencedores do conflito, e com uma indústria trabalhando a todo vapor. Algumas estimativas calculam em 9 milhões o número de automóveis em circulação pelas ruas e estradas da América, em 1920. Na época, o rádio ocupava lugar nobre da sala de estar dos lares norte-americanos. A revolução tecnológica começava a ganhar corpo junto com as transformações no universo das artes e espetáculos.

"Depois da Primeira Guerra Mundial surgiram uma nova geração e novas coletividades, que passaram a integrar a cena histórica e que criaram uma cultura toda baseada em representações do novo, do moderno, do jovem.

Nesse sentido, sentiam-se muito mais expressos nos seus valores através de novas formas de música fortemente ritmadas - ou sincopadas -, como o jazz das big bands e das jazz bands. Ou através de uma forma de arte que representava plenamente o milagre mecânico do século XX, como era o cinema. Houve também o 'boom' das atividades esportivas nesse período (...) e o advento das danças modernas, representadas por figuras como Isadora Duncan, trazendo a idéia de um retorno à natureza e à condição espontânea do corpo. Ou como Josephine Baker, lembrando as energias mais profundas que nascem das pulsões eróticas e da agressividade.(...) Nesse sentido, o que a sociedade pretendia era ver-se a si mesma como grande espetáculo. Em todos os níveis do cotidiano houve mudanças. Surgia uma nova sociedade de consumo. (...) A sensação é de que se vivia um tempo de euforia, que nada mais tinha a ver com o momento pregresso, o momento de atraso representado pelo século XIX e pelas sociedades fechadas anteriores."

Nicolau Sevcenko - historiador da cultura - USP

Nos anos 20, as novas dimensões da estrutura econômica e cultural, ao lado da simplificação do serviço doméstico, ampliaram a presença da mulher num mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e competitivo. Os costumes também se modificaram: as mulheres começaram a se livrar das roupas pesadas e cheias de enfeites, adotando saias e vestidos mais curtos, simples e sóbrios. Já temos, até aqui, os principais elementos culturais e ideológicos que marcariam as imagens dos dois blocos econômicos durante toda a Guerra Fria. Do lado soviético, a ênfase estava no controle estatal dos meios de produção, no desenvolvimento das máquinas, na concepção coletiva de vida. Do lado ocidental, a atenção maior estava no indivíduo, no mercado de consumo, na busca individual da felicidade.

Surge a Televisão

Todas as diferenças entre os dois blocos, no entanto, podem parecer menores quando entra em cena a força da TELEVISÃO: o interesse dos governantes pela TV sempre foi o mesmo, de Washington a Moscou.

O advento da televisão, no final dos anos 30, modificou completamente as formas de comunicação no mundo. Muitos historiadores e estudiosos de comunicações acreditam que a chegada da TV marcou o início de uma nova era. A transmissão instantânea da imagem a distância combinava muito bem com as necessidades de uma sociedade cada vez mais consumista, no lado ocidental.

E servia também aos propósitos explícitos de veículo de propaganda política, no lado socialista. De um modo geral, governantes dos dois lados sempre apreciaram o uso da TV para

seus pronunciamentos. Quando os soviéticos lançaram o Sputnik, o primeiro satélite a girar em órbita da Terra, em outubro de 1957, o pequeno aparelho levava uma única mensagem: "O comunismo será o grande vencedor".

Em 61, Yuri Gagarin foi recebido como herói em seu país ao se tornar o primeiro homem a viajar numa nave em órbita da Terra. A resposta norte-americana veio no final da década. Em julho de 1969, Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar o solo da lua. E, consolidando a conquista aos olhos do mundo, fincou em solo lunar a bandeira dos Estados Unidos. O evento foi transmitido ao vivo pela TV, para uma audiência estimada em 1 bilhão de pessoas.

Dos anos 50 até meados da década de 80, a propaganda soviética dava destaque à miséria existente nos países ocidentais. Apontava a prostituição, a pornografia, o narcotráfico, o desemprego e a corrupção como sintomas típicos da decadência da sociedade capitalista. Esses desvios não eram admitidos oficialmente pela União Soviética. Os filmes da época, quando se referiam ao próprio país, mostravam imagens idealizadas de um povo feliz. No Ocidente, a produção de imagens durante a Guerra Fria foi um processo mais complicado e contraditório. A própria natureza liberal dos regimes políticos dos Estados Unidos e da maior parte da Europa não deixava espaço para o surgimento de um fenômeno cultural restritivo como o Realismo Socialista.

Caça às bruxas: o macartismo

Em nome dos valores democráticos, no entanto, surgiu o macartismo, um movimento conservador que estremeceu os Estados Unidos nos anos 50.

O senador Joseph McCarthy desencadeou uma feroz campanha anticomunista, levando dezenas de artistas, produtores e intelectuais à falência e ao desespero. Muitos entraram na lista negra apenas por serem suspeitos de pertencer ao Partido Comunista ou de simpatizar com os ideais socialistas. Um dos alvos dessa campanha foi Charles Chaplin. Perseguido pelo FBI, a polícia federal norte-americana, por causa de seus filmes de temática humanista, Chaplin acabou deixando os Estados Unidos em 1952.

Os anos 60 e a revolução dos costumes

A histeria anticomunista foi substituída, na mídia do início dos anos 60, por manifestações contra o racismo e pelo fim da guerra do Vietnã. Nesse clima de contestação surgiu um movimento pacifista chamado genericamente de "flower power". Os Estados Unidos e a Europa passaram por uma profunda mudança de costumes, com o rock de Elvis Presley, Beatles e Rolling Stones. O feminismo também ganhou força na América. Esse panorama de agitação cultural preparou o clima de magia de 1968, ano em que os principais valores estabelecidos começaram a ser postos em questão.

Em maio de 68, universitários franceses organizaram manifestações nas ruas de Paris. Inspirados pelas teorias do pensador marxista alemão Herbert Marcuse, os jovens franceses protestavam contra os "valores hipócritas de uma sociedade injusta e atrasada". O filósofo Jean-Paul Sartre e sua mulher Simone de Beauvoir juntaram-se às manifestações de jovens e trabalhadores. Os principais intelectuais da geração de Sartre receberam o impacto da Revolução Cultural de Mao Tsetung, na China, servindo de inspiração para filmes como "A Chinesa", realizado em 1967 pelo cineasta Jean-Luc Godard.

Na mesma época estourava, na antiga Tchecoslováquia, Europa Oriental, uma série de manifestações populares que exigiam mudanças no país. Os checos saíram às ruas para lutar pela independência do país no Pacto de Varsóvia, e contavam com a simpatia do novo dirigente do Partido Comunista, Alexander Dubcek. Nos dois blocos, os sistemas vigentes trataram de conter os movimentos de oposição. Essa reação culminaria com o atentado que matou, em abril de 68, nos Estados Unidos, o líder negro Martin Luther King. Na França, a

repressão e outras ações do governo desarticularam o movimento dos estudantes.

Em agosto, tanques soviéticos começaram a tomar as ruas da capital da Tchecoslováquia para pôr fim a um período liberal conhecido como "Primavera de Praga". No Brasil, o movimento estudantil, as lideranças sindicais e os meios artísticos e intelectuais lutavam contra o regime militar instalado em março de 1964. É dessa época o surgimento da Tropicália, uma proposta musical de conotação libertária, e os festivais, onde a chamada "música de protesto" encontrava grande aceitação popular. As manifestações contrárias ao governo eram reprimidas através das armas e das leis de exceção, como o Ato Institucional número 5, criado em dezembro de 1968 para tolher os direitos de livre manifestação e expressão. Na América, como na Europa, foram conquistados novos espaços de participação política e cultural.

O evento mais significativo desse momento foi o Festival de Woodstock, realizado em agosto de 69 em uma fazenda no estado de Nova York. Cerca de 500 mil jovens conviveram por 3 dias em clima de paz e harmonia, no auge da pregação em torno do sexo, drogas e rock'n'roll. A mensagem dos jovens norte-americanos, simbolizada por Woodstock, não se encaixava na lógica da Guerra Fria. Por um lado, essa mensagem criticava o capitalismo, mas por outro lado não apoiava o autoritarismo dos regimes socialistas. Condenava a guerra do Vietnã, mas desaprovava também a luta armada pela conquista do poder, preconizada pelos comunistas. Woodstock foi o momento mais representativo daquilo que hoje chamamos de "contracultura".

"A chamada 'cultura jovem' vem de longe, vem dos anos 50, com os beatniks. (...) A fusão da coisa beat com a cultura pop dos Beatles, dos Rolling Stones e dos grupos novos da Califórnia, mais o underground que surgia com Andy Warhol em Nova York e o advento do LSD nas universidades, por volta de 1967, tudo isso proporcionou o que ficou conhecido como 'Verão do Amor'. (...)"

*Paralelamente, foram acontecendo o movimento feminista - que ganhava força na época -, o 'black power', o movimento de liberação gay e uma série de outros movimentos que receberam o nome de **contracultura**. (...) Uma das coisas mais curiosas desse movimento contracultural é a arte de Andy Warhol (...). Além de descobrir a arte pop, ele tinha uma cabeça para impactar.*

Quando ele fez o quadro da lata de sopa Campbell, aquilo era um nada, mas um nada que ficou sendo maior que a vida, porque ninguém nunca tinha feito aquilo. (...) Em 1967, paralelo ao Verão do Amor, teve o Festival de Monterey, na Califórnia, onde apareceu pela primeira vez a Janis Joplin, e onde tocaram Jimi Hendrix e Mamas & Papas. Esse festival foi a primeira vontade que havia de fazer um festival maior, que culminaria, dois anos depois, no festival de Woodstock, perto de Nova York, e que foi o ápice da coisa contracultural (...). Era a época do jovem se dizer 'drop-out', de cair fora da universidade, de sair pela estrada, mochila, carona, de viver e dormir onde desse... Esse espírito aberto, essa confiança de que qualquer porta seria aberta para um hippie de bom coração, isso espalhou-se pelo mundo. E junto a isso tudo formou-se uma indústria, já que havia consumidores para toda essa nova onda (...). Quer dizer, por trás de toda essa coisa contra o sistema, contra a guerra, havia uma indústria faturando em cima."

Antonio Bivar
escritor e jornalista

A Guerra Fria no esporte

A relativa liberdade de opinião e expressão nos países capitalistas oferecia um contraste notável com a rigidez adotada pelo socialismo, e era considerada um dos grandes trunfos do sistema de mercado. Talvez por essa razão, a turbulência das idéias no mundo capitalista conseguia conviver com a guerra fria das imagens promovida pelos ideólogos dos dois sistemas. Uma das arenas favoritas da guerra das imagens era o esporte, em particular os Jogos Olímpicos e os campeonatos mundiais de xadrez. A utilização do esporte para fins

ideológicos em nosso século, no entanto, é anterior à Guerra Fria.

Em 1936, o atleta norte-americano Jesse Owens conquistara 4 medalhas de ouro nas Olimpíadas de Berlim. Um duro golpe nos planos de Hitler, que pretendia fazer dos Jogos uma demonstração da propalada superioridade da raça ariana. O ditador teria ficado ainda mais contrariado pelo fato de Jesse Owens ser negro. Durante os anos da Guerra Fria, o acúmulo de medalhas olímpicas serviu para mostrar, no plano simbólico, a suposta primazia de um sistema sobre o outro. Esse tipo de confrontação simbólica atingiu o ponto máximo nas Olimpíadas de Moscou, em 1980, e nas de Los Angeles, em 84. As competições foram prejudicadas pelo boicote das superpotências: em 80, os norte-americanos e alguns aliados ausentaram-se dos Jogos, em protesto contra a invasão do Afeganistão. Em represália, quatro anos depois foi a vez de o bloco socialista não comparecer à competição de Los Angeles. Os campeonatos mundiais de xadrez também eram por excelência um palco de confronto ideológico. A própria Guerra Fria pode ser comparada ao jogo de xadrez, em que um adversário só pode aplicar um xeque-mate simbólico no outro. O poder de destruição nuclear acumulado pelas superpotências era de tal forma aniquilador que já não fazia sentido um enfrentamento real. Por isso, o xadrez da Guerra Fria tinha o título de "equilíbrio do terror".

Cai o muro

Na verdade, uma das imagens mais contundentes da Guerra Fria aconteceu apenas em novembro de 1989, com a queda do Muro de Berlim. O fim do muro foi fruto de um processo que se originou em abril de 85, com a ascensão de Mikhail Gorbachev à chefia do Partido Comunista da União Soviética.

Aos poucos, Gorbachev foi dando forma a um conjunto de mudanças democratizantes, acompanhadas de uma nova política de relações exteriores. As transformações chegaram à Europa do Leste, incluindo a Alemanha Oriental e sua capital, Berlim. Com a queda do muro, a turbulência cultural do mundo capitalista inundou a União Soviética e seus aliados europeus.

Talvez seja uma imagem representativa do início de uma nova ordem mundial: o "M", conhecidíssimo símbolo do McDonald's, colocado bem diante da estátua de Alexander Pushkin, o maior dos poetas da Rússia

Fonte: alo escola, tvcultura

A Civilização da Imagem

Que papel não exerce, sobre o que já foi dito, apenas a televisão, que causa uma superexcitação da sensibilidade, apagando a vontade e a inteligência? O indivíduo permanece passivo diante das centenas de cenas que se sucedem e, pela velocidade das mesmas, não exercita sua capacidade intelectual, apenas recebe um universo de sensações desordenadas e imagens que já vêm prontas.

Afirma o Núcleo de Estudos Psicológicos da Universidade Estadual de Campinas, que realizou um amplo estudo sobre a televisão e a criança:

"A velocidade com que as mensagens são transmitidas e até justapostas, excede normalmente o ritmo necessário à percepção consciente.(...) Também existe o fato, percebido até por leigos, de que a velocidade de apreensão cognitiva de uma mensagem varia de acordo com o telespectador. Na TV isso não é respeitado... (...)

Considerando o telespectador infantil, podemos dizer que a criança, exposta a uma grande quantidade de informações velozmente transmitidas, está sendo lesada em suas oportunidades de desenvolver-se do ponto de vista cognitivo, e tenderá a atrofiar sua capacidade de abertura da percepção, ou, usando a mesma terminologia de Schanchtel (1959), terá dificuldade de desenvolver uma percepção aloclêntrica do mundo, adulta, criativa. Por isso os estudiosos dizem que a TV infantiliza e limita a consciência dos telespectadores assíduos. (...)

A repetição [dos clichês pré-fabricados] é uma ilusão de conhecimento porque, à força de limitar a experiência, fecha a percepção do mundo e a reduz a clichês; e, ainda, confina o indivíduo ao prazer infantil do jogo: segurança do sempre-o-mesmo, das regras fixas. Acaba 'ensinando' a criança a não ousar. Não responde à sua curiosidade nem a desenvolve. O mundo passa a ser visto como algo que não oferece nenhum desafio ou interesse."

Não é preciso esperar o futuro para conhecer esses novos jogos de "realidade virtual", onde o indivíduo cria um mundo de sensações muito mais intensas do que as do mundo real. Até que ponto o interesse pela realidade não fica menor, se cada um tem um mundo particular onde não é necessário um esforço intelectual e, sem dúvida, é muito mais atrativo do que o mundo em que vivemos, onde nem tudo é como gostaríamos que fosse? Nesse sentido comenta Daniel Boorstin, em seu livro "The image: or what happened to the American dream":

"Desde que tenhamos tomado gosto pelos encantos do pseudo-evento [eventos criados pela Mídia, mais espetaculares do que os eventos reais], somos tentados a acreditar que eles são os únicos acontecimentos importantes. O nosso progresso envenena as fontes de nossa experiência. E o veneno é tão doce que estraga o nosso apetite pelos fatos simples. A nossa aparente capacidade para satisfazer as nossas exageradas expectativas faz-nos esquecer que elas são exageradas"

Não é difícil provar o poder que a mídia possui atualmente na sociedade, onde ela é capaz de transformar, em alguns segundos, bandidos em heróis e heróis em bandidos.

Em um mundo onde todas as instituições começam a ser demolidas, todas as crises e doenças começam a aparecer, todos os valores a sumir, o que resta? Na queda de todos os poderes do Estado e da sociedade, um quarto poder se levanta: a imagem. Mais precisamente do que a mídia em geral, o quarto poder parece ser a imagem, e aqueles que a detém, controlam a Revolução Pós-moderna. A realidade virtual nada mais é do que a concretização do lema da Sorbonne: "imaginação ao poder".

A principal influência da televisão, todavia, não é apenas o conteúdo do que é transmitido, mas a maneira de transmitir. De forma geral, além de inverter as potências do homem (inteligência, vontade e sensibilidade), a televisão tende a conferir a este uma visão "Holística" do mundo, de uma grande "aldeia global" (sem fronteiras). No mesmo instante o telespectador viaja do Japão à Inglaterra, passando pelo Rio.

Isso sem falar no que é óbvio, ou seja, que a televisão é hoje o educador de todos, transmitindo valores e, principalmente tendências, para todo um planeta. Se até a cor de um ambiente pode influenciar uma pessoa, qual não será a influência que a imagem televisiva exerce sobre seus teledependentes?

O próprio fato de a televisão enviar as mesmas imagens, tanto para o pobre como para o rico, tanto para a zona rural como para a urbana, gera uma tendência a eliminar as diversidades regionais, fazendo que todos tendam a ter os mesmos hábitos.

Escreve Marilyn Ferguson:

"A aldeia global é uma realidade. Estamos ligados através de satélites, viagens supersônicas, 4.000 reuniões internacionais a cada ano... Lewis Thomas observou:

'Sem esforço, sem pensar por um momento sequer, somos capazes de modificar nossa linguagem, maneiras, música, moral, diversões, até mesmo, no decorrer de um ano. Parece que assim procedemos por um acordo geral, sem votações ou mesmo pesquisas de opinião. Apenas pensamos sobre o que fazer, passamos informações adiante, trocamos códigos sob a forma de arte, mudamos de idéia, nos transformamos.

'... Em conjunto, a grande massa de mentes humanas em toda a Terra parece comportar-se como um sistema vivo coerente.' (...)

A Fundação Threshold, sediada na Suíça, declarou sua intenção de facilitar a transição para uma cultura planetária, 'favorecer uma mudança de paradigma, um novo modelo de universo, no qual a arte, a religião, a filosofia e a ciência conviriam', e promover uma compreensão mais ampla de que 'vivemos em um cosmos cujos inúmeros níveis de realidade formam um todo sagrado e único' ".

Cada um pensa como quer, dizem os revolucionários. Estranhamente, contudo, todos

acabam pensando a mesma coisa. Eis o paradoxo do igualitarismo, que pregou a igualdade e gerou maiores desigualdades, que pregou a liberdade axiológica e gerou a uniformidade monocromática da massificação social!

A TV e a Evasão para o Irreal

Segundo a gnose, tudo que nós vemos é uma ilusão, pois são apenas manifestações aparentes de um todo energético de que o homem faz parte. Tudo é uma imagem, tudo é irreal...

Escreve o já citado relatório da Unicamp:

"Várias vezes fomos abordados por pais e professores que estavam preocupados com a questão da fronteira entre o real e a fantasia na criança e queriam discutir o papel da televisão enquanto canal de mais fácil acesso à ficção, hoje, e o mais assíduo fornecedor de um imaginário cada vez mais mirabolante."

A distinção entre a realidade e a imaginação, entre o real e o virtual, começa a desaparecer nas crianças teledependentes:

"O imaginário infantil - diz-nos Liliane Lurçat, da revista francesa *Esprit* - sofre uma invasão de sons e imagens; há um como que efeito de súper-alimentação desse imaginário, fazendo transbordar a função do irreal, a qual submerge a função do real. Transformado em mero espectador, esse sonhador não cria mais as próprias imagens: ele se deixa invadir pelas que lhe são impostas."

M. Alfonso Erasquin, Luiz Matilla, Miguel Vázquez comentam judiciosamente:

"Já há quem adiante que possivelmente as recordações e vivências infantis da 'geração da televisão' estarão constituídas não de experiências pessoais, mas sim de experiências extraídas do televisor. As conseqüências que isto possa ter no sentido da paulatina interferência entre os campos da realidade e a imagem estão ainda por ser determinados, mas já existem testemunhos impressionantes do engalfinhamento dos dois campos, inclusive entre os espectadores adultos. Hoje, o controle sobre a televisão equivale, de certa forma, ao controle sobre a realidade, enquanto que um acontecimento que não comparece à tela de televisão é 'muito menos real' do que qualquer outro que receba a consagração da pequena tela."

A psicóloga Ana Maria Cordeiro Linhares comenta:

"Nada de estranhar, portanto, quando uma apresentadora de televisão é cumprimentada na rua, com intimidade, por alguém que não conhece, nunca viu. É que ela já é conhecida e muito vista, a tal ponto que tornou-se íntima. E íntima no sentido de que penetrou na intimidade do telespectador."

Por isso perguntam os mesmo M. Alfonso Erasquin, Luiz Matilla, Miguel Vázquez:

"Esse poder de manipulação das imagens e do meio televisivo, que controle não pode chegar a exercer sobre uma criança em pleno desenvolvimento? Sua capacidade crítica, de si pouco desenvolvida, se encontra, ademais, neutralizada pelo fato de que não dispõe de experiências reais e pessoais com as quais contrastar o que se lhe propõe a partir da tela. Isto é algo a que os pais não costumam prestar suficiente atenção, porque crêem que as experiências de suas crianças são equiparáveis às suas próprias. Tampouco nos meios escolares se atenta para esses aspectos. Em geral, com demasiada frequência, se conclui que uma 'criança normal' sabe perfeitamente o que é realidade e o que é fantasia, e faz a distinção sem problemas enquanto vê um programa qualquer na televisão".

Realidade Virtual e Isolamento

Uma das mais antigas obras da civilização, e talvez a mais civilizadora, consiste na arte de conversar. A troca de impressões, o convívio ameno e agradável, a visita cordial de um amigo distante, etc, tudo isso fazia da vida social um deleitável entretenimento. Varandas cheias, ruas repletas de pessoas a conversar, cidades vivas e orgânicas que se desenvolviam

na cordialidade do trato social... tudo isso parece que se vai esvanecendo no crepúsculo do século XX.

Um século onde a velocidade parece ter chegado a extremos inimagináveis, onde a ficção científica se tornou realidade e, no seu paradoxo, onde a realidade parece caber na virtualidade de uma tela de computador ou de televisão...

A realidade virtual, dentro da qual podemos colocar a televisão, cria um isolamento social, não só porque todos assistiram aos mesmos assuntos na televisão, mas também porque cada um prefere se divertir sozinho em seu mundo particular repleto de emoções sem riscos e onde, é claro, cada um é herói e perfeito no que quer ser.

Isso vai criando, além de um isolamento, uma crescente indiferença. Enquanto houver água quente na torneira e a televisão funcionar, está tudo bem, o resto tem menos importância, pois o mundo particular de cada um está seguro. Ao mesmo tempo, começa a se fazer da busca de emoções e de fantasias o ideal do homem. Desse mundo interior de ilusões e de fantasias, o homem começa a pensar se tudo que ele vê também não é uma ilusão, um sonho, apenas um teatro de que ele faz parte com algum objetivo ignorado.

No momento em que a realidade fica menos importante de que a fantasia, ou mesmo começa a se confundir com ela, é o momento em que a gnose começa a crescer. O mundo físico, suas fronteiras, seus dogmas e suas verdades são ilusões (logo, para que ter ideal, para que lutar por alguma coisa, a moral é uma invenção, a hierarquia é ilógica, etc). O mundo vai, assim, sendo gradativamente levado a buscar uma justificativa metafísica para sua existência, só que agora através do antropocentrismo.

O isolamento produzido pela Pós-modernidade vai encontrando eco na tecnologia, que facilitando mais ainda a "auto-suficiência" de cada um, cria um mar em volta de uma ilha. O mar da indiferença, na ilha da solidão... O conflito entre o mundo e o "eu", entre a realidade e a fantasia, entre a transcendência e a imanência, tudo se radicaliza na técnica Pós-moderna.

Escreve o Estado de S. Paulo, do dia 15 de dezembro de 1994:

"Time Warner lança na Flórida [a] TV interativa. (...) Por meio desse sistema, os usuários poderão assistir a 50 filmes, fazer compras nos principais centros comerciais de Orlando, solicitar videojogos e estabelecer contato permanente com vizinhos para troca de informações [isso sem sair de casa]".

O Caderno de Informática do Correio Braziliense, do dia 30/5/95, traz uma reportagem sobre um seminário ocorrido em Roma, na prestigiosa Universidade Urbana, na qual os psicólogos ali reunidos colocavam em questão os efeitos do computador. Em um determinado parágrafo da reportagem, o articulista escreve:

"Parece evidente que a obsessão pelas novas tecnologias pode levar, sobretudo entre os mais jovens, a uma série de problemas psicológicos como a perda da capacidade de comunicação e de relação com os outros.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre a Família da Universidade Católica, o computador é freqüentemente considerado como uma "pessoa da família" e não como um eletrodoméstico comum".

Comenta a Revista Veja, na sua edição de 26 de outubro de 1994, em um artigo sobre a Alemanha unificada:

"'Auto-afirmação e autonomia individual são as duas máximas mais importantes da nossa sociedade', diz a professora e psicóloga Eva Jaeggi, de Berlim. (...) Na época do Socialismo, os alemães-orientais cultivaram uma expressão que se tornou obrigatória para explicar como as pessoas se fortaleciam para fazer de conta que acreditavam no sistema: mergulhavam na 'sociedade de nichos', criando um mundo completamente oposto ao exterior. A mesma expressão voltou à moda agora em outra acepção. Boa parte dos alemães parece abominar o apego a qualquer grande corrente política ou ideológica, a não ser a defesa do próprio conforto e lazer. É cada vez maior o número de pessoas que buscam apenas sua felicidade individual criando seu próprio nicho.

Desde 1950 dobrou o número de lares de uma só pessoa..."

A QUESTÃO DO ÍNDIO DO PERÍODO COLONIAL ATÉ OS DIAS ATUAIS

Índio sorri, índio sabe muitas coisas. Os antepassados ensinaram-lhe a trabalhar apenas o necessário e a dividir tudo o que se produz. A terra, como bem de produção, pertence a todos. Só alguns instrumentos de trabalho - machado, cestos, arco e flechas - podem constituir propriedade individual.

Quando os europeus aqui chegaram, os indígenas eram quase 2 bilhões. Em 1970 eram cerca de 50.000. Foram lentamente dizimados por brancos que não entendiam sua cultura, escravizavam-nos, expulsavam-nos de suas terras, transmitiam-lhes doenças contra as quais não tinham resistência. No decorrer de quatro séculos, grupos tribais inteiros desapareceram completamente.

Atacados e defendidos, objeto de estudos e controvérsias, tema de conferências no plano internacional, quem são os índios do Brasil, como vivem, qual a sua situação atual?

DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Em 1957, o etnólogo Darcy Ribeiro dividiu a população indígena brasileira em 143 grupos tribais. Estes são bastante diferentes entre si, inclusive nas características físicas: certos grupos Tupi, por exemplo, têm estatura baixa, enquanto os gaviões são muito altos.

Também as línguas que falam não são as mesmas. Foi necessário agrupá-las, de acordo com a sua origem, em troncos lingüísticos. Assim, os Maué e os Xetá falam línguas diferentes, mas estas pertencem ao mesmo tronco, o Tupi. (Da mesma forma, o inglês e o português pertencem ao mesmo tronco lingüísticos - o indo-europeu). Os principais troncos lingüísticos dos indígenas brasileiros são o Tupi, Aruaque, Caribe e Jê.

A maior parte organiza-se em tribos - grupos de indivíduos cujas aldeias ocupam áreas contíguas. Os membros de uma tribo falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e geralmente possuem origem comum. O mais importante, porém, é o sentimento de unidade que faz os indivíduos se identificarem com a sua própria tribo. Graças a isto, mantêm-se coesos mesmo quando não há nenhum chefe ou conselho cuja autoridade se estenda a toda a tribo.

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

É através de seu trabalho que os índios conseguem obter os alimentos de que necessitam: caçam, pescam, coletam alimentos, plantam. Nesta luta permanente, não contam senão com instrumentos rudimentares, mas eficientes. Eles mesmos os fabricam, a não ser quando trabalham com facões, pás e enxadas fornecidos pelos brancos.

Para as tribos que não domesticam animais, a caça é o único meio obter carne.

E para isso precisam ter uma série de conhecimentos importantes sobre a região, suas plantas e frutos, e os hábitos dos animais, para saberem onde melhor procura-los e esperá-los.

As várias tribos dão diferente importância à caça, e algumas estabelecem restrições ao consumo da carne de alguns animais. Mas, de maneira geral, a caça é praticada em quase todos os grupos indígenas, e pode ser realizada individual ou coletivamente. As técnicas também variam conforme a tribo e o animal procurado.

Também a pesca é muito comum. Quando não utilizam armadilhas, fisgam os peixes com flechas, sem auxílio de nenhum outro recurso, onde as águas são claras e mansas. Se não, empregam vegetais com propriedades de matar ou atordoar os peixes; em seguida são fisgados. Fazem, também várias armadilhas, algumas bastante engenhosas. É o caso do cacurí - cercado de varetas com uma abertura que cede com a força do peixe e fecha-se em seguida com a pressão da água.

Algumas tribos, como os Uaupés, conservam o peixe por muito tempo, assando-o e defumando-o em fogo lento. Fazem também farinha de peixe, utilizando o pilão.

Os indígenas praticam também a coleta de frutas, caules e raízes de vegetais não

cultivados. Coletam, ainda, material para o fabrico de seus instrumentos - fibras para cordas, cana para fabricação - e também, plantas medicinais, argila para pintar o corpo, etc.

A agricultura é praticada por quase todas as tribos indígenas brasileiras. A técnica utilizada é a da coivara : queimam determinada área da floresta e limpam o terreno dos pedaços de troncos , fazendo então o plantio.

As roças de algumas tribos têm aspecto bastante peculiar: o terreno é irregular e as diversas plantações - de banana, mamão, mandioca, etc. - crescem misturadas, distinguindo-se pela altura relativa dos pés.

De uma tribo para outra, varia tanto a importância dada à agricultura quanto as espécies cultivadas. E, para as tribos que não a conhecem, a coleta é o único meio de obter alimentos de origem vegetal.

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Nas sociedades indígenas, a forma de organização está profundamente ligada com as limitações impostas pelo meio geográfico e as técnicas utilizadas para daí tirarem os recursos necessários à sobrevivência.

Não há necessidade de especialização de funções, existindo apenas a divisão de trabalho por sexo e idade. Assim, cada homem sabe fazer tudo o que os demais fazem, e outras. Conforme a tribo, certas técnicas - como cestaria, cerâmica, tecelagem - são exclusivas de um dos sexos. Isto não elimina as diferenças individuais, pois um trabalhador pode ser mais hábil que outro na execução da mesma tarefa.

De modo geral, cabem às mulheres as atividades culinárias e o cuidado com as crianças, além de partilharem com os homens o plantio e a colheita. Os homens dedicam-se às atividades guerreiras, à caça, à pesca e à derrubada da floresta para lavoura.

Como todas as famílias fazem a mesma coisa, não há comércio entre os membros da mesma tribo, mas apenas entre tribos diferentes. Em certas regiões, cada sociedade se especializa em algo que as outras não produzem, ou pode ter em seu território coisas que outras não possuem. Os Vaurá, do alto Xingu , por exemplo, são exímios ceramistas, e seus vasos e potes são procurados por todos os índios da área.

Em geral, a sociedade indígena não está dividida em camadas hierárquicas. A produção apenas atende às necessidades de sobrevivência, não havendo abundância que permita a alguns indivíduos não trabalhar. Não há propriedade particular da terra, e o comércio entre tribos diferentes não visa ao lucro. Devido a este conjunto de fatores, não se forma uma classe dominante, como a de guerreiros ou sacerdotes: todos participam da produção em igualdade de condições.

O casamento para os indígenas é uma aliança entre grupos, e nunca interessa apenas aos noivos. Um Xavante, por exemplo, procura casar-se com uma ou mais mulheres da mesma família em que estão casados seus irmãos, evitando assim a dispersão dos membros da mesma linhagem.

A organização familiar é bastante diferente de tribo para tribo. Embora predomine a forma de casamento monogâmico, algumas tribos admitem a poligamia . O homem Xavante, por exemplo, pode ter mais de uma mulher (poliginia), enquanto a poliandria (uma mulher casada com mais de um homem) é muito rara e só ocorre em casos esporádicos.

A única afirmação geral para as relações de casamento entre os indígenas brasileiros é que nenhuma sociedade permite o casamento do homem com a própria mãe, irmã ou filha. Tais relações são consideradas incestuosas. Nisto, todas elas concordam. Divergem, entretanto, quanto aos demais parentes.

ARTE E CIÊNCIA

Uma das características da arte indígena é o fato de raramente um objeto ser feito com o fim exclusivo de ser um objeto de arte. É fabricado os necessários instrumentos e utensílios

que os indígenas mostram seus dons artísticos. Da mesma forma, o canto e a dança tem o objetivo em si mesmos: destinem-se, antes de tudo, aos rituais.

Algumas tribos destacam-se em uma ou outra forma de arte. Há as que se projetam pela cerâmica, outras pelas esculturas em madeira ou pedras, outras ainda pela esmerada pintura corporal.

Entre os Carajá a mulher pode, em certas ocasiões cerimoniais, pintar-se com um desenho característico dos homens jovens, ou qualquer outra de sua invenção. Mas isto não é regra. Geralmente, a pintura corporal entre os indígenas obedece as normas determinadas, pois serve para distinguir os grupos que se divide a sociedade.

Os belos colares, diademas, braceletes e outros objetos que os índios confeccionam com penas são bastante conhecidos. Chama-se a isto arte plumária. Mas esses enfeites não são de uso permanente, como às vezes se pensa. Nenhum índio o estragaria no trabalho da roça ou em caçadas. Os adornos pessoais são usados apenas em certas ocasiões, como na realização de cerimônias.

Outra forma de arte plumária, pode ser considerada uma transição entre esta e a pintura corporal, consiste em colar penas sobre o corpo. É muito comum entre os Timbira.

Para mudar a cor das penas (tapiragem) existem vários métodos. No caso dos papagaios, uma dieta rica em gorduras faz com que o verde e o azul tendam para o amarelo.

Algumas tribos são famosas por seus trabalhos em cerâmica. É o caso dos Carajá, cujos trabalhos são muito valorizados comercialmente nas cidades. As figurinhas da fase moderna (posteriores a 1940) representam grupos, reproduzindo cenas da vida cotidiana. O colorido é mais intenso e as figuras parecem estar em movimento, sentadas, deitadas, e não apenas em pé, como na fase anterior.

Algumas tribos, como os Kaingang e os Bororo, têm uma cerâmica mais simples. Porém, mesmo as mais elaboradas, não são feitas com auxílio da roda de oleiro.

Para transportar alimentos, guardar objetos, etc., São utilizados cestos feitos com palha trançada. As formas dos cestos, o tipo de palha empregada e a técnica variam de tribo para tribo. E os estilos são tão bem definidos que um etnólogo, ao examinar um cesto, pode dizer de que região ou mesmo de que tribo procede. Fabricam também esteiras, para diversos fins: para dormir, forrar ou cobrir alimentos e, às vezes, enterrar os mortos.

Vivendo em permanente contato com a natureza, os índios aprenderam, em muitos aspectos, a conhece-la e a utiliza-la. Ao lado de sua visão mágica dos processos naturais, desenvolveram também conhecimentos válidos sob o ponto de vista científico, importantes em sua luta pela sobrevivência.

Os Tupinambá previam a vinda do período chuvoso pelo aparecimento de certas estrelas, e sabiam que as grandes marés se verificavam tantos dias depois da lua cheia e da lua nova. Os Caraó sabem que, estando a Via Láctea no meio do firmamento, a estação chuvosa está para começar (é agosto).

Além disso, os indígenas conseguiram sintetizar vários venenos; o curare, por exemplo, de origem vegetal, que produz a morte rápida por paralisia do animal ferido por flecha. Foram os primeiros a extrair o látex da seringueira, fabricando bolas de borracha. Descobriram que, retirando o veneno da mandioca - brava, ela se tornava comestível. Grande parte utiliza vegetais como anticoncepcionais e como alucinógenos.

Estes são apenas alguns dos muitos conhecimentos que acumularam. Eles são fruto de uma observação ativa e pacientes experiências, demonstrando uma atitude objetiva diante da natureza.

UMA LONGA HISTÓRIA DE EXTERMÍNIO

Nas tribos que, em maior ou menor grau, mantiveram contato com os brancos, em todos os planos verificaram-se modificações: nos costumes, na religião, no vestuário, nos utensílios e instrumentos (antes do contato, os índios não conheciam o ferro). O branco alterou o habitat dessas tribos, expulsou algumas de seus territórios tradicionais, agrupou

tribos diferentes, forçou a modificação de antigos costumes, procurando integrar esses povos na sociedade nacional. Pode-se dizer que já não existem mais culturas indígenas brasileiras originais. A influência do branco foi profunda: levou ao extermínio cultural.

Mas os indígenas foram dizimados também fisicamente. Uma das razões foram os seguidos conflitos com os brancos, causados principalmente por dois problemas: a conquista de terra e a busca de mão-de-obra. Este último já praticamente havia deixado de existir, pelo menos em proporções alarmantes, mesmo antes da abolição da escravidão.

O escravo índio, não imunizado contra as doenças européias, com traços de cultura absolutamente diferentes, pequena produtividade e curta vida útil, desinteressou ao colono português, que passou a preferir o escravo africano. Mas, até meados do século XVIII, partiam ainda de São Paulo as conhecidas Entradas e Bandeiras, com o objetivo de capturar índios.

A posse da terra foi contínua sendo o maior motivo para choques entre brancos e índios. Na expansão de suas atividades econômicas, o branco invade as terras pertencentes aos indígenas com gado e plantações, considerando-se no direito de expulsá-los da terra que secularmente lhes pertence. E estes com recursos inferiores, quase sempre são dizimados.

DO CICLO DO OURO ATÉ HOJE

No ciclo do ouro, quase desapareceram os Cayapó da região meridional de Goiás e do Triângulo Mineiro. No Maranhão, os índios Timbira foram expulsos de suas terras pelos criadores de gado. Estes, avançando mais tarde pelo centro do Brasil, entraram em conflito com os Xavante e os Cayapó.

No século XX, a luta continua: os paulistas avançam para o noroeste enfrentando os Kaingang. No Paraná e Santa Catarina, eram os Xokleng que lutavam contra os colonos alemães e italianos que tentavam desalojá-los. O mesmo problema na Amazônia, com os seringueiros e coletores de castanha-do-pará. E os conflitos continuaram com a redivisão de propriedade, feita a partir do início da construção da Transamazônica e da Cuiabá - Santarém.

Quando não são os choques com os brancos, são as doenças por esses transmitidas que exterminam os indígenas. Gripe, sarampo, tuberculose, doenças venéreas, são moléstias contra as quais os índios não tem resistência. Os Kaingang de São Paulo, por exemplo, foram reduzidos de 1.200 a 87, devido a uma epidemia de gripe e sarampo.

E AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO?

Algumas tentativas têm sido feitas no sentido de solucionar o problema do índio brasileiro. O pioneiro de uma política indigenista foi Cândido Mariano da Silva Rondon, oficial do Exército e neto de índios. Em 1910, sob sua inspiração, foi criado o SPI (Serviço de Proteção aos Índios). De acordo com os princípios estão traçados, os índios deveriam ter reconhecido o direito de viver conforme suas tradições; ficava proibido o desembarcamento da família indígena, mesmo sob pretexto de educação e catequese dos filhos; garantia-se a posse coletiva pelos indígenas das terras que ocupavam, e outras medidas mais. No entanto, sem suficientes recursos materiais e humanos, e enfrentando os interesses dos fazendeiros do interior e de várias empresas, o SPI não cumpriu suas finalidades. Foi extinto em 1967, e substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão subordinado ao Ministério do Interior e com as mesmas funções, ampliadas do antigo órgão.

As reservas indígenas existentes no país (11 parques nacionais ao todo) pretendem dar aos índios um lugar só deles, para que se reorganizem socialmente, preservando suas populações e culturas. Existe, por exemplo, o Parque Nacional do Xingu, onde vigora um regime que permite a aproximação de várias tribos, hoje com culturas semelhantes (cultura xinguna).

UM CONGRESSO PELO FUTURO

Em agosto de 1972, em Brasília, reuniram-se as delegações de 7º Congresso Indigenista Interamericano, para discutir as diretrizes básicas das políticas indigenistas de seus respectivos países.

Foi aprovada a recomendação brasileira de que seja assegurada aos índios, além do direito a posse e usufruto permanente da terra, a aquisição da plena capacidade civil, sem prejuízo da sua identidade étnica e cultural.

Na mesma semana, porém, os jornais publicavam que, em Mato Grosso, índios da tribo Xavante estavam dispostos a defender com armas o seu direito à terra invadida por colonos brancos, que por sua vez exibiam títulos de propriedade aparentemente legais. Assim, de contradição em contradição, continua incerto o futuro dos índios do Brasil.

POLÍTICA

PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Você sabe o que faz o seu candidato?

INTRODUÇÃO: Conhecer mais sobre os cargos políticos e suas atribuições nos dará com certeza, melhor direção para entender a política brasileira, pois dela depende o desenvolvimento do Brasil, que sonha em ser um país mais rico e dar iguais oportunidades a todos.

Poder Executivo

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Mandato: 4 anos

- Nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- Votar projetos de lei, total ou parcialmente;
- Dispor, mediante decreto, sobre:
 - a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
 - b) extinção de funções ou cargos públicos quando vagos;
- Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar em seus representantes diplomáticos;
- Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
- Decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
- Remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- Exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais - generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;
- Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de territórios, o Procurador-Geral da

República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

- Nomear, observado o disposto no art.73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;
- Nomear membros do Conselho da República, nos termos do art.89, VII;
- Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- Declarar guerra, no caso de agressão estrangeira autorizada pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;
- Celebrar a paz, autorizado ou com conhecimento do Congresso Nacional;
- Conferir condecorações e distinções honoríficas;
- Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que as forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- Enviar ao Congresso Nacional, o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentais e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;
- Prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
- Prover e extinguir os cargos públicos federais na forma da lei;
- Editar medidas provisórias com a força da lei, nos termos do art.62;

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XVV, primeira parte, aos Ministros de Estados, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

GOVERNADOR DO ESTADO - Mandato: 4 anos

- Nomear e exonerar os Secretários de Estado;
- Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, inclusive, nos casos de aumentos salariais;
- Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- Vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- Dispor sobre a organização e funcionamento da Administração do Estado, na forma da lei;
- Nomear, após aprovação pela Assembléia Legislativa, o Procurador-Geral de Justiça, dentre os indicados em lista tríplice composta na forma da lei complementar, e os titulares dos cargos indicados no inciso XIX, do art.26 desta Constituição;
- Comparecer, semestralmente, à Assembléia Legislativa para apresentar relatório geral sobre sua administração e responder às indagações dos deputados;
- Enviar à Assembléia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentais e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;
- Prestar, anualmente à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;
- Prover os cargos públicos estaduais, na forma da lei;
- Exercer o comando supremo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e das demais atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único- O Governador poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos V e XI aos Secretários de Estado, ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral do Estado, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Poder Legislativo

SENADOR - Mandato: 8 anos

O Congresso Nacional é bicameral: uma das Câmaras, a chamada Câmara Alta, é o Senado Federal, que compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Cada Estado e o Distrito Federal elegem 3 Senadores, com o mandato de oito anos, renovando-se a reprodução de quatro anos, alternadamente, por um dois terços. Cada Senador é eleito com dois suplentes, registrados em sua chapa, que o substitui na ordem de registro.

É da essência do Federalismo clássico a representação dos estados federados o Distrito Federal, que é representado no Senado Federal e os Municípios, que não têm representação direta.

O Senado Federal tem funções legislativas, fiscalizadoras, autorizadas, julgadoras, aprovada de autoridades e outro de sua competência privativa. Na função legislativa pode funcionar com Câmara Revisora, se o projeto vier da Câmara dos Deputados.

Diz-se que o Senado Federal assume, pronunciadamente o caráter da Câmara de Moderação. É uma assembléia de mais velhos, de chefes de largo prestígio e experiência, que põem a prudência acima de tudo, usando-a como freio aos impulsos da Câmara dos Deputados.

Como representantes constitucionais dos Estados e do Distrito Federal são, na verdade, eleitos pelo povo dessas unidades federadas; todavia, o princípio majoritário de escolha lhe empresta o caráter de representação do povo.

DEPUTADO FEDERAL - Mandato: 4 anos

O deputado federal é o representante do povo, na integração da sociedade; a sua representação tem o caráter de representação política. Não há, no direito eleitoral brasileiro, a representação distrital, todavia, à exceção de poucos deputados federais que recebem votos em toda a circunscrição do Estado ou Distrito Federal, a maioria vive em função de seu colégio eleitoral, atendendo à sua clientela política a par das suas obrigações de parlamentar afeito ao interesse nacional.

Atualmente, são quinhentos e treze deputados federais: seu número é estabelecido em lei complementar, no ano anterior às eleições, proporcionalmente à população, não tendo nenhuma representação dos Estados ou Distrito Federal, menos de oito nem mais de setenta membros. Isto para assegurar a distribuição da força parlamentar que, no entretanto, não ocorre: os estados membros, de pequena população, relativamente, têm bancada maior na Câmara dos Deputados, resultando que o voto de um cidadão de Estados menos populosos acaba valendo mais que dos Estados mais populosos.

A Câmara dos Deputados tem, precipuamente, as funções legislativa, em conjunto com o Senado Federal, e fiscalizadoras, principalmente por suas comissões parlamentares de inquérito, porém, a par de outras privativas, de autorizar a instauração de processo contra o Presidente e de eleger os membros do Conselho da República, ainda exerce outras atribuições como integrante do Congresso Nacional.

Os Deputados Federais são invioláveis por sua opiniões, palavras e votos. São submetidos a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, mediante autorização da Câmara dos Deputados. Ficam sujeitos às restrições constitucionais e podem perder o mandato se as infringir ou se o procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, ou não comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados ou, ainda, se tiver seus direitos políticos suspensos ou sofrer condenação criminal transitada em julgado. A perda ou a extinção do mandato é decidida, conforme o caso, pela Mesa ou pelo Plenário.

DEPUTADO ESTADUAL/ DISTRITAL - Mandato: 4 anos

Guardas as especificidades, o deputado estadual ou distrital guarda as mesmas características do Deputado Federal. Ele atua na Assembléia Legislativa ou na Câmara Distrital com funções, notadamente, de legislador, em casa unitária e de fiscalizador do Poder Executivo. Cada Constituição Estadual consagra outras atribuições, exclusivas ou não, dos deputados estaduais que são mutatis mutandis, as conferidas aos deputados federais, com aplicação ao Estado ou não Distrito Federal.

O número de deputados estaduais à Assembléia Legislativa corresponde ao triplo da

representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Aplica-se aos deputados estaduais as mesmas regras de inviolabilidade, imunidades, impedimentos e perda de mandato, aplicáveis aos Deputados Federais e Senadores da República.

VEREADOR Mandato: 4 anos

O Vereador é um agente político que desempenha, no âmbito do Município, um mandato parlamentar.

A origem histórica desse mandato se prende às lutas pela instituição do governo comunal. Foi preciso que os principais da comunidade escolhessem, dentre eles, uns poucos para representá-los na estrutura governativa que se criava, já que era impossível a participação de todos no governo.

A comunidade escolhe o Vereador após campanha eleitoral que possibilita o contato pessoal, direto, entre os candidatos e eleitores.

Agente político e parlamentar na estrutura constitucional, o Vereador é também, no plano comunitário, uma figura humana a ser estudada no contexto sociológico.

Esta figura humana do Vereador é mais conhecida que sua filiação política.

Por isso, o partidário mais dele recebe do que lhe dá. E qual é a importância programática dos partidos no dia-a-dia municipal? Para o eleitor mediano alguma; para a grande minoria nenhuma. Uma coisa é escolher o Deputado; o Vereador é diferente, ele é a peça do cotidiano, sem implicações de alta indagação partidária.

Com muitos defeitos, todavia, com muitas virtudes, sempre os Vereadores brasileiros foram eleitos pelo voto direto, por amplo colégio eleitoral, em exercício cívico de caras conquistadas democráticas, dentre as quais sobre sai o dispositivo constitucional que albergou a tradição e impôs a simultaneidade das eleições municipais em todo o território nacional.

A História da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, ocasião em que foi assinada a "Carta das Nações Unidas" - cuja essência reside na luta pelos direitos humanos; no respeito ao autodeterminação dos povos e na solidariedade internacional.

Fundada por 51 países, entre eles o Brasil, a ONU, hoje, conta com mais de 180 países membros. Apesar do prédio das Nações Unidas está em Nova York, a ONU é território internacional.

A missão da ONU é fomentar a paz entre as nações, cooperar com o desenvolvimento sustentável, monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais e organizar reuniões e conferências em prol desses objetivos. O sistema ONU é complexo. Conta com Organismos especializados, Programas, Fundos etc. A Assembleia Geral é o órgão principal da ONU e tem caráter deliberativo, nela estão representados todos os países membros, cada um com direito a um voto. O dia das Nações Unidas se celebra no 24 de Outubro.

A ONU, é ainda hoje o principal organismo internacional e visa essencialmente:

Preservar a paz e a segurança mundial;

Estimular a cooperação internacional na área econômica, social, cultural e humanitária;

Promover a respeito às liberdades individuais e aos direitos humanos.

Os seis principais órgãos da ONU são:

- a. Conselho de Segurança
- b. Assembleia Geral
- c. Conselho de Tutela
- d. Secretariado

- e. Corte Internacional de Justiça
- f. Conselho Econômico e Social

DA ONU também fazem parte importantes órgãos especializados como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a FAO (Organização para Agricultura e Alimentação), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a OMS (Organização Mundial da Saúde), entre outros.

É importante notar que o Conselho de Segurança da ONU nem sempre cumpriu seu objetivo. Em 1963, por exemplo, não conseguiu evitar que os Estados Unidos intervissem na Guerra do Vietnã.

E isso se explica pelo direito de veto que os membros permanentes possuem. Fazendo uso desse direito, os norte-americanos simplesmente vetaram as propostas contrárias à sua participação na guerra. Veja o texto a seguir:

A ONU: MEIO SÉCULO BUSCANDO A PAZ

I - Aniversário conturbado

Cerca de 180 presidentes e chefes de governo, além de suas comitivas, tumultuaram o centro de Nova York entre os dias 21 e 25 de outubro de 1995. Nunca, na história da cidade, se reuniram nela tantos dignitários de todo o mundo, fato que só poderá se repetir em 2045, caso a aniversariante ainda esteja viva. A razão de tão inusitada afluência foi a comemoração do cinquentenário da organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida a 24 de outubro, o chamado Dia das Nações Unidas. O evento foi marcado por muitos pronunciamentos, encontros insólitos, reuniões e banquetes.

Provocou manifestações favoráveis e contrárias à Organização, reabrindo velhas discussões que a acompanham desde a criação e alinhando novos argumentos no sentido de preservá-la, reformulá-la e até mesmo extingui-la. Para coroar esse ambiente caótico, o cinquentenário aconteceu num momento em que ela passa por grave crise econômica, devida, principalmente, à inadimplência de muitos de seus membros, que não resgatam as cotas que lhes cabem, a tal ponto que se viu compelida a lançar mão das próprias reservas para custear as despesas da festa. Nascida sobre os escombros da Sociedade das Nações (SDN), num mundo ainda chocado com a mais sangrenta guerra da História, a ONU é hoje uma entidade com ramificações nos quatro continentes e influência em todos os setores vitais do planeta.

Mantém inúmeros serviços, agências, escritórios, missões e programas, além de grande quantidade de funcionários, tudo sustentado a um custo global assombroso, criticado com frequência pelo seu vulto. Não obstante, no que se refere ao seu objetivo mais importante - a busca da paz e da segurança mundiais - a Organização é, em geral, apontada como um completo fracasso. Em livro recente, fundamentado em abundantes ocorrências vividas pelo mundo ao longo da história da ONU, o especialista francês Maurice Bertrand dissecou a atuação da entidade nos vários campos de sua ação, examinando caso a caso as situações de guerra, inclusive confrontos intra-estatais, ou enfrentamento em que interferiu, concluindo que ela, lamentavelmente, colheu mais derrotas que vitórias.

Nos outros campos, também importantes, mas não precípuos, os resultados têm sido bem mais animadores. Essas conclusões resultam de uma análise serena e objetiva, isenta de engajamentos ideológicos ou filosóficos. Mesmo nos casos bem sucedidos, na busca da paz, viu-se a ONU, muitas vezes, marginalizada, desenvolvendo-se as negociações fora de seu contexto, graças à interferência de mediadores, políticos, chefes de governos, diplomatas, conversações diretas entre as partes, etc.

II - Sucessos e fracassos

O autor mencionado, cujo livro vou rastreando em vários pontos, não se limita a apontar os insucessos. Vai a fundo nas investigações e procura descobrir as causas dessa atuação para que possam, eventualmente, ser afastadas e a ONU cumpra a risco suas finalidades. Assim, como o primeiro e mais grave dos entraves, estaria a ausência de sinceridade nos propósitos pacifistas de muitos de seus integrantes, em especial as grandes potências. Tal como na política interna, a palavra se distancia da ação e o discurso também

não se materializa no campo da política internacional. Em livro clássico, precursor do Direito Internacional, publicado pela primeira vez em 1795, o filósofo Emmanuel Kant já mostrava que sem ética e boa-fé a paz perpétua seria inatingível. Não é raro que a ONU seja usada como palco para o exercício da mais pura demagogia e auto-propaganda.

O engajamento sincero e decidido de todos os membros da entidade solucionaria, com certeza, se não todos, pelo menos a quase totalidade dos casos de rompimento da paz. Até hoje, no entanto, essa hipótese permaneceu no terreno da utopia.

A segunda causa, também grave, residiria no esvaziamento da ONU no campo da economia, entregando-o a órgãos que, embora ligados a ela, não lhe são subordinados (FMI, OMC, OCDE, Banco Mundial, etc.). Tais agências e programas são independentes e seus diretores apenas prestam contas ao respectivo conselho de administração.

Essa separação entre o econômico e o político-social, só possível em teoria, dificulta sobremaneira as ações, uma vez que na realidade prática a divisão inexistente e os problemas se entrelaçam. Por isso, como adverte Bertrand, as ações da ONU só prosperam, nesse terreno, quando o problema afeta algum país rico, como nos casos que envolvem drogas, meio ambiente, prostituição, violação dos direitos humanos de seus cidadãos, etc. Afora isso, a regra é a indiferença dos ricos, incluindo a de sua opinião pública, pelo que ocorre com os pobres.

Isso se agravou com a queda da URSS e o conseqüente ingresso de novos países no mercado mundial. Em terceiro lugar, o entrave está no chamado direito de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (art. 27, § 3º, da Carta das Nações Unidas). Seu exercício virtualmente impede a interferência da Organização, transformando-a em mera espectadora marginal dos acontecimentos. Nada pode fazer. Esse direito tem sido usado com frequência pelos seus titulares, ao longo da existência da ONU, e com maior intensidade no período da chamada Guerra Fria (1945-1985).

Sempre que a questão ameaçava acarretar a interferência da entidade num dos blocos mundiais, o veto caía como uma liminar paralisante do processo. Já nos anos 50, nos primórdios das Nações Unidas, Hildebrando Accioly, jurista brasileiro reputado na área do Direito Internacional, proclamava que o poder de veto "paralisava o Conselho de Segurança" e constituía "uma das fraquezas da ONU." Por último, mas não menos importante, estaria a complexidade e magnitude de sua estrutura mundial, não faltando as críticas à incompetência do funcionalismo, seu espírito burocratizante, e o elevado custo de manutenção da entidade. Uma estrutura de tão vastas proporções e com tantos serviços teria, por força, que ser complexa, embora possa ser melhorada e enxugada em vários pontos.

Se examinarmos, por exemplo, o organograma do Poder Judiciário brasileiro, encontraremos uma estrutura das mais complexas, embora destinada a um só país e com a atribuição única de ditar a justiça. Que dizer, então, de uma entidade mundial, com atribuições jurídicas, políticas, sociais e econômicas, como é o caso da ONU. As críticas à burocracia e ao funcionalismo não passam de retórica. É sabido que os servidores da Organização são arregimentados em muitos países, levando consigo as virtudes e os defeitos da origem, constituindo um corpo funcional heterogêneo.

A formação de um funcionalismo próprio, profissional e de carreira, com esmerado preparo técnico, imune à interferência de sua pátria, seria a solução sempre indicada mas jamais posta em execução. Quanto ao custo de manutenção da ONU, é outra figura de retórica. Na verdade, a contribuição dos seus associados é diminuta em proporção aos respectivos orçamentos e notoriamente insuficiente para a realização dos ambiciosos programas que lhe cabem. O pagamento correto não faria mais ricos ou mais pobres esses países.

Esses são, além de outros, os obstáculos à plena consecução dos objetivos da ONU. Superá-los é obra difícil, dependente de muito esforço e do gênio diplomático de homens e mulheres vocacionados. Mas é possível e necessário que o mundo um dia possa respirar em verdadeira paz.

III - Reformar ou recriar

Diante dessa situação, os estudiosos do assunto e os diplomatas têm se posicionado em duas correntes bem definidas em relação ao futuro da ONU: a tendência reformista e a tendência recriadora. Ambas reconhecem que algo precisa ser feito para salvar a entidade, permitindo que ela prossiga na luta pelos seus objetivos. A corrente reformista entende que a ONU necessita de reformas e correções moderadas mas deve ser mantida.

Segundo ela, os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, aprovada em 1945, constituem o máximo que se pode, com realismo, esperar de um consenso de nações. Subtraí-los, ainda que com objetivos mais amplos e de curto prazo, poderia implicar um verdadeiro caos, ainda mais se considerarmos as profundas alterações que vêm ocorrendo no mapa mundial, onde acontecem discordâncias e confrontos de todos os tipos, muitos deles surpreendentes até mesmo para os experts.

Basta lembrar que a queda da URSS, com todas suas múltiplas implicações, não foi prevista nem mesmo pelos chamados futurólogos da moda, como mostrei em ensaio recente. Essa corrente prima pela prudência e para ela os ideais expressos na Carta devem ser apregoados até que se tornem universais, mas tudo dentro da estrutura da própria ONU. Só um evento de proporções mundiais, capaz de sacudir o planeta, poderia talvez ensejar a oportunidade para a criação de um novo organismo internacional para substituir a ONU.

Mostra a História, afirmam, que só em momentos de grande comoção ou temor os países, assim como as pessoas, se unem. Isso, porém, é pouco provável após o fim da Guerra Fria, além de indesejável. Essa parece ser a corrente majoritária.

A corrente minoritária, bem mais recente, também designada como de terceira geração ou constitucionalista, tem em Maurice Bertrand um dos grandes defensores. Para ela, os argumentos dos reformistas são frágeis lugares-comuns decorrentes do irrealismo em que vive a ONU.

Nada, na verdade, pode garantir que ela não possa ser substituída com êxito por um organismo mais poderoso, moderno e ágil. As atuais organizações mundiais, dizem, foram construídas sobre idéias falsas ou arcaicas que as afastam da realidade, prejudicando sua atuação. Além disso, os progressos feitos fora da ONU, nos terrenos da paz e da segurança, indicam novos caminhos e a possibilidade de integrá-los num novo plano mundial.

Com base nessas idéias, várias propostas têm sido feitas com o objetivo de recriar uma entidade independente e apta para enfrentar o grave desafio até hoje inalcançado da paz mundial e permanente. Ponto interessante nessa corrente é a proibição de governos de fato, sem legitimidade obtida através de eleições livres e democráticas, representarem seus países na Organização. Esses governos, na verdade, não representam o povo e não raro prejudicam seus interesses e do próprio país.

IV - O futuro

Apesar desses tropeços, isso não significa que a ONU seja inútil ou dispensável. Ela representa, antes de mais nada, a consagração do princípio de que o mundo civilizado rejeita o apelo à força bruta para solucionar suas pendências e acredita que a paz possa ser alcançada. As providências que tomou ao longo de sua existência, em variados campos de atuação, "conseguiram levar ao reconhecimento de que os povos civilizados já não têm mais necessidade de recorrer à guerra para resolver suas divergências de interesses", como escreveu o citado ensaísta.

Assim como há indivíduos que descumprem os compromissos assumidos, por dolo ou qualquer outra causa, também isso tem ocorrido entre as nações. Mas não será por essa razão que se rasgarão os Códigos, retomando a lei da selva. Os defeitos dos países são os de seus integrantes. Afirmou alguém, com inteira procedência, que bastaria à ONU ter evitado uma só guerra para justificar sua existência.

Mas ela, na verdade, tem conquistado muitíssimo mais que isso, evitando conflitos armados, internos e externos, pondo fim a inúmeros outros, obtendo tréguas e armistícios, retiradas de tropas e cessar-fogo, enviando seus batalhões de "boinas azuis" para pacificar e proteger, defender os direitos humanos e as minorias, observar a lisura de pleitos e assim por diante. Sua ação no processo mundial de descolonização tem sido ampla e profícua.

Nos campos político e social sua contribuição é expressiva em todos os continentes, e no campo da economia, apesar das dificuldades apontadas, muito tem realizado. As áreas das comunicações, técnica, educação, higiene, saúde, saneamento e proteção a refugiados muito lhe devem. Por isso tudo, precisa a ONU do apoio unânime para que seja aprimorada ou recriada, continuando sua luta sem trégua pela consecução de um objetivo que hoje se afigura utópico, mas que os tempos haverão de mostrar que é realizável - a paz universal e permanente que embalou os sonhos de Kant. (Enéas Athanázio Promotor de Justiça Aposentado)

O neoliberalismo

O neoliberalismo, ou capitalismo monopolista pós-moderno, fracassou em todo o planeta. Por onde passou, na URSS, no Leste Europeu, na Ásia, ou na América Latina, no México e mais recentemente, na Argentina, destruiu o homem, as sociedades e as economias locais, deixando um rastro de desemprego, miséria e de fome. Aonde chega, inverte e subverte as leis, os postulados e os objetivos universais da economia clássica. A atividade produtiva deixa de ser a fonte da riqueza, substituída pela especulação, pelo jogo cambial e pela ciranda financeira. O novo templo da nova economia é a Bolsa de Valores.. As leis do mercado são revertidas: Já não é o consumidor quem decide, é o empresário; "É a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo decorre dessa escolha." (**Guy Debord** em *A Sociedade do Espetáculo*). É a economia dos monopólios, dos cartéis e dos trustes, que se superpõe ao regime da concorrência de mercado e ao consumidor.

A economia pós-moderna que se constrói neste alvorecer do terceiro milênio não é senão a expressão dos interesses dos capitais monopolistas transnacionais; já não visa a satisfação das necessidades humanas; e a sociedade que serve aos interesses da economia. É a economia pela economia, cujo crescimento se dá pela destruição da pequena e média empresa pela grande empresa; da empresa nacional pela empresa transnacional. Adam Smith, séculos atrás, já registrara o caráter predador dos monopólios: "O monopólio torna todas as fontes originais de renda,, os salários, a renda da terra e os lucros do capital, menos abundantes do que de outro modo sucederia." (**Adam Smith** em *Riquezas das Nações*).. É a volta do tempo do *Laissez-faire*, dos monopólios, da sacralização da empresa privada e do individualismo exacerbado. O resultado é a recessão, o desemprego e o caos econômico e social.

O mundo já viu esse filme nos anos que antecederam a Crise de 1929. Uma crescente concentração de riqueza e um aumento do desemprego e da miséria marcaram a economia dos EUA às vésperas da crise. Em 1929, 13% da população detinham 90% da riqueza nacional, enquanto 21% da população ganhavam menos de US\$ 1 mil dólares/ano, abaixo do limite mínimo de sobrevivência. Isto dá US\$ 83,33 dólares/mês, valor maior do que o nosso salário mínimo atual que, á taxa de R\$ 2,40/dólar, equivale a US\$ 75,00 dólares/mês. As duzentas maiores empresas detinham 56% dos lucros gerados no país (**Jayme Brenner** em *1929-A Crise que Mudou o Mundo*). Um quadro muito semelhante ao que atravessamos atualmente, apesar das diferenças e constrangimentos de cada um, no nosso caso, a dívida externa exorbitante e o acordo colonial com o FMI.

O capitalismo monopolista liberal dos anos 20 renasce, agora, renovado e ampliado na escala planetária pelas conquistas da revolução científica e tecnológica e, certamente, mais vulnerável. Mais vulnerável porque a globalização, fundada na ideologia (neoliberal) e na expansão do capital financeiro e monopolista transnacional, resulta, na verdade, de uma profunda crise mundial de superprodução, não resolvida. Na verdade, esse regime econômico e político, pelas distorções econômicas e sociais que produz, tende a ser superado. E as populações excluídas em todo o mundo já começaram a reagir.

Novas relações de produção são construídas em substituição às relações capitalistas clássicas entre patrões e empregados. Na indústria, o operário foi ejetado para fora da fábrica, pela primeira vez na história, substituído por equipamentos automáticos, auto-reguláveis;

pelos robôs controlados de fora por equipes de cientistas.. O operário, no sentido marxista, da palavra, tende a desaparecer. " O proletariado simplesmente desapareceu. Desfez-se junto com a luta de classes" (**Jean Baudrillard** em "*A Transparência do Mal*"). Esse fenômeno, entretanto, não é linear, nem ocorre num piscar de olhos. Ele acontece de forma paulatina no decorrer da modernização do sistema produtivo, à medida que os equipamentos novos, de última geração, vão sendo introduzidos nas empresas. Ele se dá num processo de formação e de substituição de capital, realizado ao longo de décadas, pois as novas tecnologias, *capital intensive* e *energy intensive* requerem investimentos altíssimos. Em razão da sua alta produtividade, a adoção desses modernos equipamentos de produção somente é possível numa economia em crescimento, em que a demanda efetiva, o consumo global e o mercado interno estejam em expansão sustentada.

A modernização tecnológica somente se viabiliza a partir de um certo patamar de crescimento da demanda interna, e não atinge, nem simultaneamente, nem igualmente, todos os setores produtivos. De um modo geral setores modernizados, setores em modernização,, setores tradicionais e atividades artesanais coexistem, lado a lado. Estes dois últimos e os setores de prestações de serviços e profissões liberais permitem a absorção de mão-de-obra não especializada em regime de desenvolvimento econômico.

É preciso, portanto, distinguir o desemprego tecnológico, menos dependente do regime econômico e político do "desemprego econômico", derivado da queda da demanda efetiva e do mercado. O primeiro resulta das inovações tecnológicas e o segundo é provocado pela política neoliberal. Esta distinção é básica.

Atualmente, no setor de serviços, nos bancos, no comércio, no setor público, enfim, em todos os campos da atividade humana, as novas tecnologias substituem e desempregam mão-de-obra. Mas a responsabilidade pelo desemprego não pode ser atribuída exclusivamente à nova tecnologia. No Brasil e no Terceiro Mundo, com certeza, a causa maior, do aumento do desemprego é o neoliberalismo que, aonde quer que chegue, desmonta o Estado, extingue as políticas públicas, promove o arrocho salarial e paralisa o desenvolvimento econômico-social.

O desemprego de ordem tecnológica, provocado pela introdução de modernos equipamentos, seria perfeitamente absorvidos nos setores tradicionais numa economia em crescimento. O desemprego pode ser provocado pela inovação tecnológica, mas a permanência da taxa de desemprego é de ordem econômica, determinada pela estagnação ou pela recessão do mercado interno. Isto é particularmente visível nas economias do Terceiro Mundo. O Neoliberalismo ou capitalismo monopolista pós-moderno congela o desenvolvimento econômico-social e produz o desemprego antes mesmo que se esboce o processo de modernização tecnológica. Graças a ele o exército de excluídos vem aumentando no mundo globalizado, e não são só trabalhadores que o compõe: são pequenos e até grandes empresários falidos, profissionais liberais, intelectuais, operários, camponeses, desempregados; crianças, jovens e idosos sem perspectivas e marginalizados. Há ainda a economia informal, que não é senão uma forma de desemprego disfarçado. E mais, há os sem-terra, sem-casa, sem-assistência médica, sem-cidadania, os sem rendas, párias da sociedade da sociedade capitalista neoliberal. A grande diferença entre esse moderno exército de excluídos e aqueles dos séculos XVIII e XIX e a sua heterogeneidade de classe social de origem, de experiência e de cultura.

A luta que se trava nessa nova sociedade, especialmente no Terceiro Mundo, não é mais a tradicional luta de classes, entre patrões e empregados. É a luta de libertação, pela conquista da autodeterminação. O objetivo agora é comum: a sobrevivência de todos, das comunidades e das sociedades nacionais, das identidades e culturas nacionais; das empresas nacionais e dos trabalhadores sufocados pelos interesses do capitalismo predador internacional. O grande desafio é a valorização do trabalho e o resgate do homem, transformados em mercadoria; a recuperação dos mercados nacionais; a inserção dos excluídos e o controle pela sociedade da produção social de imagens, da ciência, da engenharia genética, da tecnologia, dos recursos naturais e também, do capital financeiro e dos monopólios. Os mesmos supercomputadores que excluem os bancários podem também excluir banqueiros.

Tudo se passa ao contrário do que afirmam os ideólogos do neoliberalismo: "Dans l'actuelle phase impériale, il n'y a plus d'imperialisme - ou, quand il subsiste, c'est un phénomène de transition vers une circulation des valeurs et des pouvoirs à l'échelle de l'Empire. De même, il n'y a plus d'Etat-nation: lui échappent les trois caractéristiques substantielles de la souveraineté-militaire, politique, culturelle, absorbées ou remplacées par les pouvoirs centraux de l'Empire. La subordination des anciens pays coloniaux aux Etats-Nations impérialistes, de même que la hiérarchie impérialiste des continents et des nations disparaissent ou déperissent ainsi: tout se réorganise en fonction du nouvel horizon unitaire de l'Empire." (**Toni Negri** - *Le Monde Diplomatique* - janeiro 2001). Mais adiante o autor define: "Non, l'Empire est simplement capitaliste: c'est l'ordre du 'capital collectif', cette force que a gagné la guerre civile du XX siècle".

Não, a responsabilidade pela crise mundial de desemprego não pode ser atribuída a um conceito abstrato e virtual como o *capital collectif*. O dualismo entre a metrópole e as colônias do Terceiro mundo subsiste hoje entre o norte e o sul, mais sutil, porém mais concreto e eficaz. O imposto do "quinto do ouro" cobrado por Portugal no século XVIII, não passava de 20% da produção aurífera. Hoje, supercomputadores extraem até 38,5% (IR 27,5% + INSS 11%) dos salários, antes mesmo que seus titulares os recebam, mas os objetivos e os efeitos da globalização são os mesmos do imperialismo dos séculos XVIII e XIX: a expropriação de riquezas dos países pobres pelos países ricos, que ficam cada vez mais ricos, enquanto os pobres ficam cada vez mais pobres. Vivemos uma fase de transição; um processo de integração de nações para a formação de blocos continentais muito semelhantes á que integrou os feudos para dar origem as Estados Modernos nos séculos XIV, XV e XVI, na Europa. Nem por isso desfez-se o imperialismo que, pelo contrário, renasceu econômica e politicamente mais forte e mais poderoso os séculos XVIII e XIX. Os principais estados do Primeiro Mundo mantém sua hegemonia militar, política, econômica e cultural intactas, e a manterão por muito tempo. A União Européia vem para fortalecer essa hegemonia. Tal como na formação do Estado Moderno, a integração atual obedece a razões de sobrevivência econômica e fortalece o poder político dos próprios Estados Nacionais.

O Estado-Nação e o seu sucessor, o Estado-Continente, cujas capitais e endereços continuarão os mesmos, certamente sobreviverão a este capitalismo monopolista, neoliberal e neocolonialista. Os feudos medievais cederam lugar ao Estado-Nação e este cederá lugar ao Estado-Continente. O neoliberalismo ou capitalismo monopolista pós-moderno não tem mais nada a oferecer á humanidade: esgotou-se. Um novo mundo apenas começa a nascer, mas é preciso construí-lo com nossas mãos; um mundo em que o homem e o humanismo votem a ser o centro e o fim de toda ação humana. Isto implica na realização de um novo desenvolvimento econômico-social, voltado para as necessidades humanas; para a valorização do homem e do trabalho, pois é o homem que constrói a ciência, a tecnologia e a própria sociedade. O capital e a tecnologia são inertes. Será uma luta árdua, difícil, dramática, pois as forças do neoliberalismo resistirão pela mistificação, pela mentira e pela força, uma vez que não convencem ninguém.

O TERRORISMO

Formalmente, terrorismo é o uso da violência sistemática, com objetivos políticos, contra civis ou militares que não estão em operação de guerra.

O método básico do terrorismo é a destruição da vida humana, em nome de certos princípios ideológicos, políticos ou religiosos. O terrorismo não surgiu em nosso século, mas seu auge aconteceu durante os anos da Guerra Fria. E não foi por acaso. A Guerra Fria pode ser descrita como um sistema de equilíbrio entre dois blocos inimigos que se baseava no terror. O programa mostra como a chamada "cultura da Guerra Fria" estimulou a multiplicação de grupos terroristas. Depoimentos do jornalista José Arbex Jr.

Sempre que ouvimos falar em terrorismo, lembramos logo dos atentados a bomba, dos

seqüestros de avião e de outras ações violentas praticadas por extremistas. E pensamos nas vítimas, em geral pessoas inocentes, muitas vezes mulheres e crianças, que apenas estavam no lugar errado na hora errada. O método básico do terrorismo é a destruição da vida humana, em nome de certos princípios ideológicos, políticos ou religiosos.

O terrorismo não surgiu em nosso século, mas seu auge aconteceu durante os anos da Guerra Fria, depois da Segunda Guerra Mundial. Não foi por acaso. A Guerra Fria pode ser descrita como um sistema de equilíbrio entre dois blocos inimigos que se baseava no terror. Afinal, o poder de destruição nuclear dos Estados Unidos e da União Soviética era tão grande que ninguém poderia iniciar uma guerra total. Seria o fim da espécie humana.

Essa mentalidade consagrou o terror como forma de relacionamento entre Estados. Nesse sentido, a chamada "cultura da Guerra Fria" foi o grande estímulo à multiplicação de grupos terroristas.

O que é terrorismo?

Formalmente, terrorismo é o uso da violência sistemática, com objetivos políticos, contra civis ou militares que não estão em operação de guerra. Existem muitas formas de terrorismo. Os terroristas religiosos praticam atentados em nome de Deus; já os mercenários recebem dinheiro por suas ações; os nacionalistas agem movidos por um ideal patriótico. Há ainda os ideólogos, que armam bombas motivados por uma determinada visão de mundo. E, muitas vezes, o que se vê é uma mistura de tudo isso com desespero e ódio.

Por outro lado, houve no século XX o crescimento do terrorismo de Estado, em que é adotada a política de eliminação física de minorias étnicas ou de adversários de um regime. Um exemplo é o regime racista da África do Sul, responsável por ações terroristas contra a maioria negra do país até o fim do apartheid, no início dos anos 90. Na América Latina, as ditaduras militares dos anos 60 e 70 promoveram o terrorismo de Estado contra seus opositores, torturando e matando milhares de pessoas. No Oriente Médio, os palestinos de cidadania israelense e os habitantes dos territórios de Gaza e Cisjordânia foram segregados e sofreram ataques das forças armadas de Israel, entre 1967 e 1993. O terrorismo de extremistas muçulmanos contra judeus de Israel, por sua vez, também aterrorizou e matou pessoas inocentes, principalmente a partir da década de 80.

Muitos historiadores e intelectuais avaliam que as bombas atômicas jogadas pelos Estados Unidos sobre o Japão, em agosto de 45, foram o maior atentado terrorista já praticado até hoje. Mais de 170 mil civis perderam a vida num ataque que não tinha como objetivo vencer a guerra, mas fazer uma demonstração de força para a União Soviética.

Violência e terrorismo

Muitas vezes ouvimos dizer que todo ato de violência é terrorismo, mas isso é força de expressão. Nem sempre um ato de violência é terrorista, mesmo quando a vítima é uma personalidade política. A tentativa de assassinato do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em 1981, é um exemplo de violência sem conotação política. O autor dos disparos, John Hinckley Jr., agiu isoladamente, motivado por questões pessoais. Já o assassinato do premiê israelense Yitzhak Rabin por um extremista judeu, em 1995, este sim, foi um ato terrorista.

O atentado contra Reagan não teve o objetivo de fazer propaganda política ou ideológica, ao passo que a morte de Rabin fazia parte da estratégia política de uma organização radical. O objetivo era interromper o processo de paz no Oriente Médio. De qualquer modo, atentados contra chefes de Estado fazem parte de uma longa história de práticas terroristas mundo afora.

Terrorismo na era contemporânea

Na era contemporânea, a França conheceu o regime de terror implantado pelos jacobinos de Robespierre a partir de 1793, pouco depois da Revolução Francesa. Quase um século depois, em 1881, o czar Alexandre Segundo, da Rússia, foi assassinado pela

organização terrorista "Vontade do Povo". E, no início do século XX, o estopim que deflagrou a Primeira Guerra Mundial foi o atentado contra o arquiduque austro-húngaro Francisco Ferdinando, em 1914. Ele foi morto pelo estudante Gavrilo Prinzip, do grupo terrorista sérvio "Mão Negra".

"Até os anos 20, o terrorismo era um fenômeno no tempo e no espaço, de dimensões relativamente pequenas, transitórias e restritas. Ele começou a ganhar maior abrangência e importância com o surgimento dos regimes totalitários de Josef Stalin e Adolf Hitler.

Já no final dos anos 20, Stalin enviava aos campos de concentração centenas de milhares de opositores ao seu regime, sem contar os treze milhões de camponeses executados por resistirem à coletivização de suas terras, entre 1929 e 1932. Na Alemanha dos anos 30, Hitler iniciou a perseguição aos comunistas, judeus, ciganos e outras minorias étnicas. Até o final da Segunda Guerra, em 1945, seriam assassinados seis milhões de seres humanos pela máquina nazista. Os dois regimes de terror tinham algumas características muito semelhantes: o culto à personalidade do dirigente, no caso Stalin e Hitler, e os poderes absolutos da polícia política, no caso a KGB e a GESTAPO."

José Arbex
jornalista

Terrorismo e poderio nuclear

O desenvolvimento da tecnologia nuclear, a partir do fim da Segunda Guerra, causou uma importante mudança na mentalidade das pessoas, do ponto de vista psicológico e cultural. A morte deixou de ser uma consequência natural da vida para se tornar uma questão política. A preservação da espécie humana passou a depender da decisão das superpotências de iniciar ou não um confronto nuclear fatal para o planeta. O mundo dos anos 50 não apresentava perspectivas muito animadoras. Na primeira metade do século, guerras, revoluções e conflitos localizados haviam consumido a vida de pelo menos 150 milhões de pessoas. Além disso, a tragédia atômica em Hiroshima e Nagasaki havia colocado o mundo sob a sombra permanente de um holocausto nuclear.

Guerrilha e terrorismo: vertentes distintas

No final dos anos 50, o êxito da revolução cubana abriu novos horizontes para uma juventude desiludida. A vitória de Fidel Castro, contra uma ditadura corrupta sustentada pelos Estados Unidos, representou para muitos jovens a vitória do idealismo. Militantes de todo o mundo ganharam nova disposição de luta. Muitos jovens optaram pela vida clandestina, que oferece dois caminhos: a guerrilha e o terrorismo. A guerrilha, de um modo geral, realiza ataques contra objetivos militares e alvos estratégicos. Tenta conquistar a simpatia da população para formar seu próprio exército e, eventualmente, tomar o poder. Os grupos terroristas utilizam o método inverso, intimidando pessoas inocentes para alcançar seus objetivos.

Violência política na América Latina

No Brasil, a reação civil ao golpe militar de 64 desencadeou uma luta armada que faria muitas vítimas até o início de abertura política, em 1977. Muitos opositores decidiram-se pela guerra de guerrilha, inspirados na revolução cubana. Um dos líderes mais célebres da luta armada nos anos 60 foi o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária, morto por soldados no interior da Bahia, em 1971.

Um ano especialmente conturbado foi o de 1968. Ações terroristas sacudiram o país. Grupos de extrema-direita atacaram artistas, lançaram bombas contra entidades civis e intimidaram personalidades de perfil humanista, como o arcebispo Dom Hélder Câmara, que teve sua casa metralhada em Recife, em outubro de 68.

Agentes dos órgãos de segurança e dos serviços de informação das Forças Armadas agiam à margem da lei com prisões arbitrárias, torturas e o assassinato de opositores do regime militar. Em contrapartida, os grupos clandestinos de esquerda financiavam suas

atividades com dinheiro obtido em assaltos a banco e furtos de automóveis. E praticavam seqüestros de diplomatas para negociar sua libertação em troca de armas e da soltura de presos políticos.

Uma das ações mais espetaculares foi o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 69. No início da década de 70, seriam seqüestrados também o cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, e os embaixadores da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, e da Suíça, Giovanni Bücher.

Processos semelhantes ao brasileiro aconteceram em toda a América Latina. No Chile, em 73, um golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet depôs o presidente eleito Salvador Allende, inaugurando uma sangrenta ditadura militar. Na Argentina, os militares implantaram a ditadura em 76, dando início a uma "guerra suja" contra os opositores, com um saldo de 30 mil desaparecidos em sete anos.

Anos 60 e 70: desilusão

Em diversos países havia, além da repressão oficial, a tolerância dos regimes autoritários em relação às ações ilegais de grupos paramilitares. Por outro lado, nos anos 70 a atividade dos grupos terroristas atingia seu ponto máximo. Era uma época de questionamento dos valores tradicionais e do "velho modo" de fazer política, nos dois blocos. O escândalo de Watergate, em 72, e a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, reconhecida em 75, acentuaram a decadência da ordem política internacional.

Na África, a independência havia sido conquistada em diversos países. Inúmeras guerras tribais estimularam o tráfico de armas e a formação de grupos paramilitares. Na Europa, grupos separatistas, como o IRA e a ETA, radicalizavam as formas de luta. E no Oriente Médio o fervor religioso estimulava o surgimento de grupos extremistas.

Extremismo islâmico

Apesar da violência em comum, existem diferenças entre os grupos terroristas. O fundamentalismo islâmico, por exemplo, não tinha caráter terrorista na época em que surgiu. A Irmandade Muçulmana apareceu em 1929, no Egito, com preocupações sociais e propósitos religiosos. Mas a partir dos anos 30 foi perseguida pelo rei Fuad e por seu sucessor, o rei Faruk, favoráveis à dominação britânica. A Irmandade partiu para a radicalização e o terrorismo no início dos anos 50, com a ascensão do líder nacionalista Gamal Abdel Nasser, acusado de defender interesses ocidentais.

A ação mais espetacular da Irmandade Muçulmana foi o assassinato do presidente egípcio Anwar Sadat, em 1981. Sadat foi considerado traidor por ter assinado os acordos de Camp David, em 78, que reconheciam o direito de existência do Estado de Israel.

OLP x Israel

A crise no Oriente Médio também fez surgir, em 1964, a Organização Para a Libertação da Palestina, uma frente reunindo diversos grupos. A OLP, que tinha como base a Al Fatah, facção liderada por Yasser Arafat, foi criada em decorrência de um quadro político cada vez mais conturbado. Os ânimos na região estavam acirrados desde a criação de Israel, em 1948.

Com o apoio político, econômico e militar de soviéticos e americanos, Israel promoveu guerras com alguns vizinhos árabes para expandir seu território. Centenas de milhares de palestinos foram expulsos de suas terras. Organizações terroristas judaicas, como a Irgun, a Stern e a Haganah tiveram um papel importante na intimidação da população palestina, chegando a massacrar aldeias inteiras.

O problema palestino era um distúrbio indesejável na Guerra Fria. O Oriente Médio, como quase todo o planeta, estava dividido em esferas de influência das superpotências. Israel e alguns países árabes passaram para a esfera dos Estados Unidos, enquanto outros países árabes ficaram sob influência soviética. A questão palestina não se encaixava bem nesse jogo de equilíbrio.

O isolamento dos palestinos no Ocidente e a hostilidade dos países árabes acabaram

fortalecendo a OLP e a opção de grupos radicais pelo terrorismo. Mas nem todos os atos terroristas reivindicados pelos palestinos eram de autoria da OLP.

Terrorismo internacional

Um dos atentados mais violentos aconteceu em setembro de 72, durante os Jogos Olímpicos de Munique, na Alemanha. Nove atletas israelenses foram feitos reféns pela organização palestina "Setembro Negro". Os seqüestradores exigiam a libertação de cem palestinos presos em Israel e dos terroristas internacionais Andreas Baader e Ulrike Meinhoff, da Alemanha, e Kozo Okamoto, do Japão. Forças de segurança alemãs cercaram e mataram os seqüestradores. Os atletas também foram todos mortos, o que deixou a opinião pública estarrecida. O episódio de Munique preocupou as autoridades, porque ficou evidente o vínculo entre diversas organizações clandestinas internacionais. Esse intercâmbio seria percebido novamente em 1976, com o seqüestro de um Boeing da Air France que fazia um voo entre Tel Aviv e Paris. O avião, com 242 passageiros e 12 tripulantes, foi levado para Entebbe, em Uganda, país africano que vivia sob a ditadura de Idi Amin Dada.

Os seqüestradores diziam pertencer à Frente Popular para a Libertação da Palestina, um dos grupos mais radicais da OLP. Mantendo como reféns somente os 93 passageiros judeus, os terroristas exigiam a libertação de 53 palestinos presos em Israel. O governo israelense ordenou uma operação de resgate, enviando a Uganda uma força de elite. Em menos de 15 minutos os terroristas foram mortos e os reféns, libertados.

Terrorismo na Europa

Outra organização que se especializou em ataques terroristas nos anos 70 foi o Exército Republicano Irlandês, o IRA. Ele foi formado em 1919 por grupos da minoria católica que lutavam pela união da Irlanda do Norte à República da Irlanda.

Na década de 60, os católicos foram às ruas pacificamente, contra leis discriminatórias impostas pela maioria protestante. Aproveitando o clima de insatisfação, um grupo de militantes relançou o IRA, dessa vez com um verniz ideológico marxista. A fase pacífica do movimento terminou num domingo de janeiro de 1972, quando tropas britânicas dispararam suas armas contra os manifestantes, matando 13 pessoas. O incidente, que passou à história como "Domingo Sangrento", desencadeou uma escalada do terrorismo. Durante os anos 70, mais de duas mil pessoas morreram e milhares ficaram feridas em atentados a bomba patrocinados pelo IRA e nos choques de rua entre manifestantes e forças de segurança.

Outros grupos surgiram com fins pacíficos e também foram empurrados para o terror. É o caso da ETA, organização que luta pela autonomia do País Basco em relação à Espanha.

ETA, no idioma basco, são as iniciais de "Pátria Basca e Liberdade". Criada em 1959 para difundir a cultura e os valores tradicionais do povo basco, a ETA foi perseguida pela ditadura de Francisco Franco e entrou para a clandestinidade e o terrorismo em 1966. O atentado mais ousado foi realizado em 73, quando a organização explodiu no centro de Madri o carro em que viajava o primeiro-ministro franquista Luís Carrero Blanco.

Na década de 70 houve também a ação de grupos terroristas sem vínculos com lutas democráticas ou de libertação nacional, como o grupo Baader-Meinhoff, na Alemanha, e as Brigadas Vermelhas, na Itália. Eram organizações formadas por intelectuais e universitários que adotaram a violência em nome de uma genérica "guerra contra a burguesia". Em setembro de 77, o Baader-Meinhoff ganhou as manchetes dos jornais com o seqüestro do industrial Hanss-Martin Schleyer, como pressão pela libertação de presos políticos.

Em março de 78, outra ação espetacular na Europa: o seqüestro do primeiro-ministro italiano Aldo Moro, uma ação audaciosa que surpreendeu o mundo. Moro acabou executado pelos terroristas, apesar dos apelos do Papa e da opinião pública internacional.

Terrorismo xiita

No final dos anos 70, o terrorismo ganhou um novo ingrediente religioso, com a ascensão dos muçulmanos xiitas no Irã, em janeiro de 79. Sob o comando do aiatolá

Khomeini, os xiitas derrubaram a ditadura do xá Reza Pahlevi e implantaram um sistema que fugia à lógica dos dois blocos econômicos, liderados por Estados Unidos e União Soviética. A partir da revolução iraniana, foi implantado um sistema de governo guiado por convicções religiosas radicais e inflexíveis. Khomeini inaugurou a chamada "Jihad" em nossos dias, a Guerra Santa contra o Grande Satã, representado pelo mundo não xiita. Daí para a prática do terrorismo foi um passo. O inédito nessa história era o caráter oficial do terror, assumido claramente pelo regime dos aiatolás. A primeira demonstração radical de Khomeini foi em novembro de 79. Com apoio do governo, estudantes iranianos invadiram a embaixada norte-americana em Teerã, fazendo 66 reféns. Eles queriam a extradição do xá Reza Pahlevi, em tratamento de saúde nos Estados Unidos. Foi o início de uma longa crise entre os dois países. Mesmo com a morte de Pahlevi em julho de 1980, vítima de câncer, os estudantes não desocuparam a embaixada. O impasse prejudicou a campanha de reeleição do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que acabou derrotado pelo candidato republicano Ronald Reagan. Foram 444 dias de expectativa. Em 20 de janeiro de 1981, dia da posse do novo presidente dos Estados Unidos, os iranianos finalmente libertaram os reféns norte-americanos. Até hoje são obscuras as condições sob as quais o presidente Reagan negociou o fim da crise.

Além da vitória de Khomeini no Irã, outro elemento viria a fortalecer a causa dos xiitas: a reação à invasão do Afeganistão pelos soviéticos, em dezembro de 79. Os afegãos, em sua maioria de fé muçulmana, sentiram sua religião ameaçada pela presença do exército soviético. Vários grupos guerrilheiros proclamaram uma 'guerra santa' contra o invasor.

Com a revolução no Irã e a resistência dos rebeldes afegãos, a "Jihad" ficou conhecida no Ocidente e ganhou força junto à população muçulmana de todo o mundo. O apelo foi reforçado, em fevereiro de 89, com a sentença de morte proferida por Khomeini contra o escritor anglo-indiano Salman Rushdie, autor do livro "Versos Satânicos", considerado blasfemo pelos aiatolás do Irã. Caçado pelos xiitas, Rushdie passou a viver escondido na Inglaterra, sob proteção da Scotland Yard.

Terrorismo no Líbano

No começo dos anos 80, o Líbano tornou-se palco de inúmeros atentados. Várias facções disputavam o poder apoiadas por países vizinhos, especialmente Síria e Israel. A existência de áreas de refugiados palestinos na capital Beirute aumentava a tensão e o clima de guerra civil. Uma das organizações acusadas com mais frequência de terrorismo era a OLP. Na tentativa de capturar ou eliminar o líder Yasser Arafat e destruir bases militares palestinas, forças israelenses invadiram o Líbano, em junho de 82. Durante vários dias, a capital libanesa transformou-se num inferno. Milhares de civis foram mortos, entre eles mulheres, velhos e crianças. Os israelenses não encontraram Arafat, mas expulsaram a OLP e deixaram o Líbano em ruínas.

Em setembro de 82, falanges cristãs libanesas, apoiadas por Israel, atacaram os campos de refugiados de Sabra e Chatila, nos arredores de Beirute. Mais de 2.500 civis palestinos e libaneses desarmados foram mortos. O massacre chocou a opinião pública internacional. Foi nesse clima extremamente tenso que se multiplicaram os grupos terroristas no Líbano nos anos 80. A ação terrorista mais famosa dessa época aconteceu em 83, quando dois atentados simultâneos mataram mais de 250 fuzileiros navais americanos e mais de 50 soldados franceses, em Beirute. Mas os xiitas de Khomeini e os militantes de grupos fanáticos, como o Hamas e o Hezbollah, não limitaram seus ataques ao Oriente Médio: em nome da Guerra Santa, eles organizaram vários atentados na Europa e nos Estados Unidos.

Fim da Guerra Fria: o terrorismo refluí

No início dos anos 90, o fim da Guerra Fria e a abertura do diálogo no Oriente Médio e na Irlanda do Norte fizeram o terrorismo refluir um pouco, abrindo mais espaço para a negociação. Um sintoma dessa trégua foi a prisão, em 94, de Carlos, o Chacal, o terrorista mais procurado do mundo.

O venezuelano Ilitch Ramirez Sanchez, nome verdadeiro do Chacal, foi preso em agosto de 94 por agentes do serviço secreto francês. O terrorista, que agia por dinheiro, é acusado da morte de 93 pessoas e de ferimentos em outras duzentas, em 20 anos de atividades. Infelizmente, a prisão de terroristas famosos e até mesmo o término da Guerra Fria não puseram um fim ao terrorismo internacional, que continua transformando a vida de pessoas inocentes num pesadelo, em diversos lugares do mundo.

No Oriente Médio, extremistas matam e ferem para tentar atrapalhar as negociações de paz entre Israel e os palestinos. Na Grã-Bretanha, grupos radicais do IRA também apavoram inocentes, procurando reacender a violência dos anos 70. E aqui e ali, fanáticos religiosos passam dos limites em nome do apocalipse. Talvez a conclusão mais importante a que podemos chegar no final do programa de hoje é a de que o terror gera o terror. Muitas vezes os governos gostam de taxar seus inimigos de terroristas, mas se esquecem de suas próprias responsabilidades. O terror existe e cresce sempre que o diálogo é impossível. E nunca o diálogo foi tão sufocado como no período da Guerra Fria.

Fonte: alo escola, tv cultura

ECONOMIA

Globalização

A questão da globalização deve ser tema de quase todos os vestibulares. Como você sabe, a globalização vem ocorrendo, principalmente, por causa do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. O fato de os meios de transporte estarem cada vez mais velozes também contribuiu para a integração entre países, regiões e continentes.

As principais consequências da globalização são a integração e a interdependência econômica cada vez maiores entre países, regiões e continentes. Hoje a economia mundial está nas mãos das grandes corporações de empresas transnacionais. Outro efeito da globalização é o aumento da concorrência entre empresas em nível nacional e internacional.

O QUE É GLOBALIZAÇÃO

Globalização é o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa "aldeia-global", explorada pelas grandes corporações internacionais. Os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional. Esse processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação - telefones, computadores e televisão.

As fontes de informação também se uniformizam devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da Internet. Isso faz com que os desdobramentos da globalização ultrapassem os limites da economia e comecem a provocar uma certa homogeneização cultural entre os países.

CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

A globalização é marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais. A cadeia de fast food McDonald's, por exemplo, possui 18 mil restaurantes em 91 países. Essas corporações exercem um papel decisivo na economia mundial.

Segundo pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo, em

1994 as maiores empresas do mundo (Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell) obtêm um faturamento de 1,4 trilhão de dólares. Esse valor equivale à soma dos PIBs do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Nova Zelândia.

Outro ponto importante desse processo são as mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as transnacionais instalam suas fábricas sem qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos - que possuem altos salários e inúmeros benefícios - para as nações industriais emergentes, com os Tigres Asiáticos. O resultado desse processo é que, atualmente, grande parte dos produtos não tem mais uma nacionalidade definida. Um automóvel de marca norte-americana pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na Alemanha, montado no Brasil e vendido no Canadá.

REVOLUÇÃO TECNOCIENTÍFICA

A rápida evolução e a popularização das tecnologias da informação (computadores, telefones e televisão) têm sido fundamentais para agilizar o comércio e as transações financeiras entre os países. Em 1960, um cabo de telefone intercontinental conseguia transmitir 138 conversas ao mesmo tempo.

Atualmente, com a invenção dos cabos de fibra óptica, esse número sobe para 1,5 milhão. Uma ligação telefônica internacional de 3 minutos, que custava cerca de 200 em 1930, hoje em dia é feita por US\$ 2. O número de usuários da Internet, rede mundial de computadores, é de cerca de 50 milhões e tende a duplicar a cada ano, o que faz dela o meio de comunicação que mais cresce no mundo. E o maior uso dos satélites de comunicação permite que alguns canais de televisão - como as redes de notícias CNN, BBC e MTV - sejam transmitidas instantaneamente para diversos países. Tudo isso permite uma integração mundial sem precedentes.

DESEMPREGO ESTRUTURAL

A crescente concorrência internacional tem obrigado as empresas a cortar custos, com o objetivo de obter preços menores e qualidade alta para os seus produtos. Nessa reestruturação estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural. Uma das causas desse desemprego é a automação de vários setores, em substituição à mão de obra humana. Caixas automáticas tomam o lugar dos caixas de bancos, fábricas robotizadas dispensam operários, escritórios informatizados prescindem datilógrafos e contadores.

Nos países ricos, o desemprego também é causado pelo deslocamento de fábricas para os países com custos de produção mais baixos.

NOVOS EMPREGOS

O fim de milhares de empregos, no entanto, é acompanhado pela criação de outros pontos de trabalho. Novas oportunidades surgem, por exemplo, na área de informática, com o surgimento de um novo tipo de empresa, as de "inteligência intensiva", que se diferenciam das indústrias de capital ou mão-de-obra intensivas. A IBM, por exemplo, empregava 400 mil pessoas em 1990 mas, desse total, somente 20 mil produziam máquinas. O restante estava envolvido em áreas de desenvolvimento de outros computadores - tanto em hardware como em software - gerenciamento e marketing. Mas a previsão é de que esse novo mercado de

trabalho dificilmente absorverá os excluídos, uma vez que os empregos emergentes exigem um alto grau de qualificação profissional. Dessa forma, o desemprego tende a se concentrar nas camadas menos favorecidas, com baixa instrução escolar e pouca qualificação. "

O processo de globalização está trazendo profundas transformações para as sociedades contemporâneas. O acelerado desenvolvimento tecnológico e cultural, principalmente na área da comunicação, caracteriza uma nova etapa do capitalismo, contraditória por excelência, que coloca novos desafios para o homem neste final de século. Cultura, Estado, mundo do trabalho, educação, etc. sofrem as influências de um novo paradigma , devendo-se adequarem ao mesmo. Neste novo paradigma, a autonomia é privilegiada. Tornou-se necessidade para a vida numa sociedade destradicionalizada e reflexiva. No mundo do trabalho, a autonomia é diferença que marca a mudança do predomínio do fordismo para o pós-fordismo. Já no que tange à educação, deve a mesma possibilitar o desenvolvimento desse valor, trabalhando o homem integralmente para que ele possa não só atender aos requisitos do mercado, mas também atuar como cidadão no mundo globalizado. Nossa análise caminhará sempre no sentido dos limites e das possibilidades desse mundo, tendo

como categoria central a autonomia, e como pensamento norteador a teoria pós-fordista sob o enfoque dos teóricos "Novos Tempos".

QUESTÃO E RESPOSTA:

Mas, o que é essa globalização e como é que ela se manifesta ?

Não há uma definição que seja aceita por todos. Ela está definitivamente na moda e designa muitas coisas ao mesmo tempo. Há a interligação acelerada dos mercados nacionais, há a possibilidade de movimentar bilhões de dólares por computador em alguns segundos, como ocorreu nas Bolsas de todo o mundo, há a chamada "terceira revolução tecnológica"(processamento, difusão e transmissão de informações). Os mais entusiastas acham que a globalização define uma nova era da história humana.

VEJA MAIS SOBRE GLOBALIZAÇÃO

A economia globalizada permite que haja um movimento em direção à globalização cultural. Hoje, através da Internet, um estudante ou pesquisador acessa, sem sair de casa, qualquer biblioteca ou universidade do planeta. Os contatos humanos e as pesquisas exigem que os habitantes de um país tenham, ao menos, conhecimento básico do idioma de outros países.

Acontecimentos no outro lado do mundo podem ser acompanhados on-line e em tempo real. Apesar de a globalização uniformizar o pensamento, ela também o diferencia por sublinhar as características regionais e não deixar dúvidas, nos consumidores, de que aqueles que não detêm tecnologia estão excluídos do grande sistema que pretende gerar um pensamento universal.

Porém, ainda é cedo para avaliar as conseqüências que esta interação terá sobre as culturas nacionais, principalmente nas dos países do terceiro mundo. Mas já se sabe que a vivência humana globalizada está criando uma nova ética, uma nova forma de pensamento e, nas novas gerações, uma posição mais compreensiva diante de outras maneiras de ser e viver.

Globalização financeira, nova ordem econômica mundial que modificou o papel do Estado na medida que alterou radicalmente a ênfase da ação governamental, que agora é dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global. Seus efeitos são de certa forma controversos. Por um lado, a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode ser vista como uma forma eficiente de destinar recursos

internacionais e de canalizá-los para países emergentes. Por outro, a possibilidade de usar os capitais de curto prazo para ataques especulativos contra moedas são considerados como uma nova forma de ameaça à estabilidade econômica dos países.

Globalização produtiva, fenômeno mundial associado a uma revolução nos métodos de produção que resultou numa mudança significativa nas vantagens comparativas das nações. Com a globalização, as fases de produção de uma determinada mercadoria podem ser realizadas em qualquer país e não mais em um mesmo país, pois busca-se aquele que oferecer maiores vantagens econômicas. Isto tem levado a uma acirrada competição entre países - em particular aqueles em desenvolvimento - por investimentos externos.

Em contraste com as décadas passadas, quando julgava-se necessário introduzir controles e restrições para disciplinar, em seus mercados, as atividades das multinacionais, agora, os países em desenvolvimento têm reformulado suas políticas comerciais e econômicas para oferecer um ambiente doméstico atraente para os investimentos externos, os quais se fazem necessários para complementar as suas taxas internas de poupança, geralmente insuficientes.

COMÉRCIO EXTERIOR

A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Anos 70: Na década de 70 o Brasil vivia um crescente processo de desenvolvimento industrial. A balança comercial brasileira era equilibrada, pois as exportações de produtos minerais e agrícolas eram suficiente para sustentar as importações de bens de produção para a indústria em expansão. Porém, com a crise do petróleo o preço dos produtos importados subiu muito desequilibrando assim a balança comercial brasileira.

Anos 80: Nos anos 80, também conhecido como década perdida, o Brasil conheceu um período de grande superávit comercial. Mas esse superávit não era fruto do crescimento da economia como nos países desenvolvidos e sim da política de drástica contenção de importações implantada pelo governo. Essa política fazia com que o país obtivesse uma balança comercial favorável. Porém o dinheiro desse superávit, que deveria ser investido para a compra de bens de produção para desenvolver a indústria emergente da época, era gasto em pagamentos de juros da dívida externa.

Anos 90: Na década de 90 a liberação da economia e a abertura do mercado interno integraram de maneira definitiva o Brasil na economia-mundo. Nessa década o país passou a buscar o equilíbrio de suas contas de uma maneira bem mais racional. Agora ele importava os bens de produção necessários para modernizar suas indústrias, essencial para as tornarem competitivas e ingressarem no mundo globalizado, e para equilibrar as exportações passou a procurar de todas as formas atrair investimentos estrangeiros.

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Exportações: Hoje os principais produtos que o Brasil exporta para os mais variados lugares do mundo, como um verdadeiro global trade são: produtos agro-industriais tendo como principais produtos a soja, a laranja e o café, produtos manufaturados(destacamos aí as exportações das indústrias têxteis de calçados) e produtos primários(minérios em geral).

Importações: O Brasil importa uma quantidade absurda de produtos e não é atoa que tem uma balança comercial desfavorável. Os principais desses produtos são: bens de produção(máquinas), o petróleo e eletrônicos em geral.

ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

A atual política econômica brasileira pode ser dividida em três pontos básicos:

O controle do déficit público: O governo tem hoje um sério problema de déficit público pois o país gasta mais do que consegue arrecadar. Para resolver esse problema o governo visa

o enxugamento do estado ou seja, a extinção de cargos inúteis e a revisão de alguns salários fora da realidade e a reforma tributária fiscal que visa diminuir a sonegação de impostos fazendo com que o estado arrecade mais.

O incentivo a exportação: O governo vem incentivando fortemente as exportações visando conseguir o equilíbrio na balança de pagamentos que é bastante deficitária.

Globalização: O Brasil hoje vem buscando de todas as formas conseguir se fortalecer e se tornar competitivo no mundo globalizado. Além disso procura fazer parcerias com vários outros países para abrir caminho para as exportações do país. Um grande exemplo disso é o MERCOSUL.

DÍVIDA EXTERNA

Nossa idéia é, didaticamente, explicar ao vestibulando e ao leitor não especialista o que é isso, quanto é, do que se compõe, como é negociada, porque não há risco de ser ela descumprida pelo próximo Governo e assim por diante. Vamos fazer isso através de questões e respostas.

Estoque de Dívida Pública Mobiliária Interna em poder do público, R\$ milhões, maio/02						
Tipo de Título	Negociáveis por oferta pública	Negociáveis por emissão direta	Total Negociáveis	Inegociáveis	Total Geral	Porcentagens
Banco Central						
BBC	-	-	-	-	-	-
BBCA	-	-	-	-	-	-
LBC	-	-	-	-	-	-
NBCE	105.506,40	-	-	105.506,40	105.506,40	98,4%
NBCF	1.670,51	-	-	1.670,51	1.670,51	1,6%
Total	107.176,91	-	-	107.176,91	107.176,91	100,0%
...Tesouro Nacional....						
LFT	198.006,32	121.969,72	-	319.976,05	319.976,05	60,1%
LTN	60.985,09	-	-	60.985,09	60.985,09	11,5%
NTN-C	29.763,82	1,08	-	29.764,90	29.764,90	5,6%
NTN-D	51.471,70	4.399,25	-	55.870,94	55.870,94	10,5%
NTN-B	537,33	8.360,47	-	8.897,80	8.897,80	1,7%
Outros no SELIC	-	13225,44	5.408,92	18.634,36	18.634,36	3,5%
Créd. sec.	-	13.932,23	235,26	14.167,49	14.167,49	2,7%
Certificados	21,42	10.141,30	4.845,55	15.008,27	15.008,27	2,8%
Dívida	-	6.277,81	-	6.277,81	6.277,81	1,2%

agrícola						
LFT-E/M	-	424,15	-	424,15	424,15	0,1%
TDA	-	2.206,75	-	2.206,75	2.206,75	0,4%
Total Banco Central	340.785,69	180.938,18	10.489,73	532.213,60	532.213,60	100,0%
Total	107.176,91	-	-	107.176,91	107.176,91	16,8%
Total Tesouro Nacional	340.785,69	180.938,18	10.489,73	532.213,60	532.213,60	83,2%
Total Geral	447.962,60	180.938,18	10.489,73	639.390,51	639.390,51	100,0%

1. Por que existe a dívida interna do Governo e como ela é administrada? A dívida interna, cujo nome técnico é "dívida pública mobiliária federal" existe porque o Governo (no caso, o Federal) gasta mais do que arrecada; isso gera déficit e aí o Governo tem duas saídas: emite dinheiro sem lastro, o que causa inflação (e não queremos mais tê-la) ou vende títulos financeiros ao mercado. Se o déficit continua crescendo, cada vez mais se emite títulos e a dívida mobiliária vai aumentando; portanto, se o Governo gastar apenas o que consegue arrecadar, a dívida interna parará de crescer.

2. Qual o estoque da dívida pública mobiliária federal hoje? O quadro abaixo mostra esse estoque para 31 de maio de 2002: ele é de R\$ 639,39 bilhões, dividida em R\$ 107,2 bilhões de títulos emitidos pelo Banco Central e R\$ 532,2 bilhões emitidos pelo próprio Tesouro Nacional, o "caixa" do Governo Federal.

3. Qual a diferença entre esses dois emissores? O Tesouro emite títulos para a cobertura do déficit do Governo e para a realização de operações financeiras definidas em lei, por exemplo no caso em que o Governo Federal assume dívidas estaduais; o Banco Central emite títulos para fins de política monetária, por exemplo para "enxugar" um excesso de liquidez da economia e controlar a inflação. Como se vê do quadro, o BC é responsável apenas por 16,8% do total.

4. Quais são os principais títulos emitidos? Da tabela deduzimos que as LFT's emitidas pelo Tesouro são 60,1% de 83,2% ou seja, praticamente metade da dívida total. A LFT, ou melhor dizendo, a Letra Financeira do Tesouro é um título escritural (eletrônico) pós fixado, de rentabilidade definida pela taxa Selic. Seus compradores são os bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, mas, em última instância, milhões de brasileiros. É portanto um título muito importante, que tem que ser tratado "com todo o carinho", pois é patrimônio do Brasil. Esse cuidado é implementado pelo Banco Central, que tem a obrigação de dar liquidez e assegurar preços adequados para esse e para os demais títulos do Governo. A LFT representa a maior concentração de poupança do Brasil, com seus R\$ 320 bilhões, mais de duas vezes e meia o saldo das cadernetas de poupança, hoje em cerca de R\$ 130 bilhões.

A inflação

É a situação em que há um aumento contínuo e generalizado de preços, sendo que o aumento de preços se estende a todos os bens e serviços produzidos pela economia do país.

A inflação é medida através de números - índices que dizem qual a porcentagem de aumento de bens e serviços, em determinado período

Ex.:

- Índice de Custo de Vida (ICV)
- Índice de Preços por Atacado (IPA)
- Índice Geral de Preços (IPG)

Consequências:

a) Sobre a distribuição de renda

Os trabalhadores saem perdendo, pois até que seus salários tenham um reajuste, seu poder de compra vai diminuindo; os proprietários aparentemente estão perdendo, por que os aluguéis são reajustados apenas periodicamente, entretanto seus imóveis estão se desvalorizando; e os empresários não perdem porque repassam o aumento de seus custos, elevando o preço de seus produtos.

b) Sobre a balança comercial

Durante um processo inflacionário, quando os preços dos bens e serviços produzidos num país estão em constante elevação os preços das mercadorias estrangeiras tendem a ficar mais baratas, com isso as pessoas precisam comprar produtos importados, mais baratos, fazendo com que a balança comercial entre em déficit, já que há um aumento nas importações. Por esta razão os países que enfrentam um processo inflacionário costumam tributar pesadamente as importações de mercado.

c) Sobre as expectativas dos empresários.

Com a inflação e as medidas de política e econômica, os lucros dos empresários tendem a se tornar estáveis, fato que não lhe permite uma expectativa segura a longo prazo, em razão reduzem seus investimentos, o que acarreta um comprometimento da capacidade produtiva do sistema econômico e uma queda no nível de emprego da mão-de-obra.

Balança de pagamento

Quando um país começa a comercializar com outros surge a necessidade de se estabelecer um controle sobre o fluxo de pagamentos e recebimentos realizados nas relações comerciais internacionais. O país comporta-se então como uma empresa que vende e compra bens e não serviços, não devendo por isso Ter prejuízo.

Balanco de pagamento é o registro contábil de todas as transações de um país com outros num determinado período de tempo.

O Balanço de Pagamentos é dividido em quatro partes.

1. Registra as importações e as exportações de mercadorias e é chamada *Balança Comercial*.

2. Registra as despesas e receitas decorrentes do pagamento e recebimento de fretes, juros, seguros, royalties, marcas patentes, direitos autorais é chamada de *Balança de Serviços*.

3. Registra transações sem contrapartida, como as remessas feitas por imigrantes, as doações de um país para outro e é chamada *transferências unilaterais*.

4. Registra os investimentos realizados por uma empresa estrangeira no país, os empréstimos obtidos no exterior a amortização de empréstimos, remessa lucros, etc., e recebe nome de *Balança de Capitais*.

Obs.:

a. Royalties e patente representam a remuneração devida ao exterior pela utilização da tecnologia ou pela reprodução de determinados produtos inventados no exterior.

b. Fundo monetário internacional é uma organização cujo principal objetivo é auxiliar os países que apresentam déficit sistemáticos em seu Balanço de Pagamentos.

4. O modelo econômico brasileiro
 - No pós-guerra ocorreu um acelerado crescimento da produção e expansão de mercados.
 - A descentralização geográfica da indústria .
 - A subestimação das importações.
 - A tríplice aliança, as empresas privadas, as transnacionais e estatais.
 - Globalização e privatização.
4. O Brasil na economia global
 - A Revolução Técnico – Científica.
 - O Brasil na economia mundial
 - A integração dos mercados □ Mercosul
 - Os corredores de exportação
 - Composição das exportações brasileiras
 - Composição das importações brasileiras

O espaço industrial
Classificação das indústrias
Vegetal
Extrativa
Mineral
Bens de produção
Bens de consumo
Transformação
Duráveis / Não duráveis

PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Privatizações e cidadania

Em que pese toda a resistência dos setores democráticos e populares, em que pese todo o protesto feito pelo que restou do movimento nacionalista nos diversos países latino-americanos, as privatizações avançam celeremente no país. Em parte como reflexo da crise do Estado, em parte como imposição das atuais regras do jogo globalizado - em que se destacam as políticas de ajuste derivadas da predominância daquilo que se convencionou chamar de pensamento único -, a passagem de empresas estatais para o mercado não encontra obstáculos. Sequer as esquerdas parecem ter uma posição muito clara e consensual a respeito do assunto, que assombra por sua impetuosidade e confunde.

Já temos muitas análises acumuladas sobre o sentido estrutural da política de privatizações hoje prevalecente. Há muitas avaliações consistentes a respeito de suas consequências sobre o lado propriamente fiscal da crise do Estado, de seus impactos sobre o tamanho da dívida pública e, sobretudo, de seus efeitos sobre o desempenho global da economia, o planejamento e a distribuição de renda. Os estudiosos também têm advertido que a generalização das operações de mercado poderá dificultar, ao Estado, num futuro bem próximo, qualquer esforço mais firme para desempenhar funções estratégicas e ditar rumos e limites para a vida econômica.

Afinal das contas, não estão sendo privatizadas empresas quaisquer, mas sim aquelas que garantiram o desenvolvimento das economias nacionais até um passado bem recente, empresas que, salvo exceções, cuidavam da produção, organização e prestação de serviços essenciais para o bem-estar da população e a modernização da sociedade. Hoje, tudo isso está cada vez mais sob controle do mercado, com um sensível encolhimento das chances de regulação pública. Abriu-se uma hipoteca para o futuro.

Na outra ponta da discussão, sabemos pouco a respeito dos desdobramentos efetivos que as privatizações vêm tendo sobre a vida e o cotidiano dos cidadãos. Existiriam já

resultados capazes de comprovar acertos e erros ou demonstrar a eficácia das opções feitas até aqui?

Ao longo dos últimos anos, período em que cresceu e ganhou velocidade a política de privatizações, a população (ou pelo menos sua parte mais ativa) parece ter-se dividido em relação à questão. O quadro geral é de aplauso e aprovação, prova cabal de que o discurso privatizante goza de um inquestionável poder de sedução. De modo geral, as pessoas parecem convencidas de que os serviços tenderão a melhorar e os preços a cair com a entrada em cena do mercado, das empresas privadas, da concorrência.

Acreditam que o próprio Estado ficará aliviado de uma pesada carga de incumbências e ganhará maior agilidade, já que, livre do “entulho” representado por estatais tidas como ineficientes, ficará livre para se reorganizar e cuidar daquilo que realmente importa. Olham com assombro os resultados exibidos pelas novas empresas, deixando de considerar que elas operam hoje em circunstâncias tremendamente favoráveis, que jamais existiram para as antigas estatais.

Descendo-se, porém, um degrau a mais, o cenário já não se mostra tão risonho. Acumulam-se reclamações, denúncias de mau funcionamento e inoperância gerencial, protestos quanto ao atendimento e ao modo como passaram a ser tratados os consumidores. Ora são os telefones que vão para a berlinda, ora os serviços de gás e eletricidade, ora os transportes e a coleta de lixo nas grandes cidades. Em todos estes ramos, ao lado de uma desconfiança meio generalizada quanto à qualidade dos serviços prestado, as pessoas criticam firmemente os preços, que, como todos percebem sem dificuldade, sofreram forte oscilação para cima na medida mesma do avanço das privatizações.

O fato mostra bem um dos gargalos da desmontagem a que está sendo submetida a estrutura fundamental de serviços públicos dos diversos países. Passando ao controle do mercado, os serviços nem sempre melhoram. No caso da telefonia, por exemplo, especificamente no Brasil, o sistema continua claudicando, em que pesem os inegáveis melhoramentos tópicos, os investimentos expressivos e os números triunfantes. Caíram vertiginosamente os preços das linhas telefônicas, mas não há linhas para todos. A demora para conseguir uma delas ainda é desproporcional à rapidez da vida globalizada. O consumidor, além do mais, ficou exposto a todo tipo de operação mercantil. Paga-se até mesmo para obter uma reles informação.

Caso semelhante é o das rodovias, que em muitos lugares também passaram a ser administradas por empresas particulares, por intermédio de acordos de concessão ou algo assim. Em São Paulo, por exemplo, principal estado brasileiro e cujo território está cortado pelas mais movimentadas e estratégicas estradas do país, os efeitos benéficos são evidentes: as rodovias estão sendo conservadas, obras de expansão foram iniciadas, há um esforço para mostrar competência e iniciativa.

O que já era bom parece estar ficando ainda melhor. Mas, o que dizer dos pedágios? Nem bem formalizadas as concessões, os preços foram fortemente aumentados e novos postos de arrecadação brotaram ao longo das rodovias; em alguns trechos, passou-se a cobrar nos dois sentidos. Justiça distributiva, pode-se alegar. Cláusula contratual, lembrará alguém. Dá até para admitir que as novas tarifas possam ser justas.

Mas e o cidadão que trafega pelas estradas? Não merecia um tratamento mais adequado? Claro que sim: deveria ser informado dos critérios usados para calcular a tarifa, para distribuir os postos de arrecadação, para fazer a cobrança em um ou em dois sentidos. Deveria ser considerado co-participante do negócio, não apenas “cliente”.

São fatos prosaicos, insuficientes para contestar a política de privatizações. Servem, porém, para que analisemos o quadro mais abrangente em que são tomadas as decisões e sobretudo para que valorizemos aquilo que se passa atrás dos bastidores. No mínimo, ajudam a fazer com que recordemos algo básico, quase trivial: não podem existir decisões criativas em termos de gestão - e sobretudo de gestão de coisas que interessam diretamente ao público - se os usuários não forem incorporados ao processo e tratados como realmente são, isto é, como cidadãos, e de primeira classe, não como meros consumidores de bens e serviços.

O mercado pode até ter a pretensão de desempenhar um papel de relevo neste mundo de consumos desregrados e mercadorias, mas não pode se converter no senhor de tudo e de todos, como se apenas suas condições tivessem validade e merecessem respeito. "

LUCRO DAS ESTATAIS PRIVATIZADAS

Na campanha de desmoralização das estatais, o governo e a mídia especularam a quebra das empresas controladas pelo Estado. Pregando que as estatais seriam uma pedra no sapato do brasileiro e que estas inviabilizavam o desenvolvimento do País, os argumentos esbarraram na verdadeira situação das empresas. Algumas apresentavam lucros de até 250%, como era o caso da Telebrás antes da privatização, o que desmente a falácia repetida pelo governo FHC e seus aliados – a Rede Globo, por exemplo – de que as estatais apenas devoravam o dinheiro do Tesouro Nacional.

É verdade que os lucros das estatais não eram constantes. Porém, depois da privatização as ex-estatais deram um salto vertiginoso nos lucros, agora não para o patrimônio público, mas para os grupos que arremataram as empresas a preço de banana, para os capitalistas.

Por que e como as privatizadas obtiveram um lucro tão surpreendente?

Em primeiro lugar: antes da privatização das teles, por exemplo, o governo permitiu reajustes de tarifas na casa dos 500%, ou seja, o comprador da estatal já entra com lucro garantido, pois o governo aumentou as tarifas exatamente com este propósito.

Em segundo lugar, o governo tem feito demissões maciças de funcionários antes da privatização, semeando o desemprego para que os compradores diminuam gastos com folhas de pagamentos e saldação de dívidas trabalhistas, já que o governo foi quem pagou os direitos aos funcionários demitidos, deixando espaço livre para o comprador arrematar uma empresa limpa, sem dívida alguma.

Por fim, o mais escandaloso é que os aposentados dessas ex-estatais que deveriam ter seus fundos de pensão pagos pelos novos donos foram transferidos para a folha de pagamento do governo, fazendo com que os compradores não gastassem um só vintém com os planos de pensão dos funcionários que, pela lógica, agora eram de sua responsabilidade.

O prazo para o pagamento pela aquisição das empresas é outro ponto interessante e revoltante. De acordo com os contratos, os compradores têm 7, 8 e até 10 anos para saldar a dívida total da compra, que, é bom lembrar, foi financiada pelo BNDES. Só que, de acordo com os lucros apresentados pelas privatizadas, essa dívida poderia ser paga muito antes do término do prazo. Como assim?

Graças às numerosas vantagens proporcionadas pelo governo aos compradores das estatais, o prazo calculado para o pagamento está bem acima das expectativas iniciais, consideradas pelos consultores que elaboraram os preços das empresas, ou seja, se uma empresa qualquer é comprada por, digamos, 40 milhões de reais para serem pagos em 10 anos, esta mesma empresa já pode ter atingido um lucro nesse valor em apenas 1 ano ou menos, sendo assim, até o final do prazo, o comprador gastou apenas 4 milhões de reais por ano para saldar a dívida, ficando com os 36 milhões de reais restantes para fazer o que bem entender, simplesmente por que o preço calculado para a venda foi muito abaixo da capacidade de lucratividade da empresa.

O OUTRO CAMINHO DO GOVERNO

Como acontece em todos os países, o verdadeiro dono das estatais é o povo. Com o impulso do sistema neoliberal de governança, a febre das privatizações no governo brasileiro não levou em conta a opinião pública, ou seja, venderam um bem nosso sem nos perguntar se realmente queríamos vendê-lo e o pior: a preços incrivelmente baixos.

Qual seria o outro caminho do governo? Entregar as empresas aos seus verdadeiros donos: a sociedade. Isso foi feito na Inglaterra, país que é tido como o berço do neoliberalismo mundial. Em sua gestão, a então primeira-ministra Margaret Thatcher entregou o controle das empresas estatais à população por meio da pulverização de ações, ao invés de vendê-las a preços ridículos a pequenos grupos empresariais.

O governo incentivava a compra de ações pela sociedade, o dono das ações poderia guardá-las ou vendê-las quando quisesse. Além de fazer parte das ações do Estado, o acionista recebia prêmios do governo caso ainda tivesse as ações depois de três anos após a sua compra. O governo ganhou, pois recebeu o dinheiro das empresas e a sociedade tinha participação direta nos lucros, já que as ações subiam de acordo com o mercado e podiam ser negociadas na bolsa de valores.

Mas não. O governo brasileiro preferiu reafirmar a sua posição ao lado do empresariado brasileiro e internacional a beneficiar o povo. Não só os empresários internacionais agradeceram a asneira cometida pelo governo no desmonte do Estado, como os seus credores internacionais, já que o dinheiro (a pechincha) paga ao governo pelas estatais não foi dirigida a nenhum programa social para amenizar o sofrimento do povo brasileiro, mas sim para pagar os juros da dívida externa que, no governo FHC, se tornaram ainda mais intermináveis.

CRISE ECONÔMICA

Num mundo globalizado como o que vivemos as causas de uma crise econômica podem ser incontáveis. Mário Covas já dizia que, no mundo de hoje, se lá no Japão alguém der um espirro, nós aqui no Brasil, dizemos "saúde". Tudo é muito instável e frágil, veja, agora é o problema da possível guerra com o Iraque, aqui no Brasil, o fato de Lula demorar para divulgar seu ministério faz o dólar subir.

Muitos e variados fatores podem ocasionar uma crise econômica, a exemplo do que aconteceu, por exemplo, nos países asiáticos, na Rússia, no México, no Brasil, e mais recentemente, na Argentina. Cada caso é um caso.

Tudo que refere a economia, principalmente à macroeconomia, é complicada, por culpa dos próprios economistas, e torna-se difícil e temerária qualquer explicação. Vou lhe mandar uma opinião, mas desde já lhe digo, no caso em que você pergunta, as causas são tantos e remotas... Vão desde da incompetência de governos, corrupção, política, interesses ocultos etc

Luiz Suzigan, da LCA Consultores, responde:

"A política tem sua parcela de participação porque ela gera uma incerteza muito grande para o ano que vem, pelo medo que os investidores têm de uma mudança no modelo atual.

O governo sempre enxerga mal qualquer tipo de ruptura, seja para beneficiar ou para prejudicar. Isso faz com que as pessoas queiram correr para uma moeda forte, que no caso do Brasil é o dólar. O efeito Lula, o efeito Ciro Gomes, tem seu peso nessa pressão cambial que agente está vivendo agora, mas a origem está na evolução da economia internacional.

A vulnerabilidade externa da economia brasileira a torna suscetível às crises internacionais. Quando existe uma crise internacional, o Brasil, por ser vulnerável, é um dos mais sofrem."

"Qual é a razão dessa crise e porque ela está atingindo a América Latina?"

Adriana (São Luis), João Paulo (Fortaleza), Fabricia (Três Lagoas), José Geronimo Neto (Caieiras)

Luiz Suzigan, da LCA Consultores, responde:

"A origem do problema está na evolução da conjuntura internacional. No início do ano existiam previsões bastante otimistas. Acreditava-se que a economia dos Estados Unidos sairia rapidamente do ciclo recessivo rápido, curto, que existia em 2001 e que foi acelerado pelos atentados de 11 de setembro e que a economia americana voltaria a crescer num ritmo forte.

De fato ela cresceu no primeiro trimestre deste ano e se imaginava que ela sustentaria a economia global e puxaria a oferta de crédito para os países emergentes.

Essa expectativa foi frustrada no segundo trimestre, quando houve um desaquecimento forte

da economia americana por causa dos escândalos contábeis, que derrubou as bolsas de valores mundiais e gerou um choque de desconfiança entre consumidores e empresários americanos e mundiais.

Então a frustração dessa recuperação e a perspectiva de que a economia americana e mundial possam entrar em recessão novamente, o chamado duplo mergulho, aumentou muito a cautela dos investidores internacionais, que passaram a ficar avessos às aplicações de risco.

Então os investimentos e os créditos para países como o Brasil simplesmente secaram. Isso acabou pressionando a taxa de câmbio e criando a expectativa de um default, porque tem vários empréstimos vencendo e há um medo de que o país não vai conseguir honrar nem renovar esses empréstimos.

A origem da pressão cambial é a frustração com a evolução da crise internacional. É claro que ela foi potencializada pela incerteza que a política doméstica imprime nesse quadro já deteriorado."

Crise no Estado

No campo político-social, a Pós-modernidade se traduz por uma profunda apatia e desinteresse, explicado pela própria ausência de ideais, de verdades pelas quais lutar, de ideologias, de certezas e objetivos. Ao mesmo tempo, a Pós-modernidade possui uma outra característica incompatível com um projeto político, que é o seu lado imediatista; busca-se viver o momento sem se preocupar com o futuro, o que não deixa de ser um efeito da busca de emoções.

Soma-se a isso o fato de que o mundo moderno não conseguiu cumprir suas promessas, como o paradigma do crescimento econômico infinito, da erradicação das doenças e o prolongamento da vida (até a extinção da morte), etc. Idéias estas presentes tanto no mundo capitalista Pós-Revolução Francesa, como no ideal comunista de progresso e desenvolvimento.

Escreve o Correio Braziliense, em seu caderno X-Tudo:

"Política, tô fora!

Três anos depois do movimento dos caras-pintadas, os adolescentes cansaram da Política. A cada ano diminui o número de jovens de 16 e 17 anos que se apresentam por livre e espontânea vontade para retirar o título de eleitor. São seis milhões de eleitores (im)potenciais, que podem decidir uma eleição presidencial. Em 1989, Fernando Collor derrotou Lula por 4 milhões de votos de diferença."

A própria existência de um Estado, com instituições necessariamente baseadas em mando e obediência, vai contra a tendência igualitária e auto-gestionária. Além do mais, as instituições político-representativas, criadas pela modernidade para solucionar seus problemas, parecem não conseguir cumprir sua finalidade. A solução, diriam os Pós-modernos, é destruir os mecanismos de soluções.

Notícias demonstrando a perda da autoridade do Estado não faltam na imprensa, tanto escrita como falada. Mesmo o surgimento do chamado "Direito Alternativo" ou "Direito Achado na Rua ", serve como indicador de uma nova situação de soberania. Já não é mais o ordenamento jurídico do Estado-nação que impõe uma norma de conduta a todos os seus membros, mas as normas de grupos - até então tido como marginalizados - que formam um novo tipo de ordenamento jurídico, paralelo ao Estado.

Também não são menos conhecidos os atos internacionais de terrorismo ou mesmo o crescimento do fundamentalismo islâmico, que não concebe fronteiras na sua "Guerra Santa". Escreve Alvin Toffler:

"Quando um aiatolá Khomeini intoxicado de sangue pediu que um mártir assassinasse

Salman Rushdie, cujo romance 'The Satanic Verses' (Os Versos Satânicos) Khomeini denunciava como sendo blasfemo, ele enviou uma mensagem histórica a todos os governos do mundo. (...)

Khomeini estava dizendo ao mundo que a nação-estado já não era o único, ou mesmo o mais importante, ator no palco mundial.

De maneira superficial, ele parecia estar dizendo que o Irã, que é um estado soberano, tinha o 'direito' de ditar o que os cidadãos de outras nações igualmente soberanas podiam ou não ler. Ao reivindicar esse direito, e ao ameaçar exercê-lo com o uso do terrorismo, Khomeini de repente tirou a censura de um nível de preocupação interna e lançou-a no nível de problema global."

O secularismo é, sem sombra de dúvida, um dos pilares da "democracia moderna". Na mesma medida em que a humanidade caminha para o misticismo, o sistema representativo, que nasceu na Revolução Francesa e no seu "iluminismo", caminha para sua extinção.

Assim se exprime Marilyn Ferguson:

"Ambos, Capitalismo e Socialismo, tais como os conhecemos, giram em torno de valores materiais. São filosofias inadequadas para uma sociedade transformada."

Como evitar o enfraquecimento do Estado se até o meios de comunicação não respeitam fronteiras? Independentemente da ideologia, da tradição ou da cultura de cada povo, a comunicação invade cada país e cada lar. Onde houver uma televisão, um computador ou até mesmo um fax, aí está o mundo, aí está a "aldeia global".

Até que ponto um homem, ávido de misticismo e que busca as emoções e o prazer como finalidade da vida, pode se adaptar a um Estado que foi chamado por Weber de "Racional-legal"?

CRISE RUSSA

Os problemas da Rússia se agravam, afetam as bolsas internacionais e ameaçam o Brasil. Incapaz de honrar suas vidas e com o rublo sob queda livre, a Rússia está em meio a uma falência.

DESENVOLVIMENTO

Para o mercado financeiro mundial, os dias têm sido intermináveis. A economia derrete por toda parte do mundo, acabando de vez com as idéias de quem julgava a crise era uma peculiaridade dos países emergentes. Pela primeira vez na História os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, a mais rica e mais poderosa economia do planeta, foram negociados com uma desvalorização de 20% sobre seu valor de face.

A Rússia comanda o desespero. Os problemas financeiros da ex-superpotência ganharam as ruas e se transformaram em caos político e social. Da Alemanha, ouve-se o presidente Helmut Kohl em favor dos russos, de quem os bancos germânicos são os principais credores. "George Soros, o megainvestidor e megavilão das finanças internacionais, também perdeu US\$ 2 bilhões nas últimas semanas".

O Diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, convocou os ministros da Economia do continente para uma reunião de emergência em Washington. Camdessus quer que façam o possível e o impossível para evitar que se repita aqui o cenário que se assiste hoje na Rússia.

O esforço de uma ação conjunta internacional é louvável. O problema é que a iniciativa, parte do FMI, desmoralizado pela ineficácia de suas intervenções para tentar represar a crise, primeiro na Ásia, agora na Rússia. Em Moscou, a renúncia de Yeltsin é tida como questão de dias. Em seu lugar, assumiria, para um mandato de 90 dias, o atual primeiro-ministro Viktor Chernomyrdin. Enquanto isso, a crise materializa-se nas filas em frente aos bancos e na corrida às lojas. A população russa troca socos em praça pública na tentativa desesperada de transformar rublos em dólares (oficialmente o câmbio do rublo foi suspenso pelo governo) e estocar-se de gêneros antes da próxima remarcação de preços (que chegam a

ser feitas três vezes ao dia).

Nos gabinetes, mais do que ação, vê-se gente de primeiro escalão esquivando-se da responsabilidade pela situação. "Stanley Fischer, vice-diretor-gerente do FMI, afirmou que a Rússia foi incapaz de atender os seus compromissos e teve de reestruturá-los de forma unilateral, infeliz e condenável". ... "O Primeiro-Ministro russo dava outra versão: A administração do FMI entende que também tem responsabilidade moral pelo que está acontecendo, disse Chernomyrdin".

Terá o apoio do FMI a demissão de Anatoly Chubais, principal negociador da dívida russa e tido como o mais sério integrante da equipe econômica daquele país? Defensor de um controle mais rígido de gastos públicos, Chubais foi quem abriu caminho para a Rússia levantar US\$22 bilhões junto à instituição internacional. Camdessus passou o chapéu de Yeltsin entre os países ricos, vendendo a idéia de que essa bolada colocaria o país de volta aos trilhos. Depois, referendou o megacalote (estimado em US\$ 50 bilhões) que Yeltsin aplicou em seus credores. O presidente russo, na luta para manter-se no cargo, estaria para decretar um pacote de inspiração soviética, trazendo de volta ao controle estatal indústrias estratégicas recém-privatizadas. As medidas, condição imposta pelo parlamento russo para confirmar a indicação do novo primeiro-ministro, incluiriam ainda fixação de preços, impressão de dinheiro e, finalmente, o rompimento com o FMI.

Crise na Venezuela

Testa os limites do golpe e do continuismo

Cheguei a Caracas na tarde de sexta-feira. Vieram no mesmo voo, vindo de Miami, dezenas de venezuelanos contrários ao presidente Hugo Chávez, o militar que, golpista em 92, fora eleito democraticamente em 99 vencendo as grandes estruturas partidárias. Alguns passageiros eram ricos, símbolos daqueles que Chávez chama de "porcos-esganiçado". Mas a maioria era de classe média, médicos e professores que haviam largado suas profissões para lavar pratos em Miami. Estavam descontentes com a crise econômica, com a hostilidade de Chávez contra qualquer pessoa que tenha carro, com a interferência de militares na vida do país e com o distanciamento da economia e da cultura norte-americanas.

Vi Chávez voltar de helicóptero na madrugada de domingo, nos braços do povo humilde. Nas conversas informais com soldados, mandou chumbo nas "oligarquias", um grupo que, para os 80% de pobres do país, inclui os assalariados e a classe média, perdida numa guerra entre ricos e pobres.

Depois de dois dias na Venezuela, percebi que a situação política no país é mais complicada do que muitos (eu inclusive) achavam.

Não há dúvidas de que houve um golpe de Estado no país na última quinta-feira, por mais que alguns tentem justificar sua frustrada deposição com o simples fato (verdadeiro) de Chávez ter características de um fanfarrão.

A Constituição foi violada e o presidente eleito foi destituído e substituído por um empresário cheio de interesses petroquímicos.

Também não há dúvidas de que há, na Venezuela, uma elite endinheirada, que enriqueceu à custa da expropriação injusta dos lucros do petróleo.

Mas a situação venezuelana é mais confusa. Primeiro, não há só ricos e pobres, há também uma enorme classe média.

Depois, Chávez costurou a nova Carta do jeito que quis. Em 1999, a assembléia constituinte foi eleita num momento de pico de sua popularidade e de desgraça dos outros partidos. Sim, ela foi referendada, mas numa votação do tipo tudo ou nada, que não admite a absorção das nuances e diferenças dentro da sociedade venezuelana.

O texto da atual carta previu as eleições gerais que reelegeram Chávez em 2000, eliminou o Senado, deu mais poderes aos militares e a capacidade de o presidente dissolver a Assembléia Nacional em certos casos. Também aumentou o mandato presidencial para seis anos e instituiu a reeleição. Em tese, Chávez poderá ficar no poder até 2012, num total de 14 anos no poder.

Se o povo venezuelano quiser mudar a Constituição de forma legítima, terá de transpor diversos obstáculos propositalmente deixados no caminho por Chávez. Não há canal de expressão para uma minoria considerável da sociedade (quase 20% do país)

Imaginem um presidente do qual vocês não gostem e que faz questão de marginalizar e hostilizar as minorias. Imaginem que, em vez de ficar no poder por apenas um mandato de quatro ou cinco anos, ele possa ficar na presidência por 14 anos ou até mais, se mudar novamente a Constituição. Algo como Fernando Henrique Cardoso ao quadrado em termos de continuísmo. Pensem que, como ele tem o apoio da maioria _ e ele de fato tem o apoio da maioria_ , poderá perpetuar-se no poder até morrer.

O que quero dizer com tudo isso é que Chávez optou por marginalizar mais do que os privilegiados, mas as classes urbanas assalariadas. Achou que um mandato legítimo lhe dá salvo-conduto para perseguir as minorias. O curioso é que o número de pobres e de miseráveis aumentou durante seu governo, não só por sua culpa, mas também pelos preços baixos do petróleo.

Um observador externo poderia dizer que, com o empobrecimento do país, Chávez perderia seu apoio. Mas ele é muito mais inteligente do que fanfarrão. Ele sabe usar a crise econômica para angariar ainda mais apoio à sua " revolução pacífica" e a sua guerra contra as oligarquias.

O sucesso do governo Chávez depende agora de sua capacidade de ampliar sua base de apoio e reduzir a antagonização da sociedade. Sob risco de sofrer outro golpe ou de expulsar do país todos que têm algum tipo de diploma ou um carro. Chávez começou a reorientar seu discurso ontem, com um tom mais conciliador. É preciso saber se é para valer.

O PAÍS - A Venezuela tem 80% de sua receita proveniente da exportação de petróleo, do qual é um dos principais produtores mundiais. A exploração concentra-se na região do lago Maracaibo, o maior da América do Sul. A recente alta do preço do produto no mercado internacional tem beneficiado o governo, que agora dirige seus investimentos para a indústria na tentativa de diversificar a economia. O litoral venezuelano, banhado pelo Mar do Caribe, é recortado, com diversas penínsulas e ilhas. No oeste e no norte, estendem-se duas cadeias de montanhas, com picos que chegam a 5 mil metros de altitude. O centro do país é formado por uma extensa planície cortada pelo rio Orinoco, coberta de floresta tropical e de savanas. No centro-sul está o planalto das Guianas, em que predominam as mesetas. A população concentra-se na zona costeira, onde se localizam as principais cidades venezuelanas.

HISTÓRIA - Antes da chegada de Cristovão Colombo, em 1498, a região era habitada por índios arauques e caraíbas. No início do século XVI, o banco alemão Weiser recebe da Espanha concessão para colonizar o território. O contrato é rescindido em 1546 e a região passa a ser administrada por Santo Domingo e Bogotá até 1776, quando se cria a Real Audiência de Caracas. Francisco de Miranda inicia a luta pela independência em 1806 e proclama a República em 1811, mas os espanhóis reconquistam a região. Sob o comando de Simón Bolívar e com a ajuda do Haiti, torna-se independente em 1819. Forma-se a Grã-Colômbia, composta de Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador e presidida por Bolívar, que em 1824 parte para libertar a Bolívia e o Peru.

O QUE É ALCA

A Área de Livre Comércio das Américas, ALCA, é uma idéia grandiosa que começou a

ser elaborada à três anos. Através dela as barreiras comerciais entre os países que formam a América seriam derrubadas em breve. Produtos e serviços fluiriam pelo continente sem restrições e sem impostos, os preços internos cairiam e economias frágeis como a do Paraguai, teriam a oportunidade de sair da estagnação.

A Alca ainda não foi concretizada, ainda é um projeto previsto para 2005. No dia 16 de maio, houve em Belo Horizonte uma conferência para decidir sobre os próximos passos deste acordo, a ALCA.

Este é um projeto grandioso, que se tornaria maior que a União Européia, quando concreto, gerando uma riqueza anual de 9 trilhões de dólares.

CONFERÊNCIA DE BELO HORIZONTE

Na conferência da semana passada, em Belo Horizonte, representantes de 34 países das três Américas se reuniram com o intuito de discutir sobre o projeto como um todo, e acabaram defrontando-se com uma forte disputa entre o Brasil e os Estados Unidos, duas das economias mais fortes das Américas. Os Estados Unidos, que querem se sobressair no bloco e criar medidas protecionistas apenas à sua economia, querem a abolição das tarifas alfandegárias já no ano que vem (1998). O Brasil não concordou com esta medida do tranco tarifário, pois a considera prejudicial para si e benéfica para os Estados Unidos.

A consequência imediata, seria que os Estados Unidos inundariam o Brasil com seus produtos, isentos de impostos de importação, e que são melhores e mais baratos que os nacionais. Assim, como o Brasil coerentemente decidiu, isso seria prejudicial à economia nacional, realizando, assim, "um belo ato de protecionismo à indústria nacional". Isto poderia produzir efeitos devastadores na indústria nacional e assim, no nível de emprego. Mesmo se o Brasil concordasse com os Estados Unidos, eles continuariam a dificultar a entrada em seu país de vários artigos brasileiros competitivos, pois além das tarifas alfandegárias, adotam inúmeras barreiras sobre os produtos brasileiros. Inúmeros produtos brasileiros sofrem restrições ou nem são aceitos, como a carne brasileira, que não é importada pelos E.U.A porque tem aftosa, segundo eles. Dentre muitos outros, esse é um truque usado para proteger o mercado americano. No conclave diplomático em Belo Horizonte, venceu a posição brasileira, avalizada pelos seus parceiros do Mercosul - Argentina, Uruguai e Paraguai.

Os países engajados no Mercosul querem tempo para estudar como seria um abraço com os Estados Unidos querem também um prazo mais longo para melhorar o que produzem de forma que a competição comercial venha a ser mais equilibrada no interior do bloco, eles querem, na verdade até o ano trabalhar para reduzir a burocracia, facilitar os negócios e acabar com as restrições não tarifárias às importações como cotas e exigências sanitárias só então, em 2003 se começará a discutir a extinção dos impostos .

"A pressa oferece riscos muito grandes e o Brasil, assim como os outros países do Mercosul quer se proteger" disse Roberto Teixeira da Costa, presidente da seção do brasileira do Conselho de Empresários da América latina. Os empresários brasileiros que compareceram à conferência trabalharam bem ao convencer o governo e os empresários argentinos de sua posição.

A International Institute for Managment Development, IMD, fez uma pesquisa dos países mais abertos comercialmente, (ao lado) usando como critério as impostos e as barreiras não tarifárias dos mesmos.

Neste ranking os E.U.A., cujas importações correspondem a 12% de seu PIB, estão em 29º lugar e o Brasil, cujas importações correspondem à 8% do seu PIB, está em 35º. Esta "igualdade" é importante quando se quer formar um bloco comercial pois os dois países (E.U.A. e Brasil) são potenciais negociadores.

O verdadeiro interesse dos E.U.A. em quebrar as barreiras não é mais os carros japoneses ou seu desemprego, e sim resolver o seu problema do déficit da balança comercial que em 1996 foi de 160 bilhões de dólares, sendo que suas exportações para outros continentes vem caindo e a solução encontrada foi de expandir estas importações para o próprio continente Americano, o que podemos ver já que as exportações para os países do

Mercosul cresceram 160% de 1990 à 1995.

O Mercosul vêm se tornando muito atrativo para o mercado mundial já que países com a Holanda, Espanha, Alemanha, França, e Itália, vêm fazendo muitas feiras comerciais com estes países.

Na verdade o que está interessando o mundo dos negócios é o poder aquisitivo do Mercosul, e seu aumento de 3,5% ao ano.

TIGRES ASIÁTICOS

1. Análise do quadro com pujança e desempenho.
 2. Fatores externos responsáveis pelo crescimento dos tigres.
 1. Conjuntura internacional favorável em função da Nova DIT.
 2. Contexto da Guerra Fria.
 3. Modelo dos Tigres.
 1. Pequena extensão territorial, ausência de matérias-primas significativas e inexpressivo mercado consumidor torna inviável o modelo de substituição de importações.
 2. Atração do capital internacional em função dos seguintes fatores:
 1. Mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada(leia-se super-explorada).
 2. Facilidades para entrada e saída de capitais, como no caso das ZFPI.
 3. Modelo exportador
 4. Importância do papel do Estado como orientador do desenvolvimento.
 5. A nível político, presença de governos autoritários e centralizadores.
 6. Grande número de semelhanças com o modelo japonês:
 1. Distribuição de renda.
 2. Investimentos em educação e tecnologia.
 3. Alto nível de poupança interna
 4. Influência da ética confuciana.
 5. Organização da economia em torno de grandes grupos econômicos.
 4. Desdobramentos da DIT e os Novos Tigres.
-

UNIÃO EUROPÉIA

Fim da II Guerra Mundial

A Europa perde de forma incontestável sua posição de centro do mundo, frente aos EUA que assume o papel de centro do mundo capitalista dentro da nova ordem geopolítica mundial que se estrutura com a Guerra Fria e a divisão do mundo em dois blocos.

Percepção, por parte dos europeus, de que sua fragmentação política (e, conseqüentemente, dos seus mercados) era um fator de debilidade diante da economia norte-americana.

Ao mesmo tempo, o Plano Marshall e o atraso tecnológico cada vez maior do Velho Mundo em relação aos EUA, sinalizam a possibilidade de o continente se tornar uma mera periferia imediata do capitalismo americano

Necessidade de **INTEGRAÇÃO**

1948 - **BENELUX**

1952- **CECA**

1957- Tratado de Roma - surge o **Mercado Comum Europeu (MCE)**

Na mesma ocasião foi criada a **EURATOM**

Propósitos do MCE

1960 - Surge a **AELC** (Associação Européia de Livre Comércio)

Ela representa uma reação da Grã-Bretanha ao surgimento do MCE, pois os ingleses não queriam abrir mão do comércio com as suas ex-colônias, ao mesmo tempo que viam nas propostas de integração do MCE um atentado à soberania nacional dos países participantes.

1973 - Adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca ao MCE

1981 - Entrada da Grécia

1985 - Portugal e Espanha entram na Comunidade Européia

Final da década de 70 e início da de 80 : Fica cada vez mais clara a necessidade de acelerar a integração e se atingir os objetivos do Tratado de Roma

1986 - Ato Único Europeu: estabelece a data de 1/1/1993 para plena eliminação das barreiras para a livre circulação de mercadorias, pessoas, capitais e serviços.

1991 - Tratado de Maastricht

Objetiva a integração monetária e o estabelecimento de uma política externa e de defesa comuns até 1/1/1999. Mudança do nome para União Européia.

Problemas para a integração européia

União Monetária

Problemas sociais

Nacionalismo

Absorção da Europa Oriental

SOCIAL

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidades e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo XVII – Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

Artigo XIX – Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX - 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

2. Ninguém poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXII - Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo XXIII – 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Toda Pessoa, sem qualquer distinção, tem direito à igual remuneração por igual trabalho.

3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo XXV – 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego,

doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI – 1. Toda pessoa tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento e do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

APRESENTAÇÃO

Há ainda, como se sabe, uma enorme distância entre o que determina a lei e a realidade social do país. Se nos últimos anos, temos conquistado avanços legais importantes como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Assistência Social, impõe-se agora a tarefa de fazer com que sejam respeitados, valorizados e incorporados à vida do cidadão brasileiro.

PARTICIPAÇÃO

A participação efetiva das pessoas nos processos de decisão é fundamental na construção da democracia. Faz-se necessário cada vez mais criar mecanismos de envolvimento dos setores organizados da sociedade civil, rompendo de cada vez com a cultura do centralismo, do descompromisso das pessoas e subalternidade das classes empobrecidas. O cidadão é aquele que exerce o papel político da participação, que pressupõe descentralização, respeito à comunidade, ao poder local e ao microespaço como lugares privilegiados de desenvolvimento da co-responsabilidade.

PLURALISMO

O respeito às diferenças constitui um eixo fundamental da democracia nos campos social, político, intelectual e religioso. A participação decorre da liberdade de expor idéias e do reconhecimento de que ninguém possui a verdade absoluta. Saber respeitar as diferenças, talvez seja a tarefa mais difícil para a sociedade acostumada à dominação e ao centralismo. É, no entanto, no exercício do diálogo, da mediação e da incorporação de atitudes não violentas dentro de casa e no espaço público que poderemos melhorar a convivência.

SOLIDARIEDADE

Exigência da democracia moderna, a solidariedade supõe a identificação das pessoas com o grupo em que estão inseridas e a criação de laços com este mesmo grupo. É uma relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, cuja base está no fato de cada elemento do grupo sentir-se social e moralmente comprometido a apoiar os outros.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Significa crescimento econômico, com justiça social e respeito ao meio ambiente. É necessário que todos participem dos benefícios do desenvolvimento tecnológico com igualdade de oportunidades. Desenvolvimento sustentável quer dizer também investimento planejado, busca de alternativas no campo produtivo e melhoria da qualidade de vida.

Ser cidadão significa ter acesso pleno a todos os direitos individuais e políticos, sociais e econômicos que assegurem uma vida digna ao ser humano, à comunidade e à sociedade. Há, portanto, uma estreita ligação entre cidadania e direitos humanos.

O desafio apresenta-se de duas formas. De um lado, é preciso abrir-se para além dos círculos fechados em que as pessoas normalmente vivem, estimulando o respeito e a

cooperação por uma sociedade com menos desigualdades; e de outro, exercer o direito de cobrar das instituições do Estado a sua responsabilidade na preservação dos direitos humanos. O desafio essencial de cada um de nós é e sempre será fazer respeitar a nossa condição de ser humano vocacionado a uma vida digna e solidária..

DIREITOS DA COMUNIDADE

A IGUALDADE

O princípio de igualdade está na base de qualquer constituição democrática que se proponha a valorizar o cidadão. Não é diferente com a nossa. Na Constituição de 1988, o direito à igualdade destaca-se como tema prioritário logo em seu art 5º : **"TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NOS PAÍSES A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE..."**

DIREITO DO CONSUMIDOR

De acordo com o art. 5º, inciso XXXII, cabe ao Estado promover a defesa do consumidor. Para cumprir tal função, criou-se a Lei 8078, de 1990, que instituiu o chamado Código de Defesa do Consumidor, importante conjunto de regras que protege o cidadão no ato da compra de produtos e serviços. O Código garante ao consumidor:

- O direito de ser esclarecido sobre as características e especificações dos produtos e serviços que esteja comprando, especialmente se houver riscos à saúde. O consumidor não pode ser vítima de qualquer forma de propaganda enganosa. Na assinatura de contratos de qualquer espécie, não é permitido ao comerciante incluir cláusula abusiva, com a qual o consumidor seja obrigado a concordar. Mesmo assinada, esse tipo de cláusula não apresenta valor jurídico, podendo ser posteriormente desconsiderada;
- O direito de ser informado, nos contratos para pagamento em prestações, sobre o preço do produto, os acréscimos de juros, o exato valor das prestações e o valor total da dívida, com ou sem financiamento;
- O direito de exigir reparos, a troca de um produto com defeito ou o seu dinheiro de volta. Se preferir, pode também solicitar um desconto no valor correspondente ao defeito encontrado no produto. Além do vendedor, são também responsáveis por eventuais defeitos do produto ou serviço adquirido os fornecedores, fabricantes e produtores, devendo cada um deles reparar o dano causado. É importante o consumidor saber os prazos que tem para reclamar, em defeitos facilmente identificáveis, em produtos não-duráveis (alimentos, por exemplo), o prazo é de 30 dias. Para produtos duráveis é de 90 dias, contados a partir do momento em que o produto for entregue ou o serviço, encerrado. Convém guardar alguma prova da reclamação, exigindo documento de entrega do produto para o concerto.
- O direito de o consumidor não ser ameaçado ou constrangido a pagar. O vendedor deve procurar as vias legais de cobrança. Caso ele venha a cobrar valores não devidos, o consumidor tem o direito de exigir em dobro o que lhe foi cobrado.
- O direito de recorrer às instâncias legais toda vez que sentir violados os direitos previstos pelo Código de Defesa do Consumidor. Ele pode recorrer a órgãos administrativos como o Procon, aos juizados de pequenas causas (valores até 40 salários mínimos) ou ao Fórum Cível. Não está impedindo de procurar todos aos mesmo tempo.

DIREITO À MORADIA

Construir habitações populares é um dever do Estado cujo cumprimento precisa ser exigido e fiscalizado pelo cidadão. Convém, portanto, saber um pouco mais a respeito de alguns direitos relacionados à questão da moradia.

Em geral, o cidadão brasileiro ou é proprietário do imóvel onde mora ou está na posse ou ainda paga aluguel.

DIREITO À EDUCAÇÃO

De acordo com o artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Os artigos 53 e 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram a todas as crianças e adolescentes o direito à educação em escola pública e gratuita mais próxima de sua residência, inclusive para aqueles que não puderem iniciar os estudos na idade apropriada. O não oferecimento de ensino obrigatório pelo poder público ou a sua oferta irregular configuram desrespeito a um direito constitucional, importando em responsabilidade da autoridade competente (art. 53, parágrafo 2º).

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Como método, a participação supõe o resgate de experiências já vividas e a criação de novas formas de atuação social, partindo sempre do pressuposto de que todos os indivíduos, o analfabeto ao pós-graduado, do trabalhador ao empresário, podem e devem falar de si próprios, de sua história, do seu presente e de suas lutas, manifestando expectativas pessoais.

Como produto, significa que a participação é em si mesma educativa, pois estimula as pessoas a criarem, no espaço coletivo uma cultura de cidadania.

Quem participa da vida de uma comunidade, de uma cidade, estado ou país, torna-se sujeito de suas ações, sendo capaz de fazer críticas, de escolher, de defender seus direitos e de cumprir melhor os seus deveres.

O exercício da participação é um dos principais instrumentos na formação de uma atitude democrática. Quanto mais consciente de sua condição de cidadão participativo, mais o indivíduo se torna apto a encontrar soluções para os seus problemas e os de sua comunidade. Apenas um indivíduo participativo, no pleno exercício de sua cidadania, consegue compreender o que se passa à sua volta, exigindo a efetiva concretização de todos os seus direitos previstos em lei.

A participação é, nesse sentido, um caminho de respeito à dignidade. Mas ela nunca deve ocorrer em uma relação unidirecional. A participação requer um comportamento de valorização do diálogo; exige presença física, respeito às idéias alheias, espaço para descentralização das decisões, oportunidade de acesso às informações e, acima de tudo, capacidade de julgamento da realidade. Tudo isso leva o indivíduo obrigatoriamente à co-responsabilidade.

PARTICIPANDO DAS DECISÕES

A Constituição de 1988 e as leis complementares garantem a todos os cidadãos a possibilidade de participar diretamente das decisões importantes de sua comunidade, cidade, estado e do país. Essa participação pode se dar por meio de :

- **CONSELHOS** que representem segmentos da população (crianças e adolescente, mulheres, negros e idosos, entre outros).
- **CONSELHOS COMUNITÁRIOS** que reúnam pessoas, instituições sociais e empresariais com o objetivo de buscar soluções para problemas comuns.
- **MOVIMENTOS SOCIAIS** que reivindiquem e promovam conquistas de direitos civis, políticos e sociais.
- **MOVIMENTOS DE GESTÃO** estimulados pelo Poder Público, que reúnam pessoas, organizações sociais e empresariais dispostas a participar no planejamento, execução e avaliação dos serviços públicos.

Os movimentos e as instituições sociais, as organizações não-governamentais, as empresas e todas as formas de organização da sociedade civil representam hoje legítima e legalmente as necessidades da população. Nesse sentido, devem ser respeitadas, reforçadas e qualificadas para que, juntas, assumam a importante tarefa de criticar a realidade e construir uma nova forma de convivência.

"Solidariedade e parceria são as palavras-chaves no exercício de uma nova atitude de cidadania."

"Participar exige co-responsabilidade, cooperação e ação conjunta e criativa entre o Estado e a sociedade civil."

E COMO VOCÊ PODE PARTICIPAR...

- **No seu bairro e comunidade**, integrando as associações de moradores, os centros comunitários, os clubes de mães e de serviços, as instituições sociais, entre outras.
- **No trabalho**, integrando o movimento sindical, as associações empresariais e as diversas formas hoje existentes de participação dos empregados na vida das empresas.
- **Na discussão de prioridades sociais** como saúde, educação, segurança, cultura e justiça, integrando os conselhos de saúde e de gestão dos serviços (conselho de creches, por exemplo), as associações de pais e mestres, os movimentos culturais e de jovens, entre outros.
- **No campo político-partidário**, integrando partidos políticos, debatendo idéias e construindo a democracia.
- **E ainda** em grupos informais de discussão, associações de consumidores e cooperativas populares.

OS MODOS DE PARTICIPAR, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO

A Constituição de 1988 estimula o envolvimento da sociedade civil organizada no debate de soluções para problemas de âmbito local, municipal, estadual ou federal. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular, o Referendo e o Plebiscito são três dos mecanismos muito importantes de participação que comprovam o avanço extraordinário no tratamento jurídico do respeito e garantia à vigência dos direitos humanos.

O seu artigo 1º define que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito**.

De **Direito**, porque todas as pessoas e instituições devem se submeter à lei.

E **Democrático**, porque todas as pessoas e instituições estão submetidas à uma lei democraticamente aprovada.

Cabe às pessoas, portanto, determinarem as regras jurídicas sob as quais desejam viver.

Não basta, no entanto, apenas criar tais regras jurídicas. É preciso contar com meios jurídicos de defesa, caso as leis não sejam respeitadas, configurando abuso de poder ou ameaça aos direitos individuais e coletivos. São estes os instrumentos de defesa à disposição do cidadão brasileiro:

HÁBEAS – CORPUS – Qualquer pessoa pode requerê-lo gratuitamente para si e terceiros, visando impedir ou interromper uma prisão, cessar uma ação penal sem fundamento ou mesmo para garantir o direito de ir e vir.

HÁBEAS – DATA – Qualquer pessoa pode requerê-lo gratuitamente com o objetivo de conhecer ou retificar informações a seu respeito que constem de arquivos e registros de órgãos governamentais ou de caráter público.

MANDADO DE SEGURANÇA – Qualquer cidadão pode requerê-lo para proteger um direito ameaçado por ato de autoridade pública, em decorrência de ilegalidade ou abuso de poder, nos casos que não caibam "habeas-corpus" ou "habeas-data".

AÇÃO POPULAR – Qualquer cidadão pode propô-la para preservar interesses da coletividade contra atos de improbidade administrativa.

GLOBALIZAÇÃO ÉTICA E SOLIDARIEDADE

O seu discurso, que fala da ética, esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e

verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca.

Espero, convencido de que chegará o tempo em que, passada a estupefação em face da queda do muro de Berlim, o mundo se refará e recusará a *ditadura* do mercado, fundada na perversidade de sua ética do lucro.

Não creio que as mulheres e os homens do mundo, independentemente até de suas opções políticas, mas sabendo-se e assumindo-se como homens e mulheres, como gente, não aprofundem o que hoje já existe como uma espécie de mal estar que se generaliza em face da maldade neoliberal. Mal estar que terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a palavra crítica, o discurso humanista, o compromisso solidário, a denúncia veemente da negação do homem e da mulher e o anúncio que o mundo genteficado serão armas de incalculável alcance.

Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos, submetidos a ferocidade da ética do mercado.

É neste sentido que jamais abandonei a minha preocupação primeira, que sempre me acompanhou, desde os começos de minha experiência educativa. A preocupação com a natureza humana a que devo a minha lealdade sempre proclamada. Antes mesmo de ler Marx já fazia minhas as suas palavras: já fundava a minha radicalidade na defesa dos legítimos interesses humanos. Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, senão parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável, algo de que tenho insistentemente "falado" neste texto. Tenho afirmado e reafirmado o quanto realmente me alegra saber-me um ser condicionado mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento. A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana.

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgredir a própria ética. A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano. A liberdade de comércio sem limite é licenciosidade do lucro. Vira privilégio de uns poucos que, em condições favoráveis, robustece seu poder contra os direitos de muitos, inclusive o direito de sobreviver. Uma fábrica de tecido que fecha por não poder concorrer com preços da produção asiática, por exemplo, significa não apenas o colapso econômico-financeiro de seu proprietário que pode ter sido ou não um transgressor da ética universal humana, mas também a expulsão de centenas de trabalhadores e trabalhadoras do processo de produção. E suas famílias? Insisto, com a força que tenho e que posso juntar na minha veemente recusa a determinismos que reduzem a nossa presença na realidade histórico-social à pura adaptação a ela. O desemprego no mundo não é, como disse e tenho repetido, uma fatalidade. É antes o resultado de uma globalização da economia e de avanços tecnológicos a que vem faltando o dever ser de uma ética realmente a serviço do ser humano e não do lucro e da gulodice irrefreada das minorias que comandam o mundo.

O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres. A um avanço tecnológico que ameaça milhares de mulheres e de homens de perder seu trabalho deveria corresponder outro avanço tecnológico que estivesse a serviço do atendimento das vítimas do progresso anterior. Como se vê, esta é uma questão ética e política e não tecnológica. O problema me parece muito claro. Assim como não posso usar minha liberdade

de fazer coisas, de indagar, de caminhar, de agir, de criticar para esmagar a liberdade dos outros de fazer e de ser, assim também não poderia ser livre para usar os avanços científicos e tecnológicos que levam milhares de pessoas à desesperança. Não se trata, acrescentemos, de inibir a pesquisa e frear os avanços, mas de pô-los a serviço dos seres humanos. A aplicação de avanços tecnológicos com o sacrifício de milhares de pessoas é um exemplo a mais de quanto podemos ser transgressores da ética universal do ser humano e o fazemos em favor de uma ética pequena, a do mercado, a do lucro.

Entre as transgressões à ética universal do ser humano, sujeitas à penalidade, deveria estar a que implicasse a falta de trabalho a um sem-número de gentes, a sua desesperação e a sua morte em vida.

A preocupação, por isso mesmo, com a formação técnico-profissional capaz de reorientar a atividade prática dos que foram postos (teria de multiplicar-se).

Gostaria de deixar bem claro que não apenas imagino mas sei quão difícil é a aplicação de uma política do desenvolvimento humano que, assim, privilegie fundamentalmente o homem e a mulher e não apenas o lucro. Mas sei também, que se pretendemos realmente superar a crise em que nos achamos, o caminho ético se impõe. Não creio em nada sem ele ou fora dele. Se, de um lado, não pode haver desenvolvimento sem lucro este não pode ser, por outro o objetivo do desenvolvimento, de que o fim último seria o gozo imoral do investidor.

De nada vale, a não ser enganosamente para uma minoria, que terminaria fenecendo também, uma sociedade eficaz operada por máquinas altamente "inteligentes", substituindo mulheres e homens em atividades as mais variadas e milhões de Marias e Pedros sem ter o que fazer, e este é um risco muito concreto que corremos.

Não creio também que a política a dar carne a este espírito ético possa jamais ser ditatorial contraditoriamente de esquerda ou coerentemente de direita. O caminho autoritário já é em si uma contravenção à natureza inquietamente indagadora, buscadora, de homens e mulheres que se perdem, se perdem a liberdade.

É exatamente por causa de tudo isso que, como professor, devo estar advertido do poder do discurso ideológico, começando pelo que proclama a morte das ideologias. Na verdade, só ideologicamente posso matar a ideologia, mas é possível que não perceba a natureza ideológica do discurso que fala de sua morte. No fundo, a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível. O discurso ideológico nos ameaça de anestesiá-la a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos. Não podemos escutar, sem um mínimo de reação crítica, discursos como estes: "O desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século".

Nada é possível ser feito contra a globalização que, realizada porque tenha que ser realizada, tem que continuar sem destino porque assim está misteriosamente escrito que deve ser. A globalização que reforça o mando das minorias poderosas, esmigalha e pulveriza a presença impotente dos dependentes, fazendo-os ainda mais impotentes, é destino certo. Em face dela, não há outra saída senão cada um baixar a cabeça e agradecer a Deus porque ainda está vivo. Agradecer a Deus ou à própria globalização.

FAVELAS E URBANIZAÇÃO

INTRODUÇÃO - Dentro dos limites da cidade podemos distinguir dois tipos de terrenos: Os que estão legalizados, pagam impostos e taxas e são reconhecidos oficialmente, a denominada "cidade formal", e os terrenos ilegais que são frutos de invasão ou posse, a cidade informal.

As favelas, na sua maioria surgidas no início do século, Brasil afora, são consequência do processo de desenvolvimento econômico e políticas de governo. Não são de forma alguma causa. Surgem como mecanismo de defesa e, de certo modo, contribuem para o estabelecimento e prosperidade do capitalismo.

Desde o seu nascimento a favela é uma forma encontrada pela capital de diminuir seus custos de produção. Qualquer terreno apresenta um custo para a cidade que é fruto da infraestrutura que a cidade oferece. Ruas pavimentadas, esgoto, luz, água, linhas telefônicas, transporte, enfim uma série de serviços que a cidade instala, mas que precisa cobrar. Dentro da cidade dependendo da quantidade de infra-estrutura disponível, uma certa taxa variável é cobrada do usuário ou dono. Poderíamos dizer que essa taxa está embutida, por exemplo, no item localização. O custo do terreno varia, ainda que apresentando mesma área e características, de acordo com os serviços vinculados a ele.

O custo que existe para o cidadão da cidade formal está embutido em todas as taxas que se paga, no preço do terreno e do imóvel e na localização. Por outro lado o morador da favela está isento das taxas legais, só pagando pelos serviços de que dispõem (água, luz) e se beneficia da localização do seu terreno, muitas vezes próxima ao mercado de trabalho, gratuitamente. Na sua utilização a habitação operária não é apenas um abrigo mas também um conjunto de equipamentos de infra-estrutura a eles vinculados."(BOLAFFI).

Por tais fatos as vilas operárias reduziam, e hoje as favelas reduzem, o custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, o salário, aumentando o lucro do Capital.(BLAY).

Esta é a razão primordial da criação, da existência e manutenção das favelas. Conclui-se a priori que lidar com favelas implica necessariamente em não extingui-las mas em criar melhores condições para a sua existência e manutenção com digna qualidade de vida para seus moradores. A ocupação e estabelecimento de favelas observa alguns critérios.

Normalmente se localizam em áreas desprezadas pelos agentes do mercado da terra. Em áreas desvalorizadas ou por sua localização ou qualidade ambiental ou níveis de declividade ou problemas geológicos. Se instalando em tais áreas o favelado vai ocupar espaço não demandado por outros setores. Fica assim excluído de seu reduzido orçamento o item: valor de mercado da terra urbana.

Pela sua alocação no início do século e manutenção de sua localização na cidade que se caracteriza hoje, o favelado agregou valores imobiliários historicamente só absorvidos pelos especuladores do mercado. Garante-se o favelado de especificidades reservadas somente a ele o diferenciando sobremaneira do resto da chamada classe operária, atualmente se estabelecendo ao longo de periferias que oferecem muito menos às vezes por preço superior.

Podemos dizer que os moradores de favela, usufruem da localização de suas residências, isentos de impostos (claro! que continue assim), próximos a uma infra-estrutura urbana que paulatinamente assistem à implantação. Bastante coesos e próximos nos interesses comuns. Se abrigando, como as classes de mais alto poder aquisitivo em gueto protegido próprio, segundo seus parâmetros.

Atualmente a favela continua existindo e continua necessária ao sistema de produção brasileiro. As condições que, mais uma vez, o operário-trabalhador apresenta apontam a favela como única solução possível. Erra grotescamente quem aponta o favelado como um vagabundo e preguiçoso. Se estudarmos detalhadamente as razões que levaram tal morador a assumir esta condição tais fatos se apresentariam de forma mais clara.

Com a implantação da Lei do Profavela e do SE-4 os favelados conseguiram assegurar os seus direitos e os que ainda não tinham sido removidos tanto de terrenos públicos quanto privados remanesceram nos terrenos, agora protegidos pela Lei.

Uma vez conseguido o início do processo de regularização fundiária, já praticamente concluído nos terrenos públicos pela Urbel, a intenção é investir na melhoria da qualidade de vida da população com o devido cuidado. É primordial promover o desenvolvimento como um todo, não só físico-territorial, mas também sócio-econômico. Um grande exemplo desse trabalho é o Programa Alvorada que prevê uma reintegração total do favelado na cidade formal, não só como morador mas como cidadão.

DADOS SOBRE A FOME NO BRASIL

DADOS SOBRE A FOME NO BRASIL
1- 32.000.000 de brasileiros (9.000.000 de famílias) defrontam-se diariamente com o problema da fome; a renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos;
2- Destes, 15.500.000 estão localizados nas cidades e 16.500.000 estão em área rural;
3- 7.200.000 deste brasileiros famintos estão nos Estados da região nordeste e 4.500.000 estão nas regiões metropolitanas;
4- A quantidade diária de calorias e proteínas <i>per capita/dia</i> recomendada é de 2.242 Kcal e 53 gramas de proteínas. O Brasil tem uma disponibilidade de 3.280 Kcal e de 87 gramas de proteínas por habitante;
5- A fome que atinge 32 milhões de brasileiros não se explica pela falta de alimentos. O problema alimentar reside no descompasso entre o poder aquisitivo de um amplo segmento da população e o custo de aquisição de uma quantidade de alimentos compatível com a necessidade de alimentação do trabalhador e de sua família.
6- Existe um desencontro geográfico entre a existência dos produtos e a localização das famílias mais necessitadas. Quase 90% da produção localizam-se no Sul, Sudeste e porção meridional do Centro - Oeste, enquanto 60% dos famintos habitam no Norte e Nordeste.

DESNUTRIÇÃO

América Latina tem 6 milhões de crianças desnutridas

A cada ano, cerca de 600 mil crianças com menos de 5 anos morrem na América Latina por causas evitáveis.

Há 6 milhões de desnutridos na mesma faixa etária.

Dos 237 milhões de menores de 16 anos da região, 60% são pobres.

"A pobreza aumenta o número de crianças vivendo na rua, que, por sua vez, faz crescer a violência contra menores, a prostituição e o trabalho infantil", afirmou Marta Mauras, diretora regional do Unicef para a América Latina e Caribe.

RELATÓRIO

Desde 1990 para reduzir a mortalidade infantil e materna, aumentar o número de crianças com primário completo e combater a prostituição, o trabalho e a violência contra menores.

Crianças pobres são 84 milhões na AL

A pobreza entre as crianças na América Latina, incluindo o Brasil, aumentou drasticamente na última década, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Segundo o Unicef, mais de 84 milhões de crianças e adolescentes na América Latina vivem atualmente em condições de pobreza, enquanto aumenta a diferença entre os ricos e os pobres na região.

Relatórios recentes e detalhados sobre a pobreza revelam que os programas de ajuste econômico contribuíram de modo decisivo para um declínio nos padrões de vida nos setores mais vulneráveis da sociedade, especialmente crianças e adolescentes.

A distribuição de renda na região tornou-se mais desigual a partir de 1970, de acordo com o relatório, divulgado em preparação da 3a. Conferência Hemisférica sobre Políticas

Infantil e Social, que começa na próxima quinta-feira, em Santiago (Chile).

O relatório do Unicef nota que as crianças não são as únicas vítimas da crescente pobreza da América Latina, já que 50% da população da região vive abaixo do nível de pobreza.

O relatório ressalta que as crianças também enfrentam outros problemas sociais, incluindo trabalho infantil, abuso, violência e consumo de drogas.

Calcula-se que 120 mil crianças, muitas entre 6 e 7 anos, são empregadas como domésticas, sem receber pagamento.

Além disso, as crianças têm sofrido com a diminuição dos programas governamentais na maioria dos países. "Os programas sociais básicos, aos quais toda a criança tem direito, foram seriamente afetados na última década de acordo com o estudo.

O relatório aponta ainda que a pobreza infantil tornou-se mais um fenômeno urbano. Durante a década de 80, o número de pobres na região aumentou e até 60 milhões de pessoas, concentradas nas cidades.

O índice de mortalidade infantil permanece em mais de 50 mortes por mil nascidos vivos no Brasil. Em Cuba, são 10 mil.

Pesquisa realizada no Memorial da América Latina e enciclopédia Sibrac (Sistema Brasileiro de Consultas).

PECUÁRIA NO BRASIL

Definição: Compreende a criação de gado (bovino, suíno e eqüino e etc.), aves, coelhos e abelhas.

A criação de gado bovino é a mais difundida mundialmente devido à utilidade que apresenta ao homem – força de trabalho, meio de transporte e principalmente fornecimento de carne, leite e couro. O gado bovino compreende três espécies principais: O boi comum (*bos taurus*), o zebu ou boi indiano (*bos indians*) e o búfalo (*bubalus bubalis*).

Finalidades: Atende a duas finalidades básicas: a pecuária de corte e a pecuária leiteira.

A pecuária de corte é a criação destinada ao abate para o fornecimento de carne, as principais raças encontradas no Brasil são: *Angus, Hereford, Shorthorn, Devon* e etc.(inglesas) *Nelore, Gir, Guzerá* (indianas) e indu – brasileiras, *Red polled, Normanda, Santa Gertudes* e etc. (mistas)

A pecuária leiteira é a criação destinada à produção de leite e derivados. As melhores raças surgiram também na Europa daí espalhando-se para o mundo. As principais são: *Holandesa, Flamengo e Jersei*.

Histórico

Introduzido no Brasil por volta de 1530 em São Vicente (S.P.), e logo após no Nordeste (Recife e Salvador), o gado bovino espalhou-se com o tempo para as diversas regiões do país da seguinte maneira:

- de São Vicente, o gado atingiu o interior paulista (região da França) e daí dirigiu-se para as regiões Sul e Centro – Oeste.
- do litoral nordestino, o gado se espalhou pelo Vale do São Francisco, Sertão Nordestino, região Norte (P.A.) e M.G.

A partir do séc. XIX as raças indianas (zebu) foram introduzidas na região Sudeste, principalmente em M.G. , onde adaptaram-se bem e expandiram-se. Seu cruzamento com raças nacionais de qualidade inferior, originou um gado mestiço indubrasil.

No final do séc. XIX iniciou-se a importação de raças européias selecionadas, principalmente para o Sul do país, região que permitiu boa aclimatização e grande expansão.

Importância da Pecuária no Brasil

No decorrer de sua expansão geográfica, a pecuária desempenhou importante papel no processo de povoamento do território brasileiro, sobre tudo nas regiões Nordeste (sertão) e Centro – Oeste, mas também no sul do país (Campanha Gaúcha).

O Rebanho Bovino

O gado bovino representa a principal criação do país, e apresenta como características:

- O rebanho brasileiro é na maior parte de baixa qualidade, e portanto de baixo valor econômico;
- A relação bovino/habitante no Brasil é muito baixa quando comparado à países Argentina, Austrália e Uruguai.
- A idade média do gado para abate no Brasil é de 4 anos, muito elevada em relação a países como Argentina, E.U.A e Inglaterra (cerca de 2 anos)
- O peso médio também é muito baixo ainda, 230 a 240 quilos, contra mais de 600 quilos na Argentina, E.U.A e Inglaterra.

Como consequência dos fatores idade e peso, ocorre que a taxa de desfrute (percentual do rebanho abatido anualmente) no Brasil é muito baixa, cerca de 15% a 20% contra 30% da média mundial e 40% dos E.U.A

A pecuária brasileira é caracterizada pelo baixo valor econômico e pelo mau aproveitamento do potencial do rebanho, resultantes principalmente de deficiências tecnológicas tais como:

- *Zootécnicas*: falta de aprimoramento racial;
- *Alimentos*: deficiência das pastagens (a maior parte é natural) e de rações complementares;
- *Sanitário*: elevada incidência de doenças infecto-contagiosas e precária inspeção sanitária.

Principais áreas de Criação

Região Sudeste □ Possui o 2º maior rebanho bovino do país distribuídos em M.G., S.P., R.J. e E.S.

Nesta região predomina a raça zebu (Nelore, Gir, Guzerá), aparecendo raças européias e mistas, destinadas tanto ao corte como a produção de leite. As principais áreas de gado de corte são:

- SP: Alta Sorocabana (Presidente Prudente) e Alta Nordeste (Araçatuba);
- MG: Triângulo Mineiro e Centro – Norte do estado (Monte Claros);
- ES: Norte do estado (bacia do rio S. Mateus)

As principais áreas de gado leiteiro estão em:

- SP: Vale do Paraíba, encosta da Mantiqueira (S. João da Boa Vista, S. José do Rio Pardo e Mococa) e região de Araras Araraquara;
- MG: Zona da Mata, região de Belo Horizonte e Sul do estado
- RJ: Vale do Paraíba e norte do estado
- ES: Sul do estado (cachoeirinha de itapemirim)

OBS.: A região Sudeste possui a maior bacia leiteira e a maior concentração industrial de laticínios no país, abastecendo os maiores mercados consumidores, representados por S.P., R.J. e B.H.

Região Sul □ possui o 3º maior rebanho distribuído pelo R.S., P.R. e S.C.

Esta região destaca-se por possuir o rebanho que além de numeroso, é o de melhor qualidade no Brasil. O rebanho é constituído por raças européias (Hereford, Devon, Shorthorn) e conta com técnicas aprimoradas de criação e condições naturais favoráveis, como: relevo suave, pasto de melhor qualidade, clima subtropical com temperaturas mais baixas e chuvas regulares.

No Sul prevalece a pecuária de corte. A principal área de criação é a Campanha Gaúcha, onde se localizam a maior parte do rebanho e importantes frigoríficos, tais como Anglo (Pelotas), Swift (Rosário). A pecuária nesta região destina-se principalmente à obtenção de carne, couro e charque para atender ao mercado interno e externo. A pecuária leiteira é menos importante, aparecendo principalmente nas áreas:

- RS: porção norte – nordeste, abrangendo Vacúria, Lagoa Vermelha e Vale do Jacuí;
- SC: regiões de lagoas e Vale do Itajaí

- PR: porção leste do estado, abrangendo as regiões de Curitiba, Castro e Ponta Grossa.

Além da pecuária bovina, a região Sul possui os maiores rebanhos nacionais de ovinos, concentrados principalmente na Campanha Gaúcha (Uruguiana, Alegrete, Santana do Livramento e Bagé) e de suínos, que aparecem no norte – nordeste de R.S. (Santana Rosa e Erechim), sudoeste do Paraná e no oeste catarinense (concórdia e Chapecó), onde se localizam os principais frigoríficos como a Sadia.

Região Centro – Oeste

Possui o maior rebanho bovino do país, distribuídos por G.O., M.S., M.T. e D.F.

A pecuária do C.O. é predominantemente extensiva de corte e destinada, na maior parte, ao abastecimento de mercado paulista. Apesar de estar disseminada por toda a região, abrangendo tanto as áreas de cerrado como o pantanal, as maiores densidades de gado aparecem no sudoeste de M.T. (Chapada dos Parecia) e centro – leste (vales dos rios Cristalino e das Mortes), sudeste de G.O. e maior parte de M.S. (pantanal e centro – sul)

A maior parte do C.O., oferece boas possibilidades de expansão pecuária porque sua posição geográfica é favorável, é muito exterior, tem abundância de pastagens naturais, boa pluviosidade no verão, os preços das terras são mais acessíveis em relação aos do Sudeste e Sul e é próxima do maior centro consumidor do país. Na verdade a quantidade de cabeças vem crescendo, porém a qualidade deixa muito a desejar.

A pecuária leiteira é pouco significativa ainda; aparecendo principalmente na Porção Sudeste de Goiás (Vale do Paraíba), que abastece as regiões de Goiânia e D.F.

Região Nordeste

Possui o 4º maior rebanho bovino do país , concentrado principalmente em: B.A., M.A., C.E., P.E. e P.I.

A pecuária bovina do nordeste é predominantemente extensiva de corte. Apesar de estar difundida por toda a região, a principal área pecuarista é o Sertão.

A pecuária leiteira ocupa posição secundária e está mais concentrada no Agreste, onde se destacam duas bacias leiteiras, a bacia do Recife (Pesqueira, Cachoeirinha, Alogoinhas e Guranhum) e a de Batalha em Alagoas

A produtividade do rebanho nordestino é das mais baixas do país, tanto em carne como em leite.

Região Norte

Possui o menor rebanho bovino do país, concentrado principalmente no estado do Pará. Apesar de ser o menor, foi o que mais cresceu no último decênio.

Nesta região predomina a pecuária extensiva de corte, e as áreas tradicionais de criação correspondem aos campos naturais do:

- Pará: Campos de Marajó, médio e baixo Amazonas.
- Amazonas: médio Amazonas e as regiões dos rios Negro e Solimões
- Acre: Alto Peirus e alto Jureia
- Amapá: Litoral
- Rondônia: Vale do rio madeira

Nas ultimas décadas a expansão pecuária na região Norte tem sido muito grande, mesmo a custa de desmatamento indiscriminado, invasão de terras indígenas e restrição das áreas de lavoura. Essas áreas de expansão estão principalmente no leste e sudeste do Pará (Paragominas, Conceição do Araguaia), Amazonas, Rondônia e Acre.

A pecuária leiteira é muito restrita e aparece nas proximidades das capitais Belém, Manaus e etc. Esta região conta com o maior rebanho de búfalos do país, concentrados principalmente na ilha de Marajó (P.A.).

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A Implementação da reforma agrária no Brasil tem encontrado no decorrer da História a oposição firme e bem-sucedida dos grandes proprietários e latifundiários que concentram a maior parcela das terras cultiváveis do País.

Esse processo de redistribuição de terras é sobretudo uma questão política e social. Ele depende, por sua própria natureza, do debate e da ampla participação de todas as classes sociais, principalmente os trabalhadores rurais, intrinsecamente ligados à terra, mas dela sempre excluídos.

Esse drama foi muito bem colocado pelo poeta cearense Patativa do Assaré, em seu poema:

Esta terra é desmedida
E devia sê comum
Devia sê repartida
Um taco pra cada um
Mode morá sossegado.
Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra
Devia sê coisa nossa;
Quem não trabáia na roça
Que diabo é que qué com a terra?

O fato de a reforma agrária não Ter avançado deixa milhões de trabalhadores rurais sem grandes alternativas, forçando-os muitas vezes a ocupar terras que são mantidas inexploradas para fins lucrativos. Isso porque os salários no campo são baixíssimos e há milhões de camponeses que só encontram serviço nas épocas de safras (os trabalhadores temporários), mas que querem cultivar o solo e alimentar suas famílias.

Dentro desse contexto, pode-se discutir dois conceitos de propriedade: a) *terra para trabalho*; b) *terra para negócio*. A terra para trabalho é aquela utilizada para sobrevivência, garantindo direito à vida. A terra para negócio serve para explorar o valor da propriedade no mercado imobiliário, isto é, ela não se destina à produção e, dessa forma, não cumpre sua função social.

Como se vê, temos duas concepções diferentes e antagônicas de propriedade da terra. Para uns a propriedade é sagrada e inviolável, podendo o dono fazer (ou não fazer) com ela o que bem entender. Para outros a propriedade deve atender a uma função social, deve ser produtiva, pois não é desejável, num país com milhões de pessoas subalimentadas, deixar bons solos sem criações ou cultivos adequados.

Assim, os sem-terra montam seus acampamentos em fazendas improdutivas, procurando criar uma situação que obrigue o governo a desapropriar essas terras e distribuí-las às famílias camponesas. Também nesse caso temos duas concepções distintas acerca do mesmo fato: para os proprietários, trata-se de *invasão*; já para os camponeses trata-se de uma ocupação. No fundo, esse desentendimento evidencia uma outra discordância, muito mais concreta, acerca do conceito de propriedade. Vale a pena esclarecer que, para os trabalhadores rurais, a ocupação de terras ociosas, que não cumprem sua função social (com cultivo, pastagens), não constitui invasão, pois eles têm como princípio o "direito à vida", garantido pela nova Constituição.

Nesse processo de ocupação, os camponeses têm se organizado através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A etapa posterior à instalação dos acampamentos tem sido uma negociação com as autoridades governamentais, com as seguintes alternativas:

1. A expulsão da terra e a reintegração de posse para o proprietário ou para o Estado, no caso de terras públicas.
2. A terra seria decretada para fins de reforma agrária e o proprietário seria indenizado; as benfeitorias seriam pagas em dinheiro e a terra em TDAs (Títulos da Dívida Agrária). A etapa seguinte seria o assentamento (isto é, a fixação legal do camponês à terra) e a obtenção de crédito e assistência técnica.

É importante lembrar que esse processo de luta pela terra (acampamento - assentamento) é muito complexo e violento, não raras vezes envolvendo muitas mortes. De 1964 a 1984 foram assassinadas 884 pessoas, sendo que 565 dessas mortes ocorreram entre 1979 e 1984. De 1985 a 1987 o número de mortes por ano no campo duplicou, perfazendo um total de 787 pessoas.

Na realidade, existem reformas agrárias, no plural, pois elas são sempre diferentes, de acordo com o país onde ocorrem. Elas nascem de mudanças históricas, que são específicas a cada sociedade – não bastam o desejo isolado de algum político ou a vontade de imitar outro país.

São condições sociais que dão origem às lutas pelas terras, à falta de gêneros alimentícios, à distribuição desigual das propriedades, que podem resultar em reformas agrárias. E estas não se limitam à mera distribuição de lotes de terra, pois, para serem conseqüentes, elas necessitam de uma política agrícola de créditos bancários – para a compra de sementes, de adubos, de máquinas, de tratores etc. – além da assistência técnica e da criação das condições para o escoamento da produção.

Uma reforma agrária não visa apenas corrigir uma situação objetiva de injustiça social, mas destina-se a ampliar a produção agrícola, a transformar amplas extensões de terras improdutivas em solos produtivos, cultivados. Assim, aumentando a oferta de gêneros alimentícios, a redistribuição de terras interessa também à imensa maioria da população.

O CASO BRASILEIRO

A questão da reforma agrária no Brasil remonta ao século passado. Nas lutas pela abolição da escravatura, a distribuição das terras já era uma reivindicação de alguns setores da sociedade. Desde essa época, contudo, os interesses dos grandes proprietários – que constituíam a chamada "oligarquia rural" – já se faziam sentir na política brasileira. Esse panorama permaneceu inalterado durante várias décadas e se estende aos dias atuais.

Já em 1946, a Constituição então promulgada estabelecia que era preciso "*promover a justa distribuição da propriedade para todos*", o que não ocorreu na prática. Diante desse fato, multiplicaram-se no País as organizações dos trabalhadores rurais com o objetivo de defender seus direitos e a realização da reforma agrária, como as ligas camponesas das décadas de 50 e 60, os sindicatos rurais atuantes, a luta dos "sem-terra" rurais, os acampamentos e as ocupações de terras não-cultivadas etc.

Com o advento do regime militar em 1964, essas organizações populares foram intensamente reprimidas, e muitos presos, torturados ou exilados. Como conseqüência, a luta pela reforma agrária declinou, embora a situação no campo continuasse sendo alvo de intensos protestos, dessa vez internacionais. Equipes de estudiosos da ONU (Organização das Nações Unidas) visitaram o País no período e constataram que era necessário melhorar a situação dos camponeses e realizar reformas urgentes no campo.

Essa atitude pode ser bem resumida por uma frase de John F. Kennedy, presidente dos EUA (1960-1963): "*Aqueles que impossibilitam a reforma pacífica tornam a mudança violenta inevitável*". Ou sejam suas palavras querem dizer que é preferível fazer uma mudança "vinda de cima", de forma controlada, a conservar uma situação tão explosiva, que pode originar revoluções "vindas de baixo", populares e espontâneas, que riram contra os interesses capitalistas.

Foi dentro desse contexto que o governo do general Castelo Branco elaborou o estatuto da Terra, que pretendia a extinção tanto do latifúndio quanto do minifúndio (propriedade rural de dimensões diminutas). Essa iniciativa também não chegou a ser posta em prática devido aos interesses dos grandes proprietários.

REFORMA AGRÁRIA

Revisão da estrutura agrária de um País com objetivo de realizar uma distribuição mais igualitária da terra e da renda agrícola. No Brasil, a questão da terra é hoje um grave problema social por causa da grande desigualdade na distribuição da propriedade. Envolvendo

promessas do Governo, acusações entre os fazendeiros e trabalhadores sem-terra e muita violência, o problema tem suas origens na época colonial.

Das sesmarias à Lei de Terras – durante a colonização, Portugal aplica no Brasil a legislação e a política agrária praticadas na metrópole desde o século XIV. Baseia-se na doação de terras de domínio público – terras devolutas – a particulares no regime de sesmaria, ou seja, na condição de cultivá-las dentro de certo prazo. O objetivo é tanto o aumento da produção agrícola quanto a ocupação territorial. No Brasil, a concessão da sesmarias é atribuída aos donatários e governantes das capitanias e depois também às câmaras municipais. Enquanto na metrópole as concessões eram pequenas, na colônia, em razão das grandes dimensões de território e do não-reconhecimento dos direitos dos índios sobre suas terras, as sesmarias viram imensos latifúndios.

O governo português tenta controlar esse crescimento excessivo das propriedades, quase nunca acompanhado por igual crescimento da produção. Em 1695 limita-se o tamanho das sesmarias ao máximo de 4 léguas de comprimento por 1 légua largura (cerca de 24 Km², ou 2.400 há). Na prática isso não funciona, porque muitas terras são ocupadas em regime de posse (direito de propriedade decorrente da exploração efetiva e duradoura de terras não ocupadas e raramente legalizadas. Além disso, na agricultura extensiva da colônia, a produção se realiza pela ocupação contínua de novas áreas, fazendo com que as propriedades rurais cresçam sempre mais em tamanho do que em produtividade. Em 1822, às vésperas da independência, o regente Dom Pedro extingue o regime das sesmarias.

No Império, as principais medidas de regulamentação de acesso e posse legal da terra são tomadas na Lei de Terras, de 18 de Setembro de 1850. Ela estabelece que as terras devolutas só podem ser legalmente adquiridas por compra em leilões públicos e que as terras ou posseiros somente devem ser legalizadas na parte efetivamente ocupada e explorada para o sustento da família proprietária. O objetivo é ordenar a propriedade agrária e criar um mercado de terras, pois, com o fim do tráfico de escravos, elas se tornariam o capital que iria substituir o investimento feito em mão-de-obra.

Terras na República – Essa lei não impede o crescimento da concentração agrária. A ocupação de novas terras continua a acontecer de forma irregular, e, às vezes, violenta pelos grandes proprietários para quem a terra agora, além de símbolo de prestígio e poder, é uma reserva de valor. Já os pequenos proprietários, em geral posseiros, encontram dificuldade para legalizar a posse e não tem meios de disputar o mercado de terras – nas áreas de expansão agrícola, porque a terra é valorizada, e nas áreas pioneiras, porque a terra é dominada pelos "coronéis" latifundiários ou seus prepostos.

Com a República, essa situação não muda. Na República Velha, os estados passam a administrar as terras públicas, facilitando sua apropriação pelas oligarquias e coronéis. Em 1920, 4,5% dos proprietários possuem a metade das propriedades rurais do país. Esse processo gera a redução das áreas de produção de subsistência, fazendo a nação importar alimentos e a expansão descontrolada das áreas agroexportadoras, levando às crises de superprodução, como a do café entre os anos 20 e 30. Após a Revolução de 1930 é criado o Ministério da Agricultura, mas durante toda a era Vargas os problemas agrários ficam em segundo plano, inclusive no Estado Novo, quando é instituída a legislação trabalhista para os trabalhadores urbanos.

A reforma agrária – A partir das décadas de 40 e 50, o tema reforma agrária ganha destaque, a crescente modernização da agricultura e da industrialização do país intensificam o êxodo rural, as migrações regionais e a concentração fundiária. Por outro lado a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e federações faz crescer os movimentos reivindicatórios no campo, como as **Ligas Camponesas**. Para o estado, a questão da terra vira um desafio político e para os partidos, uma bandeira ideológica.

Nos anos 60, o governo de João Goulart anuncia o lançamento das "reformas de base",

começando pela reforma agrária. Logo após a implantação do **Regime Militar de 1964** é criado o Estatuto da Terra (1964) e, em 1970, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), para tratar da questão agrária. Os resultados práticos são pequenos. Com a política de incentivos fiscais dos anos 70 para os grandes empreendimentos agropecuários e extrativistas, a concentração aumenta mais, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto os projetos do INCRA, como as agrovilas da Amazônia, não se viabilizam.

Na década de 80, os problemas da terra se agravam. A concentração fundiária continua grande: enquanto 4,5 milhões de pequenas propriedades de até 100 ha têm apenas 20% de toda a área e empregam 78% da força de trabalho rural, 50 mil grandes propriedades com mais de 1.000 ha ocupam 45% da área e absorvem 4% da mão-de-obra. Com o fim do "milagre econômico" e a recessão há um grande aumento do desemprego e do êxodo rural. Com isso cresce o número de conflitos violentos no campo: são 4,2 mil entre 1987 e 1994, deixando centenas de vítimas.

O governo tem usado a política dos assentamentos em terras públicas e áreas consideradas improdutivas e desapropriadas para fins de reforma agrária. Nos últimos 12 anos são assentadas pouco mais de 300 mil famílias, menos de 7% do que seria necessário segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST), que hoje lidera a mobilização social no campo. Para o MST há 4,5 milhões de famílias no Brasil para assentar. Os proprietários reagem contra as pressões e as invasões de terra do MST, também organizadas em entidades, como a União Democrática Ruralista (UDR).

Hoje se discute a eficiência da reforma agrária como solução econômica (aumento da produção) e social (aumento do emprego e maior equilíbrio entre a cidade e o campo). Para uns, a produção nas pequenas propriedades já não é mais competitiva, sobretudo na era da globalização econômica, e por isso não deveria ser estimulada. Para outros, ao contrário, as pequenas propriedades continuarão a ser responsáveis pelo maior número de empregos no campo e pela maior produção de alimentos de consumo interno.

A "REFORMA AGRÁRIA" DOS SEM-TERRA

1985 foi um ano de preocupações organizadas de terras por trabalhadores rurais sem terra. Firmou-se, especialmente no sul do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Sua origem localizou-se no agravamento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores no campo e no desemprego crescente no campo e nas cidades. A não realização da reforma agrária prometida em 1964 no Estatuto da Terra e a colonização oficial, atraindo e depois abandonando os colonos nas áreas pioneiras, sem condições de vida e de escoamento de produção, fizeram crescer a decisão: *nós precisamos conquistar a terra em nossa região*.

Esta decisão teve no Movimento dos Sem Terra o principal instrumento de organização. E o resultado foi que no final do ano havia 42 acampamentos com 11.655 famílias – perto de 60.000 pessoas – espalhadas em 11 estados de Norte a Sul do país. Praticamente todos esses acampamentos foram antecidos por ocupações de terra.

Pode-se dizer que todos os "projetos de assentamento" realizados recentemente foram conquistas dos trabalhadores. Os governantes atenderam à reivindicação teimosa do povo.

Durante o tempo em que o governo apresentou a proposta e elaborou o seu PNRA, o movimento usou uma tática de aumentar a organização e pressionar o governo para que a reforma agrária atendesse às aspirações dos Sem Terra. A decretação do PNRA, além de decepção, levou o movimento a executar mais ações de conquistar a terra.

Em outras palavras: os Sem Terra se deram conta que do governo não vem reforma agrária, pois ele apoia os proprietários. Por isso, cresce a decisão e a prática de organização do Movimento dos Sem Terra, como instrumento da reforma agrária feita pelos trabalhadores.

Isso reforça e aumenta a luta popular pela terra. Somam-se aos milhares (ou milhão) de posseiros que, em outros momentos e em outras condições, ocuparam terra "livres" e agora travam lutas sangrentas para ver seus direitos reconhecidos. Além disso, a ação do Movimento dos Sem Terra dá outro peso e abre novas perspectivas para a luta organizada dos

assalariados do campo.

MUNDO

População, habitação e reforma agrária

ACORDOS INTERNACIONAIS

O país já seguia uma política de planejamento familiar antes da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento. Na Constituição de 1988, já consta a maioria das resoluções da reunião. Em 1995 é criada a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), composta de representantes do governo, de universidades e de ONGs, para coordenar o programa do Cairo no Brasil. Quatro anos depois, o governo apresenta o Programa de Assistência Básica (PAB) - que consiste em transferir dos recursos federais 6 dólares por habitante para os órgãos de saúde do município - e o Programa de Saúde da Família. Entre as iniciativas de entidades particulares em parceria com o setor público estão a População e Desenvolvimento - Uma Agenda Social 1998/2000, da CNPD e do Instituto de Planejamento e Estudos Aplicados (Ipea); Estratégias de População e Desenvolvimento para o Planejamento, da Fundação Joaquim Nabuco; e o Sistema Integrado de Projeções, Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-Demográficos, do IBGE.

Entre os dez melhores programas desenvolvidos segundo as resoluções da Habitat II e escolhidos pela ONU, em 2000, está um projeto brasileiro, o Programa de Treinamento em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, que procura diminuir a violência policial no Brasil. Outros programas brasileiros ficam entre os 100 melhores, como o de Produção de Material de Construção de Baixo Custo (BA); Projeto Renascer; Fórum Mineiro de Saúde Mental, Moradia; Infra-Estrutura e Erradicação da Miséria em Áreas Carentes; Projeto de Assistência à Criança; Programa de Modernização Administrativa de Santo André; e Doutores da Alegria.

O Brasil também já tomou algumas medidas para viabilizar o programa da reforma agrária. Quase 700 mil famílias foram assentadas nos últimos 17 anos. Em 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Banco da Terra, para financiar a aquisição de imóveis rurais e outros investimentos nessa área.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Conferência Internacional de População e Desenvolvimento - O Programa de Ação do Cairo estabelece que as políticas relacionadas com a população devem ser orientadas pelo respeito aos direitos humanos universais e pela promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento social. A conferência legitima a noção de direitos reprodutivos, aponta como seu principal instrumento a implementação de programas amplos de saúde reprodutiva e reconhece o aborto como grave problema de saúde pública. A Conferência do Cairo, realizada no Egito, em 1994, é a terceira reunião internacional sobre população. As conferências anteriores - Bucareste, na Romênia (1974), e México (1984) - focalizam a questão do crescimento acelerado da natalidade nos países em desenvolvimento e acentuam a necessidade de planejamento familiar e redução do número de filhos por casal.

Conferência sobre Assentamentos Humanos - A Habitat II, que acontece em Istambul, na Turquia, em 1996, reconhece o direito à moradia para todos como um objetivo dos Estados e retoma as resoluções da ECO-92 sobre os limites dos recursos ambientais da Terra. A Habitat I, realizada em Vancouver, no Canadá, na década de 70, discute, principalmente, o êxodo maciço das populações rurais para áreas urbanas.

NOVA ORDEM MUNDIAL

Na época em que Mikhail Gorbatchev e George Bush fizeram a reunião de cúpula na Ilha de Malta, no Mar Mediterrâneo, em dezembro de 1989, o mundo ainda sofria o impacto da derrubada do muro de Berlim, ocorrida em novembro do mesmo ano. A crise que o socialismo atravessava parecia prenunciar a falência do bloco soviético. Naquele finalzinho de década, os Estados Unidos apareciam diante do mundo como os vencedores da Guerra Fria, como a única superpotência, aquela que deveria ter a voz decisiva na consolidação da nova ordem mundial que surgia em meio aos escombros do muro de Berlim.

A reunificação das Alemanhas

Às vésperas do ano de 1990, ainda existiam duas Alemanhas e continuava de pé o Pacto de Varsóvia, a aliança militar do bloco socialista da qual a Alemanha Oriental fazia parte. Inicialmente, a proposta de reunificação das Alemanhas não foi bem recebida pela França, Grã-Bretanha e outros países europeus, que temiam o ressurgimento da grande potência germânica, berço do nazismo e de ambições históricas de hegemonia sobre a Europa. Dentro da própria Alemanha Ocidental, a oposição argumentava que o lado capitalista teria de arcar com um preço muito alto para modernizar as empresas obsoletas e adaptar as estruturas sociais da Alemanha Oriental.

Em 7 de junho de 1990, o Pacto de Varsóvia anunciou que deixaria de exercer suas funções militares, o que representava, na prática, o fim da aliança socialista. Acabava, assim, o único grande obstáculo geopolítico à reunificação das duas Alemanhas. Exatamente em 3 de outubro de 90, a Alemanha Oriental deixava de existir. Com o apoio dos Estados Unidos, a potência germânica renascia no coração de uma Europa perplexa e preocupada. Nessa época, a União Soviética atravessava uma das piores crises de sua história. O líder Mikhail Gorbatchev era acusado de traidor por seus adversários. Além disso, ganhavam força os movimentos de independência nas 15 repúblicas soviéticas. O país estava politicamente paralisado, ao passo que uma crise econômica sem precedentes afetava o nível de vida da população. A União Soviética ainda era uma potência militar, mas já não possuía a estatura de uma superpotência.

EUA invadem o Panamá

Um claro sinal das novas relações internacionais havia sido dado logo após a Cúpula de Malta. O governo de Moscou, assim como as outras potências, esboçara um tímido protesto à invasão norte-americana no Panamá, em dezembro de 89.

Oficialmente, os Estados Unidos invadiram o Panamá para depor e prender o general Manuel Noriega, homem-forte do país, acusado de ser um narcotraficante. Ironicamente, Noriega tinha uma vasta folha de serviços prestados à CIA, a Agência Central de Inteligência, durante os anos 70.

Do ponto de vista geopolítico, a invasão tinha motivos mais consistentes. No dia 1º de janeiro de 1990 venceria o prazo para que os Estados Unidos entregassem ao governo panamenho o controle administrativo do Canal do Panamá, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico. A Casa Branca não estava disposta a cumprir o prazo, estabelecido num acordo em 1977. O Canal do Panamá, além de sua importância econômica, tinha um forte significado estratégico, como base do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos.

Na época da Guerra Fria, o Comando Sul tinha como missão lutar contra o avanço comunista na América Central. Depois que o comunismo deixou de ser uma ameaça a Washington, o combate ao narcotráfico passou a ser a justificativa norte-americana para manter a base e o controle sobre o Canal do Panamá.

No final dos anos 80 e início dos 90, os Estados Unidos adotaram o combate ao narcotráfico como a nova bandeira de luta do "bem contra o mal". Em nome dela, os norte-

americanos procuravam justificar ingerências na América Latina, especialmente no Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador. Enfim, nos países da região da Amazônia internacional, uma reserva natural estratégica que, sem dúvida, será de importância crucial no próximo século.

A crise no Golfo Pérsico

A invasão do Panamá foi uma das primeiras ações internacionais norte-americanas depois da queda do muro de Berlim. Naquele momento, já estava evidente que a Casa Branca tinha nas mãos o poder de articular todas as iniciativas na defesa de seus interesses. Mas foi durante a crise do Golfo Pérsico que os Estados Unidos consolidaram seu novo papel no cenário mundial. Em agosto de 1990, o ditador iraquiano Saddam Hussein ordenou a invasão e ocupação do vizinho Kuwait, sob a alegação de que historicamente o pequeno país fazia parte do Iraque. O presidente norte-americano, George Bush, reagiu energicamente. Exigiu que a Organização das Nações Unidas, a ONU, adotasse uma série de medidas punitivas, incluindo um amplo boicote econômico ao Iraque. Hussein recebeu um ultimato: teria de sair do Kuwait até o dia 15 de janeiro de 1991. A crise no Golfo Pérsico evidenciava a nova postura diplomática dos Estados Unidos.

Nos tempos da Guerra Fria, as principais questões mundiais eram decididas pelo Conselho de Segurança da ONU, um âmbito de decisões em que Moscou e Washington exercitavam seu poder de veto de acordo com o vai-e-vem das tensões entre as superpotências. Na crise do golfo, esse jogo já não existia. Os Estados Unidos tomavam todas as iniciativas. Entre o a invasão do Kuwait, em agosto de 90, e o fim do prazo para a retirada dos iraquianos, em janeiro de 91, o presidente Bush enviou 500 mil soldados americanos ao Golfo Pérsico.

Durante cinco meses, as TVs, revistas e jornais dos Estados Unidos e de todo o mundo ocidental veicularam fotos e imagens dos soldados americanos despedindo-se da família no embarque com destino à área de conflito. A mesma coisa não ocorria com o outro lado, o lado humano dos soldados árabes, que pouco era mostrado.

"Essa operação de encobrimento da face humana dos árabes correspondeu a uma estratégia dos Estados Unidos. Depois que o comunismo acabou, os Estados Unidos precisavam convencer o mundo de que havia um novo inimigo universal, um novo representante das potências do mal, um novo Satã. A Guerra do Golfo forneceu essa oportunidade aos americanos, quando Saddam Hussein foi apresentado como representante do Islã, uma religião de fanáticos, uma religião que queria destruir o Ocidente, que queria reeditar o nazismo.

Foi dessa forma que os norte-americanos pretenderam convencer o mundo de que os Estados Unidos, a grande potência vencedora da Guerra Fria, era também a guardiã dos valores democráticos, dos valores ocidentais."

José Arbex Jr.

jornalista

A Guerra do Golfo foi a primeira transmitida ao vivo pela televisão. As novas tecnologias de transmissão de imagens, com satélites e vias de fibra ótica, permitiram o crescimento de redes mundiais de telejornalismo, como a CNN, que se destacaram durante o conflito.

Apesar da transmissão ao vivo e da violência dos bombardeios, os telespectadores pouco viram cenas de morte. Na época, surgiu a versão de que as armas utilizadas nunca erravam o alvo, de que atingiam objetivos militares com grande precisão, poupando vidas

humanas. Hoje, sabe-se que morreram cerca de 170 mil iraquianos na Guerra do Golfo, a maioria civil. É natural que os Estados Unidos fizessem todo o possível para manter a opinião pública a seu favor. Todos os governos fazem isso em tempo de guerra. Mas é importante observarmos a facilidade com que a versão norte-americana, de uma "guerra sem sofrimento", foi aceita pela opinião pública mundial, em particular a dos próprios Estados Unidos. Afinal, a mobilização da opinião pública americana havia sido decisiva para a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, no final dos anos 60. E, duas décadas depois, recebia como heróis os soldados de uma guerra violenta e desigual. Qual a razão de uma mudança de comportamento tão profunda? A resposta a essa questão é importante, porque permite estabelecer alguns aspectos fundamentais da ordem mundial no pós-Guerra Fria.

Neoliberalismo e decadência de valores

Durante a Guerra Fria, havia um claro choque entre dois sistemas de valores econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Nos anos 60, a juventude questionou todos os valores, tanto os socialistas quanto os capitalistas. O discurso pela paz e contra a guerra, contra o racismo e contra a hipocrisia indicava um caminho novo. Mas nos anos 70 e 80 as propostas pacifistas perderam a força. Os grupos de rock, as drogas e o sexo tornaram-se uma grande indústria lucrativa. Perderam o seu caráter de protesto. A humanidade ingressou na década de 80 imersa numa grande crise de valores.

Nos Estados Unidos, o presidente Ronald Reagan, eleito pela primeira vez em 1980, introduziu o neoliberalismo, uma política de valorização do talento, da força e da capacidade individuais, em detrimento dos valores coletivos e sociais. Exemplo dessa política foi a mudança tributária efetuada por Reagan em 1981. Ele reduziu drasticamente o imposto cobrado dos ricos e aumentou o dos pobres, sob a alegação de que os mais desfavorecidos utilizavam mais os serviços do Estado e, por isso, deveriam pagar mais. A chamada "era Reagan" estimulou a formação de uma nova geração de jovens profissionais urbanos, os "yuppies", mais preocupados em subir na vida do que com questões sociais. Muitos jovens, dentro e fora dos Estados Unidos, abraçaram as perspectivas individualistas do neoliberalismo porque não enxergavam outras alternativas. Assim, no final dos anos 80 a visão neoliberal já era dominante no mundo ocidental. O fim do socialismo acentuou a força do neoliberalismo. O capitalismo aparecia como o grande vencedor, como a forma ideal de organizar a vida, a política e a economia do planeta. A própria realidade mundial, no entanto, desmentia esse otimismo e fazia do neoliberalismo um sintoma da impotência do ser humano diante da crescente miséria no mundo, causada pelas desigualdades, pelas injustiças e pelas guerras. Foi nesse contexto de tendência neoliberal que as disputas econômicas se multiplicaram, com a formação ou consolidação dos blocos econômicos nos anos seguintes ao fim da Guerra Fria.

Fonte: alo escola tv cultura

OS PRINCIPAIS FOCOS DE TENSÃO DO MUNDO ATUAL

Pode-se afirmar, que um dos ramos mais fecundos da ciência geográfica é a **Geografia Política**, termo que muitas pessoas confundem com a **Geopolítica**. De uma maneira sintética, pode-se dizer que a primeira tem como um dos objetivos principais a análise da dinâmica dos processos políticos no espaço, enquanto que a segunda relaciona-se mais diretamente com as questões estratégicas e militares.

Um dos principais elementos de análise da Geografia Política é a questão dos **Focos de Tensão**. Segundo o geógrafo Yves Lacoste, *as Zonas ou Focos de Tensão são espaços geográficos em que ocorrem, de forma aguda, conflitos de interesse entre duas ou mais unidades políticas ou entre grupos humanos organizados nacional ou internacionalmente*. Por essa definição, nota-se que existem no espaço geográfico mundial uma variedade de conflitos das mais diferentes natureza, do ponto de vista político.

Atualmente, a mídia nacional e internacional têm dado grande ênfase às

questões políticas mundiais e, portanto, nos tem apresentado os grandes focos de tensão. Esses focos têm sido bastante explorados no vestibular e, para que se tenha um bom desempenho neste conteúdo, aqui vão algumas dicas.

Uma análise de um foco de tensão deve ter como base pelo menos cinco parâmetros fundamentais:

1º) Estudo da posição geográfica da área

Trata-se de um dos elementos básicos de análise, pois, muitas vezes a **localização** estratégica de uma área pode ser um dos elementos-chave do foco. Veja o caso do Oriente Médio, por exemplo.

Para a realização e interpretação desse estudo, é indispensável fazer uso da **cartografia**, através de mapeamento.

2º) Relação do conflito com a Teoria Centro-Periferia

Normalmente, um foco está relacionado com uma das partes de maior poder, o **centro**, representado pelo Estado ou por um grupo humano, e a **periferia**, que corresponde à parte mais fraca e oprimida.

3º) Análise do foco de tensão

Trata-se de uma descrição dos acontecimentos — como, por exemplo, quem está lutando contra quem. O governo colombiano e os guerrilheiros das FARC exemplificam bem essa questão.

Outro aspecto importante é a **ideologia** de quem faz a análise. Todo cuidado é pouco ao se interpretar um determinado foco, pois a mídia, muitas vezes, tende a uma análise em função de sua identidade ideológica. As notícias veiculadas pela CNN (EUA) durante a guerra do golfo e no conflito de Kosovo servem como ilustração desse aspecto.

4º) Forças presentes

O foco pode ter uma ou várias causas básicas, diretas e indiretas. Como exemplos temos a influência dos países centrais, a exemplo dos EUA, e a **questão étnica e religiosa**, que tem determinado vários conflitos da atualidade.

5º) Levantamento de hipóteses sobre o futuro do foco

Esta é uma das questões mais complexas da Geografia Política, pois os processos políticos são dinâmicos e incertos. Um estudo mais detalhado dos itens anteriores pode deixá-lo mais seguro para levantar algumas hipóteses do foco em questão.

É importante ressaltar que, após o término da **Guerra Fria** e concomitantemente com o fim do denominado **Conflito Leste-Oeste**, acreditava-se que o mundo iria entrar em uma época de paz. Entretanto, constata-se que os conflitos apenas mudaram de natureza, sendo que na maioria dos casos eles não têm mais a conotação ideológica (capitalismo x socialismo) do passado, mas a influência das questões separatistas, religiosas e étnicas. O meu objetivo principal é o de fazer uma análise sintética dos principais conflitos. Sugiro que você acompanhe esse estudo com um **mapa mundi**, para facilitar a sua visão e localização espacial.

A complexidade política do Oriente Médio – uma visão sintética

Se você acompanhado os noticiários internacionais mais recentemente, constata-se que o Oriente Médio voltou mais uma vez, entre as inúmeras, a ser manchete mundial. É importante ressaltar que, esses fatos noticiados atualmente na verdade são conseqüências de tensões passadas que vêm se acumulando ao longo do tempo. Isto posto, a seguir têm-se uma análise sintética dos principais desdobramentos políticos dessa que sem dúvida alguma pode ser considerada como um dos principais focos de tensão do mundo atual. Por outro lado, analisar as questões políticas do Oriente Médio não é tarefa simples, pois na verdade existem poucos especialistas no mundo que conseguem interpretar de forma precisa e neutra a complexidade política da região. Entretanto, o meu intuito é fazer um estudo dos principais fatos políticos da região e que contemple o seu objetivo maior no momento, ou seja, o vestibular. Inicialmente, é importante dizer que na constituição política do Oriente Médio, o **Egito**, geograficamente, não faz parte dessa região, mas, culturalmente e do ponto de vista

religioso, ele se identifica mais com o Oriente Médio, razão pela qual pode ser incluído nessa área.

O Oriente Médio é uma região estratégica do ponto de vista geopolítico, pois se trata de uma área de passagem entre três continentes. Além disso, foi o berço de grandes civilizações (fenícia, persa, assíria, babilônia e outras), e de três grandes religiões monoteístas - o **judaísmo**, o **cristianismo** e o **islamismo**. Vive também ao longo de sua história sob a influência de várias nações, o que faz com que esta região seja um dos grandes focos de tensão do mundo. É também caracterizado, em termos geográficos, pela presença de grandes desertos, pelo predomínio da população **árabe** e do **islamismo** e pela presença de grandes **jazidas petrolíferas** além da existência do **Golfo Pérsico**, importante área para o escoamento desse produto.

É uma região em que há uma grande associação entre a **religião** e a **política** e ao mesmo tempo há sérios problemas econômicos, apesar da riqueza gerada pelo petróleo. A intensificação da extração do petróleo alterou a estrutura econômica de grande parte dos países da região, elevando a renda nacional e a renda per capita. Porém, o subdesenvolvimento está longe de se extinguir, pois pouco se aplicou em obras de infraestrutura, em assistência social ou em uma industrialização mais efetiva. Na verdade, os petrodólares ficam concentrados nas mãos dos governantes, que aumentam as suas fortunas individuais, principalmente no exterior, servindo também para os seus excessivos gastos militares. Politicamente a região é dominada por governos autoritários que se mantêm no poder há várias décadas e reprimem com mão-de-ferro os seus opositores, como, por exemplo, no Iraque, no Irã, na Síria, na Arábia Saudita, no Kuwait e no Egito.

Quanto à geopolítica internacional e à sua relação com o Oriente Médio, pode-se afirmar que os países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos, a ex-URSS, a França e a Inglaterra, em grande parte são os responsáveis pela confusão política vigente na área. Na verdade, três fatos importantes contribuíram para que esta região se tornasse palco de inúmeros conflitos, a saber: as **Duas Grandes Guerras Mundiais**, a criação e a efetivação do **Estado de Israel** e a descoberta de **grandes jazidas petrolíferas**. Este último, pelo menos, é um dos argumentos de "justificativa" dos países capitalistas desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos, para as suas ingerências na região.

Diante dos fatos citados dá para se perceber claramente o quanto é complexa esta região, principalmente em termos políticos, sendo que esta área se caracteriza por inúmeros conflitos há décadas. E não é de forma gratuita que a imprensa mundial se refere a essa área como sendo um **barril de pólvora**. Um dos pontos fundamentais para o jogo de forças na região foi a criação, na antiga **Palestina**, do Estado de Israel. Em 29 de novembro de **1947**, a ONU votou um plano de partilha da Palestina com a proposta de criar um **Estado Judeu** e outro **Estado Árabe**. Em maio de **1948** é proclamado o Estado de Israel, fruto do **sionismo**, que foi o movimento dos judeus para a criação do Estado Judaico. A Inglaterra foi um dos países que mais influenciou nesse processo e, após a criação desse Estado, quem dá mais sustentação econômica a ele são os Estados Unidos. A partir daí a situação na região começou a se agravar, pois não houve empenho por parte das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos e países europeus, para que se fizesse cumprir a resolução da ONU quanto à implantação do Estado Árabe Palestino. Os árabes, sentindo-se lesados e, ao mesmo tempo, manipulados por lideranças feudais, declararam guerra ao Estado Sionista de Israel, sendo que eles estavam totalmente despreparados para um conflito e acabaram sofrendo grande derrota frente aos sionistas.

Com isso, a maioria da população palestina saiu da região por medo e também devido à expulsão por parte de Israel, constituindo uma **diáspora** (dispersão pelo mundo) e dando origem à denominada **Questão Palestina**, que, de uma forma mais simples, resume-se na luta dessa nação para a criação do Estado Palestino. O sustentáculo dessa luta é a **Organização para a Libertação da Palestina (OLP)**, que é uma frente que congrega várias facções de tendências variadas.

É importante dizer que a partir da criação de Israel a antiga Palestina foi redividida,

sendo que o Estado Judeu anexou cerca de **22%** a mais do território palestino, sobretudo após os conflitos com os árabes; a Jordânia se apossou de cerca de **20%** e a Faixa de Gaza ficou sob administração egípcia. Mais tarde Israel ocupou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, que têm população majoritariamente palestina.

Por esse pequeno histórico pode-se afirmar que esta questão não é fácil de ser solucionada, pois, só para se ter uma idéia da complexidade do problema, imagine, no caso da criação de um Estado Palestino, como ficaria a cidade de **Jerusalém**, que está dentro do território palestino proposto pela ONU. Essa entidade, propôs a condição de **status internacional** para esta cidade, só que ela tem um sentido sagrado não só para os **judeus**, mas também para os **muçulmanos** e **cristãos**. Apesar da complexidade e das dimensões, inclusive em termos de violência, da questão árabe-israelense no Oriente Médio, esta questão tem origens relativamente recentes, no início deste século, pois estes povos já viveram harmonicamente na região ao longo de sua história e, na verdade, o conflito apareceu sobretudo a partir do movimento sionista.

Entretanto, após várias décadas de conflito foram feitas várias tentativas de paz na região, através de acordos. Um dos mais importantes foram os denominados **Acordos de Oslo** em que no ano de **1993**, a OLP e o primeiro-ministro trabalhista de Israel, Itzhak Rabin, firmam um acordo de paz em Washington, o qual foi batizado de Oslo, por ser o resultado de negociações ocorridas na capital da Noruega. Os dois lados se reconhecem e assinam um documento que inclui uma série de princípios que prevê a devolução aos palestinos da maior parte da **Faixa de Gaza** e de parte da **Cisjordânia**. A partir de **1994**, os palestinos conquistam autonomia plena na maioria da **Faixa de Gaza** e em **Jericó**, assumindo a administração civil e a segurança interna. A defesa e as relações exteriores continuam em poder de Israel. Por outro lado, a evolução nas negociações, entretanto, é dificultada pela ação de grupos terroristas que se opõem aos acordos.

No de **1995**, Israel e a OLP avançam nas negociações e assinam em Washington acordo de extensão do controle palestino na Cisjordânia (**Oslo II**). Em **1998**, o primeiro-ministro de Israel Binyamin Netanyahu e o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Iasser Arafat, assinaram mais um acordo estabelecendo nova retirada de israelenses da Cisjordânia em troca de garantias de segurança dos palestinos contra Israel, sendo que tal acordo já estava prevista nas negociações de Oslo. Veja na figura 6 maiores detalhes desse acordo.

Entretanto, pontos desse acordo não foram plenamente cumprido por Netanyahu, cujo governo se desfaz no final de 1998, em meio a divergências sobre os rumos do processo de paz. Em **1999**, o trabalhista **Ehud Barak** forma uma coalizão ampla de governo (incluindo partidos religiosos), e vence as eleições, e retoma as negociações de paz com os palestinos. Ele desocupou mais 7% da Cisjordânia, libertou cerca de 200 prisioneiros palestinos e inaugurou uma estrada ligando A Faixa de Gaza à Cisjordânia. Barak foi o primeiro chefe de governo israelense a admitir que "o Estado Palestino de fato já existe". Por outro lado, é importante ressaltar que o futuro dessas negociações depende de uma série de fatores, dentre os quais a intransigência dos setores radicais de ambos os lados, que são contrários ao avanço na caminho da paz, a questão dos assentamentos de colonos judeus em terras palestinas, além da delicada questão do controle das fontes de água existentes na Cisjordânia. Além desses fatores, existe a complexa situação política entre a Síria e Israel pelo controle das **Colinas de Golã**, que corresponde a uma porção do território sírio, anexado por Israel, sendo um ponto estratégico na geopolítica do Oriente Médio.

Neste ano, mais uma vez ocorre o acirramento das tensões no Oriente Médio, quando no final de setembro, Ariel Sharon, líder da oposição israelense, fez uma visita à Esplanada das Mesquitas, local mais sagrado de Jerusalém para palestinos e judeus (que o chamam de Monte do Templo), provocando protestos palestinos. No dia seguinte à visita, forças israelenses reprimiram violentamente protestos palestinos na esplanada, deixando pelo menos quatro mortos. Desde então, novos protestos de palestinos em Gaza e Cisjordânia e de árabes israelenses dentro de Israel já fizeram cerca de centenas de mortes. Para você entender um

pouco mais sobre a ingerência norte-americana na questão árabe-israelense, e da complexa política da região, leia atentamente a reportagem a seguir.

"O secretário norte-americano de Defesa, William Cohen, expressou hoje a preocupação de seu país diante do crescimento da violência no Oriente Médio, durante uma breve visita que fez à Jordânia.

Cohen foi recebido pelo rei Abdalá 2º depois de um encontro com o primeiro-ministro Ali Abu Ragheb. Ele também conversou sobre a ajuda militar norte-americana na Jordânia com o chefe do Estado Maior do Exército do país, o general Mohammed Malkawi. Antes de partir para o Cairo, Cohen declarou em um comunicado que as discussões haviam "tratado sobretudo da necessidade de por fim à violência entre Israel e os palestinos. "É hora de cessar os combates e retornar à mesa de negociações", disse Cohen, que ainda acrescentou que "continuaremos promovendo a paz, a estabilidade e a prosperidade na região".

Por outro lado, o Egito chamou hoje seu embaixador em Israel para protestar contra "a agressão israelense contra o povo palestino e a utilização excessiva da força".

Os Estados Unidos se inquietam por causa de um "transbordamento da violência, fonte de instabilidade na região", declarou o porta-voz do Pentágono, Kenneth Bacon, aos jornalistas que acompanhavam Cohen. Bacon evocou o risco "de manifestações desestabilizadoras", lembrando que 60% da população da Jordânia era palestina. O porta-voz, sem querer ser mais explícito, fez uma advertência contra "as atividades da Síria para estimular a violência". Desde a quarta-feira (15), em cada etapa de sua viagem por nove países do Oriente Médio, Cohen fala a favor do fim das violências e do retorno ao processo de paz.

O secretário lembrou que o presidente Bill Clinton tem sido o principal mediador do processo e falou sobre as estreitas relações que foram estabelecidas com os monarcas do Golfo.

No entanto, nos países que o secretário de Defesa norte-americano visitou Barein, Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, Arábia Saudita a imprensa denunciou "o massacre dos palestinos" e criticou "a parcialidade" de Washington a favor de Israel.

Israel foi condenado no mês passado pelo Conselho de Segurança da ONU devido ao uso desproporcionado da força contra os palestinos, mas os Estados Unidos se abstiveram da votação."

Fonte: France Presse, 21.11.2000 in uol.com.br/notícias.

O continente americano

O continente já foi palco sobretudo na época da **Guerra Fria** de inúmeros conflitos com destaque para os movimentos guerrilheiros que se opunham aos governos locais. Atualmente, pode-se dizer que a maior parte desses conflitos terminaram, inclusive através de vários acordos de paz. Entretanto, ainda persistem alguns focos de tensão no continente a saber.

Os conflitos na Colômbia

Pode-se afirmar que este país corresponde a um dos principais focos de tensão do continente, pois, ele é palco de um dos mais antigos conflitos da América Latina, porque na verdade trata-se de uma herança dos choques entre conservadores e liberais no decorrer de sua história independente. Os liberais fundam, nos anos 60, as **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)**, para lutar pela implantação de um Estado socialista. Outros grupos de esquerda aderem à luta armada – o **Exército de Libertação Nacional (ELN)** é um dos remanescentes. Entretanto, após anos de combates contra o governo, a partir das décadas de 80 e 90, o conflito ganha um novo personagem: **o tráfico de drogas**, complicando ainda mais a situação política e social do país.

As FARC é o mais importante movimento guerrilheiro e conta com aproximadamente 17 mil combatentes e controla uma área no interior equivalente ao tamanho da Suíça, cerca de **40%** do território nacional, onde determina as suas próprias "leis e a Justiça". Instituiu um imposto (vacina) cobrado da população que varia conforme a vontade do comandante da região, podendo ser em espécie ou em gênero, por exemplo cabeças de gado, parte da produção agrícola etc. Estima-se que as Farc e o ELN arrecadem a cada ano cerca de 500

milhões de dólares como pedágio pela proteção aos traficantes e aos camponeses plantadores de coca contra ações do exército. Portanto, a guerrilha é em grande parte financiada pelo dinheiro proveniente do narcotráfico. Por outro lado, esse conflito tem causado problemas ao país com outras nações, a exemplo dos EUA que durante o ano de 1999 insinuou por várias vezes em invadir o país, com o argumento de repressão ao narcotráfico, pois, os EUA constituem em um dos principais mercados consumidores da droga.

Outro problema internacional também causado pela guerrilha, relaciona-se como o **Brasil**, pois os guerrilheiros estão sempre fazendo ameaças de utilizar o território fronteiriço com o Brasil, para de refugiarem da ações do exército colombiano, gerando assim reações por parte do governo brasileiro, sobretudo das Forças Armadas. O ELN tem cerca de 6000 combatentes. Sobre a questão do envolvimento dos Estados Unidos na Colômbia e de um possível acordo de paz no país leia a reportagem a seguir.

O porta-voz da guerrilha das FARC, Raúl Reyes, afirmou em entrevista divulgada hoje que a legalização dos paramilitares de ultradireita "faz parte do Plano Colômbia" de luta contra as drogas, para o qual os Estados Unidos repassarão US\$ 1,3 bilhão em ajuda econômica e militar.

"A legalização do paramilitarismo como estratégia contra-revolucionária faz parte do Plano Colômbia. As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) não podem concordar que o Governo dê legitimidade a grupos de criminosos que continuam ceifando a vida de milhares de colombianos em nome do Estado", declarou Reyes à agência de notícias ANNCOL, que divulga informação do grupo rebelde.

As FARC declararam dia 14 de novembro passado 'congelado' o diálogo de paz com o Governo, alegando que este concedeu 'interlocução política' aos paramilitares ao permitir que o ministro do Interior, Humberto de la Calle, se reunisse com o fugitivo líder desses esquadrões, Carlos Castaño.

Reyes disse que as FARC não 'congelaram' as conversações porque tinham medo de discutir a questão do cessar-fogo e das hostilidades, como parte das negociações de paz.

"Não, de nenhuma maneira tememos discutir esse assunto. Estamos dispostos a continuar dialogando, mas não podemos fazê-lo enquanto não houver por parte do Governo um compromisso sério para impedir que o Plano Colômbia continue fazendo estragos contra os colombianos e os países da América do Sul", enfatizou o líder rebelde.

Na opinião de Reyes, "o Partido Conservador do presidente (Andrés) Pastrana está muito debilitado depois de sua derrota nas eleições (municipais de 29 de outubro passado). O militarismo é o verdadeiro poder na Colômbia. Recebe seus dólares, seus prêmios, sua assessoria dos Estados Unidos pela guerra. Não quer perder o negócio".

"Agora o presidente tem que mostrar sua capacidade e sua decisão política para impor seus critérios a estes setores", declarou Reyes.

O "czar" antidrogas dos Estados Unidos, Barry McCaffrey, disse domingo, durante visita oficial a Bogotá, estar confiante em que as FARC retornem logo à mesa de negociações de paz.

Reyes declarou à ANNCOL que as FARC exigem "resultados do Governo (colombiano) na luta contra o paramilitarismo. É o presidente (Pastrana) que tem que dar respostas, não os Estados Unidos. Eles (os norte-americanos) têm o direito de opinar sobre os assuntos que quiserem, assim como nós opinamos sobre os deles".

"Mas os graves problemas que temos devem ser resolvidos por nós colombianos sem intromissões externas. Exigimos nossa independência", destacou Reyes".

Fonte: France Presse, 21.11.2000 in uol.com.br/notícias.

A questão política no Peru

Existem dois movimentos guerrilheiros no país: o **Sendero Luminoso** fundado em 1975, movimento maoista, ligado a guerrilha rural. É um grupo bastante violento. Seu líder foi preso pelo governo de Fujimori. O outro grupo é o **Movimento Revolucionário Tupac Amaru**, inspirado nas idéias de Che Guevara e que concentrou suas atividades nas cidades. A atuação do governo, prendendo os principais líderes desses movimentos, fez recrudescer as atividades guerrilheiras no país no final da década de 90. Além desses problemas internos o

Peru vive uma situação litigiosa fronteiriça com o seu vizinho Equador, sendo que os dois países estiveram em guerra no ano de **1998**.

O movimento zapatista no México

"Somos um exército de sonhadores e, por isso, somos invencíveis. Não podemos perder. Ou melhor, não merecemos" Sucomandante Marcos da guerrilha

Pela citação percebe-se que ao contrário do que muitos analistas internacionais imaginavam, que esse movimento não duraria por muito tempo, nota-se que esses ideais de melhoria para uma parcela excluída da população mexicana vão perdurar por longo tempo. Esse movimento no país ocorre na sua porção meridional, em que o **Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)**, representado por camponeses indígenas, iniciou uma luta armada em **1994** contra o exército mexicano no estado de **Chiapas**, o mais pobre do país. Os zapatistas, como são denominados, exigem reformas econômicas e sociais na região. É importante frisar que, esse movimento teve início no ano em que o México assinou o acordo do NAFTA, uma vez que os zapatistas denunciaram à comunidade internacional, as péssimas condições de vida da população do estado de Chiapas, sendo que esses povos foram os que mais sofreram

Os efeitos da adoção da política neoliberal implementada pelos sucessivos governos.

Entretanto existem analistas que interpretam o conflito em Chiapas, como algo mais profundo do que um movimento guerrilheiro. A esse respeito veja a opinião do sociólogo francês Alain Touraine, (...) *aqueles que vêm na ação dos zapatistas de Chiapas um novo surto guerrilheiro, responsável por criar de forma esporádica focos de violência nas várias partes do território mexicano, engana-se profundamente. A ação armada não é mais essencial para os zapatistas; o que importa a Marcos e aos demais líderes do movimento é desempenhar um papel decisivo na transformação do sistema político. Eles estão cobertos de razão. Em todo o continente impõe-se a liquidação dos regimes e dos modos de gestão herdados do período populista. Por toda parte devem opor-se o mais diretamente possível as forças favoráveis à inserção do país na economia mundial e as que procuram lutar por uma melhor integração social da nação, ou seja pela diminuição das desigualdades sociais e regionais.*(...) FONTE: Touraine, Alain, A lição dos rebeldes de Chiapas in Folha de São Paulo, 13.10.96, caderno Mais, p. 2

Durante os anos de 96 e 97 ocorreram negociações de paz com vista por fim ao conflito, entretanto setores ligados ao governo sobretudo, os paramilitares não cumpriram parte desses acordos, dificultando assim a solução negociada. Os Zapatistas, contando com o apoio dos partidos de oposição, organizam, em março de 1999, um plebiscito não-oficial sobre suas reivindicações de autonomia para os povos indígenas do México. Cerca de 2,5 milhões de eleitores participam; 97% deles referendam as exigências dos rebeldes. As negociações de paz entre o governo e o EZLN não avançam.

A questão separatista no Canadá

A Província de **Quebec**, de origem francesa, apresenta uma série de reivindicações para se **separar** do Canadá desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1969 o país adota o francês como língua oficial, ao lado do inglês. Nos anos de **1980 e 1995** foram realizados dois plebiscitos na província sobre a independência, sendo que no segundo, os partidários do separatismo perderam por uma pequena margem de 50.000 votos. A questão política no país é delicada, mas não existem atos violentos por parte da população. O governo do Canadá tenta contornar o problema separatista, nomeando os líderes do movimento separatista para cargos importantes, no entanto, isso parece ser uma questão de tempo para ocorrer.

Continente Africano

A África pode ser apontada em termos continentais como um dos principais focos de tensão do mundo atual, pois existem vários conflitos no continente.

Entre os fatores que contribuem para a existência dos conflitos e das tensões no continente africano, citam-se:

A. O colonialismo, causador do subdesenvolvimento e das questões de fronteiras (delimitações).

- B. Os problemas étnicos entre os diversos grupos tribais do continente agrupados em poucos países.
- C. As questões religiosas entre os grupos islâmicos, animistas e católicos.
- D. O neocolonialismo, com a exploração das multinacionais e o crescimento das *plantations*.
- E. O rápido processo de descolonização que causou a desarticulação econômica dos países.
- F. As disputas ideológicas entre o capitalismo e o socialismo, herança do período da Guerra Fria.
- G. A ingerência dos países desenvolvidos na região.
- H. Os interesses estrangeiros pelas riquezas naturais do continente.

A seguir os principais conflitos do continente.

- **Angola** – Esse país vive uma longa guerra civil entre o **MPLA** (Movimento pela Libertação de Angola), no poder, e a **Unita** (União Nacional pela Independência Total de Angola). Nos anos de 1994 e 1995, houve um acordo de paz que interrompeu o conflito e o envio de tropas de paz da ONU. Entretanto, devido ao descontentamento desse acordo por parte da Unita, que se recusou a devolver áreas sob seu controle e integrar um governo de coalizão nacional, esse conflito se reiniciou no ano de 1999.
- **Argélia** – O país tem sido palco de uma guerra civil entre os fundamentalistas islâmicos, representados pela **Frente Islâmica de Salvação Nacional (FIS)**, que quer implantar um Estado com base na religião islâmica. Em **1990** a FIS venceu as eleições e iniciou uma série de medidas que contrariou os setores militares. Houve um golpe militar em janeiro de **1992**. A partir de então o país mergulha em uma guerra civil em que de um lado há o **Grupo Armado Islâmico (GIA)** que luta contra a FIS, acusando-a de se render aos militares. Esse conflito já causou a morte de mais de 50 mil pessoas.
- **Burundi** - O conflito étnico entre **hutus** e **tutsis** ocorre no país desde 1962, ano de sua independência da Bélgica. Com a morte do presidente hutu Cyprien Ntaryamira em um acidente de avião em 1994 junto com o presidente de Ruanda, explode uma nova fase de violência entre as etnias. Em meados de 1995, o Exército do Burundi, dominado pelos tutsis, dá um golpe de Estado, nomeando presidente Pierre Buyoya. Estima-se que esse conflito já tenha causado a morte de mais de 150 mil pessoas e cerca de 400 mil hutus refugiados nos países vizinhos do ex-Zaire, Ruanda e Tanzânia.
- **Ruanda** – As duas principais etnias do país, **tutsi** e **hutu**, vivem um conflito desde a formação do país. A morte do presidente hutu Juvenal Habyariman, num acidente de avião provocado por um míssil, em 1994, faz explodir a guerra. Em represália, tropas da etnia hutu (85% da população do país) passam a massacrar a minoria tutsi (14%) e os hutus de oposição. A **Frente Patriótica Ruandesa (FPR)**, formada por extremistas tutsis exilados em Uganda, inicia uma ofensiva que termina com a tomada do poder três meses depois e com o massacre de 800 mil hutus. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), o saldo total da guerra é de 1 milhão de mortos e 2,2 milhões de refugiados hutus nos vizinhos ex-Zaire, Uganda, Burundi e Tanzânia.
- **República Democrática do Congo** - O ex-Zaire é um dos maiores países da África em termos de territórios, após vários anos de uma guerra civil em que um movimento guerrilheiro liderado por Laurent Kabila lutou contra a ditadura de Mobutu Sese Seko. Em 1997 o ditador foge para o exílio no Togo, e os guerrilheiros assumem o poder sob a liderança de Kabila e formam um governo de salvação nacional. A partir de então o Zaire passa a ser denominado de República Democrática do Congo. Entretanto, existem setores descontentes com a política implementada pelos ex-guerrilheiros, sendo que os conflitos podem reiniciar a qualquer momento.
- **Egito** - Após a Guerra do Golfo, terroristas islâmicos, que haviam praticado

vários atentados no país durante a década de 80, voltam à ação. Em 1995, após um atentado fracassado contra o presidente Hosni Mubarak, os terroristas atacam turistas e monumentos históricos. Os ataques acontecem especialmente no norte do país, na Província de Asyut, reduto do grupo extremista islâmico **Gamaat-i-Islami**.

- **Somália** - Desde 1991, com a queda do presidente Mohammed Siad Barre, o país é palco de uma guerra civil entre clãs armados. Sem qualquer solução para o conflito, as últimas tropas norte-americanas da Operação Restaurar a Esperança, mantidas por dois anos no país, deixam a Somália no início de 1994. A guerra e a fome provocada pela seca, pela estagnação da produção interna e pela intercepção das ajudas humanitárias por guerrilheiros deixam mais de 1 milhão de mortos e 546 mil refugiados na Etiópia e Quênia.

- **Sudão** - A região sul do país está em guerra civil desde 1983, quando os africanos **muçulmanos** do norte iniciam um combate contra a resistência do sul, formada por **animistas e cristãos**. A repressão é conduzida pelo Exército sudanês, apoiado pelos paramilitares muçulmanos.

Continente Asiático

O vasto continente há várias décadas tem sido palco de inúmeros conflitos, a seguir alguns de maior destaque no contexto internacional. Caxemira ou Cachemira – A Índia é uma potência regional, cuja hegemonia no Sudeste Asiático é contestada pelo Paquistão. A rivalidade indo-paquistanesa por essa hegemonia vem desde a independência dos dois países, em 1947. Desde então eles já tiveram três guerras, sendo que duas sobre o controle do território da Caxemira, região montanhosa situada ao norte do subcontinente indiano. Recentemente, a Índia e rebeldes apoiados pelo Paquistão se enfrentaram na Caxemira, no pior conflito na fronteira entre os dois países. A Índia domina dois terços da Caxemira, que possui, no entanto, população majoritariamente muçulmana. Confrontos na região indiana com os separatistas muçulmanos já deixaram mais de 15 mil mortos. A Índia acusa o Paquistão de apoiar os rebeldes separatistas; por outro lado, o Paquistão afirma que fornece apenas apoio político e moral, e acusa a Índia de fomentar o conflito ao atirar contra parte do território paquistanês da Caxemira. A tensão aumenta na região pode se agravar em função da disponibilidade de armamento nuclear nos dois países, além do fato de que a China apóia o Paquistão.

- **Timor Leste** - Com uma população de 800 mil habitantes, o Timor Leste corresponde a uma ilha localizada no extremo leste do arquipélago da Indonésia. Até 1975 era uma colônia portuguesa e que, no ano seguinte, foi ocupada militarmente pelo governo indonésio. Sua população é majoritariamente católica (88%), enquanto que a maioria dos indonésios é muçulmana. A partir de 1976, inicia-se uma forte repressão da Indonésia contra os opositores, liderados pela **Frente Revolucionária do Timor Leste**, que deixa um saldo de mais de 200 mil mortos em conflitos de fome nos anos seguintes à invasão. Essa anexação do território timorense não é reconhecida pela ONU. Após décadas de conflitos internos, foi realizado em meados de 1999 um plebiscito supervisionado e proposto pela ONU. Nele, quase 80% da população votaram pela independência do país. Insatisfeitos com o resultado, grupos paramilitares antiindependência começaram a tentar praticar uma "limpeza política" contra militantes pró-independência.

O Exército indonésio é acusado de armar e apoiar esses grupos, que atacaram e mataram inclusive funcionários da ONU em missão no Timor. As forças armadas da Indonésia, poderosa instituição no país, acredita que a independência do Timor Leste pode servir de estímulo a outros movimentos separatistas existentes no arquipélago indonésio, a exemplo de Irian Jaya. Em um acordo feito com a Indonésia, a ONU assumiu a responsabilidade de supervisionar o plebiscito e de permanecer no território no período transitório rumo à independência. As pessoas favoráveis à manutenção dos laços entre o Timor e a Indonésia argumentam que o domínio indonésio trouxe melhorias econômicas à região. A Indonésia aceitou o envio de forças internacionais de paz para pôr fim à violência

no Timor Leste, após o país ter resistido ao fato. O governo de Jacarta alegou que seu exército era capaz de controlar sozinho a ação de paramilitares antiindependência contra a população. A decisão do governo indonésio foi tomada após decisão dos Estados Unidos de suspender a cooperação militar e a venda de armas e ao anúncio do Fundo Monetário Internacional de realizar cortes na ajuda financeira ao país. Segundo os observadores da ONU, os soldados indonésios não coibiram a violência no Timor; pelo contrário, a teriam incentivado. Os países participantes das tropas de paz enviadas pela ONU são compostas por soldados dos exércitos da Austrália, Brasil, Reino Unido, França, Portugal e Nova Zelândia. Os Estados Unidos deram apenas suporte logístico.

Continente Europeu

Com o fim da Guerra Fria, alguns acreditavam que o velho continente entraria em uma fase de paz e estabilidade política. Entretanto, os horrores da guerra voltaram à Europa, representada sobretudo pela **Região Balcânica**, cuja área foi palco de vários conflitos, com destaque para o desmembramento da ex- Iugoslávia. O mais recente conflito na região ocorreu no ano de 1999, em que tropas da **OTAN**, lideradas pelos EUA, invadiram a Iugoslávia com o pretexto de defender a população de **Kosovo**. Parte da província de Kosovo está localizada dentro do território da Sérvia, uma das Repúblicas que compõem a Iugoslávia. Os sérvios (cristãos ortodoxos) lutam pela hegemonia na região, ocupada por maioria albanesa, que professam a religião muçulmana, e representam mais de 90% da população de Kosovo. Os líderes albaneses sempre defendem a independência da província em relação à Iugoslávia, mas o governo iugoslavo de Slobodan Milosevic quer manter o território sob seu domínio. Os sérvios reivindicam que a área tem importância histórica para eles e faz parte do país há mais de mil anos. Após intensos bombardeios à Iugoslávia por parte da OTAN, e a fuga de milhares de refugiados de kosovares, foi assinado um acordo com a intermediação da Rússia que levou ao fim o conflito e o envio de tropas de paz ONU .

Se você quer saber mais sobre outros conflitos e temas da atualidade segue uma sugestão bibliográfica.

- **TIBÚRCIO**, José Arnaldo M. & **COIMBRA**, Pedro. *O Espaço Geográfico no Limiar do Ano 2.000*, Ed. Harbra, São Paulo, 1999.
- Revista Cadernos do Terceiro Mundo, número 224, sete/out/ 2000-11-22.
- www.etm.com.br – site da Revista Cadernos do Terceiro Mundo

Autor: Pedro Coimbra

Pequeno histórico da Guerra da Palestina

A Palestina foi marcada neste século por uma colonização estrangeira que afetou o *modus vivendi* de todo o Oriente Médio – a colonização judaica baseada no *sionismo político*, ideologia vinculada a um projeto de despossessão da terra de seus proprietários originais.

A execução de parte das metas do sionismo, com o apoio norte-americano e inglês, é sem sombra de dúvida o fator mais importante na manutenção do estado de guerra no Oriente Próximo desde o início do século até os dias de hoje. Este movimento originou-se no final do século XIX, tendo como seu momento fundador o Congresso da Basiléia, em 1897, sob a liderança de Theodor Herzl.

O sionismo tem origem com a emancipação dos judeus em todos os países após o nascimento do Estado-nação moderno, garantindo-lhes direitos civis e igualdade política e legal. Esta emancipação política trouxe um problema aos judeus: a ameaça de dissolução de sua identidade, cultura e solidariedade social. Em resposta a isso houve vários tipos de posicionamento, entre os quais o *sionismo* destacou-se negativamente.

O sionismo é uma ideologia pragmática e política – apesar da Palestina ter sido escolhida por seu significado religioso e histórico para o judaísmo, o movimento sionista é

secular. Ademais, ao contrário dos outros nacionalismos, referia-se a uma terra distante e que não pertencia àquela "nação", o que implicou na criação de um movimento que, antes de *nacionalista*, era *colonialista*:

"O fato de que o sionismo de Herzl nasceu fora do país designado torna-o único entre movimentos nacionais modernos, e estabeleceu as condições para o conflito com a população local. Enquanto os judeus sentiam que eles iam para casa na sua terra ancestral, os habitantes árabes da Palestina viam o plano sionista como uma forma de colonialismo europeu. (Norman Finkelstein)"

O historiador judaico-americano Norman Finkelstein, em importante obra sobre o assunto, identifica o 'consenso ideológico' em que se desenvolve a crença sionista. Para o autor, um dos elementos centrais deste consenso, que a Palestina deveria um dia conter uma maioria judaica, provou ser o principal obstáculo para qualquer reconciliação com os árabes. Dentro deste consenso, coexistiram três tendências relativamente distintas – sionismo político, trabalhista e cultural – cada uma demandando uma maioria judaica por razões distintas.

Para o autor, a análise sionista da questão judaica adotou o raciocínio do anti-semitismo, que invocava o mesmo argumento para justificar o ódio aos judeus:

"De fato, a prescrição que o sionismo propôs para a situação judaica também estava inscrita na lógica do anti-semitismo. O sionismo político não desejou combater o anti-semitismo, mas encontrar um *modus vivendi* com este. Propôs que a nação judaica resolvesse a questão judaica estabelecendo-se em um Estado que 'pertencesse' a ela. Para conseguir isto, os judeus teriam que se constituir em algum lugar como a maioria."

A futura proteção prometida pela liderança sionista à minoria árabe não excluía – de fato, ela pressupunha – que, em princípio, o Estado pertenceria ao povo judeu:

"O sionismo desejou estabelecer um Estado que o povo judeu poderia alegar inteiramente como sendo seu. Em um Estado assim concebido, os não judeus, mesmo desfrutando os direitos de cidadania, poderiam esperar figurar, na melhor das hipóteses, como uma excrescência no corpo político. (...) A liderança sionista não tinha nenhuma ilusão de que seu projeto não teria que ser imposto sobre a extensa maioria árabe ou que sua implementação poderia ser cumprida sem a violação egrégia das normas democráticas."

Esta formulação sionista levou às duas questões políticas que prevaleceram durante o mandato britânico: a partilha e a transferência de população. Para o movimento sionista, a pátria 'histórica' dos judeus incorporava toda a Palestina, incluindo a Transjordânia, as Montanhas de Golã e o sul do Líbano (embora ainda haja facções sionistas defendendo que o 'Sião' estende-se dos rios Nilo ao Eufrates).

Ao final da I Guerra Mundial, o Oriente Médio foi dividido entre França e Inglaterra, que estabeleceram suas áreas de influência. A França estabeleceu *mandatos* sobre a Síria e o Líbano, enquanto a Inglaterra controlava a Palestina e a Jordânia. Os ingleses apoiaram o projeto do sionismo e autorizaram a entrada de imigrantes judeus provenientes da Europa e EUA, que vieram a desequilibrar o equilíbrio populacional da região. Em 1914 havia 500.000 muçulmanos e cristãos na Palestina contra 85.000 judeus.

Estes novos imigrantes, que se estabeleceram em assentamentos no campo, eram europeus ignorantes e insensíveis aos costumes árabes na Palestina. Por exemplo, após estabelecer suas colônias, bloqueavam os direitos costumeiros de pastagem às vilas adjacentes, tomavam os carneiros que ultrapassavam as fronteiras e multavam os árabes que eram seus donos. Tais condutas levaram a violentos conflitos entre os árabes e os judeus sionistas, pois os árabes sentiam-se alienados das terras que cultivaram por séculos.

Como os objetivos das comunidades árabe e judaica divergiam, na década de 20 começou o ciclo de violência que até hoje não terminou – devido, em grande parte, ao fato da maior parte do movimento sionista nunca ter tentado entender a sensibilidade árabe ou vir a termos com as demandas políticas árabes, como notou Adam Garfinkle:

"O sionismo, como se desenvolveu nos primeiros tempos na Europa, era infelizmente ignorante das reais condições da Palestina. De fato, Herzl tinha pronunciado triunfantemente o slogan '*Para um povo sem terra, uma terra sem povo*'."

Em 1929 ocorreu o primeiro conflito grave, causado por uma disputa religiosa entre judeus e muçulmanos em Jerusalém, seguida de confrontos em Jerusalém e Hebron que deixaram mais de duas centenas de mortos. Em 1936, os palestinos começam uma greve geral e repetiu-se em escala muito maior a seqüência dos eventos de 1929 de violência árabe e resposta britânica. Paralelamente a esses eventos, os sionistas estruturavam seu poderio militar – através da Haganah, órgão de defesa oficial, e dos grupos para-militares dissidentes Irgun e Stern, que adotaram táticas terroristas.

Após a Guerra, os sionistas repudiaram o mandato britânico e começaram a batalha contra a Inglaterra, atacando seus postos e tomando suas armas para o conflito que viria a seguir – ao mesmo tempo em que compravam armas da Checoslováquia. Com o fracasso dos planos de partilha propostos pelos ingleses, o assunto foi levado às Nações Unidas. Em maio de 1947 instalou-se a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), que terminou suas investigações em agosto. A proposta da comissão foi levada a votação em assembléia presidida pelo representante brasileiro na ONU, Ministro Oswaldo Aranha, em novembro de 1947.

Colocado em votação o plano de partilha da UNSCOP, o resultado foi o esperado, uma vez que as grandes potências haviam decidido seus votos favoravelmente à partilha: 33 países votaram a favor, 13 votaram contra e 10 se abstiveram.

Para os sionistas, a partilha era vista como um compromisso provisório, até que fossem dadas as condições para a realização total do sonho sionista. Isto fica claro nas palavras de Ben-Gurion, que assim qualificou sua aceitação do esquema de partilha defendido pelos ingleses no final dos anos 30:

"O Estado judeu que agora é oferecido para nós não é o objetivo sionista. Dentro desta área não é possível resolver a questão judaica. Mas *pode* servir como uma etapa decisiva em direção à grande implementação do sionismo. Irá consolidar na Palestina, no menor tempo possível, a real força judaica que irá nos levar a nosso objetivo histórico. (...) O Estado judeu terá um exército fora do comum – não tenho dúvida que o nosso exército estará entre os mais espetaculares do mundo – e assim estou certo que não seremos impedidos de nos assentarmos no resto do país, *mesmo que fora do acordo e entendimento mútuo com os vizinhos árabes.*"

Quanto às estratégias sionistas para lidar com a prevista resistência árabe, eram baseadas num consenso sobre a questão árabe marcado por três premissas inter-relacionadas: 1) *o movimento sionista não deveria esperar nem buscar a aquiescência dos árabes palestinos*; 2) *o sucesso da empresa sionista seria dependente do apoio de uma (ou mais) Grande(s) Potência(s)*; 3) *o conflito da Palestina deveria ser resolvido no enquadramento de uma aliança regional subordinada aos interesses da(s) grande(s) potência(s).*

A decisão das Nações Unidas foi seguida pelo avanço imediato dos sionistas sobre territórios que não lhes haviam sido consignados pelo organismo internacional, e dos exércitos dos países árabes sobre o novo território israelense, dando origem à *guerra de 1948* ou *primeira guerra árabe-israelense* – conflito conhecido ainda como o *Desastre* (para os palestinos), a *Guerra da Palestina* (para os países árabes), ou a *Guerra de Independência* (para os judeus), embora a história mostre que de fato trata-se de uma *Guerra de Colonização*.

Apesar de que inicialmente as Forças de Defesa Israelenses tivessem dificuldades para conter a invasão dos exércitos regulares árabes, em dezembro de 1947 a situação era a oposta: o exército egípcio havia sido empurrado para o sul e Israel avançou para o Deserto do Sinai, evacuando-o após pressão internacional; no norte, as forças israelenses derrotaram as pequenas forças libanesas e sírias e capturaram parte do Líbano, evacuando esta área após os acordos de 1949. Ao final da guerra, Israel tinha se apoderado de uma área duas vezes maior do que a designada pelas Nações Unidas, ali se estabelecendo militarmente e proclamando a criação do seu Estado em maio de 1948. O Estado dos palestinos previsto pela ONU deixava de se tornar uma realidade, tendo seu território dividido entre Israel, Transjordânia e Egito.

Com o avanço israelense para as áreas designadas aos palestinos, a população local em

cada área sucessivamente conquistada abandonou suas aldeias e cidades, tornando-se um povo refugiado.

Os anos compreendidos entre o final da década de 1940 e os dias de hoje testemunharam a manutenção do conflito entre israelenses e árabes – especialmente palestinos. Uma visão simplista ou deformadora da realidade como a de alguns importantes autores, aponta para o reconhecimento de sete guerras árabe-israelenses entre novembro de 1947 e junho de 1982 – outros autores indicam a existência de quatro destas guerras.

Essas classificações, se funcionais para os propósitos do relato histórico, obscurecem o fato de que na realidade *trata-se da mesma guerra que vem sendo travada desde os anos 30*, quando a colonização sionista da Palestina tornou-se definitivamente conflituosa com a sociedade árabe local. Desta forma, o mais recomendado seria considerar que *a guerra árabe-israelense é a mesma desde os anos 30*, porém com diversos ciclos de violência, sempre provocados por um único conflito: a expansão sionista *versus* a resistência palestina e dos vizinhos árabes de Israel.

Feita esta importante ressalva, podemos utilizar para fins analíticos a classificação proposta por Rabinovich, que aplica o termo *guerra* a cada um dos momentos de erupção de violência:

- 1) guerra civil *de facto* entre adoção do plano de partilha da ONU em novembro de 1947 e fim do mandato em 14/5/1948;
- 2) guerra em grande escala de 15/5/48 até a assinatura do armistício em janeiro de 1949;
- 3) guerra de Suez, outubro de 1956;
- 4) guerra de junho de 1967;
- 5) guerra de atrito entre dezembro de 1968 e julho de 1970;
- 6) guerra de outubro de 1973;
- 7) guerra do Líbano, junho de 1982.

A estes pode-se adicionar um oitavo ciclo de violência, iniciado em 1987 e mantido até os dias de hoje, caracterizado pela resistência palestina à ocupação israelense dos territórios de Gaza e Cisjordânia e simbolizado pela *intifada* – a revolta das pedras.

Estabelecido o Estado sionista e estabelecido o cessar-fogo entre Israel e os países árabes em 1949, ao longo da década de 50 os antagonismos mútuos foram traduzidos em atos políticos, econômicos e militares como boicote árabe a produtos israelenses, fechamento do golfo de Tirana e do Canal de Suez aos navios de Israel, infiltração armada através das fronteiras e ataques israelenses sobre Jordânia, Faixa de Gaza e Síria.

Em 1956, Israel, em coalizão com a França e Inglaterra e armado pela primeira, atacou o Egito, procurando deter sua evolução a potência regional sob o comando de Nasser, líder de um forte nacionalismo pan-árabe e aliado à URSS. Eram três os objetivos estratégicos israelenses: atingir o canal de Suez para abrir caminho para a operação anglo-francesa; destruir o exército egípcio no Sinai; e capturar Sharm el-Sheikh, ponto ao sul do Sinai dominando os Estreitos de Tirana.

O que foi inicialmente uma vitória militar de Israel, que com o domínio total dos ares levou somente quatro dias para atingir seus objetivos, tornou-se uma vitória política para Nasser, que continuou no poder. Sob forte pressão de Washington, os ingleses e franceses foram obrigados a retirar-se do Egito e no ano seguinte Israel evacuou a Faixa de Gaza e o Deserto do Sinai.

No início de 1967, temendo o aumento do nacionalismo trans-árabe, o governo norte-americano autorizou Israel a lançar uma guerra contra Egito, Síria e Jordânia – a Guerra dos Seis Dias, de junho de 1967, teve consequências profundas para o mundo árabe. Um ataque surpresa das forças israelenses destruiu as forças aéreas do Egito e da Síria, enquanto em terra Israel atacava posições egípcias no Sinai e em Gaza. A Jordânia tomou o governo internacional de Jerusalém e bombardeou Tel-Aviv; em resposta, Israel atacou e capturou toda a margem ocidental do Rio Jordão, incluindo Jerusalém, capturando ainda as Montanhas de Golã, pertencentes à Síria.

Este movimento renovou a guerra pela Palestina, sob o controle israelense a oeste do Rio Jordão. Em Israel, a posse da Margem Ocidental gerou uma onda de nacionalismo místico que reforçou a ligação a um território cujo valor estratégico tinha sido demonstrado pela guerra. No mundo árabe, a OLP ganhava sua autonomia, tornando-se um ator importante no futuro do conflito.

Nos territórios ocupados, o regime era de total falta de liberdade e respeito com as populações locais. O relatório da Liga Israelense pelos Direitos Humanos e Civis relata como se dava a negação de todos os direitos de expressão e organização política sob o regime de ocupação:

"Toda organização, incluindo organizações de ajuda mútua, conselhos de estudantes, etc., é proibida. As cortes religiosas muçulmanas (*Sharia*) perderam sua legitimidade e direito de operação, os sindicalistas são sistematicamente detidos ou expulsos. Em outras palavras, a liberdade, liberdade total de expressão e organização prevista na Carta dos Direitos Humanos (liberdade de organização política, demonstrações, assembléias e qualquer outra forma de atividade política não-violenta) é totalmente negada aos palestinos sob a ocupação israelense."

Além da falta de liberdade política, há ainda a questão da exploração do trabalho, pois aos palestinos são oferecidos os piores empregos e salários mais baixos do que os pagos aos israelenses – situação que predomina até hoje nos territórios ocupados e dentro de Israel.

A resistência palestina, entretanto, tornava-se proeminente. Com a permissão do Rei Hussein da Jordânia, a OLP passou a usar este território como base, formando um Estado dentro de um Estado e intensificando suas operações contra Israel: bombardeios através da fronteira jordaniana e libanesa; sabotagem dentro de Israel; violência contra alvos israelenses e judeus fora do Oriente Médio. Estas atividades tiveram um papel crucial no estabelecimento da OLP no mundo árabe e para familiarizar a comunidade internacional com a OLP e a questão palestina. A discordância da OLP a aceitar o cessar-fogo levou à guerra civil dentro da Jordânia e à sua expulsão deste país em setembro de 1970. Em consequência, a OLP estabeleceu-se no território libanês, construindo não apenas uma estrutura política e militar, mas também assistencial e educacional.

Em outubro de 1973 ocorreu novo conflito árabe-israelense, referido pelos árabes como *Guerra do Ramadam* e pelos israelenses como *Guerra do Yom Kippur*. A Arábia Saudita envolveu-se no conflito, impondo, junto com o Iraque e a Líbia, o boicote à venda de petróleo aos apoiadores de Israel. A União Soviética ajudou o Egito a evitar uma derrota militar decisiva, enquanto os Estados Unidos sentiam que o momento deveria ser usado para estimular o movimento de *ocidentalização* do Egito.

A guerra terminou inconclusivamente com o cessar-fogo imposto pelos norte-americanos em 24 de outubro de 1973. Em Golan, Israel havia ganhado mais território; no sul, estava em controle de grande parte do território egípcio, porém os egípcios dominavam a margem oriental do Canal de Suez. Politicamente, a vitória não foi egípcia nem israelense: em Israel, havia um grande número de mortos, feridos e prisioneiros de guerra; houve um declínio interno da força do governo e enfraquecimento da posição de Israel regional e internacionalmente, acompanhado de um aumento da influência árabe no mundo.

Uma importante consequência da Guerra de Outubro foi que provocou o fim do impasse que prevalecia desde 1967, levando os protagonistas a participar do processo de paz promovido pelos Estados Unidos – que fornecera armas para Israel no meio da guerra e ao mesmo tempo salvara o Egito de uma derrota total. Com o adiamento da questão da autonomia palestina, tornaram-se possíveis os acordos de Camp David em 1978, que selaram a paz entre Egito e Israel.

Em 1978, em seguida a um forte atentado em Israel, o exército israelense invadiu o Líbano até o Rio Litani. O Conselho de Segurança da ONU ordenou a sua retirada, criando uma força de 'capacetes azuis' (UNIFIL) que começou a tomar posição no sul do Líbano em 22 de fevereiro. Sua presença não pôs fim nem aos combates entre cristãos e muçulmanos, nem às operações de palestinos contra Israel a partir do Líbano, nem às incursões e represálias israelenses.

Em 1982, Israel invadiu novamente o Líbano visando acabar com a presença da OLP naquele país. À época, a moderação de Arafat, que passava a pregar a convivência com os israelenses, era uma ameaça para os objetivos expansionistas destes, portanto novas atitudes militares teriam de ser tomadas. Desta vez, os israelenses ocuparam boa parte de Beirute, onde a destruição foi incalculável – somente nos primeiros anos da década de 90 a cidade passou a ser reconstruída e a recuperar parte de seu antigo *glamour*. O total de civis libaneses mortos devido à ocupação israelense foi superior a 20.000 pessoas.

A ação proposta pelo ministro da defesa Ariel Sharon deveria ser curta, porém de fato teve a duração de vários meses. Seus objetivos de eram: destruir a infra-estrutura militar da OLP no sul do Líbano e eliminar sua capacidade de bombardear o norte de Israel; prevenir-se contra a possibilidade da Síria lançar uma nova guerra; ajudar a reconstruir o governo central libanês ajudando o aliado israelense Bashir Gemayel; melhorar sua posição no processo de paz destruindo a base territorial autônoma da OLP no Líbano e formando uma relação normal com um segundo estado árabe.

Temendo ainda a permanência de dois mil militantes palestinos da OLP nas áreas sul e oeste de Beirute, Israel decidiu tomar também esta parte da cidade, provocando imensa destruição e mortandade. Sob a vigilância e permissão do exército israelense, as milícias falangistas massacraram os acampamentos palestinos de Sabra e Chatila, deixando 3297 palestinos mortos, o que deu um novo desenvolvimento à guerra – Israel foi forçado a concordar com a retirada de suas forças do Líbano, onde seriam substituídas por uma força internacional.

A estratégia israelense fracassou ao deixar o Líbano em convulsão, permitindo a entrada dos sírios, e ao reforçar a identidade e a ligação dos palestinos que, apesar de exilados, logo se reagrupariam novamente e com mais força (expulsa do Líbano, a cúpula da OLP recebeu asilo na Tunísia). Além disso, o aliado israelense Bashir Gemayel foi assassinado logo após ter assumido o governo e nenhum outro líder libanês recebeu a aprovação do governo sionista – inclusive seu irmão e sucessor, Amin Gemayel, que não contava com a simpatia israelense por seu perfil acomodacionista e menos radical.

Em maio de 1983, um acordo entre Israel e o Líbano efetivou a saída das forças israelenses de Beirute, porém o entendimento sobre o retorno à normalidade no sul permaneceu não efetivo porque as tropas sírias tampouco deixaram o Líbano (pelo acordo, todas as forças estrangeiras deveriam deixar o país), além de não haver interesse para Israel na retirada de suas forças do sul do Líbano. Posteriormente, as forças israelenses foram substituídas pela milícia do Major Haddad (Exército do Sul do Líbano), que passou a controlar o sul do país sob instrução e comando israelense. O Líbano sul tornou-se então teatro de combates opondo a milícia pró-israelense e os destacamentos israelenses à resistência islâmica libanesa, capitaneada pelo Hizbollah. Esta situação perdurou até maio de 2000, quando a guerrilha de resistência conseguiu impor aos israelenses uma retirada unilateral e provocou a desarticulação do ESL.

Em 1987, o movimento de resistência palestino à ocupação israelenses toma novo fôlego na forma da *intifada* – ou *revolta* –, também conhecida como *revolta das pedras*, em que a população dos territórios ocupados começou a alvejar com pedras os postos militares e soldados israelenses, porovocando a retomada da questão em nível internacional e levando aos processos de paz que culminaram com o acordo de Oslo, realizado entre Arafat e Rabin em 1993. Segundo este acordo estava prevista uma retirada progressiva das tropas israelenses dos territórios palestinos ocupados em 1967, o que foi sendo protelado pelos sucessivos governos israelenses após a morte de Rabin.

O não cumprimento do acordo por parte dos israelenses levou à retomada da *intifada* no final de setembro de 2000, agora mais forte do que jamais foi e incluindo também a população árabe de Israel (que dentro do estado sionista são considerados cidadãos de segunda categoria). Os palestinos exigem a retirada incondicional de Israel dos territórios ocupados (incluindo os assentamentos ilegais que ali vêm sendo construídos), conforme a Resolução N. 242 da ONU. Exigem também a desocupação da parte árabe de Jerusalém

(Jerusalém oriental), que deverá ser a capital do futuro Estado palestino.

Afeganistão

Geografia

Área: 652.225 km². Seco e montanhoso, mas com vales férteis. Esta terra estratégia tem sido disputada por impérios estrangeiros rivais por 3000 anos aproximadamente.

População: 23.000.000 (aprox.)

no	Popu lação	Crescime nto anual	De nsidade
000	22.7 20.000	+2.93%	35 por km²
010	32.9 02.000	+2.58%	50 por km²
025	44.9 34.000	+1.95%	69 por km²

(Nenhum censo ou pesquisa étnica criteriosa foram feitos. Os números são estimativas.)

Os refugiados afegãos em 2000 chegaram a 1.400.000 no Irã, 2.200.000 a 3.000.000 no Paquistão e em menor número em várias localidades do mundo. Em 1999 foram 6.500.000.

Capital: Kabul, com 2.700.000 habitantes.

A capital tem sido destruída pela extensa guerra civil. Outras cidades: Kandahar com 420.000 habitantes, Mazar-e-Sharif com 270.000. Taxa de urbanismo: 22%

Povos e Línguas

70 povos etno-lingüísticos

Indo-iranianos (86.8% do país)

O maior: Pashtun (Pathan) 9.700.000, depois Tajik 4.000.000; Hazara/Aimaq (de origem turca) 1.800.000. Outros de fala persa: 770.000; Baluch 260.000; Povos Nuristani (11) 250.000

Povos de língua turca (10.7% do país)

10 povos. Uzbek 1.800.000; Turcomeno 520.000

Outros povos (2.5% do país)

Brahui 240.000; Pashai 160.000.

Alfabetização: 10-31% (índice bem menor entre as mulheres)

Língua oficial: Pashto (usada por 50% da população), Dari (afegã persa, 35%). 50 línguas ao todo.

Línguas com Escrituras: 2 com NT e 3 com Porções da Bíblia.

Economia

Assolado por 22 anos de guerra. A região rural foi bombardeada e minada; metade das moradias, a maior parte do complexo sistema de irrigação e uma alta proporção do gado foram destruídos. O ópio é a principal e mais lucrativa colheita agrícola (o Afeganistão é o maior produtor do mundo), a qual tem sido paga com armas para as facções da guerra. A recuperação tem sido retardada pelo extremismo radical do governo Talibã, e pelos danos ambientais e estruturais infligidos nesta trágica terra.

Política

A monarquia foi destronada em 1973. O governo republicano terminou em golpe marxista em 1978. Depois foram invadidos pela União Soviética. Dez anos de guerra terminaram com a retirada humilhante das forças soviéticas em 1988-1989. A guerra civil entre

as facções étnicas e religiosas continua causando danos enormes. O extremismo islâmico Talibã (principalmente Pashtun) assumiu o controle sobre 90% do país até 2001. Sanções da ONU em 2001 isolaram o país ainda mais.

Religião

O controle pelo Talibã no país tem imposto uma interpretação rígida do Islamismo no mundo de hoje. Os resultados têm sido devastadores para a economia e para as mulheres na sociedade. Todos os afegãos precisam cumprir os códigos restritos nas vestimentas, barba, educação e observação da lei "sharia". A pouca liberdade religiosa que existia foi abolida.

Religiões	% População	Ad eptos	Cresc imento anual
Islamismo	97.89	22.241.015	+2.9
Zoroastrianismo	1.50	340.806	+2.9
Hinduísmo	0.35	79.521	+0.2
Étnicas tradicionais	0.10	22.720	+2.9
Baha'í	0.10	22.720	Sem inform.
Cristianismo	0.02	3.000	Sem inform.
Sikh	0.02	4.544	+2.9
Sem religião	0.01	2.272	+2.9

Os não muçulmanos podem ser bem menos do que acima listado. Nenhuma igreja cristã é permitida. O número de cristãos afegãos é estimado entre 1.000 e 3.000. Alguns obreiros cristãos expatriados recebem permissão para servir em programas sociais.

Cenário da Guerra

Três vértices compõem a atual história do Afeganistão: guerra, fanatismo e drogas. O primeiro tem presença constante neste país encravado no centro da Ásia. Sua posição geográfica o tornou uma das principais rotas para o comércio e expedições de conquista, fator que o fez objeto de cobiça para invasores como Alexandre, o Grande, Genghis Khan e na história mais recente da Grã-Bretanha e União Soviética.

Todos foram combatidos e repelidos pela união das tribos que vivem nas montanhas áridas do Afeganistão. Terminados os conflitos externos os afegãos se dedicam a disputas tribais, que transformaram o governo em um dos mais instáveis do mundo. A atual guerra civil do país já dura 22 anos e levou ao poder um grupo de puristas islâmicos.

O segundo ponto é o fanatismo, que está presente na maioria dos países do Oriente Médio, onde religião e Estado não se separam, mas atingiu seu ápice entre os afegãos com as idéias obscurantistas do Talibã. Os integrantes da milícia islâmica proíbem qualquer coisa que esteja ligada à diversão - de ouvir música a empinar pipa - sob o argumento de que o homem nasceu para apreciar Alá, objetivo de que não deve se desviar. Como se isto não bastasse os "estudantes" (tradução de talibãs) rebaixaram as já oprimidas afegãs a cidadãs de terceira classe. Elas não podem estudar, trabalhar e sequer têm acesso a atendimento médico, podem ser surradas em público se saírem a rua sem a burqa (um véu que cobre todo o rosto e corpo) ou a presença de um parente homem.

As drogas são a terceira ponta deste triangulo. Destruído por dez anos de guerra contra

a invasão soviética, seguidos de 22 anos de guerra civil, o Afeganistão não é um dos melhores lugares do mundo para negócios: não tem um sistema bancário, o governo não investe na economia e o mercado interno é ínfimo. Assim os agricultores (mais de 85% da população) só têm duas opções: a agricultura de subsistência, que sofre com as prolongadas secas, e a cultura da dormideira, ou papoula. Esta última, rende mais de US\$ 100 milhões anuais e não é combatida pelas autoridades. Um cenário ideal para transformar o Afeganistão no maior produtor mundial de ópio e heroína.

Afeganistão: celeiro de ópio

Mesmo enfrentando a seca há mais de três anos um tipo de planta nunca morre no Afeganistão: é a dormideira. Mais conhecida como papoula, a planta dá origem ao ópio e a heroína, e converteu o país do mulá Omar no maior produtor mundial destas duas drogas. Responsáveis por 75% da produção mundial de heroína, os traficantes e produtores que atuam no país contam com aliados muito importantes. Segundo Observatório Geopolítico das Drogas (OGD), o Talibã e a Aliança do Norte não coíbem a produção, pelo contrário tiram amplos benefícios da produção de droga.

De acordo com um relatório do OGD, os talibãs obrigam camponeses que cultivam papoula a pagar um imposto, em espécie, de 12,5% de sua produção. O "dízimo" é revendido aos laboratórios de heroína do país, que por sua vez são obrigados a pagar uma taxa de US\$ 70,00 por quilo de heroína produzida e outra de US\$ 250,00 por quilo transportado.

Os opositores do Talibã também usam o dinheiro da papoula para financiar seu movimento, que pretende tomar o poder no Afeganistão a partir do norte do país. A Aliança do Norte, apoiada pelos Estados Unidos, é responsável por mais de 20% da produção nacional de heroína mesmo dominando menos de 10% do Afeganistão. E a participação da oposição tende a crescer neste mercado já que o mulá Omar decidiu, em julho de 2000, erradicar o cultivo da papoula. Ao contrário de outras proposições do líder supremo do Talibã esta não foi levada tão a sério e as reservas de ópio não teriam sido destruídas, representando ainda três anos de produção, estima um especialista.

No Afeganistão, a guerra pode ser algo tedioso

Imagine um país tão pobre em que até a guerra não funciona. A principio parece difícil, já que o homem sempre deu muito mais atenção aos conflitos do que a paz. Entretanto, isto é o que acontece no Afeganistão, em guerra civil há 22 anos, mas que nos últimos meses não teve sequer uma batalha por posições estratégicas. A calma é tanta que os correspondentes estrangeiros, que trabalham junto aos soldados da oposicionista Aliança do Norte, afirmam que esta é uma guerra de opereta.

Embora haja trincheiras, canhões e obuses, a guerra civil afegã está longe da imagem tradicional de uma guerra de posições - quando os dois Exércitos avançam e recuam de acordo com a própria sorte ou com o azar alheio. No caso afegão tanto os talibãs quanto os soldados da Aliança do Norte ficam em suas posições esperando um ataque ou uma ordem para atacar, que nunca vem. Isto acontece porque o dinheiro é tão pouco que a crise chegou à guerra: não há colunas de blindados ou ataques em massa, os tanques estão em sua maioria enferrujados e os soldados não parecem muito entusiasmados, mesmo recebendo alguns dólares a mais.

Mesmo agora, com o apoio dos norte-americanos os adversários do Talibã não se atrevem a lançar-se em um ataque heróico para conquistar Cabul. Em geral, os confrontos na frente ao norte de Cabul têm mais ou menos o mesmo desenvolvimento aplicado pelos talibãs desde 1996, ano da ocupação de Cabul e que significou o começo da enésima guerra civil no Afeganistão: alguns tiros para espantar o inimigo, mas nada que afete suas posições. Além disto a guerra parece consistir em tentar comprar chefes inimigos, fugir das rajadas de projéteis, consumir quantidades incríveis de chá e haxixe e, eventualmente, negociar com os inimigos para que troquem de lado.

EDUCAÇÃO

A Educação no Brasil

No Brasil colonial as principais escolas foram jesuíticas. Entre 1554 e 1570 foram fundadas cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente, São Paulo) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).

O ensino elementar que tinha a duração de seis anos ensinava Retórica, Humanidades, Gramática Portuguesa, Latim e Grego. Nas classes posteriores, a duração era de três anos e as disciplinas ministradas eram a Matemática, Física, Filosofia (lógica, moral, metafísica), Gramática, Latim e Grego.

Depois de 1759, com a expulsão dos jesuítas, outras ordens religiosas dedicaram-se à instrução, como a dos carmelitas, beneditinos e franciscanos.

Em 1792 o marquês de Pombal implantou o ensino público oficial através das aulas-régias de disciplinas isoladas.

No início do século XIX, com a presença da corte no Brasil, foram criados cursos de nível superior: a Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809). Em seguida surgiram cursos de nível técnico em Economia, Botânica, Geologia e Mineralogia e, em 1834, o Ato Adicional atribuiu às províncias a criação e manutenção do ensino primário. Na segunda metade do século apareceram colégios particulares, na maioria católicos.

Obedecendo a ordem cronológica de introduções de novos cursos e ou estabelecimentos de ensino e de reformas educacionais ou curriculares, pode-se apresentar o seguinte quadro da educação no Brasil:

Em 1879, a reforma de Leôncio de Carvalho instituiu a liberdade de ensino, possibilitando o surgimento de colégios protestantes e positivistas.

Em 1891, Benjamim Constant, baseado nos ensinamentos de Augusto Comte, elaborou uma reforma de ensino de nítida orientação positivista, defensora de uma ditadura republicana dos cientistas e de uma educação como prática anuladora das tensões sociais.

Entre 1920 e 1930 ocorreram várias reformas estaduais com novas propostas pedagógicas (Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira na Bahia e Francisco Campos em Minas Gerais).

Em 1922, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de Fernando de Azevedo e outros 26 educadores, condenaram o elitismo na educação brasileira, preconizando uma escola pública gratuita, leiga e obrigatória.

Em 1930, Francisco de Campos criou o estatuto das Universidades e organizou o ensino secundário. Foi então fundada, em 1934, a Universidade de São Paulo e, em 1937, a então Universidade Nacional do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Durante o Estado Novo foram promulgadas as leis orgânicas do ensino, dividindo o curso secundário em ginasial e colegial (clássico ou científico), criando o ensino profissional ministrado através das empresas e indústrias tais como o Serviço Nacional da Indústria (Senai) e o Serviço Nacional do Comércio (Senac).

No ano de 1959, defensores da escola pública lançaram o Manifesto dos Educadores, assinado por 185 educadores e intelectuais, entre eles, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Em 1960 surgiram as primeiras iniciativas de educação popular, voltada, também, para o atendimento à população adulta como o Movimento de Educação Popular liderado por Paulo Freire, cuja proposta foi adotada por inúmeros países da América Latina e da África e, o Movimento de Educação de Base, iniciativa da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB).

No período entre 1970 e 1985, durante os governos militares, foi desenvolvido o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cuja proposta era o atendimento em âmbito nacional da população analfabeta, através de programas de alfabetização e de educação continuada de adultos e adolescentes.

A aprovação da primeira lei de Diretrizes e Bases, em 1961, garantiu o direito à

educação em todos os níveis, criou o Conselho Federal de Educação (1962), fixou os currículos mínimos e garantiu a autonomia às universidades.

Hoje a educação sistemática do Brasil está dividida em vários níveis: Inicialmente o ensino pré-escolar que atende a criança até a idade de 6 anos e, está subdividido em cursos maternos, de jardim da infância e a pré-escola, quando começa a alfabetização.

Posteriormente, a criança ingressa no ensino primário ou de primeiro grau que é seguido sucessivamente pelo ensino secundário ou de segundo grau, pelo ensino superior ou de terceiro grau) e, finalmente, poderá ter acesso a um quarto nível de ensino que diz respeito à pós-graduação.

Para melhor atendimento à população estudantil mais carente o Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolve a partir de 1995 programas voltados especificamente para essa área, onde são observados maiores índices de repetência.

Em alguns estados há projetos educacionais envolvendo os pais, através do programa bolsas-escola, voltado para as famílias com renda per capita inferior a R\$50,00).

Outras iniciativas encontram-se em desenvolvimento como o Projeto TV-escola que adota avanço tecnológicos como mais um recurso didático ou sejam a adoção da televisão, vídeo, fitas e a introdução da informática.

O acompanhamento dos cursos é efetuado pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico para verificar o aproveitamento dos alunos dos primeiro e segundo graus e pelo Sistema Nacional de Avaliação de Cursos, para os do terceiro grau.

Uma segunda lei de Diretrizes e Bases foi projetada, em 1988, e aprovada em 1997.

O analfabetismo, centro de preocupações constantes, vem apresentando quedas constantes: 20,1% em 1991 para 14,5%, entre a população com 15 anos ou mais. No entanto entre a população rural esse índice continua alto: 31,2%.

Mais sobre o Ato Adicional de 1834, lei promulgada em 6 de agosto de 1834 que reformou a Constituição do império, descentralizando o poder e garantindo uma relativa autonomia às províncias. Com o Ato, passaram a ter seu próprio legislativo, mantendo-se, contudo, submetidas à Carta Constitucional de 1824. O Ato também extinguiu o Conselho de Estado, criou o Município Neutro, onde estava instalado o governo central, e instituiu a Regência Una. Além disso, introduziu a divisão dos poderes tributários, que permitiu às províncias arrecadarem os seus próprios recursos.

Foi uma época de instabilidade política, com diversas revoluções provinciais, como a Farroupilha (Rio Grande do Sul), a Balaiada (Maranhão), a Cabanagem (Pará) e a Sabinada (Bahia), nas quais um dos motivos preponderantes era o desejo de maior autonomia provincial que, foi concedida pelo Ato Adicional (1834), que criou os legislativos provinciais, fazendo outras concessões federalistas.

As agitações políticas das regências ameaçaram seriamente a integridade do país e levaram a uma reação conservadora no final da década de 1830. Em 1840 foi antecipada a maioridade do imperador, no chamado "Golpe da Maioridade", numa tentativa de pacificar o país. Muito eficaz para controlar a situação política foi a lei de Interpretação (1840) do Ato Adicional, que novamente reforçou a centralização, eliminando algumas concessões federalistas.

ENERGIA

ENERGIAS RENOVÁVEIS E NÃO-RENOVÁVEIS

Chegou o Momento de Conter o Consumo de Energia?

Para melhorar as condições de vida, o homem foi consumindo quantidades crescentes

de energia. Todos os dias ascendemos a luz, ligamos a televisão, guardamos os alimentos na geladeira, mantemos as casas aquecidas no inverno ou frescas no verão, usamos um carro, etc. No entanto, não nos perguntamos de onde sai a energia que consumimos. As fontes que tradicionalmente nos fornecem energia não são inesgotáveis. Chegou o momento de conter seu consumo, recorrendo ao melhor aproveitamento e desenvolvimento das energias disponíveis, melhorando o rendimento das máquinas e dos processos industriais ou pensando em novas **Fontes Alternativas**. Não podemos esquecer que o consumo excessivo de energia leva a um aumento da contaminação, ao surgimento da chuva ácida, ao problema dos resíduos radioativos. Não devemos nos colocar apenas a questão da economia de energia, mas é preciso cuidar também do meio ambiente.

1 - FONTES DE ENERGIA

A energia se apresenta sob diferentes formas: mecânica, calorífica, elétrica, luminosa, química, nuclear, etc. Todas as formas de energia podem se transformar em outras, e o homem aproveita essa propriedade. São fontes de energia todos aqueles componentes da natureza dos quais se pode extrair energia utilizável pelo homem. Dessas fontes de energia pode-se fazer a seguinte classificação:

Fontes de energia renováveis e fontes de energia não-renováveis.

1□ . As Fontes de Energia Renováveis

São aquelas cuja quantidade é quase inesgotável, como a energia solar, a energia eólica, a energia hidráulica, as marés e a biomassa. A energia solar é a que chega à Terra na forma de **radiação**, procedente do Sol, onde é gerada por um processo de fusão nuclear. É utilizada diretamente ou por conversão, nos chamados coletores solares, em energia calorífica ou elétrica. A energia eólica é a contida no vento como consequência de sua velocidade, utilizada desde a Antiguidade, como nos moinhos, e atualmente para produzir eletricidade.

A energia hidráulica utiliza a água representada a uma determinada altura para transformá-la, por meio de sua queda, em energia elétrica. O mar também pode proporcionar energia aproveitando-se a diferença de altura da água produzida nas marés. Chama-se biomassa o conjunto de vegetais utilizados na produção de energia, seja através da **combustão** (energia calorífica), seja por meio da obtenção de metano e álcool metílico.

1b. Fontes de Energia Não-Renováveis

Há quantidades limitadas. Portanto esgotam-se progressivamente ao serem consumidas. As fontes não-renováveis conhecidas atualmente são: o carvão mineral, o petróleo, o gás natural, a energia nuclear de fissão (urânio), a energia nuclear de fusão (deutério) e a energia geotérmica. Os recursos não-renováveis provêm, em parte, da energia solar acumulada por meio de processos que envolvem decomposição e fossilização de matéria orgânica (carvão, petróleo).

O carvão mineral é uma fonte não-renovável formada ao longo de milhões de anos a partir de florestas sepultadas debaixo da terra. Para se formar carvão naturalmente a partir das florestas atuais, serão precisos outros milhões de anos.

Outros recursos não-renováveis são as energias contidas em minerais que podem ser utilizados na obtenção de combustíveis nucleares. Quanto ao seu uso, uma fonte de energia pode ser eventualmente substituída por outra: é possível produzir energia elétrica utilizando carvão ou energia nuclear. A energia nuclear de fusão está em fase experimental e ainda não é empregada em explorações comerciais. Já a energia geotérmica, está contida no interior da Terra. A técnica para obtê-la consiste em injetar um líquido, geralmente água, que extraia calor do centro do planeta. Transformando-se em vapor, essa água pode mover um **gerador** de corrente elétrica.

FONTES TRADICIONAIS DE ENERGIA

CARVÃO MINERAL

Popularizado à partir da Revolução Industrial, o carvão mineral é responsável por 40% da

produção total de energia no mundo. No atual ritmo de consumo, as reservas conhecidas são suficientes para mais dois séculos.

PRÓ: é abundante, encontrado com facilidade na maioria dos países.

CONTRA: o carvão mineral é o mais poluidor entre os combustíveis fósseis.

PETRÓLEO

Responde por 40% de toda a energia produzida no planeta. Ainda não se encontrou substituto mais eficiente e barato para a gasolina usada nos automóveis.

PRÓ: funciona bem na maioria dos motores, apesar das oscilações de preço, mantém boa relação custo-benefício.

CONTRA: as reservas concentram-se em poucos países, que podem manipular o preço. É um dos maiores poluidores do ar.

GÁS NATURAL

Ao contrário de que se pensava há duas décadas, as reservas de combustível fóssil são abundantes, a produção deve dobrar até 2010. É cada vez mais usado para gerar a eletricidade.

PRÓ: é versátil, de alta eficiência na produção de eletricidade e não vai faltar. Polui menos que o carvão e o petróleo.

CONTRA: os preços instáveis em algumas regiões; exige grandes investimentos em infraestrutura de transporte(gasodutos ou terminais marítimos).

HIDRELÉTRICAS

As usinas respondem por 18% da energia elétrica global. São responsáveis pelo fornecimento de 50% da eletricidade em 63 países e por 90% em outras 23, entre eles o Brasil.

PRÓ: são uma fonte de energia renovável, que produz eletricidade de forma limpa, não poluente e barata.

CONTRA: exigem grande investimento inicial na construção de barragens. Podem ter a operação prejudicadas pela falta de chuvas.

ENERGIA NUCLEAR

Apesar da chiadeira dos ambientalistas, é a 3ª maior fonte de geração de eletricidade. Há 438 usinas nucleares em operação, 6 delas recém-inauguradas(uma na República Checa, uma no Brasil, 3 na Índia e uma no Paquistão).

PRÓ: as reservas de combustível nuclear são abundantes, não emite poluentes, o avanço tecnológico tornou as usinas mais seguras.

CONTRA: a usina exige grande investimento, demora para entrar em operação e produz lixo radioativo.

FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVAS:

EÓLICA

É a fonte e energia alternativa com maior taxa de crescimento. Ainda assim, só entra com 0,1% da produção total de eletricidade.

É a favorita dos ambientalistas.

PRÓ: poluição zero. Pode ser complementar às redes tradicionais.

CONTRA: instável, está sujeito a variações do tempo e a calmaria. Os equipamentos são caros e barulhentos.

GEOTÉRMICA

Aproveita o calor do subsolo da Terra, que aumenta a proporção de 3 graus a cada 100 metros de profundidade. Representa apenas 0,3% da eletricidade produzida no planeta.

PRÓ: custos mais estáveis que os de outras fontes alternativas. É explorada nos E.U.A.

, Filipinas, México e Itália

CONTRA: só é viável em algumas regiões, que não incluem o Brasil. É mais usada como auxiliar nos sistemas de calefação.

SOLAR

Ainda não se mostrou capaz de produzir eletricidade em grande escala. A tecnologia deixa a desejar e o custo da instalação é alta. Para produzir a mesma energia elétrica de uma hidrelétrica, os painéis solares custariam dez vezes mais.

PRÓ: útil como fonte complementar em residências e áreas rurais distantes da rede elétrica central. Índice zero de poluição.

CONTRA: o preço proibitivo da produção em média em larga escala. Só funciona bem em áreas muito ensolaradas.

BIOMASSA

Agrupar várias opções como queima de madeira, carvão vegetal e processamento industrial de celulose e bagaço da cana de açúcar. Inclui o uso de álcool como combustível. Responde 1% da energia elétrica mundial.

PRÓ: aproveita restos, reduzindo o desperdício. O álcool tem eficiência equivalente ao da gasolina. Como combustível para automóveis.

CONTRA: o uso em larga escala na geração de energia esbarra nos limites da sazonalidade. A produção de energia cai no período da entressafra. Dependendo de que como se queima, pode ser muito poluente.

COMBUSTÍVEIS

1) Definição de combustíveis

De modo geral denomina-se combustível qualquer corpo cuja combinação química com outro seja exotérmica. Entretanto, as condições de baixo preço, a existência na natureza ou o processo de fabricação em grande quantidade limitam o número de combustíveis usados.

Tendo por base o seu estado físico, eles podem classificar-se em sólidos, líquidos e gasosos.

2) Classificação

2.1) Sólidos

São formados de C, H₂, O₂, S, H₂O e cinzas, sendo combustíveis somente o C, O₂, H₂ e o S. Entre os combustíveis sólidos, temos os minerais como lenha, serragem, bagaço de cana, etc.

Os combustíveis sólidos para serem usados devem estar sob forma de pó muito fino, ele é pulverizado com o ar durante a alimentação do cilindro. O grande problema que apresentam os combustíveis sólidos, é a inaceitável erosão provocada nos pistões, válvulas, cilindros, etc. Isto acontece porque os produtos da combustão contêm partes muito duras, que ao depositarem nestes órgãos, causam estes inconvenientes.

2.3) Líquido

Também podem ser minerais ou não minerais. Os minerais são obtidos pela refinação do petróleo, destilação do xisto betuminoso ou hidrogenação do carvão. Os mais usados são a gasolina, o óleo diesel e o óleo combustível. Estes combustíveis são formados de hidrocarbonetos, sendo o óleo diesel C₈H₁₇ e a gasolina C₈H₁₈. Os combustíveis líquidos não minerais são os álcoois e os óleos vegetais. Entre os álcoois, temos o álcool metílico e o etílico, enquanto que os óleos vegetais são formados de C, H₂, O₂ e N₂.

2.3) Gasoso

Além de terem um baixo custo, porque geralmente são gases obtidos como subprodutos, são combustíveis que formam com o ar uma mistura mais homogênea.

Esta característica, contribui para uma melhor distribuição nos cilindros, aumentando o rendimento do motor. Aumenta também a facilidade da partida a frio do motor.

Os combustíveis gasosos, segundo o seu processo de fabricação podem ser:

- Gás natural - é encontrado em locais arenosos que contêm petróleo em várias profundidades do subsolo.

Os principais gases naturais são:

- Metano CH_4
- Etano C_2H_6
- Dióxido de carbono CO_2
- Nitrogênio N_2

Os gases naturais obtidos através da refinaria de petróleo são:

- Propano
- Butano
- Gás do gasogênio - estes gases são obtidos através da combustão do carbono.

O emprego dos gases do gasogênio na automobilística, foi muito usado no tempo da guerra, devido a inexistência de outros combustíveis. Hoje em dia não é muito utilizado, por apresentarem os seguintes inconvenientes:

- Alta percentagem de poluição
- Baixo poder calorífico
- Para serem produzidos, são necessários equipamentos de grande porte.
- Gás do subproduto - pode ser obtido pelos seguintes processos:
 - Processo destinado a produzir coque. A parte volátil do carbono é liberada com o aquecimento dos hidrocarbonetos mais pesados, obtendo assim um gás em H_2 e CH_4
 - Processo de produção de aço, onde se tem a formação essencialmente do CO e N_2 .

3) Combustível Líquido

Os combustíveis líquidos empregados nos motores são constituídos de:

- hidrocarboneto,
- benzol ou
- álcoois

Hidrocarbonetos

São agrupados em quatro classes:

- parafinas
- olefinas
- aromáticos
- naftenos

- Família Parafínica

A série parafínica dos hidrocarbonetos começa com o CH_4 (metano) e os termos sucessivos têm um átomo a mais de carbono ligados a dois átomos de hidrogênio e recebem os seguintes nomes de acordo com o número de carbono:

- | | |
|------------|-----------|
| 1 carbono | - METANO |
| 2 carbonos | - ETANO |
| 3 carbonos | - PROPANO |
| 4 carbonos | - BUTANO |
| 5 carbonos | - PENTANO |
| 6 carbonos | - HEXANO |

- 7 carbonos - HEPTANO
- 8 carbonos - OCTANO
- 9 carbonos - NONANO
- 10 carbonos - DECANO

- Família das Olefinas

A série das olefinas tem a cadeia aberta como a série parafínica, mas têm uma dupla ligação entre os átomos de carbono. Esta família é caracterizada pela terminação "ENO" e tem a fórmula geral C_nH_{2n} . As olefinas podem unir-se com facilidade com o hidrogênio, formando a parafina, ou também pode se unir com o oxigênio, que neste caso formará resíduos indesejáveis comumente chamados de borras.

- Família dos Aromáticos

Possuem a fórmula geral C_nH_{2n-6} para a série benzênica e $C_{10}H_{8}$ para a série dos naftalênicos.

- Família dos Naftenos

A fórmula geral é, evidentemente, C_nH_{2n} . É uma família de compostos saturados com estruturas sólidas.

Cada átomo de carbono é ligado a outros dois átomos de carbono, formando assim uma estrutura em anel. Cada carbono tem dois outros elementos ligados a este, que podem ser o hidrogênio, outro carbono ou ambos. Os compostos são denominados, adicionando o prefixo "CICLO" ao nome da parafina correspondente.

Benzol

O benzol é obtido da destilação dos catrões de carbono.

Devido a sua alta octonagem (NO = 120) e alto poder calorífico (10000 kcal/kg), é muito indicado para ser usado nos motores à combustão interna.

A sua principal desvantagem é o alto ponto de solidificação (5°C), que limita o seu emprego, principalmente em países frios.

Este inconveniente pode ser minimizado adicionando ao benzol alguns produtos químicos, como por exemplo, a gasolina.

Outro inconveniente é a dificuldade de se evaporar, portanto para que haja uma formação homogênea da mistura ar mais combustível, é necessário que esta sofra um preaquecimento.

Divisão dos combustíveis líquidos segundo a sua volatilidade

Os combustíveis se dividem em:

- carburantes,
- óleo combustíveis

- Carburantes

Possuem elevada volatilidade e são usados nos motores à ignição por centelha.

Os principais combustíveis que pertencem à classe dos carburantes são:

- gasolina
- benzol
- álcool

- Óleos combustíveis

Se dividem em:

- óleos combustíveis leves
- óleos combustíveis pesados

Os primeiros chamam-se óleo diesel e são empregados em motores de combustão por compressão de médias e altas rotações, enquanto que os segundos são os óleos APF (alto ponto de fluidez) e BPF (baixo ponto de fluidez), utilizados em motores de

grande porte e de baixa rotação.

A diferença que existe entre os óleos combustíveis pesados e leves é sobretudo sua viscosidade, sendo a do óleo menor do que a do pesado.

Em linhas gerais, a característica principal de um óleo combustível é o "retardo de ignição", e, quando menor for, melhor será o óleo combustível.

Retardo de ignição é o tempo decorrido entre o início do combustível na câmara de combustão e o início da ignição do óleo de combustível.

Álcool

Podem ser obtidos de produtos agrícolas ou da oxidação parcial do petróleo.

Eles são compostos orgânicos que podem considerar-se divididos de um hidrocarboneto, saturado ou insaturado, mediante substituição de um ou mais átomos de hidrogênio com uma mais oxidrila OH, quando os álcoois contêm um ou mais oxidrila, distinguem-se em monovalentes, bivalentes, etc.

4) Propriedade dos combustíveis

- Volatilidade

Pode ser definida como a porcentagem de um combustível a uma dada temperatura, quando a pressão atuante for de uma atmosfera.

Um combustível é tanto mais volátil quanto:

- menor for a pressão interna
- maior for a temperatura externa
- Para um bom funcionamento de um motor, a volatilidade de um combustível

não deve ser nem muito elevada e nem muito baixa.

- Se for muito elevada:

1. haverá perdas no reservatório do carburador pelo tubo de equilíbrio
2. formação bolhas de vapor no circuito de alimentação, principalmente durante o verão
3. formação gelo no carburador durante o inverno, impedindo o funcionamento do motor

- Se for muito baixa teremos:

1. dificuldade na partida do motor
2. alimentação não uniforme nos cilindros
3. diminuição da aceleração
4. maior tempo para que o motor atinja a temperatura ideal de funcionamento
5. diluição do óleo lubrificante, porque os combustíveis menos voláteis não são capazes de serem queimados na combustão
6. maior formação de carvão nas câmaras de combustão e no céu do pistão

- Poder Calorífico

Define-se como a quantidade de energia interna contida no combustível, sendo que quanto mais alto for o poder calorífico, maior será energia contida.

Um combustível é constituído sobretudo de hidrogênio e carbono, tendo o hidrogênio o poder calorífico de 28700Kcal/kg enquanto que o carbono é de 8140Kcal/kg, por isso, quanto mais rico em hidrogênio for o combustível maior será o seu poder calorífico.

Há dois tipos de poder calorífico:

- poder calorífico superior
- poder calorífico inferior

Poder Calorífico Superior

É a quantidade de calor produzido por 1kg de combustível, quando este entra em combustão, em excesso de ar, e os gases da descarga são resfriados de modo que o vapor de água neles seja condensado.

Poder Calorífico Inferior

É a quantidade de calor que pode produzir 1kg de combustível, quando este entra em combustão com excesso de ar e gases de descarga são resfriados até o ponto de ebulição da água, evitando assim que a água contida na combustão seja condensada.

Como a temperatura dos gases de combustão é muito elevada nos motores endotérmicos, a água contida neles se encontra sempre no estado de vapor, portanto, o que deve ser considerado é o poder calorífico inferior e não o superior.

Fórmulas para determinar o poder calorífico inferior.

Para a gasolina:

$$PCI = PCS - 780 \text{ Kcal/Kg}$$

Para álcool etílico:

$$PCI = PCS - 700$$

Para álcool metílico:

$$PCI = PCS - 675$$

Para o benzol:

$$PCI = PCS - 415$$

Para o óleo diesel:

$$PCI = PCS - 730$$

PCI = PODER CALORIFICO INFERIOR

PCS = PODER CALORIFICO SUPERIOR

- Calor Latente:

A demora ou rapidez com o qual os corpos se fundem ou liquefazem, tem sua explicação no calor latente, que é a quantidade de calor absorvido pelos corpos na sua mudança de estado, sem que haja aumento aparentemente de temperatura.

O calor latente necessário à fusão ou liquefação varia com sua natureza. Na passagem do estado líquido ao gasoso, o líquido não muda de temperatura enquanto dura sua transformação, e todo calor empregado é absorvido para produzir mudança de estado.

- Peso Específico

É a relação entre o peso de uma substância e o de um volume igual de água destilada, a uma temperatura de 4°C. É o peso de uma substância por unidade de volume, densidade.

Comercialmente, é usado para diferenciar os diversos tipos de combustíveis e permite calcular ainda o volume, peso e consequentemente, a tonalidade térmica que é expressa em kilocalorias por litro de mistura (cal/L).

Para o peso específico dos carburantes, os limites máximos geralmente admitidos são 0,705 a 0,770kg/dm³. O peso específico da gasolina oscila entre 0,840 e 0,890kg/dm³.

- Viscosidade

A viscosidade se explica pela força de coesão das moléculas do fluido. Ao se tentar deslocar uma camada de água sobre outra, por exemplo, é necessário vencer a força de resistência provocada pela atração entre as moléculas das duas camadas. Para os óleos lubrificantes há uma escala arbitrária estabelecida pela Society of Automotive Engineers, os graus SAE, que são expressos por dezenas inteiras, sendo o óleo mais fino ou menos viscoso de grau igual a 10.

5) Gasolina

É o carburante mais utilizado atualmente nos motores endotérmicos, sendo uma mistura de hidrocarbonetos obtidos do petróleo bruto, por intermédio de vários processos como o "cracking", destilação e outros. É um líquido volátil e inflamável.

No Brasil, atualmente encontram-se no comércio vários tipos de gasolina que são:

gasolina do tipo A (73 octanas - gasolina amarela)

gasolina do tipo B (82 octanas - gasolina azul)

gasolina do tipo C (76 octanas - gasolina + álcool)

gasolina verde - cujo NO = 110 - 130

esta última é somente utilizada na aeronáutica. A gasolina empregada nos motores endotérmicos, deve possuir os seguintes requisitos:

volatilidade média

ausência de impurezas

alto poder calorífico

alta resistência à detonação

Índice de Octano (autodetonância)

O combustível é classificado segundo seu poder antidetonante, em número de octanagem (NO). Quanto maior for o "NO", mais antidetonante será o combustível e, por conseguinte maior será a sua capacidade de suporte as altas compressões sem sofrer a detonação.

O número de octano de um combustível represente o percentual de isoctano (C_8H_{18}) e de heptano (C_7H_{16}) contidos nele.

Aditivos Utilizados

Em alguns casos, o NO de um combustível pode ser aumentado, adicionando-se uma pequena quantidade de aditivos de grande poder antidetonante.

Os aditivos geralmente são:

- chumbo tetrametila Pb (C_2H_5) e
- chumbo tetratila Pb (CH_3)₄

Entre os dois aditivos, o mais eficaz é o chumbo tetratila.

A adição destes aditivos ao combustível causa os seguintes inconvenientes:

• Produz formação de depósitos de óxido de chumbo, ocasionando corrosão nas paredes dos cilindros

- São tóxicos
- Não podem ser utilizados nos combustíveis empregados para alimentar motores com catalisadores no tubo de descarga.

A percentagem adicionada destes aditivos no combustível, com a finalidade de aumentar o número de octanas, varia na ordem de 0,08 cm³/litro a 0,9 cm³/litro.

6) Óleo Diesel

Índice de Cetano

O número de cetano de um óleo combustível corresponde ao percentual volumétrico de cetano e alfa metilnaftaleno contido neste óleo.

Quando maior for o número de cetano, menor será o retardo de ignição e por conseguinte melhor será sua capacidade de incendiar-se.

Um óleo diesel comumente empregado em motores térmicos tem o número de cetano compreendido entre 40 e 60.

Os melhores óleos diesel são encontrados nas frações perto do querosene.

Aditivos usados para melhorar o "NC"

Os aditivos mais usados para melhorar o NC de um combustível são:

- tionitrito de amila
- tionitrito de butila
- tionitrito de etila
- nitrito de amila
- peróxido de acetila
- nitrato de amila
- nitrato de etila

Dependendo da constituição do óleo combustível, pode-se elevar até 13 pontos o "NC".

- **Bibliografia:**

- **FILHO**, Paulo Penido - O álcool combustível, Obtenção e aplicação nos motores
 - **TAYLOR**, Charles S. - Análise dos motores de combustão interna Vol. II
 - Enciclopédia Britânica do Brasil - vol. V, VIII, XV
 -
-

ENERGIA ELÉTRICA

A eletricidade, além de produzir a luz, produz outros fenômenos como o calor, o movimento, o choque, etc. Ela faz com que certos corpos como o vidro, a resina, depois de atritados posam atrair corpos leves, como aparas de madeira, pedacinhos de papel de papel, etc. A eletricidade pode ser obtida por atrito, por contato e por influência ou indução.

Atrito: todos os corpos podem ser eletrizados por atrito. Esfregando-se com um pano de lã, um bastão de resina, verifica-se que eles adquirem a propriedade de atrair corpos leves, como pequenos pedaços de papel, repetindo-se a mesma experiência com um bastão metálico (de cobre, de ferro, de zinco, etc.), verifica-se que eles não ficam eletrizados, pois, não atraem corpos leves. Isto se deu porque o metal recebe a eletricidade e já transmite para as mãos do experimentador e vai passando para o solo. Com isto se explica que existem corpos bons e maus condutores são chamados isoladores ou isolantes. Os fios elétricos são feitos geralmente de cobre com uma capa plástica. O cobre conduz muito bem a eletricidade e a capa plástica, não permite que ela passe para outras coisas.

Os corpos podem eletrizar-se por contato. Um corpo não eletrizado, se eletriza, roubando uma parte da carga do outro.

Indução: os corpos, também, se eletrizam por indução, bastando colocar um corpo eletrizado, isto provocará o aparecimento de cargas elétricas no corpo que estava no estado neutro.

Há duas espécies de eletricidade: positiva e negativa. Duas cargas elétrica positivas (ou negativas) repelem-se. Cargas elétricas diferentes (uma positiva outra negativa), atraem-se, produzindo a descarga. Podemos provar esse fato pelas seguintes experiências: aproximando-se de um pêndulo elétrico um bastão de vidro eletrizado pelo atrito com um pano de lã, observa-se uma atração seguida de uma repulsão, dizendo que a bolinha de sabugueiro ao entrar em contato com o bastão de vidro, recebe uma parte de sua carga elétrica, sendo repelida pelo mesmo, porque ficou também com eletricidade igual a sua. Isto também acontece com os raios, que são faíscas elétricas produzidas pela nuvem elétrica ou de uma nuvem eletrizada e o solo. Para que essas faíscas não atinjam os edifícios, existe o pára-raios, que foi inventado por Benjamin Franklin (1746). O pára-raios é feito de uma base metálica, com a ponta de platina, colocada em cima dos edifícios, comunica-se com o solo por meio de um fio de cobre.

ENERGIA SOLAR

Muito se tem falado da energia solar como fonte primária das mais promissora, sobretudo para os países tropicais e subtropicais, como é o caso do Brasil. Uma de suas apregoadas vantagens, é a de constituir insumo gratuito, disponível em quantidades sem limites.

Nos últimos tempos a energia solar é convocada por vezes como alternativa à qual dentro em breve se deverá recorrer no Brasil para suprir uma boa parcela da demanda da energia elétrica, logo que numa ou noutra de suas regiões, os potenciais hídricos venham a ser completamente aproveitados. O Sol nunca faltou. Desde o início da história do homem sobre a Terra, seus raios têm doado luz e calor, poder e energia.

Com o desenvolvimento da perícia e das capacidades humanas, foram explorados

fontes adicionais de energia natural. A água, carvão, petróleo e urânio são hoje em dia, termos comuns quando se fala em energia. Mas, é com tristeza que constatamos tais fontes não são inexauríveis. Por este motivo, é confortador saber que o Sol libera mais energia elétrica diária sobre a Terra do que a humanidade usa em um ano. E esta energia é livre e não polui.

Já são múltiplas as utilizações de energia solar: secagem de grãos, máquina a ar quente, aquecimento central, aparelhos de ar condicionado e pilhas solares. De fato, as radiações que nos vêm do Sol possuem ótimas qualidades. A energia que elas transportam não custa nada, renova-se todos os dias, não é poluidora, pode ser livremente captada por toda parte e até mesmo apresenta-se com fartura nos países das zonas tórridas e tropicais.

Em compensação, todavia, seu aproveitamento envolve dificuldades tecnológicas, apreciáveis em grande número de casos, sobretudo na geração de eletricidade.

A produção da eletricidade a partir do raios solares pode fazer-se por dois processos principais: um deles utiliza máquinas térmicas e requer equipamentos complexos que, no estágio atual de seu desenvolvimento, o alto custo encarece demais o produto final, a eletricidade.

Outro processo, o fotovoltaico, teoricamente mais simples, emprega peças muito sofisticadas que por ora, também representam grande despesa. Assim, a energia elétrica de origem solar só convém para casos especiais, em que o alto custo é compensado por determinadas vantagens. Em suma, o aproveitamento da energia, encontra-se em plena tecnologia. É um potencial do mais alto interesse, porém, não apresenta viabilidade plena e satisfatória em todos os seus usos possíveis.

ENERGIA MAGNÉTICA

Magnetismo é o fenômeno pelo qual, certas substâncias têm a propriedade de atrair o ferro e outros metais. Os corpos que possuem essa propriedade chamam-se ímãs. As substâncias que são atraídas pelos ímãs, chamam-se substâncias magnéticas.

Os ímãs dividem-se em dois grupos: ímãs naturais e ímãs artificiais. Ímãs naturais são corpos encontrados na natureza possuindo propriedades magnéticas. São constituídos por um minério de ferro, que se encontra em grande porção na Suíça e Noruega. São formados pelo óxido salino de ferro, que por isso recebe o nome de ferro magnético ou magnetita.

Ímãs artificiais: outros corpos, como o ferro ou o aço não possuem naturalmente a propriedade de atração, mas se forem atritados com um ímã natural, podem adquirir suas propriedades, tornando-se ímãs artificiais. Os ímãs artificiais possuem maior poder de atração que os ímãs naturais.

Os ímãs perdem seu poder de atrativo, quando aquecidos. O poder de atração do ímã não é igual na suas diversas partes; a maior força encontra-se nas extremidades. Esses pontos onde a atração é máxima, recebem o nome de pólos. Essa propriedade dos ímãs é aproveitada na construção de agulhas magnéticas, que são ímãs artificiais, formados por uma lâmina de aço em forma de losango alongado. Essa agulha pode girar livremente em torno de eixo vertical e serve para indicar o Norte, orientando o observador.

A Terra exerce sobre uma agulha magnética a mesma ação que um poderoso ímã. A Terra pode ser, então, considerada como um grande ímã, cujo pólos magnéticos estão próximos dos pólos geográficos. Chama-se pólo Norte de uma agulha magnética a extremidade que sempre está voltada para o Pólo Norte da Terra e, pólo Sul a extremidade que se dirige para o Pólo Sul da Terra.

Para a aplicação da agulha magnética foi construída a bússola. Bússolas são aparelhos que servem para a orientação dos viajantes. Baseiam-se na direção que toma uma agulha magnética, sob a influência do magnetismo terrestre. A bússola é uma agulha magnética móvel em trono de um eixo, sobre um disco dividido em graus e onde estão marcados os pontos cardiais e colaterais. Essa agulha indica sempre a direção Norte - Sul, devido à ação magnética da Terra.

A bússola era desconhecida dos antigos povos, embora pareça que os chineses tenham

usado há mais de mil anos antes de Cristo.

PETRÓLEO

O petróleo era conhecido na antigüidade e dele encontramos referências até nas escrituras sagradas. Conta-se que Deus mandou Noé caftar a Arca com betume para impermeabilizá-la da água. O betume é o petróleo bruto de hoje.

Naquela época, o betume conhecido era apenas o que surgia nas proximidades das lagoas ou em regiões desérticas, aflorando à superfície da terra, às vezes com um certo brilho. Os chineses chamavam "fogo da terra" ao petróleo.

Outros povos empregavam-no para fins diversos. Em Roma, servia para embelezar os cílios das mulheres.

Entretanto, o petróleo só assumiu importância nos tempos modernos, quando começou a sua exploração formal. Eduardo Drake, um militar pesquisador de ouro, resolveu fazer um furo no solo e procurar o líquido escuro e viscoso de que tanto se falava. Teve sorte, pois estava no lugar certo. Isto ocorreu na Pensilvânia, América do Norte. Daí partiu-se para a extração do petróleo de camadas mais profundas e começaram-se as pesquisas e a industrialização do "óleo da terra".

Noções Gerais

O petróleo nada mais é do que mistura de hidrocarbonetos e este resulta da combinação de carbono com oxigênio. Forma-se pela decomposição de matéria orgânica, vegetal e animal, acumulada durante milhares de anos no subsolo. É um líquido escuro, viscoso e oleoso, altamente combustível. Indispensável à vida moderna, por sua larga utilização, o petróleo tem atualmente suas maiores fontes de produção no Oriente, principalmente na Arábia Saudita, Cuvait, Iraque, etc.

As pesquisas e sondagens utilizam torres de perfuração, nas plataformas marinhas e na terra firme.

Cada país deseja ter sua reserva tanto para utilização do combustível como de aproveitamento da matéria - prima para a indústria.

Petróleo no Brasil

O Brasil já possui alguns poços e refinaria de petróleo, cuja produção, apesar de não ser suficiente para o consumo interno, já representa uma riqueza a mais que começa a ser explorada.

Em 1953, foi criada a Petrobrás que é o órgão controlador do petróleo nacional.

Atualmente foi elaborado o contrato de risco, através do qual o Brasil concede permissão para a exploração do petróleo por empresa particulares, não se responsabilizando pelos gastos ou insucessos obtidos. A empresa arrisca por conta própria. Como o Petróleo no solo brasileiro começa a ser estudado e conhecido agora, as esperanças são animadoras.

A extração de petróleo do mar obedece ao mesmo princípio das perfurações terrestres, são construídas plataformas sobre as águas e delas partem as sondas, as máquinas perfuratrizes e todo o sistema utilizado em terra.

ENERGIA NUCLEAR

Obter energia térmica de uma coisa invisível, que das pessoas nascidas no século passado, poucas tinham conhecimento disso, e as pessoas que morreram antes de 1945, não chegaram a tomar conhecimento, do seu potencial e de seus riscos, é algo fantástico, mesmo atualmente.

Definição de Átomo

Ao usar a palavra átomo para definir as partículas fundamentais das quais o mundo é constituído, os gregos expressaram a sua crença de que estas partículas nunca poderiam ser fracionadas em partes ainda menores. Ouviram ou aprenderam de quem ?. A indivisibilidade

do átomo foi a pedra angular desde Dalton (1805) até o final do século XIX,(25). Átomo é pôr definição em grego, a menor porção da matéria, isto é, a menor unidade de um elemento químico dos conhecidos, na verdade estão catalogados 92, (atualmente mais de uma centena) na Tabela Periódica de Dimitri Mendeleev, de 1869.

O menor átomo (hidrogênio) tem no mínimo um próton no núcleo e um elétron na sua órbita. O peso atômico, depende praticamente do núcleo, que pode conter vários prótons e vários neutrons, uma vez que a massa dos elétrons, é insignificante, quando comparada com a massa dos núcleos:

Elétron ----- - 1 e0 : Massa = 0,00055 u.m.a

Carga ev = -1,602 x 10⁻¹⁹ coulomb

Neutron ----- 0 n1 : Massa = 1, 00898 u.m.a.

Carga ev = neutra

Próton ----- + 1 p1 : Massa = 1, 00759 u.m.a.

Carga ev = +1,602 x 10⁻¹⁹ coulomb

Diante do exposto, dá para entender o abalo provocado com a descoberta de que certos átomos podem ser desintegrados ou desintegram-se espontaneamente, o que deu margem à experiências que tornaram possível o aproveitamento da fabulosa quantidade de energia liberada pelo núcleo do átomo na reação de fissão, ou seja quebra do núcleo do átomo, quando provocada violentamente.

Reação de Fissão Nuclear

A primeira vez que o homem demonstrou a fissão nuclear na madrugada de 16 de julho de 1945, as 5h29m45s, em Alamogordo, Novo México - USA, foi numa experiência secreta para fins bélicos, embora o motivo do desenvolvimento de tão poderosa arma já tivesse sido dominado, a Alemanha de Hitler, ainda havia o Japão, dos kamikazes fanáticos, parecendo que para dominar o inimigo havia necessidade de um golpe muito pesado para mostrar o poderio dos americanos, e em parte para vingar Pearl Harbor, e a mocidade sacrificada na guerra do Pacífico. O resultado, foram Hiroshima e Nagasaki, totalmente arrasadas, e podia ter sido Kioto, a capital da cultura religiosa japonesa, conforme esteve programado, porém o Secretário da Defesa Henry Stimson, de última hora mudou de idéia.(26)

Mesmo durante a guerra, os cientistas começaram pensar em aproveitar a energia da fissão do átomo do urânio, para fins pacíficos, embora as primeiras usinas nucleares de pequeno porte, tenham sido destinadas aos submarinos nucleares, grandes esforços foram necessários posteriormente, para produzir grandes reatores nucleares, para usinas de geração de energia elétrica, hoje tão disseminadas. Em meados de 1991 estavam em operação 438 usinas em 26 países (27).

O funcionamento de um reator de fissão nuclear, pode ser comparado a exercício de tiro ao alvo, onde o projétil usado é uma partícula atômica chamada neutron, e o alvo é o núcleo do átomo de um elemento físsil, que já apresenta equilíbrio instável, desintegração expontânea (radioatividade), por isso é considerado físsil.

Classificação das Usinas Nucleares

As usinas nucleares são classificadas em função do fluido de resfriar o reator. Outra classificação separa os reatores em dois grupos. Os reatores de pesquisa e os reatores de potência. Os reatores de pesquisa são usados em Universidades e Institutos de Tecnologia, enquanto que os de potência geram energia elétrica, para uso geral.

Advanced Gas-cooled Reactor.....AGR
Boiling Water Reactor.....BWR
Light-water Grafited Moderator Reactor.....LGR
Gas Cooled Reactor.....GCR
Pressurized Water Reactor.....PWR
Pressurized Heavy Water Moderated Reactor...PHWR

Light Water Boiling Reactor.....LWBR
Liquid Metal-cooled Fast Breeder Reactor.....LMFBR
Gas Cooled Fast Breeder Reactor.....GCFBR
High Thorium Gas Reactor.....HTGR

Alem das usinas nucleares, espalhadas pelo mundo, em funcionamento, 72 estão em construção e 10 estão em projeto, para ajudar a resolver o problema do esgotamento das reservas de petróleo, pois foi a alternativa que realmente, teve força (graças ao potencial da fissão) para aliviar a necessidade sempre crescente de maior suprimento de energia elétrica.

Atualmente, urânio é o combustível das usinas nucleares, ele é encontrado na natureza, na forma de óxido de urânio. O urânio encontrado na natureza é na maior parte U 238, que contem 0,7 % de U 235, (isótopos) que é físsil liberando energia dentro de um reator. Potencialmente o tório também é matéria prima das usinas nucleares.

Os combustíveis de urânio usados nos reatores existentes, LWR liberam cerca de 20.000 vezes mais energia do que o peso equivalente de carvão, porem nos reatores regeneradores de última geração, LMFBR, a comparação chega 1,5 milhões de vezes mais energia do que o carvão, gerando energia elétrica mais barata, pois podem usar Th 233, Pu 239 e os resíduos dos reatores atuais, convenientemente reprocessados, pois esses reatores, produzem mais material fissionável do que consomem e podem teoricamente aproveitar até 80 % das reservas de urânio 238 e tório 232.(29)

Periodicamente as barras de combustível do reatores de fissão nuclear, devem ser retiradas, e enviadas a uma usina de reprocessamento, onde os produtos residuais da fissão são removidos, e o combustível não usado é refabricado e recolocado em novas barras, retornando a sua origem, sem problema, como provou o navio "Pacific Pintail" da British Nuclear Fuels, que saiu da França em 23 de fevereiro e chegou no porto japonês Mutsu Ogawara em 25 de abril de 1995, portanto 60 dias depois, pois fevereiro teve apenas 28 dias, apesar do barulho feito pelo pessoal do "Green Peace" a serviço e soldo das "seven sisters".

Na Rússia, Japão e Estados Unidos, está em desenvolvimento uma nova forma de gerar energia elétrica, trata-se do Gerador Magneto Hidrodinâmico (MHD). Os geradores magneto hidrodinâmicos, já construídos, são basicamente reatores de expansão dos gases de um combustível (carvão, gás natural, etc) queimado, numa câmara, parcialmente ionizados, quentes, que fluem por um conduto, forrado por eletrodos e envolto por bobinas de campo poderosas.

Quando o gás eletricamente condutor se desloca através do campo magnético, gera-se uma corrente contínua no gás, que é coletada pelos eletrodos, sendo que não tendo partes móveis, como as turbinas, podem suportar temperaturas elevadas (2.000oC) e gases corrosivos que destruiriam as turbinas convencionais, quando usando combustíveis abrasivos ou contendo enxofre, acrescido do fato de ainda ser aproveitado o calor dos gases a alta temperatura para gerar vapor superaquecido, para acionamento de turbinas e geradores de eletricidade convencionais, aumentando o aproveitamento da energia do combustível utilizado.

Dentre todas as formas alternativas de geração de energia elétrica, a fissão nuclear, foi a que mais apoio recebeu e que mais se desenvolveu, e conseqüente sua tecnologia avançou em todos os sentidos, nos 40 anos desde a primeira usina nuclear (1954) instalada pela Rússia.

O mundo sem petróleo, sem carvão, com as reservas hidrelétricas totalmente exploradas, tem na energia nuclear a única alternativa, capaz de produzir grandes blocos de energia elétrica, sendo que em artigo publicado na

Revista Time de 3 de junho de 1991, John Greenwald e Barbara Rudolph, divulgam dados do U.S. Council for Energy Atomics, onde aparece, quanto de energia elétrica já é gerada pôr usinas nucleares, em relação ao total consumido:

França.....	75 %
Bélgica.....	60 %
Bulgária.....	36 %
Alemanha.....	33 %
Japão.....	27 %
Estados Unidos.....	21 %
Inglaterra.....	20 %
Rússia.....	12 %

Segurança nas Usinas Nucleares

O resíduo radiativo, resultante da reação da fissão nuclear do U 235, é conhecido como o lixo atômico, que tanto preocupa a humanidade, pois além de possíveis acidentes, com as usinas propriamente ditas, existe a possibilidade dos resíduos, contaminarem as águas e solos depois de descartados, caso ocorra algum imprevisto, pois só saberão disso outras gerações, muitos séculos depois.

Furnas, que está construindo Angra 1 e Angra 2, distribuiu uma espécie de cartilha, que na parte de Resíduos, afirmava: Para evitar escapamento descontrolado de resíduos para o ambiente, foram projetadas e construídas uma série de barreiras de contenção da radiação, enumeradas a seguir:

1a Barreira - Ao queimar-se o combustível nuclear, os resíduos radioativos, ficam no interior do reator, agregados ao urânio.

2a Barreira - A pequena quantidade restante, que se desprende do combustível, fica confinada nos tubos que formam os recipientes do combustível.

3a Barreira - Se, apesar de tudo, escapar alguma partícula, ela passaria ao fluido refrigerante, em forma de gás ou sólido, ficando confinada no circuito fechado no qual circula o refrigerante.

4a Barreira - Existe mais uma, denominada envoltório de contenção do reator, que está projetada para garantir que resíduos não contaminem ambiente.

Afirmam ainda: "Existem também, substâncias radioativas no refrigerante do reator, como consequência do ataque (irradiação) por neutrons, dos diversos componentes e estruturas que se encontram no circuito do reator, tais como o aço do recipiente e tubos, o meio que serve de refrigerante e alguns materiais que, em forma de impureza, se encontram no circuito".

Além disso sempre se interpõe uma blindagem (água, concreto ou chumbo) ao redor do combustível, para absorver a radiação que este emite, de tal forma que o operador não sofra qualquer dano. Os elementos combustíveis gastos extraídos do reator, são introduzidos em piscinas de concreto revestidas de aço inox, cheias de água, com a finalidade de armazená-los durante certo período de tempo, para que (esfrie) sua radioatividade diminua.

Desde a descoberta da radioatividade no começo deste século, a proteção do homem tem sido a preocupação e meta perene no planejamento, operação e regulamentação das instalações radioativas. A preocupação universal sobre os efeitos radio-biológicos, em todos os setores da atividade nuclear, levou os países industrializados a conduzirem gigantescos programas voltados para a segurança do homem e proteção ecológica.

As usinas nucleares são consideradas pelos especialistas, como fontes de energia limpas, quando comparadas com as termelétricas, que liberam cinzas, ácidos, óxidos (CO₂, SO₂, NO₂) e partículas sólidas de combustíveis. É verdade

que nas usinas nucleares, qualquer escape contem (Ra 226) radioatividade, que no caso particular da Central Nuclear de Angra dos Reis, desde 1978, funciona em Mambucaba, a dez quilômetros de Angra, o Laboratório de Monitoração Ambiental, implantado e operado por Furnas Centrais Elétricas, protegendo uma população de 100 mil pessoas, gravitando entre Angra e Parati, mais o ar, a terra e a água que as mantêm vivas.

O trabalho de pesquisa na região começou em 1969, com coleta de amostras e dados, para comparação com outras colhidas, depois do início do funcionamento de Angra 1. O laboratório trabalha em parceria com CNEN, FEEMA e várias instituições de ensino superior (Universidade de Santa Ursula, Federais do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, Federal Rural de Pernambuco, Sociedade de Ensino Superior de Barra-Mansa e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como um centro irradiador de conhecimento científico ambiental de primeiro mundo.

Informações liberadas pelos cientistas da Comissão de Controle e Efeito, do Japão, encarregada de acompanhar os danos causados, com o lançamento das bombas atômicas em 6 e 9 de agosto de 1945, sobre Hiroshima e Nagasaki, dão conta, que até o final daquele ano, já haviam morrido 140.000 pessoas, e que até 1950 eram 200.000 mortos, além dos estragos causados, naquelas duas cidades.

Lá aconteceram os temidos 5 efeitos:

- 1 - Radiação nuclear inicial
- 2 - Pulso eletromagnético
- 3 - Pulso térmico
- 4 - Onda de choque
- 5 - Poeira radioativa

1 - Em um milionésimo de segundo, o gás da fissão, (ponto brilhante), a radiação mata a 15 km de distância do centro da explosão nuclear, quem foi contaminado.

2 - Em um milésimo de segundo, (bola de 150 metros de diâmetro), ocorre o pulso magnético, que pode provocar colapso energético num país inteiro, danificando até 200 km de altura.

3 - Em dois segundos, um Sol de 4,5 km de diâmetro, queima tudo num raio de 5 km, matando ou cegando quem não estiver protegido.

4 - Em cinco segundos, a onda de choque de uma bomba de um megaton destrói tudo num raio de 7 km.

5 - Cada bomba contamina 2.500 km² matando 50% da população.

Há ainda outros efeitos não mencionados acima, destruição da camada de ozônio da terra, alterando as condições atmosféricas, provocando efeito estufa, aumentando a radioatividade, a temperatura do globo, modificando climas e nível dos oceanos.

Ultimamente, depois de alguns acidentes com usinas nucleares, nos Estados Unidos e na Rússia, os cientistas, preocupam-se, se tiverem que inundar rapidamente um reator descontrolado, surgindo o choque térmico, provocando esforços no vaso de pressão, que não puderam ser simulados, por falta de dados confiáveis.

Outro grande problema começa quando os neutrons atingem as paredes do reator, deslocando átomos do aço, modificando a resistência da estrutura cristalina original, principalmente nas junções soldadas, podendo provocar fissuras depois de alguns anos de uso, não obstante a margem de segurança.

Usinas Nucleares do Mundo

Entre usinas em funcionamento, em construção e em projeto, somam-se

mais de quinhentas, havendo predominância das tipo LWR, BWR e PWR, todas consideradas obsoletas e antieconômicas, diante das potencialidades de aproveitamento de combustível nuclear, dos LMFBFR e GCFBR, reatores rápidos de regeneração, também conhecidos como "breeders", nos quais os cientistas, depositavam esperança de reduzir o lixo atômico, há várias décadas.

A energia liberada pelos reatores de regeneração, como dos outros reatores nucleares, vem da fissão de átomos de urânio ou plutônio. Em reatores de fissão antigos, mais de dois neutrons são necessários para manter a reação em cadeia, portanto nos reatores antigos, mesmo reaproveitando o plutônio, reciclando, aqueles reatores aproveitam apenas 2 % do urânio extraído.

Em contraste os reatores de regeneração, para converter isótopos férteis dos elementos pesados em novos suprimentos de combustível fissionável, devido a sua economia de neutrons, podem aproveitar 60 a 70 %, o que além de reduzir os resíduos, fazem as reservas de combustíveis nucleares terem maior durabilidade, sem se esgotarem.

Os reatores regeneradores "queimam" urânio ou plutônio, e ao mesmo tempo convertem o tório Th 232 e o U 238 em, respectivamente, U 233 e Pu 239, que são materiais fissionáveis. No processo de conversão, um Neutron é captado pelo núcleo de um átomo fértil e partículas beta (elétrons) são liberadas. O ciclo Th 232 em U 233, é viável também em um chamado reator térmico, em que os neutrons são retardados por colisões com um moderador (geralmente água ou grafita) a energias de cerca de 100 eletronsvolts. O ciclo U 238 em Pu 239, é mais eficiente e pode usar neutrons descontrolados com energia milhares de vezes mais altas, e os reatores baseados nesse conceito são conhecidos como reatores rápidos.

A ausência de um moderador em um reator rápido tem as vantagens, de que menos neutrons são absorvidos improdutivamente, de modo que mais combustível novo é criado a uma taxa maior, e o núcleo do reator poder ser consideravelmente menor. Em teoria, quanto mais eficiente o uso de neutrons num reator, mais baixo o custo da energia que ele produz.

Os reatores de Angra 1, 2 e 3 são do tipo PWR, tudo indicando que Angra 2 receberá seu primeiro abastecimento de combustível em 1998, para os testes finais, devendo entrar em operação normal em 1999, tendo sido gastos já 4,6 bilhões de dólares, faltando ainda investir 1,3 bilhões, sendo que Bancos Alemães garantem 40%, Furnas 32%, Eletrobrás 24% e BNDES 4%, já equacionados.

Reservas de Urânio

No Brasil, pesquisa-se urânio desde 1952, porém geólogos brasileiros só entraram em ação a partir de 1962, quando começou o convênio com a França, depois que os geólogos americanos, deixaram o país. Por volta de dezembro de 1981, as reservas conhecidas e pesquisadas, apontavam 266 mil toneladas métricas de U3 O8 conforme divulgado pela Nuclebrás.

Agora divulgação da Revista Brasil Nuclear - Set. 1994, da Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) publica um total de 301.490 toneladas métricas, onde apesar do aumento, nota-se ausência de alguma reservas.

Como não apareceram várias reservas, anteriormente citadas, porém aparece Mina do Cercado/MG com a expressiva cifra de 20 mil toneladas, acredita-se que seja uma jazida nova, uma vez que a extensão territorial do Brasil e sua geologia é favorável a existência do minério de urânio em outras áreas. Consta que a mina de Poços de Caldas já está esgotada. Será necessário um trabalho ordenado de pesquisa, para reavaliar, para poder divulgar o potencial uranífero brasileiro.

Enriquecimento de Urânio no Brasil

O minério de urânio encontrado na litosfera contém 0,07 % de U 235 e 99,93 % de U 238. U 235 já é físsil, isto é, quando concentrado necessita de menos energia para entrar em reação, enquanto que o U 238, que é fértil, necessita de enorme quantidade de energia, para enriquecer e reagir.

Para separar o U 235 do U 238, provoca-se uma reação entre o U 235 e o gás Flúor, dando U F₆, (hexa fluoreto de urânio) que depois é concentrado, dando o "yellow cake", que é enviado para a Inglaterra, para enriquecimento isotópico, aumentando a sua concentração para 3,4 % na Urenco, reconvertido em pó (U O₂) é reduzido a pequenas pastilhas de aparência metálica, que são montadas no Brasil na Fábrica de Elementos Combustíveis, das Industrias Nucleares Brasileiras, antiga Nuclebrás, em Resende no Rio de Janeiro, cujo objetivo é industrializar todo ciclo do urânio, no Brasil.

As marchas e contramarchas do Programa Nuclear Brasileiro, associado também à dificuldades de enriquecimento pelo processo "jet nozzle" cedido pela Alemanha, já superado pelas ultra-centrifugas da Urenco, fizeram com que o Brasil, adotasse o Programa Autônomo, conduzido pela Coordenação de Projetos Especiais da Marinha, nos laboratórios de Aramar em São Paulo, usando ultra-centrifugação, obtida da parceria com a Argentina.

Com a previsão do término e entrada em funcionamento da usina Angra 2, nasceu uma certa euforia no setor de energia nuclear brasileiro, para compensar o desmonte ocorrido em 1988, quando toda uma estrutura integrada e sistêmica, foi desfeita, passando a Nuclen (engenharia) para a Eletrobrás, a Nuclep (fábrica de equipamentos pesados de Itaguaí-RJ) para a CNEN e o restante da Nuclebrás, foi incorporado numa nova empresa de nome: Industrias Nucleares Brasileira, que assumiu o complexo de Resende, explora a mineração e fábrica de "yellow cake" em Poços de Caldas-MG e planeja assumir o controle da mineração de urânio em Lagoa Real-BA., para beneficiamento em Poços de Caldas-MG.

proveitamento da Energia Nuclear

A energia liberada pela fissão ou fusão nuclear é transferida para o fluido que refrigera o vaso de pressão, controlando o reator, ou para o plasma, no caso de fusão nuclear, sendo que depois, por meio de trocador de calor, gera-se o vapor que aciona as turbinas que movem os geradores de eletricidade, que é a função principal das Usinas Nucleares.

Com a fissão nuclear controlada no interior do reator, a água é aquecida a 315°C, sem transformar-se em vapor em virtude da pressão de 57 atmosferas. Essa água assim aquecida é bombeada através das tubulações, passando pelos geradores de vapor.

A água do circuito secundário, existente nos geradores de vapor, em contato com as tubulações contendo a água pressurizada do circuito primário, transforma-se em vapor que movimenta os turbo geradores de eletricidade. O vapor usado pelas turbinas é passado em condensadores, onde volta ao estado líquido, sendo outra vez bombeado para os geradores de vapor. A água usada na refrigeração dos condensadores, volta ao mar por uma tubulação de 1.000 metros, perdendo temperatura, até a descarga a 12°C, no oceano ou lago.

O Lixo Atômico

O lixo atômico, na forma sólida ou líquida, após passar um ano "esfriando" numa piscina, representa ainda um perigo latente, em virtude de haver pouco conhecimento do que poderá acontecer milhares de anos depois,

com outras gerações ou civilizações, mesmo acondicionado em recipientes de aço inox.

Reservas de Tório

O Bureau of Mines - USA, calcula as reservas mundiais de tório em 1.587 mil toneladas, de óxido de tório (ThO_2), material fértil, quando beneficiado, é comercializado sob a forma de concentrado de sais de tório:

Estados Unidos.....	540
Índia.....	500
Canadá.....	200
Rússia.....	180
África.....	90
Brasil.....	37
Malásia.....	18
Groenlândia.....	13
Austrália.....	9
Total.....	1.587

Com o desenvolvimento dos reatores HTGR, GCFR e LMFBR, (regeneradores) melhora nossa posição energética, pela existência de jazidas comprovadas de tório, encontradas na areia monazítica, desde a praia Itabapoana nos limites do Rio com Espírito Santo, até a praia de Joacena, na Bahia, com cerca de 700 km. As areias monazíticas, contêm 5 a 6 % de óxido de tório, cério, lantânio e pequena porcentagem de urânio, sendo nossas reservas avaliadas em 95,5 mil toneladas, porém medidas apenas 37 mil.

A parte mineral pesada da areia monazítica, ilmenita, maior parte, zirconita, pequena parte e até 10% de magnetita, rutilo e monazita, de onde se extrai o tório ThO_2 . (30)

Fontes: Enciclopédia Digital , Almanaque Abril, Enciclopédia da Ciência , Home Pages da Web .

A CRISE ENERGÉTICA

O Brasil está enfrentando uma crise de energia. Isso significa que não há energia elétrica suficiente e que toda energia disponível deve ser usada de maneira inteligente. Essa crise representa uma etapa difícil na história do País. Sem dúvida, ela exigirá de todos nós atitudes especiais e um esforço de adaptação a essa nova realidade. Trata-se de uma crise grave mas superável, se você, sua família e todos os brasileiros se tornarem parte da solução. Para entender as causas da crise energética, é preciso conhecer um pouco sobre como a energia é gerada.

Como a energia é gerada

Ao longo da História da Civilização, o homem sempre buscou formas de produzir e armazenar energia. Afinal, é graças a ela que é possível aquecer ambientes, cozinhar alimentos, fazer funcionar máquinas e criar mais conforto e até mais saúde. Na busca por melhores formas de energia, aprendemos a utilizar o fogo, o petróleo, a força das águas, o vento, o sol, gases especiais e até o átomo.

Podemos dizer que as principais fontes de energia naturais conhecidas são: solar, eólica, fóssil, nuclear e hidráulica. Cada uma dessas fontes apresenta vantagens e desvantagens. De um modo geral, uma fonte é considerada viável quando:

permite produzir energia na quantidade necessária para manter constância no abastecimento;

o seu custo de produção é compatível com os benefícios que proporciona;

os riscos para o meio ambiente são inexistentes ou pequenos, podendo ser controlados e monitorados.

Quando a fonte conjuga esses fatores, diz-se que é capaz de oferecer "energia firme".

Para entender a crise de energia, é importante que você conheça as fontes energéticas e as vantagens e desvantagens de cada uma em relação à produção de energia elétrica.

FONTES DE ENERGIA

Solar - A energia solar utiliza os raios do sol para a produção de energia elétrica. Embora seja útil e aplicável em diversas situações, a energia solar não é firme, pois não é possível prever com precisão se vai fazer sol ou chuva. Também não permite produzir em grande escala. Seu uso intensivo exigiria grandes extensões de terra para distribuição de painéis coletores, usados para captar os raios de sol e transformá-los em energia elétrica. As terras ocupadas por coletores não poderiam ser usadas para outros fins, como a agricultura. Ainda que a sua utilização em grande escala não seja possível, a energia solar é de fato uma alternativa energética. A Cemig está usando a energia solar para o atendimento à região rural, instalando sistemas em pequenas propriedades, escolas, centros comunitários e locais distantes da rede elétrica convencional. Em Minas Gerais, já existem mais de cinco mil propriedades contando com esse benefício.

Eólica - A energia elétrica eólica é obtida a partir de um sistema de hélices que aproveita a força dos ventos. Mesmo com toda a tecnologia atual, não é possível prever a ação dos ventos e isso pode provocar falhas no abastecimento. Isso faz com que a energia eólica não seja uma energia "firme", mas pode ser uma solução em condições geográficas especiais, em locais favorecidos pelos ventos, como o Nordeste do Brasil. A Cemig tem uma usina experimental em Gouveia, Minas Gerais, onde pesquisa essa fonte energética.

Fóssil - A energia elétrica de combustíveis de origem fóssil é obtida a partir da queima de materiais vegetais decompostos, como o carvão, o petróleo, o gás natural e o xisto betuminoso. No Brasil, existem várias usinas de geração a carvão mineral e óleo combustível. Para ampliar a capacidade de geração de energia do País, estão sendo projetadas várias usinas térmicas a gás, também em Minas Gerais. Em Juatuba, a Cemig possui a usina termelétrica de Igarapé, que será ampliada e convertida para operar com gás natural. A energia fóssil é considerada "firme", mas os recursos utilizados não são renováveis. Uma vez esgotados, não haverá mais possibilidade de utilização dessa fonte no planeta. Além disso, o impacto que provoca no meio ambiente para a sua extração deve ser cuidadosamente considerado.

Nuclear - A primeira experiência nuclear foi feita em 1942, nos Estados Unidos. O processo utilizado atualmente é o de fissão do átomo. A energia nuclear é uma energia "firme", mas sua implantação requer uma tecnologia sofisticada, exige grandes investimentos e envolve sempre grandes riscos para o meio ambiente.

Hidráulica - A energia hidrelétrica é obtida a partir do aproveitamento da força das águas. Para isso, é necessário construir uma barragem em um rio e acumular água em grande quantidade em um reservatório. A água é conduzida por um túnel e faz girar as turbinas, produzindo eletricidade. A partir daí, a eletricidade é transportada às subestações por meio de linhas de transmissão. Das subestações, a energia chega aos consumidores por meio de linhas de distribuição. De todas as fontes de energia, a hidrelétrica é a mais importante para o Brasil, onde quase 100% de toda a energia vem de usinas hidrelétricas. Infelizmente, aproximadamente 18% dessa produção acaba sendo desperdiçada por mau uso na cidade e no campo.

Esse desperdício torna ainda mais grave uma situação de crise energética, como esta que agora afeta o Brasil.

Agora que você conhece um pouco sobre as formas de produção, pode perceber que a energia do Brasil depende muito das usinas hidrelétricas. Essa dependência é uma das causas da crise, mas existem outros fatores que você precisa saber.

CAUSAS DA CRISE

A Crise de Energia tem quatro causas importantes:

Redução de investimentos - Nos últimos anos, os investimentos em geração no Brasil não acompanharam o crescimento da demanda. A Cemig, no entanto, preocupada com o abastecimento de seu mercado, deu prioridade para a ampliação de seu parque de geração. No momento, a Cemig é a única empresa a fazer grandes investimentos em geração. Cerca de 2,3 bilhões de reais estão sendo aplicados, em parceria com a iniciativa privada, na construção de 8 usinas hidrelétricas e 1 térmica. Também está trabalhando na ampliação e conversão da Usina Térmica de Igarapé, que deixa de operar com óleo para produzir energia a partir de gás natural.

Aumento da demanda - O Brasil é um país em desenvolvimento e no último ano registrou um crescimento de 4,5%. Mas o crescimento da capacidade de geração não foi proporcional. Isso significa que o Brasil precisa e gasta cada vez mais energia, mas a produção não cresce no mesmo ritmo, aumentando os riscos de faltar energia.

Dependência de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão - Como dito, a dependência do Brasil em relação às usinas hidrelétricas é um fator agravante da crise. Hoje, elas respondem por quase a totalidade da energia consumida no País.

É importante você saber que a energia produzida em um local pode ser transportada a outro local e isso é feito por meio de linhas de transmissão que funcionam como verdadeiras estradas para a eletricidade. No Brasil, nem todas as regiões estão interligadas, o que impossibilita um tráfego contínuo entre todas as regiões, como é o caso das regiões Norte e Nordeste, que não estão ligadas às demais. Em relação à Região Sul, o problema é outro. Embora esteja ligada ao Sudeste e ao Centro-Oeste, o sistema de transmissão limita o transporte da energia excedente gerada no Sul.

Clima - Para que seja possível gerar energia nas usinas hidrelétricas é preciso que os reservatórios tenham volume suficiente de água para acionar as turbinas.

Com a falta de investimentos na ampliação do parque gerador, as reservas de água das usinas em operação têm sido utilizadas de forma intensiva, reduzindo os níveis de armazenamento dos reservatórios. Isso aumenta a dependência por índices de chuva mais altos para recompor o volume de água dos reservatórios.

Em abril de 2001, já no fim do período chuvoso, os reservatórios deveriam estar cheios, mas o armazenamento médio das represas da Região Sudeste foi de pouco mais de 30%.

MEDIDAS DE RACIONAMENTO

O racionamento vai exigir que você, sua família e seus colegas de trabalho organizem-se para uma nova realidade. A possibilidade de apagões existe ao longo da crise. Programem saídas e deslocamentos e combinem formas de manter contato. Os apagões também vão exigir cuidado extra com portas e janelas, especialmente se moram em casa. Alguns sistemas eletrônicos de alarme e segurança já contam com baterias com capacidade para suportar algumas horas sem energia. Mas outros, como as cercas elétricas, normalmente ficarão desativados. Adote medidas preventivas.

Outras medidas importantes em caso de apagão:

Desconecte todos os aparelhos elétricos da tomada, especialmente os que estiver usando e que tenham risco de acidente, como ferros e fornos elétricos. Dessa forma, você terá a certeza de tê-los desligado e estará evitando riscos de graves acidentes quando o fornecimento de energia for normalizado.

Mantenha em locais de fácil acesso lanternas, pilhas novas, fósforos e velas.

Redobre o cuidado com as velas. Não deixe-as acesas em locais próximos de materiais de fácil combustão. O mesmo vale para lampiões e lamparinas. O melhor é colocar as velas em um prato com água e protegê-las do vento com vidro. Elas devem também ficar longe de produtos combustíveis, como álcool, querosene, gás, gasolina, tiner, latas de tinta, objetos de

plástico e outros materiais que se queimam rapidamente em contato com o fogo. Mantenha fósforos, velas e lampiões longe do alcance de crianças. Certifique-se de apagar tudo ao sair do cômodo ou antes de dormir.

Se decidir fazer uso de geradores, informe-se a respeito e leia atentamente o manual do fabricante. Antes de colocá-lo em funcionamento, chame um técnico para uma vistoria completa. Em caso de mau funcionamento, não tente qualquer intervenção. Busque orientação especializada.

Em alguns locais ainda é comum encontrar ferros de passar roupa aquecidos com brasas. Se resolver colocá-los novamente em uso, muito cuidado com as brasas. Elas soltam faíscas que podem dar início a grandes incêndios. Além disso, o processo de queima do carvão ou da madeira para formar as brasas emite gases tóxicos que podem provocar outras formas de acidente. Assim, para evitar intoxicações, não deixe esses produtos queimando em ambientes fechados.

Pode ser que o racionamento afete também a sinalização de trânsito. Se estiver dirigindo durante um apagão, feche os vidros do carro e mantenha as portas trancadas. Também é útil sintonizar o rádio e obter informações sobre os bairros onde a luz está ligada.

MEDIDAS DE ECONOMIA

Aqui estão listadas informações sobre como reduzir o consumo de energia de sua casa ou de seu local de trabalho. Algumas dessas medidas são específicas para o período de crise, mas muitas são exemplos de uso racional e devem, a partir de agora, fazer parte do seu cotidiano.

Horário de ponta

É muito importante a economia no horário de ponta, que é das 17 às 22 horas. Poupano energia nesse período, você ajuda a diminuir o risco de apagão (também chamado de blecaute). Nesse horário, em geral, as pessoas estão chegando em casa e ligando todos os aparelhos: chuveiro, TV, ar-condicionado, microondas.... Esse comportamento coloca em risco todo o esforço de racionamento. No horário de ponta, as linhas ficam sobrecarregadas e o risco de apagão é sempre maior. A maneira certa de agir é reduzir ao máximo o consumo nesse horário e evitar ligar ao mesmo tempo aparelhos de alta potência, como chuveiro, ferro elétrico e ar-condicionado.

Lâmpadas

Escolha lâmpadas fluorescentes, especialmente para a cozinha, área de serviço, garagem e locais que precisam de luzes acesas por mais de 4 horas. Além de consumirem menos energia, elas duram 10 vezes mais do que as lâmpadas comuns.

Use mais iluminação natural e evite acender lâmpadas durante o dia. Paredes e tetos de cores claras refletem melhor a luz e exigem menos iluminação artificial.

Outra opção é a instalação de sistemas inteligentes de iluminação interna e externa, comandados por células fotoelétricas e sensores de presença.

Ferro elétrico

Organize-se para que o ferro seja ligado apenas quando houver grande quantidade de roupa para passar e passe tudo de uma vez.

Evite ligar o ferro nos horários em que muitos aparelhos estejam ligados. Ele sobrecarrega a rede elétrica.

Siga as instruções de temperatura para cada tipo de tecido e passe primeiro as roupas mais delicadas, que precisam de menos calor.

Geladeira e freezer

Ao comprar geladeira ou freezer, escolha modelos com o Selo Procel de Economia de Energia. Leia as instruções da etiqueta laranja que indica o consumo médio e lembre-se: uma

geladeira eficiente significa redução na conta de luz.

Não instale geladeira ou freezer perto de fogões, aquecedores ou áreas expostas ao sol. Ao redor, tanto do freezer quanto da geladeira, deixe um espaço mínimo de 20cm. E não utilize a parte traseira do refrigerador para secar panos e roupas.

Regule o termostato de acordo com o manual do fabricante e faça degelo sempre que a camada de gelo atingir uma espessura de cerca de 1cm.

A borracha de vedação da porta deve estar sempre em bom estado, evitando escape de ar frio.

Não guarde alimentos quentes e use sempre recipientes com tampa.

As portas não devem ficar abertas por muito tempo. Para isso, é bom organizar os alimentos para que fiquem acessíveis.

As prateleiras não devem ser forradas com plástico ou vidro, porque dificultam a circulação interna do ar.

Não desligue a geladeira ou o freezer à noite para ligá-los na manhã seguinte.

Conserve limpas as serpentinas.

Quando se ausentar por muito tempo, esvazie a geladeira e o freezer e desligue-os da tomada.

Televisão

Não deixe a TV ligada se alguém não estiver assistindo. Não durma com a TV ligada, mesmo que use o timer. Porque, entre você dormir e o timer desligar a televisão, estará havendo desperdício de energia.

Chuveiro elétrico

O chuveiro é um dos aparelhos que mais consomem energia. Evite seu uso entre 17 e 22 horas, que é o horário de maior consumo.

Para economizar 30% de energia no aquecimento de água, deixe a chave na posição verão e feche a torneira para se ensaboar.

Não tente aproveitar uma resistência queimada. É perigoso e provoca aumento de consumo.

Limite seu tempo debaixo da água quente.

O uso de energia solar para aquecimento de água é uma boa opção, especialmente em condomínios, hotéis, restaurantes e novas construções. Informe-se a respeito.

Ar-condicionado

Escolha modelos com o Selo Procel de Economia de Energia. Essa garantia faz uma boa diferença na conta de luz, principalmente no verão, quando o ar-condicionado chega a representar um terço do consumo de energia da casa.

Quando o aparelho estiver funcionando, mantenha as janelas e as portas fechadas.

Lembre-se de desligar o aparelho quando o ambiente ficar desocupado.

Evite o calor do sol no ambiente, fechando cortinas e persianas.

Mantenha os filtros sempre limpos.

Aproveite o período do inverno para suspender o uso do ar-condicionado.

Máquina de lavar roupa

Economize água e energia lavando de uma só vez a quantidade máxima de roupa indicada pelo fabricante.

Use as doses de sabão especificadas no manual da máquina e mantenha o filtro sempre limpo.

É importante que você saiba que a crise não é apenas de energia elétrica. A redução do consumo de água e de alimentos jogados fora, a preservação do meio ambiente e a reciclagem do lixo estão interligados. Ao adotar um comportamento orientado pelo uso racional de todos os bens de consumo, você não está apenas ajudando a superar a crise de energia, mas

evitando crises futuras e garantindo o bem-estar das próximas gerações.

Planos contra novas crises energéticas

Especialistas afirmam que não foi apenas a falta de chuva que causou a crise energética que o País enfrenta. A queda de investimentos do governo no setor, que até a década de 80 recebia em média US\$ 13 bilhões e que nos anos 90 passou a receber apenas US\$ 7 bi, e a predominância do modelo hidrelétrico de geração de energia são apontados pelos especialistas como a origem da crise, que não deve durar apenas este ano.

O risco de racionamento é muito alto e será mais longo do que está se admitindo, afirma o diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética (Inee), Jayme Buarque de Holanda. Mesmo com diversos projetos em andamento, a maioria das obras só deve entrar em funcionamento depois de 2002, ano em que provavelmente também haverá crise na produção de energia.

A construção de usinas termelétricas é apontada como uma das maneiras de se diminuir a crise. Em 99, o governo lançou um programa de construção de diversas usinas, com o apoio da Petrobras, mas a falta de acordo sobre o preço do gás natural e mesmo a falta de peças no mercado internacional para a construção de tantas termelétricas emperrou os planos.

Além das termelétricas, existem diversas opções no Plano Decenal da Eletrobrás 1999/2008, que faria com que a capacidade de geração de energia brasileira aumentasse de 68 mil megawatts para 104,6 mil. A melhoria da interligação das diversas regiões brasileiras também é apontada como uma das possíveis soluções, já que existe excedente na produção da região Sul, em especial na Hidrelétrica de Itaipu, e no Norte.

Qualquer que seja o plano adotado pelo governo, inclusive se ele adotar todas as opções acima, o essencial é que as ações sejam tomadas rapidamente, de acordo com especialistas no mercado de energia. Caso contrário, o Brasil passará também em 2002 alguns ou vários meses no escuro, dependendo do humor de São Pedro.

O PLANO

O pacote de medidas de racionamento de energia passa a valer em 4 de junho só nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste:

APAGÕES

Vão depender do cumprimento das metas de racionamento e da melhora nos níveis de água dos reservatórios das usinas hidrelétricas

METAS

O país terá de economizar 20% de energia elétrica durante o período do racionamento

RESIDÊNCIAS

Os consumidores acima de 100 kWh terão uma meta correspondente a 80% do consumo médio dos meses de maio, junho e julho de 2000, com um mínimo de 100 kWh.

Consumo igual ou inferior a 100 kWh estará isento da redução obrigatória de 20%

As contas mensais terão acréscimos diferenciados nas tarifas:

- Consumo mensal até 200 kWh mantém a tarifa atual
- Consumo entre 201 kWh e 500 kWh terá acréscimo de 50%
- O consumo excedente a 500 kWh terá acréscimo de 200%

A receita obtida com o acréscimo será usada para pagar os bônus de economia para quem economizar além da meta, da seguinte forma:

- O consumo até 100 kWh renderá bônus de R\$ 2 por R\$ 1 economizado
- Consumo acima de 100 kWh dá direito a bônus de até R\$ 1 por R\$ 1 economizado

Quem não cumprir a meta estará sujeito a corte do fornecimento por **três dias** na primeira vez e de **seis dias** em caso de reincidência

CONSUMIDORES DE BAIXA TENSÃO INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

Terão meta correspondente a 80% do consumo médio dos meses de maio, junho e julho de 2000.

O consumo acima da meta, se não for compensado por economia anterior, será cobrado com base no preço do Mercado Atacadista de Energia (MAE) e sujeitará o consumidor a corte.

O consumo abaixo da meta poderá ser vendido pelo consumidor à distribuidora, pelo preço do MAE, ou acumulado para uso futuro.

CONSUMIDORES DE ALTA TENSÃO INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

Terão meta calculada com base no consumo médio de maio, junho e julho de 2000.

Esta meta vai de 75%% a 85%, conforme o nível de tensão utilizado e o setor de atuação da empresa.

O consumo acima da meta, se não for compensado por uma economia anterior, será cobrado com base no preço do Mercado Atacadista de Energia (MAE), e o consumidor ficará sujeito a corte.

O consumo abaixo da meta poderá ser vendido pelo consumidor em leilões no MAE ou acumulado para uso futuro.

O consumidor poderá adquirir energia no MAE, aumentando a sua meta de consumo no mês.

CONSUMIDORES RURAIS

Terão meta de 90% (redução de 10%) em relação ao consumo médio registrado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

O consumo acima da meta, se não for compensado por uma economia anterior (planos de racionalização já em aplicação, por exemplo), sujeitará o consumidor a corte.

CASOS ESPECIAIS

A CGCE expedirá diretrizes para as distribuidoras analisarem as situações excepcionais, como os de quem tem aparelhos hospitalares em casa e o das residências que estiveram fechadas (sem consumo de energia) em 2000.

MEIO AMBIENTE

A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A química tem alcançado um grande desenvolvimento nos dias atuais. A indústria de combustíveis, plásticos, tintas, remédios etc. são alguns dos setores da vida moderna onde a Química está presente. Mas, da maneira como vem sendo utilizada pelo homem, a Química também é responsável pela poluição ambiental através de indústrias, navios petroleiros, veículos automotores, agrotóxicos etc.

A QUÍMICA E A POLUIÇÃO DO AR

Os diversos gases tóxicos eliminados por indústrias e veículos constituem os principais poluentes do ar. Entre outros, destacam-se o monóxido e o dióxido de carbono, o dióxido sulfuroso e os óxidos de nitrogênio.

O *monóxido de carbono* (CO) é incolor e inodoro e resulta da queima de um combustível à base de carbono. Depois de inspirado, o CO passa do pulmão para o sangue; liga-se então para o glóbulos vermelhos, formando um composto estável com a hemoglobina, que fica inutilizada para transportar oxigênio às células do corpo. Uma exposição prolongada ao CO pode ainda provocar outros males, como debilidade geral de vasos sanguíneos (o que acarreta hemorragias generalizadas), náuseas e perda de memória.

O *dióxido de carbono* ou *gás carbônico* (CO₂) vem aumentando de quantidade da atmosfera devido à queima de petróleo e carvão. A consequência desse aumento é o *efeito estufa*: a alta concentração de dióxido de carbono no ar impede que o calor do Sol que aquece

nosso planeta se disperse pelo espaço, acarretando assim o aumento da temperatura do ar próximo da superfície da Terra.

Um dos problemas mais comuns na atmosfera é o *dióxido sulfuroso* ou *dióxido de enxofre* (SO₂), que resulta da queima de petróleo e carvão, das atividades vulcânicas e também da decomposição natural de matéria orgânica, acarretando a destruição de vegetais. No ser humano esse gás causa irritação na pele, no nariz, na garganta e nos olhos, além de afecções cardíacas e pulmonares que podem levar o indivíduo à morte. Misturando com o ar úmido, causa a chamada *chuva ácida*, que provoca corrosão em metais e mármore (destruindo assim muitos monumentos), envenenando também a água dos rios, causando danos às folhas das plantas e muitos outros prejuízos.

Resultado da queima de combustíveis dos automóveis e aviões e da incineração de lixo e de adubos nitrogenados, os *óxidos de nitrogênio* destroem a camada de ozônio da atmosfera, que protege a Terra dos raios solares ultravioleta. Outro gás que tem a capacidade de destruir a camada de ozônio é o gás freon, usado na indústria de refrigeração e como propelente de aerossóis.

Nas grandes cidades industriais, o ar altamente poluído pode dar origem ao fenômeno da *inversão térmica*. No verão, o ar da superfície terrestre fica mais quente e por isso mais leve que o ar frio das camadas superiores, tendendo então a subir, carregando os elementos poluidores. Isso promove uma espécie de purificação natural do ar. No inverno, ao contrário, o ar frio da superfície terrestre fica mais pesado que o ar aquecido das camadas da atmosfera, fenômeno que é a própria inversão térmica. Os poluentes assim não se dispersam, ficando retidos no ar inferior, o que pode ocasionar numerosas mortes, geralmente de pessoas idosas.

Outro grande problema é a *radioatividade* liberada pelas usinas nucleares. A radioatividade é responsável por uma das mais perigosas formas de poluição do ar, pois causa sérios danos às espécies vegetais e animais, incluindo o homem. Quando expostas à radiação, muitas células morrem, outras ficam com a capacidade proliferativa comprometida, o que acarreta a insuficiência no funcionamento de vários órgãos, levando à morte do indivíduo.

A QUÍMICA E A POLUIÇÃO DA ÁGUA

Os resíduos sólidos e líquidos que resultam da atividade industrial costumam ser despejados nos rios e lagos, poluindo suas águas. Entre os poluentes mais perigosos estão os compostos de mercúrio chumbo. Os *compostos de mercúrio* provocam alterações no sistema nervoso, lesões cerebrais, paralisias, cegueira, tremores e até mesmo a morte. Já os *compostos de chumbo* causam paralisia cerebral, distúrbios nervosos, anemia, vômitos e outros males.

Os *detergentes* podem formar uma espuma branca na superfície dos rios, diminuindo a oxigenação da água, o que afeta a vida aquática. Podem também dissolver a camada de gordura que impermeabiliza as penas das aves aquáticas, dificultando sua flutuação e provocando a morte por afogamento.

O óleo que vaza de petroleiros acidentes impede a adequada oxigenação da água do mar, o que provoca a morte de animais marinhos.

DIMINUIÇÃO DA POLUIÇÃO QUÍMICA

Embora na prática a poluição provocada pela Química não possa ser totalmente eliminada, ela pode ser, em parte, bastante diminuída através de providências como as relacionadas.

- instalação de filtros nas chaminés das fábricas; esses filtros retêm muitas impurezas eliminadas pelas chaminés;
- regulação de motores que funcionam por combustível; quando bem regulados, esses motores eliminam uma menor quantidade de poluentes;
- substituição de combustíveis muito poluentes por outros menos poluentes; no Brasil, por exemplo, o álcool obtido da cana-de-açúcar tem sido usado em certa

quantidade como substituto da gasolina; e o álcool é menos poluente que a gasolina, além de ser um produto renovável;

- substituição de veículos movidos a combustível por veículos elétricos; nas cidades, por exemplo, os trens e ônibus movidos a óleo diesel podem ser substituídos por trens e ônibus movidos por eletricidade.
 - uso de detergentes biodegradáveis (que se decompõem) no lugar de detergentes não biodegradáveis, estes responsáveis por grande parte da poluição dos rios.
-

A POPULAÇÃO E O ESPAÇO URBANO

Introdução

Na zona rural a paisagem é mais ou menos marcada pelos elementos do meio natural: a influência do solo, do clima, da declividade do relevo, a presença de água e vegetação. A população vive dispersa em pequenos sítios. No meio urbano a população se concentra num espaço totalmente humanizado e dedica-se às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços.

1. A produção da cidade moderna

As cidades industriais do século XIX

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, originou profundas alterações na forma e na função da cidade. A indústria se multiplicava nos países europeus e nos Estados Unidos, onde vivia grande parte dos trabalhadores urbanos. As lojas se instalavam nas ruas mais movimentadas, a fim de atrair um número cada vez maior de consumidores. As residências passaram a ser construídas de modo caótico, nos poucos espaços que sobravam entre as fábricas e rodovias, não haviam espaços para o lazer e o ar era muito poluído devido ao carvão utilizado nas indústrias. O nascimento da indústria originou cidades insalubres, isto é, pouco saudáveis, marcadas pela aglomeração dos pobres em pequenos quartos de cortiços, a população não tinha acesso à água tratada e nem rede de esgotos.

A cidade no século XX e o planejamento urbano

As pesquisas e projetos nessa área se avolumaram e constituíram uma área de estudo, o urbanismo. As primeiras iniciativas resultaram em bairros residenciais dotados de excelente infra-estrutura arborizados e ajardinados. As cidades planejadas deveriam ter largas avenidas e um sistema viário eficiente, permitindo o trânsito rápido. A cidade de Brasília é o exemplo mais completo e bem acabado desse tipo de planejamento, que também foi adotado na implantação de cidades dos Estados Unidos. França, Inglaterra, Israel e Japão.

2. As interações urbanas contemporâneas

Formadas por um conjunto hierarquizado de cidades com tamanhos diferentes, onde se observa a influência exercida pelos centros maiores sobre os menores. A hierarquia urbana se estabelece a partir dos produtos e dos serviços que as cidades tem para oferecer. Nos países desenvolvidos, as redes urbanas são mais bem estruturadas.

As ricas metrópoles contemporâneas

As metrópoles correspondem a centros urbanos de grande porte: populosos, modernos e dotados de graves problemas de desigualdades sociais. A concentração populacional amplia a oferta de mão-de-obra e, desse modo, atrai investimentos produtivos que contribuem para o desenvolvimento da indústria. A metrópole lidera a rede urbana à qual está interligada e exerce uma forte influência sobre as cidades de menor porte, podendo transformar-se num pólo regional, nacional ou mundial.

Conurbações: as cidades se aproximam

Quando os limites físicos das cidades estão muito próximos, formam-se conurbações. Vista do alto, a conurbação tem o aspecto de uma grande mancha urbana, ou seja, um

conjunto de espaços urbanizados que engloba mais de uma cidade.

Nas megalópoles, o retrato da modernidade

A megalópole não é uma mega-metrópole, mas uma conurbação de metrópoles, nelas as regiões rurais estão quase ausentes.

3. Os principais problemas urbanos atuais

Um dos mais graves problemas é a habitação. Como os imóveis mais baratos em geral são os mais distantes do centro da cidade, a população passa a morar cada vez mais longe do local de trabalho. Em consequência disso a população por não ter um transporte coletivo digno vai trabalhar com seus próprios automóveis causando muito trânsito, poluição do ar, poluição sonora e até mesmo dos rios.

4. A urbanização mundial

Os países mais desenvolvidos

No século XIX, a urbanização foi mais intensa nos países que realizaram a Revolução Industrial e que constituem hoje países desenvolvidos. A partir do século XX, o ritmo de urbanização diminuiu nesses países. No pós-guerra, a concentração humana e a elevação do poder aquisitivo das populações dos países mais desenvolvidos produziram um grande aumento do consumo de bens e serviços, que favoreceu a expansão do setor terciário da economia. Com o desenvolvimento da tecnologia industrial, a produtividade aumentou e as necessidades de mão-de-obra se reduziram. Parte da população ativa no setor secundário foi para o setor. Depois de 1980 os setores terciário e a prestação de serviços aderiram aos avanços tecnológicos da informática.

Os países subdesenvolvidos

O século XX se caracterizou pela urbanização dos países subdesenvolvidos. O ritmo se acelerou a partir de 1950, devido ao aumento das taxas de crescimento populacional. A industrialização, formaram-se grandes cidades, com maior disponibilidade de emprego, conforto e ascensão social. A industrialização adotou um padrão tecnológico muito mais moderno do que o utilizado pelas indústrias do século XIX, o que resultou na criação de menos empregos. Nessas cidades existe o setor terciário informal – aquelas atividades não regulamentadas, como a dos camelôs e biscateiros – cresce mais que o formal. A maior parte da população ainda vive na zona rural.

A urbanização na África

Na África a maior parte da população vive na zona rural, pois as atividades agrárias predominam na estrutura econômica de quase todos os países do continente. Os países da África são os que apresentam as taxas de urbanização mais elevadas entre os países menos desenvolvidos. Seus habitantes possuem uma renda anual inferior a 370 dólares. A urbanização africana ocorreu quando houve um grande aumento do consumo mundial de matérias-primas, combustíveis fósseis e produtos agrícolas.

A urbanização na Ásia

A Ásia, é o continente mais populoso do mundo, não tem uma tradição urbana. A população ainda é predominantemente rural. Vivem com uma renda como a dos africanos, inferior a 370 dólares por ano. A urbanização ocorreu com a oferta de trabalho das indústrias dos tigres asiáticos.

5. A globalização da cidade

Com a globalização, surgem as metrópoles mundiais e tecnopolos. É nessas metrópoles que se concentram grandes capitais, profissionais qualificados e tecnologia. O papel de metrópole mundial adquiriu tamanha importância na atualidade que passou a ser a meta perseguida por muitas cidades desenvolvidas. Os tecnopolos, por sua vez correspondem a centros urbanos que abrigam importantes universidades, instituições de pesquisa e os principais complexos industriais, onde se desenvolvem tecnologias avançadas e pesquisas científicas.

Legislação ambiental brasileira

É o conjunto de normas jurídicas que se destinam a disciplinar a atividade humana, para torná-la compatível com a proteção do meio ambiente. No Brasil, as leis voltadas para a conservação ambiental começaram a ser votadas a partir de 1981, com a lei que criou a Política Nacional do Meio Ambiente. Posteriormente, novas leis foram promulgadas, vindo a formar um sistema bastante completo de proteção ambiental. A legislação ambiental brasileira, para atingir seus objetivos de preservação, criou direitos e deveres para o cidadão, instrumentos de conservação do meio ambiente, normas de uso dos diversos ecossistemas, normas para disciplinar atividades relacionadas à ecologia e ainda diversos tipos de unidades de conservação. As leis proíbem a caça de animais silvestres, com algumas exceções, a pesca fora de temporada, a comercialização de animais silvestres, a manutenção em cativeiro desses animais por particulares (com algumas exceções), regulam a extração de madeiras nobres, o corte de árvores nativas, a exploração de minas que possam afetar o meio, a conservação de uma parte da vegetação nativa nas propriedades particulares e a criação de animais em cativeiro.

Conservação, uso sustentável dos recursos naturais como o solo, a água, as plantas, os animais e os minerais. Os recursos naturais de uma determinada área são seu capital básico e o mal uso dos mesmos constitui uma perda econômica. Do ponto de vista ecológico, a conservação inclui também a manutenção das reservas naturais e da fauna autóctona, enquanto do ponto de vista cultural inclui a preservação dos lugares históricos.

1.Espécies brasileiras ameaçadas, espécies da fauna e da flora brasileiras que estão sob ameaça de extinção.

A lista oficial das espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção (publicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, em fevereiro de 1989) registra 57 mamíferos (entre eles o guariba, o mono-carvoeiro, o mico-leão-dourado, o lobo-guará, a jaguatirica, a lontra, a onça-pintada; a ariranha, o tamanduá-bandeira, o tatu-canastra, a preguiça-de-coleira, o peixe-boi (amazônico e marinho), a baleia-branca e a toninha); 108 aves (como o macuco, o socó-boi, o flamingo, o gavião-real, o mutum-do-nordeste, a jacutinga, a ararinha-azul, o pintor-verdadeiro, a choquinha); nove répteis (entre os quais a tartaruga-verde, a tartaruga-de-couro e a tartaruga-de-pente; a surucucu e o jacaré-de-papo-amarelo); e 32 insetos (na maioria borboletas e libélulas).

Apesar de teoricamente essas espécies estarem sendo protegidas, infelizmente na prática o poder público no Brasil não consegue implantar mecanismos de fiscalização eficientes para impedir a destruição do ambiente natural e a caça e a pesca indiscriminadas. Poucos são também os projetos isolados que têm conseguido proteger espécies ameaçadas. Entre eles, destacam-se o projeto Mico-leão-dourado, na reserva de Poço-das-Antas, município de Casimiro de Abreu, no estado do Rio de Janeiro; e o projeto Tamar, que está conseguindo reduzir o risco de extinção de cinco espécies de tartarugas-marinhas.

Entre os esforços para restaurar a fauna, convém salientar também o trabalho de Augusto Ruschi com beija-flores.

2.FLORA

A lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção foi publicada pelo Ibama em janeiro de 1992. Consta de 107 espécies, entre as quais destacam-se 15 bromélias e gravatás, 8 orquídeas, o jacarandá-da-bahia, a castanheira-do-brasil e o pinheiro-do-paraná.

A lista oficial considera extintas duas espécies: a *Simaba floribunda* e a *Simaba suaveolens*, arbustos recolhidos por Saint-Hilaire em Minas Gerais em 1823 e que nunca mais foram encontrados pelos botânicos. Provavelmente seus habitats foram destruídos há muito tempo.

A Sociedade Botânica do Brasil, no estudo *Centuria Plantarum Brasiliensium Exstintionis Minitata*, classifica 41 espécies na categoria Em perigo (isto é, seus números foram reduzidos a um nível crítico ou seus habitats foram tão drasticamente reduzidos que sua sobrevivência é improvável). As demais estão nas categorias Vulnerável, Rara e Indeterminada. (Ver Espécies ameaçadas).

Como aconteceu com as duas espécies extintas que Saint-Hilaire registrou, muitas das plantas ameaçadas correm o risco de desaparecer sem deixar sequer um nome que o povo porventura lhes tenha dado: não têm nomes comuns. Se algum dia os tiveram, perderam-se no tempo.

3) Unidades de conservação

Conjunto de áreas legalmente estabelecidas pelo poder público, que objetivam a preservação do meio ambiente e das condições naturais de certos espaços territoriais do país. A atual tipologia das Unidades de Conservação da Natureza adotada pelo Brasil abrange os Parques Nacionais e Estaduais, Parques Florestais, Parques Ecológicos, e as Reservas: Biológicas, Ecológicas, Florestais e Extrativistas, onde podem estar inseridas unidades menores como as Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Áreas sob Proteção Especial (ASPE), Monumentos Naturais e Reservas do Patrimônio Mundial.

Existem no Brasil 119 parques naturais, ocupando uma área de aproximadamente 14.370.232 ha, assim distribuídos: 37 parques nacionais, ocupando 10.771.181 ha, 64 parques estaduais, com 3.530.825 ha, 4 parques ecológicos estaduais, ocupando 1.945 ha e 14 parques florestais estaduais, com superfície de 66.281 hectares.

As 146 áreas de reservas ocupam uma extensão aproximada de 18.362.958 ha e estão assim distribuídas: 25 reservas biológicas nacionais, num total de 3.040.920 ha, 33 reservas biológicas estaduais, totalizando 83.327 ha, 7 reservas ecológicas nacionais, com área de 558.866 ha, 47 reservas ecológicas estaduais, ocupando 18.187 ha, 9 reservas florestais nacionais, abrangendo 12.377.976 ha, 16 reservas florestais estaduais, totalizando 82.927 ha e 9 recentes reservas extrativistas estaduais, ocupando uma área de 2.200.755 hectares.

Isso totaliza 265 áreas de conservação, ocupando um espaço correspondente a 32.733.190 hectares.

4) Criação de animais em cativeiro

De grande interesse para o ser humano, segue várias linhas com objetivos diferentes. Uma delas diz respeito a pesquisas destinadas à reprodução de animais silvestres que são domesticados para uso comercial (alimento, pele, penas, entre outros). É o caso da criação comercial de jacarés, para a obtenção de peles; de capivaras e outros, para a obtenção de carnes sofisticadas; e de avestruzes, para a comercialização da carne e penas, feitas no Brasil, África do Sul e outros países. Outra linha está relacionada à criação de animais em zoológicos, visando a educação ambiental, além do lazer e entretenimento. Há ainda a possibilidade de se utilizar a criação de animais com o intuito de desenvolver pesquisas sobre espécies ameaçadas de extinção e de viabilizar seu salvamento, como aconteceu com o mico-leão dourado. Finalmente, a criação em cativeiro é utilizada largamente, nos laboratórios de pesquisa científica, para obter animais (cobaias, ratos, mas também macacos e outros) nos quais experimentar medicamentos e outras substâncias, antes de sua utilização em seres humanos.

5) Caça

Atividade que se realiza com uma arma ou outros equipamentos para conseguir alimentos ou como esporte. Há dois tipos básicos de caça: a que tem como elemento central uma matilha de cães adestrados, acompanhados por seguidores à pé ou montados, e a que se realiza de forma individual com uma arma (rifle ou escopeta), com ou sem a ajuda de cães. Em função do tipo de peças, se pode dividir basicamente em caça menor (coelhos e lebres, perdizes, faisões, pombos ou outras aves) e caça maior (cervos, javalis ou veados). Dentro

desta última, se usa o termo safari para designar uma expedição organizada cuja finalidade é abater leões, búfalos, elefantes e outros animais grandes, principalmente na África oriental ou meridional. Na África, como no Brasil, a caça de animais selvagens está severamente limitada, para proteger as espécies ameaçadas. Caçar com uma arma possui numerosas técnicas, das quais as quatro principais são: rastrear a presa individualmente, caçar à espera, caçar com chamariz à espreita e caçar com batedores.

6) Pesca esportiva

Captura de peixes, principalmente como diversão, ao contrário da pesca comercial. A pesca esportiva normalmente compreende o uso de varas de pescar, carretéis, linha ou sedalha, e anzóis com iscas naturais ou artificiais para atrair os peixes. É uma das formas mais populares de lazer em todo o mundo.

Em 1653 Izaak Walton, em seu livro O Pescador Completo, contribuiu para o conhecimento dos métodos de pesca, e divulgou, com extensas observações, os hábitos de alimentação dos peixes, seus ciclos de vida e os problemas que os pescadores deveriam superar para enganar suas presas.

A pesca moderna pode ser dividida em duas categorias: de água doce e de mar ou água salgada. A pesca de água doce se pratica em lagos, represas, rios e riachos. Utilizam-se varas, carretéis e sedalhas mais leves, e iscas adequadas às espécies fluviais. Os dois métodos básicos nesta modalidade são a pesca com bóia e a pesca com meia vara, na qual o pescador se introduz nos cursos rápidos de água, com botas impermeáveis, para melhor aproximar-se dos peixes. A de água salgada se realiza nos oceanos e estuários, utilizando freqüentemente lanchas para alcançar as áreas piscosas.

Os peixes que se capturam na água doce são geralmente o salmão, truta marinha, truta parda e truta arco-íris. A última freqüentemente é criada em viveiros e depois solta em reservatórios artificiais ou lagos, para pescar. No Brasil, os principais alvos da pesca esportiva são os peixes de grande porte, como o pirarucu e o surubim. Na pesca marítima, o espadarte e o agulhão-bandeira, semelhantes ao marlim, são muito cobiçados porque, além de seu tamanho, lutam tenazmente para fugir do anzol e desafiam a resistência dos esportistas. Os pescadores de água salgada e doce usam com freqüência as mesmas técnicas básicas, mesmo que o tamanho dos equipamentos seja diferente.

O equipamento de pesca é desenvolvido e melhorado constantemente. As varas e os carretéis são mais leves, graças a materiais modernos como fibra de carbono e plástico. As sedalhas de náilon são mais finas e resistentes à ruptura, ainda que em certos casos isto não seja uma vantagem.

7) Árvore

Planta caracterizada por ter um tronco alto e lenhoso. As árvores diferenciam-se dos arbustos no fato de que geralmente emitem um único caule principal ou tronco, e das ervas no fato de que esse tronco é formado quase que em sua totalidade por tecido lenhoso. São plantas com sementes, mas entre elas há gimnospermas, em sua maior parte com pinhas ou frutos coniformes; e angiospermas, que são plantas com flor (ver Angiospermas; Gimnospermas).

Podem ser agrupadas de maneira muito geral em duas categorias: as de folha perene e as de folha caduca. As árvores de folha perene ou perenifólios são as que mantêm as folhas durante todo o ano (perdem folhas velhas e formam folhas novas continuamente). Há dois tipos básicos de folha perene: 1) a agulha ou fibra, tipificada pela folha rígida, fina ou escamosa e resinosa de quase todas as coníferas; e 2) a folha larga das angiospermas. Os caducifólios, ou árvores caducifólias, perdem toda a folhagem uma vez por ano. São todas de folha larga.

Crescem em qualquer lugar onde haja água suficiente no solo durante a maior parte do ano. Não abundam em desertos, nem em áreas onde a água é muito superficial, suficiente apenas para manter uma vegetação de pradaria; nesses lugares, as árvores só crescem em

condições de cultivo bem controlado, em oásis e ao longo das margens de rios e riachos. Em condições apropriadas, as árvores podem crescer em extensas formações botânicas chamadas florestas.

Agenda 21

Denominação dada a um dos acordos mais importantes assinado pelas nações participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento — conhecida como Eco-92 — realizada no Rio de Janeiro (*ver* Desenvolvimento sustentável). Contém mais de 2.500 recomendações para criar melhores condições para a população mundial e a preservação do meio ambiente, no próximo século. Constitui um programa de ação para implementar um modelo de desenvolvimento sustentável que leve à compatibilização das atividades econômicas com os recursos naturais e a qualidade de vida das populações.

A agenda 21 está dividida em 4 seções: Dimensões Sociais e Econômicas, Conservação e Gerenciamento dos Recursos para o Desenvolvimento, Fortalecimento dos Principais Grupos Sociais e os Meios de Implementar as Ações Propostas. Seus temas são abordados de forma abrangente. Sua relevância se prende ao fato de oferecer opções práticas que podem ser implementadas e por destacar o papel de cada um dos diversos segmentos que compõem a sociedade. Seus programas de ação estão alicerçados na idéia de que a população, o consumo e a tecnologia são fundamentais para a mudança ambiental na Terra. A colaboração entre as nações é enfatizada como forma de se alterar o quadro de pobreza e degradação ambiental que domina nas sociedades no mundo atual.

Desenvolvimento sustentável, termo aplicado ao desenvolvimento econômico e social que permite enfrentar as necessidades do presente, sem pôr em perigo a capacidade de futuras gerações para satisfazerem suas próprias necessidades.

Durante as décadas de 1970 e 1980 tornou-se cada vez mais claro que os recursos naturais estavam sendo dilapidados em nome do "desenvolvimento". Estavam se produzindo mudanças imprevistas na atmosfera, nos solos, nas águas, entre as plantas e os animais e nas relações entre todos eles. Foi necessário reconhecer que a velocidade da transformação era tal que superava a capacidade científica e institucional para minimizar ou inverter o sentido de suas causas e efeitos. Estes grandes problemas ambientais incluem: 1) o aquecimento global da atmosfera; 2) o esgotamento da camada de ozônio da estratosfera; 3) a crescente contaminação da água e dos solos pelos derramamentos e descargas de resíduos industriais e agrícolas; 4) a destruição da cobertura florestal (*ver* Desmatamento); 5) a extinção de espécies (*ver também* Espécies ameaçadas); 6) a degradação do solo.

Ao final de 1983 criou-se, dentro da Organização das Nações Unidas, uma comissão independente para examinar estes problemas e sugerir mecanismos que permitam à crescente população do planeta satisfazer suas necessidades básicas sem pôr em risco o patrimônio natural das gerações futuras.

Após a comissão, o acontecimento internacional significativo seguinte foi a cúpula da Terra, ocorrido em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Denominada oficialmente Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual estiveram representados 178 governos, incluindo 120 chefes de Estado, também ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Tratava-se de encontrar modos de traduzir as boas intenções em medidas concretas e de que os governos assinassem acordos específicos para enfrentar os grandes problemas ambientais e de desenvolvimento. Os resultados da cúpula incluem convenções globais sobre a biodiversidade e o clima, uma Constituição ou Carta da Terra, de princípios básicos, e um programa de ação chamado Agenda 21, para pôr em prática estes princípios.

Os resultados foram relativizados pela negativa de alguns governos a aceitar os cronogramas e objetivos para a mudança ou concordarem com a adoção de medidas

vinculantes. O programa de ação contido na Agenda 21 aborda, em seus 41 capítulos, quase todos os temas relacionados com o desenvolvimento sustentável que possam ser imaginados; porém, não está suficientemente financiado.

Entretanto, a conferência foi um exercício transcendental de conscientização ao mais alto nível político. A partir dela, nenhum político relevante poderá alegar ignorância dos vínculos existentes entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Organizações ambientalistas, instituições que atuam em prol da proteção e conservação do meio ambiente, podendo ou não pertencerem à esfera do poder público. As organizações de governo preparam em termos técnicos a legislação ambiental, gerenciam as unidades de conservação, realizam pesquisas ecológicas e fazem a fiscalização.

As organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas lutam pela preservação do meio ambiente procurando sensibilizar a opinião pública e empresas e buscar a cooperação do governo, nas suas diferentes esferas do poder. Trabalham denunciando, conscientizando e criando formas de pressão, para reverter situações que atentem contra o meio ambiente. Destacam-se também por realizar estudos, fazer monitoramentos e publicar relatórios, livros, vídeos e propagandas, que elevam o nível de conscientização dos problemas ambientais.

Dedicam-se a salvar determinadas espécies da fauna que estão em extinção, como a defesa das baleias e do mico-leão no Brasil. Há entidades que atuam em escala mundial entre as quais podem ser citados o Greenpeace, Amigos da Terra, Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, que foi criada em 1934.

No Brasil, há um número significativo de entidades que trabalham dedicados à causa ambiental. A Agenda 21 reconheceu o papel importante das ONGs como parceiras para o desenvolvimento sustentável.

Ecologia no Brasil, ciência que se desenvolveu no mundo a partir de pesquisas realizadas no Brasil. Muitos dos naturalistas que visitaram o Brasil no século XVIII, como Alfred Wallace, Alexander von Humboldt, Johann von Spix, Karl von Martius e Saint-Hilaire, dedicaram-se à pesquisa da nossa flora e fauna, também sob o ponto de vista ecológico. Mas foi o naturalista dinamarquês Eugenius Warming (1841-1924), quem introduziu a noção de ecologia, ao estudar, entre 1863 e 1866, a vegetação dos campos cerrados nos arredores de Lagoa Santa (Minas Gerais), onde esteve a convite de Peter Lund. Com base no que observou no Brasil, Warming escreveu o livro *Plantensamfunde* (As comunidades vegetais, 1895), primeira obra sobre ecologia publicada no mundo. Só 30 anos mais tarde apareceu o livro *Etologia Animal*, de Elton, que estudou o comportamento dos animais e o meio ambiente em que vivem.

Em 1942, foi publicado no Brasil o primeiro trabalho sobre ecologia, de autoria do botânico Félix Kurt Rawitscher, o qual abriu o caminho para o desenvolvimento da ecologia com base em estudos experimentais no país. Seguiram-se outros dois que, além de analisar a influência dos fatores climáticos, tiveram grande importância didática na introdução dos métodos de pesquisa ecológica no país.

O primeiro trabalho experimental de ecologia de campo no Brasil, *Profundidade dos solos e vegetação dos cerrados no Brasil Meridional*, escrito por Rawitscher, Ferri e Rachid, foi publicado nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, em 1943.

Compreendendo a importância dessa ciência, a Universidade de São Paulo criou, há mais de duas décadas, no Instituto de Biociências, um Departamento de Ecologia Básica. Desde então, vários outros institutos e faculdades têm criado departamentos dedicados à ecologia.

MEDICINA

PARECER POLÍTICO / CIENTÍFICO PROGRESSISTA

A ovelha, símbolo religioso da redenção dos homens, inaugura abruptamente o século XXI, dando origem à era dos clones, período no qual os cientistas brincam de Deus, só precisando de um anjo torto, desses que andam de jaleco branco e uma receita assustadoramente simples: fundir um óvulo não fecundado, retirando o miolo genético, com uma célula doada pelo ser vivo que se quer copiar. Depois implantar o resultado da fusão no útero de um terceiro ser vivo.

Há algum tempo tem-se tentado obter prazer sexual sem gerar filhos. Com os bebês de proveta consegue-se filhos sem prazer. E agora estamos prestes a ter filhos sem prazer e ser espermatozóides.

É uma revolução para as feministas que as mulheres não precisem da participação do homem para se ter um filho.

É importante lembrarmos que para os animais em extinção, a clonagem veio a calhar, dando origem a novos seres da mesma espécie.

Um dos fascínios que a clonagem humana provoca, é o de possibilitar a aferição de quanto um ser vivo é produto genético do meio ambiente.

POLÍTICO / RELIGIOSO TRADICIONAL

Atualmente foi possível que uma ovelha chamada "Dolly" viesse ao mundo como um pedaço de outro ser adulto, sendo assim não tem pai, não tem mãe. Ela tem apenas, origem, que não é divina, é humana, Dolly é o que a ciência chama de clone, palavra grega que significa broto. Clone é a cópia idêntica de outro ser vivo.

O desenvolvimento tecnológico e científico, fez com que surgisse a engenharia genética. É uma invenção que, num plano absoluto, tem como finalidade ética de visar o bem, e o maior dos bens criados pela ciência e pela tecnologia faz surgir dilemas éticos, a igreja, por exemplo, acredita no espírito e alma, não poderá aceitar a reprodução humana em laboratório, um processo artificial criado pelo homem num momento em que brinca de ser Deus.

Assim sendo, clones humanos não reconheceriam a religião como uma força que eleva o homem e o encaminha para as boas ações. O valor espiritual e as manifestações para com Deus, deixariam de existir.

RELIGIOSO / PROGRESSISTA

Há muitos anos, quando se falava em fertilização "in vitro", era um verdadeiro pandemônio. Críticas acirradas nos meios religiosos, idéias preconcebidas imperavam e a condenação veio célere, mesmo sem haver ainda uma apreciação mais judiciosa sobre as possíveis consequências do nascimento de bebês de proveta.

Hoje, os primeiros seres humanos que ganham vida a partir desse método, já estão adultos e continuam saudáveis, tanto quanto aqueles com nascimento natural, dando muita felicidade às mães que, de outra maneira, não teriam a possibilidade de gerar filhos naturais.

O mesmo pode ocorrer com a clonagem. Começou com os vegetais, visando seu aprimoramento genético para melhorar a produção de alimentos, e mais recentemente as experiências com animais que deram resultado positivo, sinalizando a possibilidade inquestionável de se produzir seres humanos da mesma forma.

Como é natural, muitas críticas começam a empolgar a opinião pública e algumas correntes religiosas se declaram contrárias à clonagem de seres humanos. Mais uma vez, emitem opiniões sem a necessária análise mais profunda dos fatos. Se Deus deu aos homens a faculdade intelectual para avançar no conhecimento científico e buscar seu aprimoramento com o objetivo de trazer mais bem estar à nossa sofrida humanidade, por que lançar mão desse maravilhoso dom Divino?

POLÍTICO CIENTÍFICO TRADICIONAL

A curiosidade do ser humano é tão grande em desvendar os mistérios entre o céu e a Terra, que muitos cientistas cometem aberrações contra a natureza.

Nos anos 70, grupos de embriologistas clonaram sapos adultos a partir de uma única célula, nada notável, a maioria dos anfíbios se regeneram naturalmente.

Nos anos 80, foram ensinadas em vacas, embriões clonados, a pesquisa foi interrompida quando se descobriu que um em cada cinco bezerros nascia maior que o normal e, um em cada vinte era gigante, uma realidade impossível.

Atualmente uma equipe escocesa liderada por Ian Wilmut, implantaram cópias de oito ovelhas que deveriam fazer a gestação. Três implantes não se desenvolveram e foram retirados. Um dos fetos apresentou crescimento descomunal, que foi necessário fazer uma cesariana de emergência.

Três filhos morreram logo que nasceram, só uma das ovelhas sobreviventes teve peso normal, a ovelha Dolly.

Descobriu-se que os cientistas esconderam propositalmente detalhes assustadores do que tinham feito, criaram pelo menos, seis monstros genéticos.

Como a mãe genética de Dolly, a ovelha doadora da célula mamária que originou o experimento, morreu logo depois, não se pode comparar seus códigos genéticos para provar que são idênticos. Se a ovelha mãe estivesse viva, seu criador teria como exibir a prova definitiva: dois seres geneticamente idênticos, gêmeos, portanto, só que um deles com 7 meses e outro com 7 anos de idade. Mesmo que a mãe de Dolly estivesse viva, os cientistas tentariam reproduzir o experimento com suas próprias ovelhas. Caso ninguém consiga, Wilmut ficará sob suspeita. É assim que a ciência caminha.

Texto gentilmente cedido por **Palmiro Sartorelli Neto**

O que é o Antrax?

O *Bacillus anthracis* foi a primeira bactéria que se demonstrou poder causar uma doença. Em 1877, **Robert Koch** colheu o organismo de uma cultura, demonstrando a sua habilidade de formar endosporos, e produziu antrax experimental, através da injeção desses esporos num animal.

Antrax é uma doença natural que ocorre em animais que se alimentam de plantas (gado, veados, etc.) causada pela bactéria *Bacillus anthracis*

Antrax é uma doença aguda infecciosa causada pelos esporos *Bacillus anthracis*.

Os esporos do Antrax permanecem viáveis durante várias décadas sob determinadas condições.

Cada grama de Antrax é capaz de produzir 100 milhões de doses mortais individuais (é 100,000 vezes mais mortífero que a mais poderosa arma química)

Morta de forma silenciosa e invisível

A inalação de Antrax é praticamente sinónimo de morte a curto prazo.

Os humanos podem contrair antrax por três vias:

Através de cortes na pele resultantes de contacto com animais contaminados, levando a uma infecção local ou sistémica.

Através da inalação de esporos resultando numa infecção nos pulmões.

Por ingestão de comida contaminada, resultando numa infecção gastrointestinal (antrax gastrointestinal). Este tipo de contaminação não é normalmente considerada uma ameaça para as forças militares.

Quais os sintomas?

Os sintomas de antrax começam depois de 1 a 6 dias de incubação, dependendo do tipo de contágio.

Cutâneo: A maior percentagem (95%) da infecção do antrax ocorre quando a

bactéria entra num golpe ou uma raspadura na pele, quando em contacto com madeira, couro, cabedal, lã, ou animais contaminados. A infecção na pele começa com um inchaço, semelhante a uma mordidela de insecto, no entanto ao fim de dois dias torna-se uma ulcera não dolorosa, normalmente com 1 a 3 cm de diâmetro, com uma zona negra constituída por tecido morto no centro. Os glândulos linfáticos da zona adjacente podem inchar. Seca de 20% dos casos não tratados de antrax cutâneo resultam na morte. No entanto com uma terapia apropriada as mortes são raras.

Inalação: Os sintomas iniciais assemelham-se a uma constipação comum. Ao fim de vários dias a tendência é um aparecimento de problemas respiratórios e entrada do paciente em choque. Normalmente este tipo de contaminação é fatal

Intestinal: A doença intestinal provocada pelo antrax, surge depois da ingestão de carne contaminada e é caracterizada por uma inflamação aguda no intestino. Os sinais iniciais caracterizam-se por náuseas, perda de apetite, vômitos, febre seguida de fortes dores abdominais, vômitos contendo sangue, e diarreia, este tipo de contaminação leva à morte de 25 a 60% dos contaminados.

O antrax pode ser disseminado de pessoa para pessoa?

É extremamente remota a possibilidade de contágio directo de pessoa para pessoa.

Existe alguma forma de prevenir a infecção?

Em países onde o antrax é comum, e onde os níveis de vacinação dos animais é baixa, os humanos devem evitar o contacto com animais vivos e carne crua, deve-se ainda evitar o consumo de carne que não esteja devidamente cozinhada. Existe ainda uma vacina licenciada pelas autoridades de saúde, que apresenta uma taxa de eficiência de 93%.

O que é a vacina do antrax?

Esta vacina é produzida e distribuída pela BioPort Corporation, Michigan, USA. Esta não contém qualquer tipo de bactérias quer vivas quer mortas, contendo no máximo 2.4 mg de hidróxido de alumínio. Esta vacina foi concebida para animais e não para humanos.

Quem deve ser vacinado?

É recomendada a vacinação aos seguintes grupos:

Pessoas que trabalham directamente com o organismo no laboratório.

Pessoas que trabalham com carne importada de países com poucas restrições nesta matéria.

Pessoas que trabalham com carne e animais infectados em áreas de grande incidência da doença.

Pessoal militar deslocados para áreas onde o risco de exposição é elevado, quando é utilizado como arma biológica.

Qual o método de administração da vacina?

Esta é também uma arma biológica preferencial devido:

Existem poucas barreiras à produção

Baixo custo de produção do Antrax

Não necessita de grande conhecimento nem tecnologia para a sua produção

Fácil de produzir em larga escala

Fácil de torná-la numa arma

É extremamente estável. Pode ser armazenada por um período virtualmente indefinido sob a forma de pó, mantendo todas as suas características

Pode ser disperso por simples aerossol, ou em balística.

Existe de momento, uma baixa capacidade de detecção.

Vacina do Antrax

Evidência de segurança e eficiência contra a inalação de antrax

Acredita-se que são vários os países possuidores de armas biológicas, capazes de causar grande devastação entre indivíduos não protegidos. O *Bacillus anthracis*, agente causador do antrax, é um dos possíveis causadores de grande devastação caso seja utilizado.

A forma mais comum e natural de contaminação é a cutânea, causada por inoculação direta do organismo através da pele depois de contacto com animais, tecidos ou produtos animais contaminados. No entanto a forma de contração da doença em virtude de um ataque biológico seria através da inalação de esporos do bacilo. Esta forma da doença é normalmente fatal quando não tratada convenientemente. A incidência natural do antrax na população é muito baixa principalmente se estivermos a falar na forma contraída por inalação. Devido a estes factos é extremamente complicado o estudo dos efeitos da vacina nos humanos para tla são utilizados animais para os testes clínicos.

Historia da vacina (AVA)

A AVA administrada aos militares americanos foi aprovada pela FDA (Food and Drug Administration) desde 1970.

Descontaminação:

As recomendações relativas à descontaminação na seqüência de uma pulverização intencional de esporos de antrax são baseadas em evidencias sobre disseminação de um aerossol, sobrevivência dos esporos de antrax e exposição ambiental em Sverdlovsk. O grande risco para a saúde humana na seqüência aerossolização de esporos de antrax ocorre no período em que os esporos de antrax permanecem no ar, chamada *aerossolização primária*. O clima e o tipo de pulverização têm um papel muito importante no período durante o qual os esporos permanecem na atmosfera e a distância percorrida pelos mesmos antes de atingirem o solo ou se tornarem inofensivos. Em condições extremas de sobrevivência e persistência, o aerossol estará totalmente disperso num período compreendido entre 1 hora e 1 dia no máximo, bem antes de os primeiros sintomas serem detectados.

AIDS

AIDS é uma sigla em inglês que significa "Síndrome da Imunodeficiência adquirida". A Aids caracteriza uma doença que danifica o sistema imunológico do indivíduo (conjunto de órgãos e células especializadas responsáveis pela defesa do nosso organismo contra agentes agressores, como bactérias, fungos, vírus, etc.). Quando um indivíduo tem AIDS ele está sujeito a adquirir doenças causadas por um ou mais desses agressores.

O vírus causador da AIDS é o HIV. Após a penetração no organismo de um indivíduo, o vírus inicia o processo de destruição de um tipo de célula de defesa imunológico chamada linfócito T.

Essa célula funciona como um maestro, ou seja, é responsável por toda a coordenação da defesa imunológica. O HIV destrói a principal célula de defesa imunológica no combate a doenças infecciosas, inclusive o próprio HIV.

1) Transmissão

- O vírus é transmitido através de relações sexuais (anal, vaginal ou oral) sem o uso da camisinha.
- Na transfusão, recebe sangue contaminado.
- Usando a mesma agulha ou seringa de alguém infectado.
- Em transplante de órgãos, inseminação artificial e bancos de leite materno sem controle de qualidade.
- Em transplante de órgãos, inseminação artificial e bancos de leite materno sem controle de qualidade.
- De mãe infectada para filho durante a gravidez, parto e amamentação.

2) Não acontece a transmissão

- Bebendo no mesmo copo.
- Dormindo na mesma cama.
- Usando os mesmos talheres.
- Picada de inseto.
- Abraçando.
- Beijando.
- Doando sangue.

Em tempos de AIDS, o amor continua possível através do sexo seguro, com o uso correto da camisinha. Tem um ditado popular que diz: "Prevenir é melhor que remediar". Não coloque sua vida em risco e a de sua família. Seja responsável.

Qual a origem da epidemia de HIV/AIDS?

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi reconhecida em meados de 1981, nos EUA, a partir da identificação de um número elevado de pacientes adultos do sexo masculino, homossexuais e moradores de São Francisco ou Nova York, que apresentavam sarcoma de Kaposi, pneumonia por *Pneumocystis carinii* e comprometimento do sistema imune. Todos estes fatos convergiram para a inferência de que se tratava de uma nova doença, ainda não classificada, de etiologia provavelmente infecciosa e transmissível. Em 1983 o agente etimológico foi identificado: tratava-se de um retrovírus humano, atualmente denominado vírus da Imunodeficiência humana, HIV-1, que anteriormente foi denominado LAV e HTLV-III. Em 1986 foi identificado um segundo agente etimológico, também retrovírus, estreitamente relacionado ao HIV-1, denominado HIV-2. Embora não se saiba ao certo qual a origem dos HIV-1 e 2 sabe-se que uma grande família de retrovírus relacionados a eles está presente em primatas não-humanos na África sub-Sahariana. Todos os membros desta família de retrovírus possuem estrutura genômica semelhante, apresentando homologia em torno de 50%. Além disso, todos têm a capacidade de infectar linfócitos através do receptor CD4. Aparentemente o HIV-1 e o HIV-2 passaram a infectar o homem há várias décadas. O HIV-1 tem se mostrado mais virulento do que o HIV-2. numerosos retrovírus de primatas não-humanos encontrados na África têm mostrado grande similaridade com o HIV-1 e com o HIV-2. O vírus da Imunodeficiência símia (SIV) presente com muita frequência nos macacos verdes africanos é muito próximo ao HIV-2, sugerindo que ambos evoluíram de uma origem comum. Por estes fatos supõe-se que o HIV tenha origem geográfica africana e que sua disseminação se deve às características da sociedade contemporânea.

Quais as formas de transmissão do HIV?

As principais formas de transmissão do HIV são: sexual, por relações homo e heterossexuais; sangüínea, em receptores de sangue ou hemoderivados e em UDIV; e perinatal, abrangendo a transmissão da mãe para o filho durante a gestação, parto ou por aleitamento materno. Além destas formas mais frequentes há também a transmissão ocupacional, por acidente de trabalho em profissionais da área da saúde que sofrem ferimentos perfuro-cortantes contaminados com sangue de pacientes com infecção pelo HIV e, finalmente, há oito casos descritos na literatura de transmissão intradomiciliar nos quais não houve contato sexual nem exposição sangüínea pelas vias classicamente descritas.

A principal forma de exposição no mundo todo é a sexual, sendo que a transmissão heterossexual através de relações sem o uso de preservativo é considerada, pela OMS, como a mais frequente do ponto de vista global. Na África sub-Sahariana é a principal forma de transmissão. Nos países desenvolvidos a exposição ao HIV por relações homossexuais ainda é a responsável pelo maior número de casos, embora as relações heterossexuais estejam aumentando de importância na dinâmica da epidemia. Os fatores que aumentam o risco de transmissão do HIV numa relação heterossexual são: alta viremia ou Imunodeficiência

avançada; relação anal receptiva; relação sexual durante a menstruação; e concomitância de doenças sexualmente transmitidas, principalmente das ulcerativas. Sabe-se hoje que as úlceras resultantes de infecções como cancroide, sífilis, e herpes simples amplificam a transmissão do HIV.

A transmissão sangüínea associada ao uso de drogas IV é um meio muito eficaz de transmissão do HIV devido ao uso compartilhado de seringas e agulhas. Esta forma tem importância crescente em várias partes do mundo, como na Ásia, América Latina e no Caribe. Nos países industrializados também tem sido crescente a transmissão pelo uso de drogas IV, sendo que em alguns países como na Espanha já é a primeira causa de exposição ao HIV.

A transmissão através da transfusão de sangue e derivados tem apresentado importância decrescente nos países industrializados e naqueles que adotaram medidas de controle da qualidade do sangue utilizado, como é o caso do Brasil. A utilização de seringas e agulhas não descartáveis e não esterilizadas foi responsável por muitos casos no mundo todo, sendo que o episódio mais dramático ocorreu na Romênia, causando verdadeira epidemia de AIDS pediátrica.

A transmissão perinatal, decorrente da exposição da criança durante a gestação, parto ou aleitamento materno vem aumentando devido à maior transmissão heterossexual. Na África são encontradas as maiores taxas desta forma de infecção pelo HIV, de 30 a 40%, enquanto em outras partes do mundo, como na América do Norte e Europa se situam em torno de 15 a 29%. Os motivos desta diferença devem-se ao fato de que naquele continente a transmissão heterossexual é mais intensa e também ao aleitamento materno, muito mais freqüente do que nos países industrializados.

A transmissão ocupacional ocorre quando profissionais da área da saúde sofrem ferimentos perfuro-cortantes contaminados com sangue de pacientes soropositivos para o HIV. Estima-se que o risco de contrair o HIV após uma exposição percutânea a sangue contaminado seja de aproximadamente 0,3%. Os fatores de risco já identificados como favorecedores deste tipo de contaminação são: a profundidade e extensão do ferimento a presença de sangue contaminante visível no instrumento que produziu o ferimento o procedimento que resultou na exposição envolver agulha colocada diretamente na veia ou artéria de paciente HIV+; e, finalmente, o paciente fonte da infecção ser terminal. O uso da zidovudina após a exposição aparentemente reduz a chance de transmissão do HIV.

Nos casos intradomiciliares relatados, a transmissão foi atribuída, em seis pacientes, ao contato com sangue do paciente fonte. Em um caso a contaminação se deu após contato repetido com excretas e em um caso não foi estabelecida a via de infecção. A possibilidade deste tipo de transmissão implica na orientação rigorosa dos contatantes intradomiciliares quanto aos cuidados e precauções necessários no manuseio adequado de materiais contaminados com sangue, secreções e excretas e também quanto ao descarte de materiais perfuro-cortantes em recipientes rígidos, além da necessidade de manutenção de hábitos de higiene.

É certo que a transmissão por contato casual não ocorre?

Os meios alternativos de transmissão propostos incluem contato interpessoal não-sexual e não-percutâneo, também referido como contato casual, vetores artrópodes, fontes ambientais (aerossóis por exemplo) e objetos inanimados (fômites), além de instalações sanitárias.

Até o momento não foi possível evidenciar com segurança nenhum caso de infecção por HIV adquirido por qualquer destas vias teóricas de transmissão.

A investigação de 956 indivíduos co-habitantes de pacientes com AIDS, que freqüentemente compartilhavam objetos como copos, talheres, pratos, cortadores de unhas, pentes, toalhas, roupas, e facilidades domésticas como cozinha e banheiro; e referiam contato íntimo e freqüente incluindo beijos, abraços e cuidados de enfermagem não evidenciou nenhuma soroconversão resultante destas atividades.

Vale ressaltar que há seis casos descritos na literatura em que a soroconversão foi

atribuída aos contatos intradomiciliares como citado na questão 5 (seção 1).

Há raros relatos anedóticos de hipotética transmissão horizontal do HIV, porém estes não resistem a uma análise mais cuidadosa e as evidências são insuficientes para caracterizar formas não-tradicionais de transmissão.

Dados laboratoriais e epidemiológicos não provêm qualquer suporte à possibilidade teórica de transmissão por artrópodes atuando como vetores biológicos ou mecânicos. Não foi possível evidenciar qualquer multiplicação do HIV em artrópodes após inoculação intraabdominal, intratorácica ou após repasto de sangue infectado. Outros estudos mostraram ausência de replicação do HIV em linhagens celulares derivadas de artrópodes.

Estudos epidemiológicos nos Estados Unidos, Haiti e África Central não mostraram qualquer evidência de transmissão por vetores.

Conclui-se que formas alternativas de transmissão são altamente improváveis e que a experiência cumulativa é suficientemente ampla para se assegurar enfaticamente que não há qualquer justificativa para restringir a participação de indivíduos infectados de seus ambientes domésticos, escolares ou profissionais.

Os dados disponíveis permitem aos profissionais de saúde assegurar suas comunidades de que não há ameaça neste sentido.

A **AIDS**, ou "Síndrome da imunodeficiência adquirida" não é uma doença com seus sintomas característicos, mas sim um conjunto de doenças variadas podendo se manifestar de maneiras bem diferentes de indivíduo para indivíduo. É causada pelo vírus HIV (Human immunodeficiency virus), cuja ação principal é destruir as nossas defesas pessoais contra agentes estranhos ao nosso organismo. Nós possuímos em nosso sangue um batalhão de células brancas que ajudam a combater qualquer agente intruso em contato com o corpo. Essas células são chamadas linfócitos. Existem três tipos de linfócitos, sendo que o vírus HIV tem predileção pelo "linfócito auxiliador", que é justamente aquele que ajuda a produzir mais células para combater o agente inimigo. Com isso, quando uma pessoa adquire AIDS, seu organismo se torna totalmente sensível a qualquer doença, não tendo força necessária para eliminá-la.

Existem dois tipos de vírus da AIDS: o **HIV-1**, que é o mais difundido pelo mundo, e o tipo **HIV-2**, encontrado principalmente no oeste da África.

O que é?

Ao adquirir o vírus, a pessoa começa a apresentar sintomas que lembram bastante uma gripe, tais como dor de cabeça, febre, gânglios inchados ou mesmo vermelhidão na pele. Apenas 40% das pessoas apresentam esses sintomas, sendo que na maioria das pessoas a contaminação passa despercebida por um bom tempo. Somente de 3 a 6 meses após ter adquirido o vírus da AIDS é que a pessoa começa a desenvolver os anticorpos para combater o vírus. Passado algum tempo, a pessoa entra na fase latente da doença, em que não existe nenhuma evidência clínica de que a pessoa esteja doente. Porém o vírus pode ser detectado no sangue, bem como se notar a diminuição dos tais linfócitos auxiliares. Podem ocorrer sintomas mais brandos da doença, como herpes simples, herpes zoster, diarreias, febre baixa, sudorese intensa, perda de peso, além de infecções bacterianas, como pneumonias, tuberculose. Só depois de um certo período de tempo é que a pessoa começa a apresentar os sintomas mais graves da doença, com a resistência do organismo para combater infecções cada vez mais debilitada. Nesta fase o indivíduo começa a pegar doenças infecciosas bem raras, o que muitas vezes faz chamar a atenção para o diagnóstico da AIDS. Por exemplo, quando adquire pneumonia, em geral é por um organismo chamado *Pneumocystis carinii*, que só acomete pessoas bem debilitadas. Também é comum adquirir meningite, em geral causada por um fungo bastante raro chamado *Cryptococcus neoformans*, que é bem difícil de ser tratado. A tuberculose, que parecia estar sendo controlada no mundo, vem ganhando força total com o surgimento da AIDS, em que vários pacientes são acometidos. No cérebro podem aparecer abscessos, causados por um outro germe bastante raro, o *Toxoplasma gondi*. São muito frequentes as lesões na boca causadas pelo fungo *Candida albicans*, formando placas esbranquiçadas pela boca e garganta, bem como feridas causadas por Herpes. Na pele pode

aparecer o *Sarcoma de Kaposi*, que são manchas arroxeadas distribuídas pelo corpo, sendo que o grupo de pessoas que apresenta esta variedade da doença tem o melhor prognóstico. Em resumo, uma pessoa pode adquirir uma dessas doenças acima, ou ter a mesma várias vezes, com períodos de melhora, e a sua sobrevivência vai depender basicamente da resposta da pessoa aos antibióticos ou tratamentos indicados. Como essas doenças são bem graves, muitas vezes não se consegue combatê-las e a pessoa então acaba morrendo.

Tratamento

Não existe nenhum tratamento específico para a AIDS. O que se tem atualmente são medicamentos que impedem do vírus se replicar, como o AZT e poderosos coquetéis, que junto com uma série de medidas adotadas como uma boa dieta, exercícios regulares, manter hábitos regulares de descanso, ajudam a pessoa a ter uma melhor chance de sobrevivência. Segundo as pesquisas, quando uma pessoa adquire o vírus da AIDS, pode levar até 5 anos para começar a ter os primeiros sintomas. Depois de ter sido feito o diagnóstico de AIDS propriamente dita, ou seja, já na fase avançada da síndrome, a pessoa pode viver por volta de 4 anos ou menos, sendo que a média de duração de vida depois de ter adquirido o vírus é de 10 a 15 anos. Por muito tempo vem se divulgando as formas de se prevenir contra a AIDS. E a prevenção ainda é a melhor forma de combatê-la. Como se sabe, o vírus da AIDS pode ser transmitido pelo sangue, pelo contato sexual e da mãe para o feto, através da placenta. Com isso, a medida mais importante é o uso de preservativos durante a relação sexual, o uso de seringas descartáveis, evitar o uso de drogas injetáveis, principalmente utilizando-se a mesma agulha em outros indivíduos. No caso da mãe que possui o vírus da AIDS, existe uma chance de 30% dela passar o vírus para o feto através da placenta, então deve-se fazer um esforço para evitar que as mulheres infectadas fiquem grávidas.

DENGUE NO BRASIL

Dengue, doença infecciosa tropical e subtropical, caracterizada por febre e dor intensa nas articulações e músculos, inflamação dos gânglios linfáticos e erupção da pele. O agente causador é um vírus transmitido de pessoa a pessoa pelos mosquitos do gênero *Aedes*, principalmente o *Aedes aegypti*. Há quatro tipos de vírus causadores da dengue. O nome da doença se deve ao fato de que, ao atacar as articulações, faz o paciente mover-se com um andar requebrado ("dengoso" ou "cheio de dengues").

O mosquito se infecta ao picar uma pessoa contaminada e, após oito a 11 dias incubando o vírus, pode transmiti-lo a outra pessoa. A forma mais grave da doença é a dengue hemorrágica, que causa hemorragia gastrointestinal e das mucosas e pode provocar choque e até a morte. O vírus responsável pela forma hemorrágica chegou ao Brasil em meados da década de 1980, depois de ter provocado uma epidemia em Cuba.

A guerra e as migrações provocaram um aumento dos casos de leishmaniose visceral. O comportamento humano está associado à explosão das doenças sexualmente transmissíveis. O grande avanço nos transportes possibilita também maior intercâmbio de microorganismos e de seus transmissores, como os insetos que transmitem dengue e malária. A construção de represas vem sendo associada ao aumento de casos de esquistossomose e a surtos de febre do vale do Rift. O crescimento populacional, associado a um processo de urbanização descontrolada, contribuiu para a disseminação da dengue e da cólera. Alterações no clima parecem ter sido responsáveis por surtos de síndrome pulmonar por hantavírus.

Aedes aegypti, principal transmissor da dengue e da febre amarela urbana. Oriundo do Velho Mundo, esse mosquito acompanhou o homem em sua migração pelos continentes. Atualmente é considerado um mosquito cosmopolita, encontrado nas regiões tropicais e subtropicais, principalmente em locais de grande concentração humana.

No Brasil, o *Aedes aegypti* foi introduzido no período colonial e causou sérias epidemias de febre amarela urbana. Em 1955, foi erradicado do país. Contudo, como outros países do

continente não tiveram a mesma preocupação, o mosquito foi reintroduzido em 1967, iniciando logo depois uma alarmante propagação da dengue. Hoje, ocorre nos estados litorâneos, no Centro-Oeste, em Minas Gerais e em Tocantins.

Febres hemorrágicas, grupo de doenças agudas, de origem viral. São as mais preocupantes moléstias emergentes, por provocarem extensas epidemias e apresentarem índices altos de mortalidade. As mais conhecidas no Brasil são a febre amarela, hoje restrita à sua forma silvestre, e a síndrome hemorrágica da dengue, ou dengue hemorrágica. Outras três famílias de vírus também causam essas doenças: arenavírus, bunyavírus e filovírus. Entre os primeiros, figuram os vírus Junin, Machupo e Sabiá, responsáveis pelas febres hemorrágicas argentina, boliviana e brasileira. Entre os segundos, destacam-se os hantavírus, que causam síndrome pulmonar e febre hemorrágica com síndrome renal, ambas já registradas no país. Dos filovírus, o mais conhecido é o Ebola, que provocou surtos na África.

Veja o Texto a seguir:

O vetor do dengue

O dengue é transmitido pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, que também é vetor da febre amarela. Qualquer epidemia das duas doenças está diretamente ligada à concentração do mosquito, ou seja, quanto mais desses insetos, mais elas se farão presentes.

O *Ae. aegypti* surgiu na África (provavelmente na região nordeste) e de lá espalhou-se para Ásia e Américas, principalmente através do tráfego marítimo. No Brasil, chegou no século XVIII com as embarcações que transportavam escravos, já que os ovos do mosquito podem resistir, sem estar em contato com a água, por até um ano.

Em 1955, uma grande campanha realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde chegou a erradicar o *Ae. aegypti* do Brasil e de diversos outros países americanos. No entanto, a campanha não foi completa e o mosquito permaneceu presente em várias ilhas do Caribe, Guianas, Suriname, Venezuela e sul dos Estados Unidos, de onde voltou a espalhar-se. No fim da década de 70, o Brasil novamente contava com a presença do vetor em suas principais metrópoles.

Hoje em dia, considera-se a erradicação do *Ae. aegypti* praticamente impossível devido ao crescimento da população, ocupação desordenada do ambiente e à falta de infra-estrutura dos grandes centros urbanos. A industrialização também dificulta o enfrentamento desse tipo de inseto, já que os novos produtos descartáveis por ela produzidos (tais como copos e garrafas de plástico) são eliminados de forma incorreta e acabam por transformar-se em possíveis focos para a multiplicação do *Ae. aegypti*. Assim, o máximo que se pode fazer é controlar a presença do mosquito.

O *Ae. aegypti* tem se caracterizado como um inseto de comportamento estritamente urbano, sendo raro encontrar amostras de seus ovos ou larvas em reservatórios de água nas matas. Mesmo assim, macho e fêmea alimentam-se da seiva das plantas, presentes, sobretudo, no interior das casas, apesar de só ela picar o homem em busca de sangue para maturar os ovos. Em média, cada *Ae. aegypti* vive em torno de 30 dias e a fêmea chega a colocar entre 150 e 200 ovos de cada vez. Ela é capaz de realizar inúmeras posturas no decorrer de sua vida, já que copula com o macho uma única vez, armazenando os espermatozoides em suas espermatecas (reservatórios presentes dentro do aparelho reprodutor). Uma vez com o vírus da dengue, a fêmea torna-se vetor permanente da doença e calcula-se que haja uma probabilidade entre 30 e 40% de chances de suas crias já nascerem também infectadas.

Os ovos não são postos na água, e sim milímetros acima de sua superfície, em recipientes tais como latas e garrafas vazias, pneus, calhas, caixas d'água descobertas, pratos de vasos de plantas ou qualquer outro que possa armazenar água de chuva. Quando chove, o nível da água sobe, entra em contato com os ovos que eclodem em pouco mais de 30 minutos. Em um período que varia entre cinco e sete dias, a larva passa por quatro fases até dar origem a um novo mosquito.

Experiências demonstram que a melhor oportunidade para enfrentar o *Ae. aegypti* se dá na fase larval, pois o mosquito tem apresentado resistência aos inseticidas. A presença dos mosquitos depende muito das condições climáticas (mais chuvas, mais mosquitos) e de políticas públicas. Especialistas ainda consideram os guardas sanitários a melhor maneira de controlar a presença do *Ae. aegypti*, pois somente visitas periódicas feitas de casa em casa são eficientes para combater o mosquito e ensinar a população a enfrentar o inseto. Além disso, faz-se necessário um constante monitoramento de terrenos baldios, casas abandonadas e quaisquer outros logradouros que possam servir de possíveis focos para a procriação do vetor do dengue.

Perguntas mais freqüentes (respondidas por Anthony Guimarães):

1) Por que o DDT e a utilização de aviões e helicópteros (como já ocorreu nos EUA) é eficiente para outros mosquitos e ineficiente para combater o *Ae. aegypti*?

R: Nos EUA, e em outros lugares, o uso de aviões para pulverizar inseticida destina-se ao controle de insetos, inclusive mosquitos, que freqüentam rotineiramente ambientes extradomiciliares (fora das casas). O *Ae. aegypti* permanece quase que exclusivamente dentro das casas, onde inseticidas pulverizados de avião não atingem. Nos EUA o controle visava o transmissor da Febre do Nilo, um mosquito do gênero *Culex* e que não vive dentro das casas.

2) Qual o ambiente preferido pela fêmea. Em quais condições (temperatura, ventos) ela não sobrevive ou não se torna ativa? Onde elas são mais comumente encontradas?

R: As fêmeas e os machos (que geralmente acompanham as fêmeas) ficam dentro das casas (sob mesas, cadeiras, armários etc.). A temperatura ideal fica em torno dos 24 e 28 °C. Temperaturas acima dos 32 °C e abaixo dos 18 °C costumam inibir a atividade do *Ae. aegypti* e quando ficam acima dos 40 °C e abaixo dos 5 °C são letais.

3) Há possibilidade de outra espécie de *Aedes* transmitir dengue? Se existe, até aqui, o que impede isso de acontecer?

R: Sim. O *Ae. albopictus* também pode transmitir dengue. A transmissão não é comum porque o *Ae. albopictus* não costuma freqüentar o domicílio como o *Ae. aegypti*.

4) Das formas de prevenção (complexo B, borra de café, água sanitária, levedo de cerveja, vela de andiroba, repelentes, inseticida caseiro etc), quais são realmente eficientes?

R: Levedo de cerveja e complexo B não devem ser utilizados, pois, nas dosagens capazes de afugentar os mosquitos, podem ser prejudiciais à saúde. Borra de café pode ser eficiente dentro de uma rotina periódica a cada dois dias. Água Sanitária não tem se mostrado eficaz nas dosagens preconizadas (uma colher de chá para um litro d'água), em altas concentrações pode matar a larva em 24h. Vela de andiroba tem eficácia parcial e pode ser usada em ambientes fechados com no máximo 12 metros quadrados. Repelentes e inseticidas caseiros podem ser usados seguindo as recomendações da embalagem ou recomendação médica no caso de crianças e pessoas sensíveis.

5) Existe algum meio natural para combater o *Ae. aegypti*? Tais como vermes que parasitam as larvas, predadores naturais etc.

R: O mecanismo natural mais eficaz para o *Ae. aegypti* é o bioinseticida BTI (*Bacillus thuringiensis israelensis*), que ataca a larva do *Ae. aegypti* e pode ser utilizado em reservatórios domésticos, inclusive caixa d'água. Predadores naturais (larvas e ninfas de insetos, nematódeos, pequenos vertebrados), que também atacam as larvas de mosquitos, não se criam em reservatórios domésticos, onde estão as larvas do *Ae. aegypti*.

6) Até que ponto a utilização de venenos, como o DDT e os larvicidas podem afetar o meio ambiente? Quais (se existirem) seus efeitos colaterais?

R: Qualquer inseticida usado indiscriminadamente traz danos ao meio ambiente. O contato direto e permanente com produtos químicos pode ocasionar desequilíbrio ambiental e problemas a saúde do homem. Por esse motivo o uso desses inseticidas é restrito aos órgãos governamentais ou credenciados, que possuem equipes de técnicos capazes de eleger a dosagem e o inseticida a ser utilizado.

7) O vírus causa problemas ao mosquito?

R: Não.

8) Como é o ciclo do vírus dentro do mosquito?

R: Para se tornar infeccioso ao homem o vírus passa por um período de incubação no mosquito de 10 dias. Após essa fase o mosquito estará infectado para o resto da vida e transmitirá o vírus em todas as picadas que realizar.

9) Quais as principais linhas de pesquisa desenvolvidas na Fiocruz em relação ao Aedes?

R: O *Ae. aegypti* talvez seja o mosquito mais bem estudado até hoje. O seu controle está diretamente relacionado à eliminação dos criadouros domésticos, considerando-se os conhecimentos existentes sobre a sua biologia. No campo da entomologia (parte da ciência que estuda os insetos), a Fiocruz vem desenvolvendo várias linhas de pesquisa sobre a biologia e ecologia de mosquitos vetores de doenças no Brasil:

1. Potencialidade de espécies silvestres transmissoras de arboviroses e malária conviverem com o homem em áreas peri-urbanas, rurais e turísticas.

2. O impacto causado pela construção de hidrelétricas, atividades de mineração (inclusive garimpos clandestinos) e assentamento de novos colonos ("sem terra") em áreas com alto risco de doenças transmitidas por mosquitos (malária, febre amarela silvestre e outras arboviroses).

3. Estudos sobre a biologia e ecologia de mosquitos em ambiente silvestre (Parques Nacionais e Estaduais), visando fornecer subsídios para o controle daqueles que eventualmente venham a transmitir doenças ao homem.

Fonte: Anthony Érico Guimarães, entomologista da Fiocruz

CIÊNCIAS

A CORRIDA ESPACIAL

Ninguém sabe, exatamente, quando o homem teve pela primeira vez o desejo de voar.

Sabemos que é uma ambição muito antiga. A mitologia, a arte e a literatura de todas as épocas estão repletas de imagens de homens-pássaros e do anseio humano de alcançar os céus. No século XX, este desejo estava latente no grande esforço tecnológico empreendido no período da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética disputavam quem obteria primeiro maior domínio e conhecimento do espaço. O programa mostra as principais conquistas das superpotências na busca da supremacia espacial. Depoimentos do jornalista José Arbex Jr.

Ninguém sabe, exatamente, quando o homem teve pela primeira vez o desejo de voar. Sabemos que é uma ambição muito antiga. A mitologia, a arte e a literatura de todas as épocas e culturas estão repletas de imagens de homens-pássaros e do anseio humano de alcançar os céus.

A corrida espacial nos remete ao desenvolvimento tecnológico do século XX, particularmente do período da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética disputavam quem obteria primeiro maior domínio e conhecimento do espaço. É claro que essa disputa tinha um significado científico e militar. Mas não era só isso. Talvez mais importante do que o aspecto da estratégia, havia também uma profunda questão psicológica e cultural envolvida. Para entender por quê, vamos fazer uma pequena viagem no tempo.

De Ícaro a Isaac Newton

Uma das figuras mais célebres da mitologia é Ícaro, filho do arquiteto Dédalo de Creta. Para que Ícaro fugisse da ilha onde estava aprisionado, seu pai construiu-lhe asas de cera. Ícaro conseguiu escapar, mas sua ambição o levou a um vôo tão alto que o Sol acabou por derreter a cera. Ícaro caiu no mar e morreu.

Num tempo bem mais recente e real, o homem tentou construir máquinas de voar. O gênio renascentista Leonardo Da Vinci, no início do século XVI, desenhou esquemas de

aparelhos muito parecidos com os atuais helicópteros. O artista estudou a anatomia dos pássaros e seus movimentos de vôo. Apesar de avançadas, as concepções de Da Vinci não saíram do papel porque faltava-lhe o conhecimento das leis fundamentais da aerodinâmica, que seriam

formuladas muito posteriormente.

Na mesma época, o astrônomo polonês Nicolau Copérnico causou um grande escândalo ao propor um modelo do sistema solar em que o centro seria o Sol e não a Terra, como pregava a Igreja Católica.

No século XVII, a investigação do espaço tornou-se mais fácil com o telescópio aperfeiçoado por Galileu. Em algumas semanas, o fundador da ciência experimental moderna foi capaz de fazer um mapa da face visível da Lua. Galileu teve sérios problemas com a Santa Inquisição por sustentar que os planetas se moviam e, principalmente, por apoiar a teoria heliocêntrica de Copérnico.

Para a Igreja, as estrelas e os planetas estavam todos fixos na abóbada celeste, e a Terra era o centro do Universo. Na mesma época, o astrônomo alemão Johannes Kepler calculava a órbita elíptica dos planetas. Alguns anos depois, ainda no século XVII, o físico inglês Isaac Newton viria a formular as leis da atração da gravitacional e do movimento dos corpos celestes.

A conquista do espaço e a literatura

À medida que o desenvolvimento da ciência tornava mais viável o sonho de voar, crescia o interesse da literatura pelo assunto. Nos séculos XVIII e XIX, grandes escritores tentaram captar a força dos sentimentos quase mágicos provocados pela chamada "conquista do espaço". Em 1865, o romancista francês Jules Verne, um dos pioneiros da ficção científica, lançou o livro "Da Terra à Lua". Conta a história de um homem enviado ao espaço dentro de uma cápsula, impulsionada por uma espécie de canhão gigante.

Em 1898, o escritor e historiador Inglês H.G. Wells publicou o livro "A Guerra dos Mundos", abordando a possibilidade de vida em outros planetas. A obra seria a inspiração de Orson Welles em seu célebre programa de rádio de 1938. O programa, que provocou pânico nos Estados Unidos, simulava o ataque de Nova York por invasores marcianos.

Santos-Dumont

Quando o assunto é a conquista do espaço, a primeira coisa que normalmente nos vem à cabeça são os grandes foguetes. Mas antes deles houve um longo processo de invenções e descobertas, desde os primitivos mísseis usados pelos chineses contra o exército de Kubilai Khan, no século XIII, até as máquinas voadoras mais pesadas que o ar.

Nesse sentido, a história da conquista espacial daria um grande salto em 1901, ano em que o engenheiro brasileiro Alberto Santos-Dumont fez um pequeno vôo em torno da Torre Eiffel, em Paris. A façanha foi a bordo de um balão de hidrogênio equipado com um pequeno motor a gasolina. A experiência, que deu fama a Santos-Dumont, coroou um longo trabalho para tornar dirigíveis os aparelhos mais leves que o ar.

Mas o grande êxito do inventor brasileiro seria obtido em outubro de 1906, com o histórico vôo do 14-Bis. Pela primeira vez, um aparelho mais pesado que o ar foi capaz de levantar vôo por meios mecânicos próprios. Começava ali uma nova fase na história da humanidade. O que Santos-Dumont não calculou foi o potencial destrutivo de seu invento, quando utilizado como arma de guerra.

Para desgosto do Pai da Aviação, já na Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, era evidente o significado bélico da conquista do ar. Naquela época, a falta de instrumentos precisos de balística para determinar a trajetória das bombas contribuiu para a devastação de centros urbanos e para a morte de um número assombroso de civis. A humanidade estava ingressando na era da alta tecnologia de destruição.

Dos monomotores aos bombardeiros

Depois da Primeira Guerra, a indústria da aeronáutica experimentou um extraordinário crescimento. Dos pequenos monomotores a hélice de 1914, a indústria militar passou à fabricação de bombardeiros de grande porte.

Na Segunda Guerra Mundial, os aviões tinham capacidade de transportar um número expressivo de pára-quedistas, de interceptar aeroplanos e de lançar detonadores de minas submarinas inimigas. Além disso, os alemães já contavam com o primeiro avião a jato, criado em 1928. O modelo deu origem ao jato de combate He-280, utilizado na Segunda Guerra a partir de 1941.

O grande salto qualitativo na conquista do espaço, no entanto, seria representado pelo sinistro foguete V-2, concebido no fim dos anos 30 pelo físico alemão Werner Von Braun. A "arma da vingança", como ficou conhecido o V-2, era movida a combustível líquido e possuía um alcance de 322 quilômetros. A simples existência do armamento deixava a Europa em pânico. Mais de 4 mil foguetes V-2 foram lançados contra Londres, entre setembro de 1944 e março de 1945. A pesquisa necessária à fabricação do V-2 viria a ser utilizada no desenvolvimento da tecnologia espacial soviética e americana durante a Guerra Fria.

Bomba atômica: lado sinistro da corrida espacial

No fim da Segunda Guerra, o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos e tomava contato com um novo e aterrorizante elemento, a bomba atômica. Em agosto de 45, ela foi mostrada à opinião pública da forma mais trágica possível: dizimando milhares de vidas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

As imagens da bomba acabaram se tornando um marco na história da humanidade. Mais do que nunca, para os líderes mundiais, a sobrevivência de uma nação, ou de um bloco econômico, parecia depender essencialmente do conhecimento científico e tecnológico.

Não por acaso, os melhores cientistas do Terceiro Reich foram cortejados por soviéticos e americanos, ávidos por seus conhecimentos. Werner von Braun, por exemplo, foi para os Estados Unidos. A valorização dos especialistas mostrava o apogeu do poder da ciência. Socialistas e capitalistas acusavam-se mutuamente, mas os líderes dos dois sistemas tinham em comum a visão de que o importante era investir em pesquisas. Mas esse interesse todo pela ciência não era uma novidade.

A ciência a serviço do desejo de voar

Desde que o matemático e filósofo francês René Descartes formulou seu famoso aforismo, "penso, logo existo", os teóricos da cultura ocidental passaram a duvidar de tudo o que não se pudesse comprovar cientificamente. A partir da visão racionalista do mundo, inaugurada no século XVII com o Iluminismo, o progresso humano passou a ser medido segundo os padrões dos cientistas, apesar de todos os dogmas da Igreja. Assim, nada mais natural do que o homem esperar da ciência a resposta ao seu anseio de voar.

"É claro que havia na corrida espacial um forte componente simbólico de prestígio e poder. O bloco que primeiro dominasse o espaço provaria sua superioridade científica. E como era a capacidade científica que media o progresso, quem dominasse primeiro o espaço provaria ao mundo que tinha o sistema mais perfeito, mais capaz de realizar os sonhos do homem.

O progresso científico, por si só, parecia suficiente para justificar e legitimar um determinado sistema."

**José Arbex Jr.
jornalista**

Na verdade, quando falamos sobre os anos que vieram logo depois da Segunda Guerra, e sobre blocos econômicos, estamos tratando também do início do período da Guerra Fria. Nos Estados Unidos, a idéia da felicidade no dia-a-dia estava muito associada ao progresso técnico e científico. Os meios de comunicação difundiam a imagem de que só poderia ser feliz o americano que tivesse em casa todos os eletrodomésticos disponíveis no mercado, além de pelo menos um automóvel na garagem. Coisas de um consumismo assumido que não existia nos países socialistas.

Sputnik-1, Sputnik-2... O avanço soviético

Com esses valores materiais em alta, o Ocidente, e em particular os americanos, foram surpreendidos pelo anúncio do projeto espacial soviético "Sputnik". Acostumados a conviver com a tecnologia de ponta, tiveram de aceitar a vantagem da União Soviética na corrida ao

espaço. A data: 4 de outubro de 1957.

Dois anos antes, em julho de 55, o presidente Dwight Eisenhower havia se comprometido publicamente a lançar, antes de qualquer outro país, um satélite para estudar os fenômenos atmosféricos. E, para a opinião pública, as promessas similares feitas pelo líder soviético, Nikita Khrushchev, soavam como um mero jogo de propaganda. Por isso, o lançamento do Sputnik, uma pequena esfera de alumínio de 84 quilosequipada com um transmissor, calou os

americanos. E os soviéticos queriam mais. Um mês depois, em 3 de novembro de 57, subia aos céus o Sputnik-2. Dessa vez, uma cápsula de meia tonelada levava a bordo a célebre cachorrinha da raça Laika. Ela permaneceu dez dias no espaço, acoplada a instrumentos para medir a pressão arterial, os batimentos cardíacos e outras reações neurofisiológicas. A surpresa do Ocidente com o avanço tecnológico representado pelo Sputnik devia-se em boa parte ao perfil histórico da União Soviética. Até 1917, ano da revolução socialista, a Rússia era um país atrasado do ponto de vista econômico e científico. O regime absolutista dos czares mantinha a maioria da população em situação de miséria e ignorância. Depois da revolução de outubro de 17, o país viveria períodos de guerra civil e seria parcialmente destruído pelo exército de Hitler na Segunda Guerra Mundial. Calcula-se que, entre 1917 e 1945, tenham morrido pelo menos 50 milhões de pessoas na União Soviética.

Explorer, Nasa... A reação norte-americana

Diante de todos esses fatores, o salto dos soviéticos na corrida espacial parecia ainda mais grandioso. Para os Estados Unidos, era necessário reagir com urgência. Em 31 de janeiro de 1958, depois de uma tentativa fracassada, os americanos finalmente colocaram em órbita o seu primeiro satélite artificial, o Explorer. O pequeno aparelho, de 13,6 kg, levava instrumentos para medir raios cósmicos, temperaturas e colisões de meteoritos. O foguete de lançamento do Explorer, o Juno-1, era na verdade apenas um míssil modificado por Von Braun. Outra medida do presidente Eisenhower na contra-ofensiva americana foi a criação da Nasa, sigla em inglês de *Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço*, em outubro de 58. O objetivo era centralizar as pesquisas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Em janeiro de 59, os soviéticos deram uma nova demonstração de seu avanço tecnológico com o lançamento do projeto Luna, ou Lunik, voltado a pesquisas sobre a Lua. Os primeiros resultados expressivos chegaram em outubro do mesmo ano de 59: o Luna-3 contornou a Lua a uma altura de 7.000 quilômetros e fotografou pela primeira vez o lado escuro do satélite natural.

Gagarin, o primeiro homem no espaço

Em abril de 1961, mais um salto tecnológico da União Soviética: subia aos céus a Vostok, primeira nave pilotada por um ser humano. O cosmonauta era Yuri Gagarin, um jovem piloto de 26 anos. Durante cerca de 90 minutos, ele viajou em órbita da Terra a uma altura média de 320 quilômetros. Com Gagarin, a humanidade teve acesso a novos conhecimentos e aprendeu que a Terra é uma imensa bola azul. Nas ruas de Moscou, a população foi ao delírio.

Em resposta, o presidente americano John Kennedy, em maio de 61, prometeu que em menos de uma década um astronauta dos Estados Unidos pisaria o solo da Lua. As palavras de Kennedy ditaram o ritmo e a estratégia do programa espacial americano. O que estava em jogo não era apenas uma questão de natureza científica. O problema era essencialmente político.

1962: a crise dos mísseis

Em 62, no mês de outubro, a Guerra Fria chegou a um nível preocupante com a crise dos mísseis em Cuba. Os Estados Unidos reagiram energicamente à iniciativa soviética de instalar uma plataforma nuclear em território cubano, a apenas 150 quilômetros da costa norte-americana. A União Soviética recuou, mas o mundo sentiu pela primeira vez o perigo real de um confronto nuclear entre as superpotências. Mais do que nunca, a conquista do espaço e das tecnologias dos foguetes tornava-se um objetivo prioritário para os governos de Washington e de Moscou. Enquanto os americanos investiam em vôos tripulados para a Lua, os soviéticos preferiam trabalhar com robôs nas missões lunares. Em 1966, o foguete Luna-9

pousava no satélite natural. Pouco depois, o Luna-10 tornava-se o primeiro aparelho a entrar em órbita da Lua. Em 1970, com os veículos automáticos Lunokhods, os soviéticos obtiveram várias amostras da superfície lunar. Do lado americano, o projeto Ranger deu novo impulso ao programa espacial, enviando da Lua, em 65, mais de 17 mil fotos de alta resolução, permitindo novas pesquisas. A "conquista da Lua" dividiu-se em 3 programas, o Mercúrio, o Gemini e o Apolo, cada um responsável pelo desenvolvimento de determinadas etapas de um voo tripulado.

Acidentes nos EUA e na URSS

Mesmo com todas as precauções, uma tragédia abalou os Estados Unidos, em janeiro de 67. Durante uma decolagem simulada, um incêndio provocado por um curto-circuito destruiu a nave Apolo-1, matando os três astronautas a bordo. Em maio do mesmo ano, os soviéticos também passaram por momentos desoladores com a queda da nave Soyuz-1, durante a manobra de retorno à Terra. O acidente provocou a morte do cosmonauta Wladimir Komarov.

Sucesso no cinema e na TV

A Lua, na verdade, não era o único objetivo das superpotências. Nos anos 60 foram lançados vários aparelhos para Marte, Vênus e Mercúrio. Alguns se perderam para sempre, e outros conseguiram enviar dados importantes sobre a superfície e a atmosfera dos planetas.

O fato é que tudo isso alimentava o clima de excitação na opinião pública. A indústria de entretenimento, aproveitando a onda, lançou séries de TV e filmes de cinema de grande sucesso.

O filme "Solaris" é considerado um clássico de ficção científica do cinema soviético. Foi produzido em 72, um pouco depois do clássico inglês "2001 - Uma Odisseia no Espaço". Na literatura, entre os autores da segunda metade do século XX destaca-se Isaac Asimov, escritor e bioquímico norte-americano de origem russa. Ele produziu mais de trezentas obras, entre elas clássicos como "Eu, Robô" e "Nove Amanhãs".

O sucesso de livros e filmes mostra que o imaginário coletivo estava repleto de fantasias sobre os outros mundos. Não foi à toa que, justamente nessa época, nos anos 60, multiplicaram-se os casos de pessoas afirmando ter visto discos voadores.

Na ficção científica e na imaginação das pessoas era fácil viajar Universo adentro, mas na realidade o homem precisou trabalhar muito até chegar o grande momento: o desembarque de um astronauta em solo lunar.

Apollo 11 - o homem na Lua

Apollo 11, ano de 1969. "Um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade". Com essa célebre frase, o astronauta Neil Armstrong registrou o momento em que pisava o solo da Lua, em companhia do piloto Edwin Aldrin. O terceiro astronauta, Michael Collins, permaneceu a bordo da nave. A Terra inteira acompanhou pela TV, naquele 20 de julho, uma das mais fascinantes experiências vividas pelo homem.

Depois da descida na Lua, a corrida espacial perdeu grande parte de seu fascínio. Os contribuintes americanos começaram a questionar o alto custo desse tipo de empreendimento, que apresentava resultados menos emocionantes que os filmes e seriados de ficção científica.

Guerra Fria x Pacifismo

A própria Guerra Fria começou a cansar a opinião pública. No final dos anos 60, os movimentos pacifistas realizaram grandes manifestações nos Estados Unidos e na Europa. Na França, a temperatura esquentou com o movimento estudantil de maio de 68.

No bloco socialista não foi muito diferente. Na Tchecoslováquia, os jovens saíram às ruas em defesa da chamada "Primavera de Praga", um período liberal estimulado pelo dirigente tcheco Alexander Dubcek.

De um modo geral, a opinião pública, de leste a oeste, já não aceitava a velha fórmula do Bem e do Mal, do capitalismo versus comunismo, propagada dos dois lados no auge da Guerra Fria.

Nos Estados Unidos, o incidente com a Apollo-13, em abril de 1970, fez diminuir o

prestígio da Nasa junto aos americanos. Por pouco os três tripulantes da missão não perderam a vida por causa da explosão num tanque de combustível.

Na União Soviética, o programa espacial entrou em nova fase com o projeto Salyut, de implantação de uma estação espacial em forma de módulos. Os Estados Unidos lançariam um projeto semelhante, o Skylab, em 1973.

Anos 70: distensão entre as superpotências

Na diplomacia, as relações entre as superpotências começaram a refletir o novo clima de distensão. Em 1972, o presidente americano Richard Nixon e o dirigente soviético Leonid Brejnev inauguraram, com o Salt-1, uma série de acordos para a limitação e a redução dos arsenais nucleares dos dois países.

Em 17 de julho de 1975, a atmosfera de paz foi celebrada no espaço. Numa operação de 250 milhões de dólares, astronautas americanos e cosmonautas russos acoplaram suas naves num ponto sobre o Oceano Atlântico, a mil quilômetros da costa de Portugal. Durante dois dias, as tripulações trocaram visitas e realizaram experimentos em conjunto. Esse viria a ser o acontecimento mais significativo da indústria espacial nos anos 70.

Mas os lances emocionantes das aventuras fora da Terra ficariam por conta de Hollywood.

Reagan e a Guerra nas Estrelas

Em abril de 1983, a corrida espacial ganhava novamente as manchetes dos jornais. O presidente americano, Ronald Reagan, anunciou o projeto "Iniciativa de Defesa Estratégica", que previa a criação de um escudo espacial em torno da Terra, munido de armamentos capazes de interceptar mísseis. A idéia, considerada mirabolante pela opinião pública, teria um custo de 200 bilhões de dólares. Em poucos meses, o projeto, apelidado de "Guerra nas Estrelas", acabou caindo no esquecimento.

O ânimo beligerante do presidente Reagan seria dramaticamente esfriado em janeiro de 1986. O ônibus espacial Challenger explodia em pleno ar, segundos após o lançamento, diante da assistência aterrorizada de milhões de americanos. Sete tripulantes perderam a vida, entre eles uma professora de 38 anos. Mais discreta, a União Soviética dava seqüência ao programa espacial com o projeto Mir, lançado em fevereiro de 86. Eram módulos semelhantes ao

Salyut, destinados à longa permanência dos cosmonautas no espaço.

"Em dezembro de 1988, entrevistei em Moscou o cosmonauta Yuri Romanenko, que ficou 326 dias, 11 horas e 38 minutos a bordo da Mir, quebrando na época o recorde de permanência de um homem no espaço. Romanenko disse-me que, na Mir, ele contava com um quarto confortável para dormir, além de espaço para ginástica. O cosmonauta fazia contato com os familiares na Terra através de naves de apoio, não tripuladas, que levavam e traziam objetos, cartas, fitas de vídeo e até comidinhas caseiras autorizadas pelos médicos. A título de curiosidade, Romanenko afirmou que sempre sabia quando sobrevoava o Brasil, por causa de fortes explosões de luz sobre o país. Um detalhe que nunca me foi esclarecido por nenhum cientista".

José Arbex Jr.
jornalista

Os programas espaciais e a pesquisa

Hoje, sem Guerra Fria e até sem União Soviética, a Mir é um ponto de apoio para missões conjuntas de vários países. Uma plataforma de onde o homem pode dirigir seu olhar para mais longe. Na verdade, nos últimos anos as principais verbas dos programas espaciais têm sido aplicadas no aperfeiçoamento dos satélites de comunicação, que hoje contam-se aos milhares em volta da Terra.

De qualquer modo, sondas enviadas pelo homem continuam pesquisando planetas, estrelas e fenômenos em distâncias remotas, numa tentativa de satisfazer a curiosidade humana, provavelmente infinita como o Universo.

Fonte: alo escola, tv cultura

Efeito Estufa

Atualmente, as principais ameaças à atmosfera são o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, a desertificação, a extinção de espécies, o acúmulo de lixo e a poluição (Marcondes, A.C. , 1992). Entretanto, é muito importante notarmos que todos esses itens ameaçadores estão correlacionados , de forma que o agravamento em um deles provocará consequências em todos os outros.

Efeito Estufa : incremento na temperatura global, causado pelo acúmulo de certos gases ricos em carbono na atmosfera, principalmente metano, gás carbônico e CFC. Esses gases retêm parte da energia irradiada pelo planeta, elevando a temperatura. O gás carbônico, apesar de ser necessário no processo de fotossíntese, torna-se tóxico em elevadas concentrações. Como principais fatores causadores da elevação do gás carbônico na atmosfera, podemos citar: QUEIMADAS (das matas e de combustíveis fósseis), e o lançamento de partículas sólidas na atmosfera, por atividade vulcânica e por queima de carvão (aerossóis). Para evitar o aumento da temperatura terrestre, necessita-se diminuir as emissões de carbono e impedir a devastação das florestas (questões políticas complicadas) (Marcondes, A.C. 1992).

Buraco na Camada de Ozônio : A camada de ozônio funciona como um escudo em torno do nosso planeta , pois impede que radiações nocivas cheguem até ele. (Marcondes, A.C. 1992). O buraco nesta camada foi descoberto em 1970 e , entre as causas principais, estão o CFC (clorofluorcarbonos) e os óxidos de nitrogênio liberados na queima de combustíveis fósseis. Essa destruição na camada de ozônio ocasionará, entre outras coisas, uma mudança do clima terrestre (Marcondes,1992). Outro fator diretamente envolvido na mudança climática é certamente o desmatamento. Mutações genéticas devidas a radiação nociva incidente aumentarão, ocasionando ao Homem um aumento nos casos de câncer de pele.

Desertificação : Processo de transformação de uma região em deserto (Marcondes,1992). Há uma relação direta entre desmatamento , desertificação e regime de chuvas de uma região. Com o desmatamento, são removidos do solo os vegetais. Quando existe vegetação, parte da água das chuvas fica retida no solo, enquanto o restante escorre pela superfície ou se evapora, voltando para a atmosfera. Uma parcela da água retida no solo é absorvida pelos vegetais e depois volta a atmosfera pela transpiração. Toda essa água em forma de vapor que volta para a atmosfera, sofre condensação formando as núvens, responsáveis pelas chuvas. Na ausência dos vegetais, o solo fica exposto aos raios solares e se aquece, causando a evaporação de água. Assim, a água das camadas mais profundas vem à superfície, trazendo consigo sais de ferro, entre outros, os quais tornam o mesmo impermeável a água das chuvas, contribuindo para a desertificação (Marcondes, 1992).

Chuvas ácidas: Existe correlação direta entre POLUIÇÃO e CHUVAS ÁCIDAS. Com a queima de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral) , ocorre a liberação de diversos gases na atmosfera, entre eles , óxidos de nitrogênio e enxofre. Os primeiros , em contato com a água das chuvas, formam o ácido nítrico. Por sua vez, os compostos de enxofre formam o ácido sulfúrico, quando combinados com água. As chuvas ácidas contribuem para a destruição de florestas, contaminam águas de lagos causando decréscimo da flora e fauna local, poluem os solos (causam a liberação de alumínio, chumbo e cádmio, os quais são absorvidos pelos vegetais que, ao serem consumidos por outros organismos, são tóxicos), agravam problemas de saúde das vias respiratórias principalmente de crianças e idosos.

O que é o Projeto de Genoma Humano?

O Projeto Genoma Humano (PGH) é um programa de pesquisa internacional projetado para:

- construir detalhadamente os mapas genético e físico do genoma humano;
- determinar a seqüência completa dos 3 bilhões de pares de nucleotídeos do DNA humano;
- localizar os cerca de 30.000 a 40.000 genes dentro do genoma humano;
- executar análises semelhantes nos genomas de diversos organismos usados em laboratórios de pesquisas, como sistemas-modelo.
- melhorar a tecnologia para pesquisa biomédica

Os produtos científicos do PGH incluirão informações detalhadas sobre a estrutura, organização e função do DNA humano, informações que constituem o conjunto básico de instruções herdadas para o desenvolvimento e funcionamento de um ser humano.

Quando o HGP começou?

O PGH foi concebido em meados da década de 1980, nos Estados Unidos, pelo Department of Energy (DOE), inicialmente, e logo depois, pelo National Institutes of Health (NIH). Por volta de 1988, as duas agências estavam trabalhando juntas. O processo de planejamento inicial culminou em 1990, com a publicação de um plano de articulação de pesquisa.

Atualmente, os trabalhos vêm sendo desenvolvidos pela empresa de biotecnologia Celera e pelo Projeto Genoma Humano (PGH), formado por 16 instituições públicas de pesquisa.

IMPACTOS DO SEQUENCIAMENTO DO GENOMA HUMANO **BENEFÍCIOS**

- Melhoria de exames laboratoriais e diagnósticos precoces de predisposição à doenças: medicina preventiva (modelada individualmente, de acordo com as suscetibilidades de cada um);
- Diagnóstico de tumores em fase inicial: aumento da probabilidade de cura;
- Criação de drogas específicas para cada tipo de doença, com redução de efeitos colaterais;
- Redução de nascimentos de crianças com genes deletérios: diagnóstico precoce de doenças crônico-degenerativas que aparecem na idade adulta (como a Coréia de Huntington): opção pela adoção ou reprodução assistida;
- Terapia Gênica
- Uso de animais transgênicos e clonagem de embriões para transplante de órgãos;
- Entendimento dos mecanismos de envelhecimento, obesidade, tendência a comportamento violento, etc;
- Interferência no desenvolvimento intelectual;
- Testes genéticos melhorados baseados em avanços tecnológicos: detecção mais precisa de assassinos e outros criminosos;
- Teste de paternidade e maternidade (já vem sendo realizado);
- Blindagem genética de trabalhadores de indústrias de risco;
- Desenvolvimento de novos medicamentos através de organismos transgênicos

POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

INVASÃO DE PRIVACIDADE:

- uso do diagnóstico por seguradoras: cobrança de agravos (taxa mais elevada) em caso de doenças pré-existentes ou propensão à determinadas doenças;
- aumento do desemprego: não contratação ou demissão de pessoas com predisposição genética a doenças crônico-degenerativas;

OUTROS:

☐ Racismo Genético ☐ marginalização ☐ holocausto (ex.: em 1939 a Alemanha instituiu o Aktion 4, um plano para matar quem tivesse uma vida que não merecia ser vivida, como

crianças deficientes físicas e mentais)

- Aumento do índice de depressão e suicídios: não aceitação por parte do indivíduo, família e/ou sociedade do diagnóstico precoce de predisposição a determinadas doenças e/ou dependência química e/ou homossexualidade.

A importância dos Satélites Artificiais

Satélites artificiais são engenho colocados, por meio de foguetes, em uma órbita elíptica, que tem como um dos focos o centro da Terra. Os satélites artificiais são geralmente lançados por um foguete-motor de diversos estágios. A ação da força propulsora deve cessar ao serem excedidos os limites da atmosfera densa, na qual o satélite seria rapidamente consumido por aquecimento cinético. A direção da velocidade no momento em que o satélite é posto em órbita deve ser perpendicular à direção satélite-Terra. A velocidade é então dita "horizontal". Os primeiros satélites postos em órbita foram o Sputnik I (4 out. 1957) e o Sputnik II (3 nov. 1957), lançados pelos soviéticos, e seguidos pelo Explorer I (31 jan. 1958), lançado pelos norte-americanos.

Sua importância no mundo atual é extrema, e pode ser citado o fato de que, para as grandes potências, um país que domina a tecnologia de lançamento de satélites é um país já "desenvolvido", uma vez que a maioria dos meios de comunicação utilizam os satélites como meio de propagação de suas ondas. Um exemplo é a televisão. As ondas eletromagnéticas são geradas numa estação chamada geradora, e lançadas para a órbita da terra, onde são recebidas por um satélite. Este, por sua vez, retransmite o sinal para uma segunda estação na terra, chamada receptora, muitas vezes a milhares de quilômetros de distância.

Por meio de sinais eletromagnéticos auxiliados por satélites, também funcionam alguns tipos de telefonia celular, TV's por assinatura, alguns tipos de radioamador, etc..

Outro exemplo é o moderno Sistema de Navegação Por Satélite (GPS – sigla de Global Sattelite Position). É um aparelho portátil, que, por meio de uma pequena antena, determina o posicionamento de 3 ou mais satélites em órbita da terra. Com base nos dados recebidos desses satélites, e por meio de cálculos matemáticos com relação ao tempo de retorno do sinal emitido pelos mesmos, determina sua posição em qualquer ponto da superfície do planeta Terra.

O sistema GPS é muito usado pelas forças armadas (principalmente a norte-americana), no sistemas de defesa e lançamento de mísseis teleguiados, pois, devido à sua extrema precisão – de centímetros – possibilita acertar um alvo a quilômetros de distância com margem de erro inferior a meio metro. Atualmente, tem-se tornado muito comum seu uso também em embarcações (iates, lanchas e navios) em substituição à bússola.

Importante salientar que tudo isso só é possível graças ao auxílio dos satélites artificiais, sem os quais o volume e a qualidade das informações que nós nos acostumamos a receber seriam muito inferiores.

Apostila editada por: Flávio Nascimento , Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Toledo de Araçatuba e Graduando em Direito pela Faculdade Toledo de Araçatuba.

Bibliografia:

Enciclopédia Digital Kougan Houaiss
Revista Superinteressante
Diversos sites na Internet
